



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARC DONALD JEAN BAPTISTE

**O HAITI ESTÁ AQUI:**

UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS IMIGRANTES  
HAITIANOS SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

***AYITI NAN PEYI ISIT:***

*YON ANALIZ KONPREYANSYON IMIGRAN AYISYEN YO  
SOU POLITIK SOSYAL NAN BREZIL*

MARC DONALD JEAN BAPTISTE

**O HAITI ESTÁ AQUI:**

UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS IMIGRANTES  
HAITIANOS SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

***AYITI NAN PEYI ISIT:***

*YON ANALIZ KONPREYANSYON IMIGRAN AYISYEN YO  
SOU POLITIK SOSYAL NAN BREZIL*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral.

Londrina  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Jean Baptiste, Marc Donald.

O Haiti está aqui: uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política social no Brasil / Marc Donald Jean Baptiste. - Londrina, 2018.  
201 f. : il.

Orientador: Wagner Roberto do Amaral.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2018. Inclui bibliografia.

1. Território - Tese. 2. Política social - Tese. 3. Migração haitiana - Tese. I. do Amaral, Wagner Roberto. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

MARC DONALD JEAN BAPTISTE

**O HAITI ESTÁ AQUI:**

UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS  
SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

***AYITI NAN PEYI ISIT:***

*YON ANALIZ KONPREYANSYON IMIGRAN AYISYEN YO SOU  
POLITIK SOSYAL NAN BREZIL*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Wagner Roberto do  
Amaral  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jolinda de Moraes Alves  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Pastor  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 30 de janeiro de 2018.

Dedico este trabalho especialmente a minha mãe e ao meu pai (Anne Marie Valbrun e Elius Jean Baptiste) pelo amor incomensurável que demonstraram em todo processo da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Wagner Roberto do Amaral, agradeço pelo modelo de paciência durante todo esse processo. Do primeiro dia das orientações com o Google tradutor até o final, sua paciência nunca saiu de minha cabeça. Essa relação de confiança criada entre nós foi fundamental para eu finalizar este trabalho. Agradeço também pelas orientações e rigorosas críticas, pois me ensinou a ser ainda mais exigente com o trabalho acadêmico.

Ao corpo de docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social.

À Organização dos Estados Americanos (OEA), ao CAPES, ao Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC) e ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) por viabilizar meu estudo.

À professora Jolinda Alves, pelas ricas contribuições no trabalho, e por participar da banca de qualificação e na defesa final.

À professora Marcia Pastor, que sempre esteve disponível para esclarecer todas minhas dúvidas e por participar na banca de defesa.

À professora Nilson Fraga, pelas ricas contribuições na banca de qualificação e sua participação na banca final.

Às professoras Mariana, Cláudia Baltar, Amanda Mendez, Olegna pelas suas participações desde o início da pesquisa.

Aos professores da FASCH no Haiti, que me iniciaram na pesquisa e participaram na minha formação, especialmente os professores Lacoste, Millard e Vernet.

Ao Chico da Secretaria do programa, por sempre estar presente para me ajudar a esclarecer qualquer dúvida.

A todos os colegas e amigos de Mestrado, especialmente Samia, Nayara, Cris Konno, Lourival, Leonardo, Rochelly, Eduardo Farias, Denise.

Aos meus irmãos, Manix, Antony, Gregor, Marc Elie, e minha Irmã Mona Jean Baptiste, pelos carinhos nesse momento marcado pela grande saudade.

Às minhas cunhadas, Carline e Natacha; meus sobrinhos, Neidy, Keith, Enzo, por estarem presentes nesse momento importante.

Aos meus primos e primas, especialmente Lovely, Cassandra, Roselène Ronald Debonnaire, Midelene e Pharah.

Aos meus amigos haitianos: Duffort, Kerns, Carline, Jamesly, Lèlène, Lesly, Peterson, Petit Frant, Fanfan Saintony, Almida, Gelin Pierre, Guillor, Jean- Nixon Didi, Nadine, Richemond, Gordy, Daish, Mèt Oben, Cléomé, Donald Manigat, Renel Fleurima, Flore, Sounise, Richemond, Evens Simon, Claude, Walden, Bredy, Diego, Nixon Bélizaire.

Aos meus grandes e queridos amigos do Peru, Angie e Jorge, ao Luiz Gabriel, à Ana Paula e ao Bruno, que foram os primeiros a me receberam em Londrina e com quem eu aprendi o português.

Aos meus amigos que eu fiz em Londrina para toda a vida: Marjorie, Angel, Angela, Daniela, Julio Cesar, Douglas T J, Kauana Scabory, Sergio Bautista.

À minha amiga Andreliane, pelos carinhos e comentários instrutivos durante o trabalho de campo.

Aos meus amigos africanos com quem minha integração foi muito mais fácil no Brasil por questão de aproximação cultural, especialmente a Oscar, Said, Willy, Isaac, Auriel.

Aos meus amigos e colegas do Haiti-Tempo, especialmente a Benson Petit Clair e Gary Eliezer, e aos meus amigos de *Bèl Ekran*, e os de INAGHEI especialmente os de *Crazy Guys*.

Aos responsáveis da pastoral dos Migrantes e da Caritas, especialmente a Irmã Inês e Leonardo, que disponibilizaram para mim todas as informações sobre os imigrantes haitianos, e participaram nas identificações dos entrevistados.

A todos das comunidades haitianas do Parque Residencial da Ana Rosa e Jardim Santo Amaro, especialmente aos meus interlocutores da pesquisa.

Finalmente, a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para que esse trabalho fosse realizado, meu grande reconhecimento.



Autor da ilustração desconhecido

Meu nome  
Traduz que eu venho de longe  
    Numa viagem longa  
Tão perto como tão distancia  
    Com ausência e presença  
    De baixa para cima  
    De fundo para dentro  
    No real como no espelho  
    Oh saudade!  
Sua marca, trazia, trago, trarei  
    Torna-se, eu dentro da sua  
    Sua dentro da minha  
    Oh! Saudade  
    De dia para noite  
    Você  
A única que me acompanha  
    Por meio da sua falta  
    Sem nunca me deixa  
    Oh saudade!  
    Daqui para lá  
Para ficar ou embora  
    Seguimos a baile  
    Para sempre

(Marc, Brasil 2017)

JEAN BAPTISTE, Marc Donald. **O Haiti está aqui**: uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política social no Brasil. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como temas centrais a migração haitiana e a política social brasileira. O estudo seguiu a lógica do percurso dos imigrantes haitianos, desde a sua vivência sociocultural e política no Haiti, passando pelas motivações de seu deslocamento ao Brasil até sua permanência nesse país. O objetivo geral da pesquisa foi identificar e analisar as compreensões dos imigrantes haitianos acerca das políticas sociais brasileiras delimitadas ao atendimento de suas demandas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo como amostra intencional imigrantes haitianos considerados como pessoas destacadas, residentes no Parque Residencial Ana Rosa e no Jardim Santo Amaro, ambos no município de Cambé-PR. Os procedimentos metodológicos foram organizados em três momentos, sendo: revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados obtidos evidenciam a redescoberta de um outro modelo de Estado interventivo pelos imigrantes, contrário ao Estado contestado do seu país de origem. A pesquisa foi realizada por um pesquisador haitiano, sendo fundamental a reflexão metodológica sobre o seu papel enquanto investigador e, ao mesmo tempo, pertencente ao grupo pesquisado.

**Palavras-chave:** Território. Política social. Migração haitiana.

JEAN BAPTISTE, Marc Donald. **O Haiti está aqui**: uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política social no Brasil. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018

### **ABSTRACT**

The present research focuses on central topics of the Haitian migration and the Brazilian social policy. The study followed the logic of the trajectory of the Haitian immigrants, from their socio-cultural and political experience in Haiti, throughout the motivations of their displacement to Brazil, to their permanence in that country. The general objective of the research was to identify and analyze the understandings of the Haitian immigrants about the Brazilian social policies delimited for the fulfillment of their demands. This is a research of a qualitative nature, having as some intentional sample Haitian immigrants who are considered to be outstanding individuals residing in the Residencial Parque Ana Rosa and the Jardim Santo Amaro, both in the municipality of Cambé-PR. The methodological procedures were organized in three moments, being: bibliographical review, documentary survey, and field research carried out through semi-structured interviews. The results obtained evidenced the re-discovery of another model of state intervention by immigrants, contrary to the contested State of their country of origin. The research was carried out by a Haitian scholar, being fundamental the methodological reflection about his role as a researcher and, at the same time, belonging to the investigated group.

**Keywords:** Territory. Social policy. Haitian migration.

JEAN BAPTISTE, Marc Donald. **Ayiti nan peyi isit**: yon analiz konpreyansyon imigran ayisyen yo sou politik sosyal nan Brezil. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## REZIME

Tèm santral rechèch sa se migrasyon ayisyen, politik sosyal brezilyen ak konsèp teritwa. Etid la te swiv menm lojik vwayaj imigran ayisyen yo, ki koumanse nan eksperyans sosyo-kiltirèl ak politik yo an Ayiti, pase pran rezon ki kòz yo sòti kite Ayiti pou yo al Brezil, pou rive jouk nan analiz kouman yo ap viv nan peyi Brezil. Objektif jeneral rechèch la se te idantifye ak analize konpreyansyon imigran ayisyen yo genyen sou politik sosyal brezilyen ki chita sou kijan yo satisfè demand yo fè bay leta brezilyen. Se yon rechèch kalitatif, ki rive fèt ak yon echantyon entansyonèl imigran ayisyen nou konsidere kòm moun remakab, ki ap viv nan rejyon sa yo, *Parque Residencial Ana Rosa* ak *Jardim Santo Amaro*, ki twouve yo nan minisipalite Cambé-Paraná. Pwosedi metodolojik rechèch la te òganize nan twa etap: yon revizyon bibliyografik, yon revizyon literati ak rechèch teren ki te fèt ak entèvyou semi-estriktire nou te reyalize. Rezilta rechèch la montre kouman imigran ayisyen yo sezi dekouvri yon modèl leta kap travay, sa ki kontrè ak modèl Leta konteste ki egziste lakay yo. Moun ki fè rechèch sa, se yon chèchè ayisyen, donk li fondamantal pou nou mete aksan, sou aspè metodolojik refleksyon sa, sou wòl pèsonaj la kòm chèchè, ki fè pati de gwoup moun li ap reyalize rechèch la.

**Mo kle:** Teritwa. Politik sosyal. Migrasyon ayisyen.

JEAN BAPTISTE, Marc Donald. **O Haiti está aqui**: uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política social no Brasil. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## RÉSUMÉ

La présente recherche a comme thèmes centraux la migration haïtienne, la politique sociale brésilienne et le concept territoire. L'étude a suivi la logique du parcours des immigrants haïtiens, à partir de leur expérience socioculturelle et politique en Haïti, en passant par les motifs de leur sortie d'Haïti pour le Brésil, jusqu'à leur séjour dans ce pays d'accueil. L'objectif général de la recherche a été d'identifier et d'analyser les compréhensions des immigrants haïtiens sur les politiques sociales brésiliennes délimitées dans l'accomplissement de leurs demandes. C'est une recherche de nature qualitative, avec un échantillon intentionnel d'immigrants haïtiens considérés comme des personnes remarquables, vivant dans ces régions respectives, la Parque Résidentiel Ana Rosa et le Jardim Santo Amaro, situés dans la municipalité de Cambé-Paraná. Les procédures méthodologiques ont été organisées en trois étapes: une revue bibliographique, une revue documentaire et la recherche de terrain qui a été réalisée sous forme d'entrevue semi-structurée. Les résultats obtenus révèlent, comment les immigrants haïtiens ont re-découvert un modèle d'État interventif, contraire à l'État contesté existant dans leur pays d'origine. La recherche a été réalisée par un chercheur haïtien, ce qui est fondamental à souligner, surtout en matière de réflexion méthodologique sur son rôle de chercheur et, en même temps, son appartenance au groupe qui fait l'objet de la recherche.

**Mots clés:** Territoire. Politique social. Migration haïtienne.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Minha foto de participação na atividade do dia da bandeira do Haiti em Londrina .....	24
<b>Figura 2</b> - Localização dos territórios dos sujeitos entrevistados na região de Cambé.....	27
<b>Figura 3</b> - Foto frente da igreja evangélica das comunidades haitianas do Jardim Santo Amaro depois de participar numa cerimônia. ....	31
<b>Figura 4</b> - A bandeira haitiana .....	55
<b>Figura 5</b> - Localização geográfica do Haiti na região caribenha, no mar do Caribe e no Oceano Atlântico.....	57
<b>Figura 6</b> - Representação geopolítica dos departamentos e das grandes cidades haitianas.....	64
<b>Figura 7</b> - Representação de um dos projetos de moradia ( <i>campo Corail</i> ) situado na entrada norte da capital. ....	87
<b>Figura 8</b> - Deslocamentos dos primeiros destinos da migração haitiana no período de 1915 a 1934. ....	101
<b>Figura 9</b> - A emigração haitiana legal para os Estados Unidos em milhões, entre 1940 a 2009 .....	106
<b>Figura 10</b> - Transferência em milhões dólares da diáspora haitiana entre 1998 e 2010. ....	120
<b>Figura 11</b> - Principais rotas do fluxo migratório de haitianos para o Brasil – ano de 2010- 2017. ....	126
<b>Figura 12</b> - Lula com o presidente Haitiano René Préval num avião visitando a capital Porto Príncipe destruído após a passagem do terremoto em 2010 .....	139
<b>Figura 13</b> - Foto do prédio no Santo Amaro na rua Tietê, onde moram muitos haitianos que represente um ponto de referência para os brasileiros e outros haitianos que vem nesse bairro .....	152
<b>Figura 14</b> - Ilustração do atual presidente da república, Jovenel Moise demonstrado essas características de um Estado central cego, surdo, mudo acerca as reivindicações populares.....	154
<b>Figura 15</b> - Ilustração feita durante a passagem do furacão <i>Isaac</i> , em 2017, no Haiti, resumindo o comportamento das ONGs internacionais	

de caricaturar e dramatizar a realidade haitiana no período de  
catástrofe natural.....169

**Figura 16** - Trajetória dos migrantes haitianos e cubanos do Brasil para os  
Estados Unidos. ....179

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Repartição em percentagem das instituições da saúde no Haiti .....	80
<b>Gráfico 2</b> - Transferência de fundo em milhares dólares da diáspora haitiana entre 2010- 2015 .....	120
<b>Gráfico 3</b> - Números de haitianos e cubanos chegados na fronteira entre os Estados Unidos e México de 2010 até o mês do julho de 2016. ....	180

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais no Brasil, no período de 2011, 2012 e 2013.....	114
--	-----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 11</b> - Perfil dos sujeitos entrevistados .....	33
<b>Quadro 21</b> - Repartição das instituições públicas vinculadas ao Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho (MAST) na aplicação da política de Assistência social no Haiti.....	89
<b>Quadro 31</b> - Repartição dos projetos de Assistência Social no <i>Ede Pèp</i> com tradução em português .....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ASEC	Administration des Sections Communales
BM	Banco Mundial
BMPAD	Bureau de Monétisation des Programmes d'Aide au Développement
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARE	Cooperation for American Relief Everywhere
CRS	Catholic Relief Service
CAS	Caisse d'Assistance Sociale
CASEC	Conseil d'Administration des Sections Communale
CEP	Conseil Electoral Provisoire
CEP	Certificat d'Etude Primaire
CEPAL	<i>Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe</i>
CIA	Central Intelligence Agency
CIRH	Commission Intérimaire Pour la Reconstruction de Haïti
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CNRA	Commission National sur la Réforme Administrative
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Comercio e o Desenvolvimento
COHAN	Coopération Haitiano- Néerlandaise
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EPPLS	Entreprise Publique de Promotion de Logements Sociaux
FAES	Fond d'Assistance Economique et Sociale
FASR	Facilité de Ajustement Structurel Renforcé
FIDA	Fond International pour le développement Agricole
FMI	Fundo Monetário Internacional
GARR	Groupe d'Appui aux Rapatriés et Réfugiés
GCUB	Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras
HUEH	Hôpital de l'Université d'Etat d'Haïti
IBESR	Institut du Bien-Etre Social et de Recherches
MARNDR	Ministère de l'Agriculture, des Ressources Naturelles et du

	Développement Rural
MAST	Ministère des Affaires Sociales et du Travail
MENFP	Ministère de L'Education National et de la Formation Professionnelle
MSPP	Ministère de la Santé Publique et de la Population
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MINUJUSTH	Missão das Nações Unidas pelo Apoio da Justiça no Haiti
MHVE	Ministère des Haïtiens Vivants à l'Extérieur
MPCE	Ministère da Planification et de la Coopération Externe
OAD	Office des Affaires de la Diaspora
OEA	Organização dos Estados Americanos
OFATMA	Office d'Assurance Accident du Travail, Maladie et Maternité
OIM	Organisation International de la Migration
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONA	Office National d'Assurance Vieillesse
ONART	Office National de l'Artisanat
ONG	Organização Não Governamental
ONM	Organisation National de la Migration
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEC	Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação
PARP	Plan d'Action pour la Reduction de la Pauvreté
PENF	Plan d'Education National et de Formation
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A
PIB	Produto Interior Bruto
PNE	Plan National de l'Education
PNH	Police National d'Haiti
PNUD	Programa das Nações Unidos pelo Desenvolvimento
PR	Paraná
PSUGO	Programme de Scolarisation Universelle Gratuite et Obligatoire
SCH	Service Chrétien d'Haïti
SNA	Stratégie National de Education pour Tous
SNAS	Stratégie National d'Assistance Sociale
TDR	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
UEH	Universidade do Estado do Haiti
UEL	Universidade Estadual de Londrina

US	United States
USA	United States of America
VSN	Volontariat pour la Sécurité Nationale

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>PONTO DE PARTIDA: A RELAÇÃO DOS HAITIANOS COM O ESTADO E A POLÍTICA SOCIAL .....</b>	<b>37</b>
2.1	ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA POLÍTICA SOCIAL.....	37
2.2	ESTADO HAITIANO OU ESTADO CONTESTADO.....	50
2.2.1	Conceito de Estado e a Constituição do Estado Haitiano .....	50
2.2.2	Sobre a Organização da Gestão Pública pelo Estado Haitiano .....	65
2.2.3	Sobre a Intencionalidade da Política Educacional Haitiana.....	72
2.2.4	Sobre o Duplo Fracasso do Sistema da Saúde e da Política de Emprego.....	78
2.2.5	Assistência Social, Assistência à Moradia: O Papel das ONGs e Órgãos Públicos .....	83
<b>3</b>	<b>O DESLOCAMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEXTUAIS DA MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL A PARTIR DO TERREMOTO DE 2010 .....</b>	<b>95</b>
3.1	A HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO NO HAITI .....	95
3.2	MIGRAÇÃO HAITIANA: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL .....	107
3.3	POR QUE O BRASIL? .....	112
3.4	O BRASIL ESTÁ ABERTO.....	114
3.5	COMO CHEGAR ATÉ O BRASIL ?.....	117
<b>4</b>	<b>A PERMANÊNCIA: SER IMIGRANTE HAITIANO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA SOCIAL .....</b>	<b>129</b>
4.1	BREVE CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA .....	130
4.2	O BRASIL EXISTE LÁ COMO O HAITI ESTÁ AQUI.....	142
4.3	OS CONTRASTES NO RECONHECIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PELOS IMIGRANTES.....	152
4.4	SER HAITIANO IGUAL A SER DESQUALIFICADO: O OLHAR PRECONCEITUOSO DO FENÔMENO MIGRATÓRIO.....	164
4.5	O BRASIL OU O TERRITÓRIO DE PASSAGEM DOS IMIGRANTES HAITIANOS.....	175

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	183
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	186
	<b>APÊNDICES</b> .....	197
	APÊNDICE A - Roteiro para entrevista.....	198
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	199
	APÊNDICE C - Repartição dos projetos de assistência social no <i>Ede Pèp</i> no documento original.....	201

## 1 INTRODUÇÃO

A migração haitiana para o Brasil se revelou significativa a partir do terremoto de 2010 ocorrido naquele país. Segundo os dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a migração haitiana no Brasil é registrada em um contexto bem recente. Em 1940 haviam 16 haitianos no Brasil; em 1950 esse número subiu para 21 haitianos; em 1960 passou para 159 haitianos; em 1970, para 90 haitianos; em 1980, para 127 haitianos; em 1991, para 141 haitianos; em 2000 para 15 haitianos. A partir de 2010, o fenômeno migratório conhece uma extensão maior, envolvendo cerca de 70.000 imigrantes haitianos entre 2010 a 2015 (GARR-HAITI, 2015). Nesse contexto, o autor desse trabalho, haitiano-estudante-assistente social graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Haiti (UEH), chegou ao Brasil para realizar estudos de pós-graduação em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina por meio do Convênio Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), em nível de mestrado.

Assim, ser haitiano e pesquisador, refletindo sobre o fenômeno migratório haitiano no Brasil, revela um caráter simbólico que envolve memórias, ausências, emoções, dentre outros sentidos. Desse modo, parto de um aspecto fundamental: antes de ser pesquisador haitiano, sou haitiano, filho de camponeses, que têm vivido a dura realidade social, política e econômica daquele território que está lá, no Haiti, mas que também está em mim.

Dessa forma, essa dissertação, apesar de todos os esforços para manter-me objetivamente nos parâmetros científicos, terá um tom pessoal, em referência ao que vivenciei nesses dois territórios políticos e jurídicos – Haiti e Brasil. Portanto, peço licença acadêmica para que, na introdução desse meu trabalho, a linguagem utilizada por mim possa ser em primeira pessoa, para que possa me apresentar e evidenciar a minha dimensão sentir-pensante, como relatou Martinelli (1999, p. 25).

Não podemos pensar que chegamos a uma pesquisa como “um saco vazio”. Não! Temos vida, temos história, temos emoção! [...] não podemos pensar que, para mantermos a objetividade, devemos ocultar a emoção. Não existe vida sem emoção. O sujeito não pode ser oculto, nem o pesquisador, nem o pesquisado, ambos são saturados de história, são plenos de possibilidades.

Desta forma eu sou pesquisador e sujeito da pesquisa no mesmo tempo.

*Dabò Ayisyen an menm tan chèchè Ayisyen k'ap fouye zo nan kalalou sou reyalite imigran Ayisyen kap viv Brezil konplike travay la plis keseswa pou mwen kòm moun e pou rechèch la tou<sup>1</sup>.*

Quando deixei o Haiti em março do ano de 2016 para fazer um mestrado em Serviço Social no Brasil, na Universidade Estadual de Londrina (UEL); nesse período havia uma forte emigração dos haitianos para o Brasil, iniciada depois o terremoto de 12 janeiro de 2010.

Em referência a minha formação em Serviço Social, na única universidade pública do país, fiz parte da minoria de cidadãos que tiveram acesso à educação universitária, que ainda não é um direito universal naquele país. No Brasil sou bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** (CAPES), sendo o primeiro haitiano a fazer mestrado em um programa de pós-graduação *Stricto sensu* na UEL na área de Serviço Social. Nesse contexto, observei que existem alguns elementos simbólicos, que interferem na compreensão dos imigrantes sobre mim: os haitianos imigrantes trabalhadores me consideram estrangeiro para as suas realidades. A percepção deles sobre mim seja como “privilegiado” seja como uma pessoa da mesma nacionalidade que vivencia a mesma realidade histórica que eles, o que gera algumas confusões.

Todas essas situações evidenciam o caráter particular dessa pesquisa, pois me desafiam a ter o cuidado epistêmico necessário para o bom desenvolvimento do trabalho, cujo objeto se define como: as compreensões dos imigrantes haitianos acerca das políticas sociais brasileiras delimitadas aos atendimentos de suas demandas.

A primeira motivação para produzir essa dissertação se deu por uma questão pessoal. Cheguei ao Brasil, ingressei no mestrado com um projeto de desenvolvimento rural e redução da pobreza do Haiti. Meu projeto, fortemente influenciado pelas leituras das obras de Paulo Freire sobre a educação popular no Haiti, propunha possibilidades de redução da pobreza, passando por um processo de conscientização dos sujeitos camponeses haitianos.

---

<sup>1</sup> A tradução em português: Ser haitiano e pesquisador haitiano sobre a realidade vivida pelos imigrantes haitianos no Brasil trouxe seus próprios desafios do ponto de vista pessoal e para o desenvolvimento da própria pesquisa. Mesma tradução em francês : Etre Haïtien et à la fois chercheur haïtien sur la réalité des immigrants haïtiens au Brésil apporte ses propres défis du point de vue personnel et pour le développement même de la recherche.

Nos primeiros dias das aulas das três disciplinas escolhidas no primeiro semestre: Estado e Questão Social; Política Social: Fundamentos e História; Tópicos Especiais em Política Social: A Lógica Territorial na Gestão das Políticas Sociais, comecei a perceber os limites do meu projeto, particularmente sobre a importância do Estado nesse processo de desenvolvimento rural e redução da pobreza.

Nas aulas da disciplina de Estado e Questão Social e Política Social: Fundamentos e História percebi o papel do Estado na sua dimensão interventiva sobre a questão social. Fiquei surpreso ao reconhecer como o Estado está presente na orientação da vida social e política da população brasileira e o seu papel na definição dos direitos sociais a partir da Constituição Federal de 1988. Em uma das aulas da disciplina de Tópicos Especiais em Política Social: A Lógica Territorial na Gestão das Políticas Sociais, a professora da disciplina começou a discutir a noção do direito à cidade<sup>2</sup> da população brasileira, definido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por lei posterior “Estatuto da Cidade”. Para mim, essas referências evidenciam uma situação de avanço considerável dos direitos humanos e sociais. Enquanto isso, no meu país, lutamos ainda pelo acesso aos direitos fundamentais, como educação, saúde, lazer, etc., os quais são considerados ainda como privilégio social.

Ao longo das aulas das disciplinas, evidenciam-se duas perspectivas nas implicações sociais do Estado dos dois países. Historicamente, o Estado haitiano é contestado pela população haitiana de baixa renda. Essa população não se reconhece parte do Estado e, como afirmou Casimir (2006), existe um Estado no Haiti e não um Estado Haitiano. A relação entre o Estado e sua população está baseada na distância, no medo e na irresponsabilidade de um contra o outro (IBREUS, 2014). Além disso, a presença do Estado no Haiti se traduz por meio de um Estado mínimo, dominado pelas potências capitalistas representadas por organizações não governamentais nacionais e internacionais, que orientam as grandes linhas das políticas públicas haitianas (ETIENNE, 1997).

Nessa dinâmica, para minha surpresa, tive a ideia de investigar minha compreensão, tendo como referência a percepção dos haitianos imigrantes no

---

<sup>2</sup>No capítulo II da CF 1987 da Política Urbana, o Art. 182 sendo assim: A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Brasil. Ao mesmo tempo, comecei a compreender a importância da lógica do território (que é um conceito novo na minha formação) na articulação das políticas públicas, do papel do Estado e a possibilidade de trazer a questão haitiana nos temas tratados no mestrado em Serviço Social da UEL, deparando-me com os limites de meu projeto de pesquisa inicial.

Assim, discuti com meu orientador sobre meu desejo de mudar de projeto e tratar sobre o processo migratório dos imigrantes haitianos no Brasil. No mês de maio, mês da bandeira haitiana, fui informado que, no domingo, dia 16 de maio de 2016, um grupo de imigrantes haitianos organizaria uma passeata para celebrar o dia da bandeira em Londrina. Convidei meu orientador para participarmos juntos no evento eu como haitiano e ele como pesquisador. Fui no evento com a intenção de começar a me envolver com a comunidade haitiana e buscar um reconhecimento e encontrar meus reflexos culturais. Fui, também, com o objetivo de refletir sobre as primeiras referências para redefinir meu problema de estudo.

**Figura 1** - Minha foto de participação na atividade do dia da bandeira do Haiti em Londrina



**Fonte:** Foto de Wagner Roberto do Amaral, 16 de maio de 2016.

Continuei a participar das várias atividades com a comunidade haitiana na região de Londrina, tais como: festa junina, audiência pública sobre os desafios e oportunidades da migração haitiana em Londrina, dentre outras.

Durante esses eventos, particularmente, no dia da celebração da bandeira haitiana, observei que, não obstante as várias dificuldades que enfrentam (acesso a documentos oficiais brasileiros, preconceitos, desemprego, dentre outras), os imigrantes haitianos consideram-se privilegiados, tendo em conta os diferentes serviços públicos que passam a ter acesso em sua nova terra.

Constatai ainda, simultaneamente, uma negação de seus próprios direitos inscritos na Constituição Federal Brasileira de 1988. Nesta carta constitucional, o Estado brasileiro tem a obrigação de garantir a integridade dos direitos sociais a todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no território, referencializada no seu artigo 5, que se lê assim: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (BRASIL, 1988). A partir disso, muitas questões foram levantadas, tais como: quais são as demandas mais procuradas pelos imigrantes haitianos no Brasil? Como os atendimentos dessas demandas pelo Estado podem influenciar ou não no seu processo de saída deles do Brasil? Como os elementos socioculturais trazidos por esses imigrantes poderiam ter um papel importante na constituição das suas compreensões sobre as políticas sociais na sociedade brasileira? quais são suas influências nos novos territórios ocupados no Brasil? Quais são seus mecanismos de resistência e de lutas cotidianas para a reprodução de suas vidas e de suas famílias?

A segunda motivação tem a ver com a baixa produção acadêmica diante da extensão atual da migração haitiana no Brasil. acredito que é necessário contribuir com uma reflexão acadêmica sobre essa migração, por meio de um estudo que tenha como referência fundamental as compreensões constituídas pelos haitianos no Brasil a partir das ideias e conceitos trazidos por eles a partir de seu país de origem. É fundamental, ainda, entender o processo de resignificação e de construção das relações sociais vivenciados por eles na nova terra, de forma relacional ao país de origem.

A terceira motivação se apresenta devido à exigência acadêmica como estudante de mestrado em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual

de Londrina, sendo esse trabalho minha modesta contribuição para a comunidade científica. Com ele tenho esperança que possa servir para ampliar e diversificar as áreas de estudo em Serviço Social no Brasil e no Haiti.

Tendo em vista os percursos formativos e as reflexões realizadas em conjunto com meu orientador, defini como problema central desta pesquisa: quais compreensões possuem os imigrantes haitianos acerca das políticas sociais brasileiras delimitadas aos atendimentos de suas demandas? Buscando refletir sobre esse assunto, defini como objetivo principal deste trabalho: identificar e analisar as compreensões que os haitianos imigrantes residentes no município de Cambé-PR possuem a cerca as políticas sociais brasileiras delimitadas aos atendimentos de suas demandas. Como objetivos específicos foram propostos os seguintes:

- Identificar os elementos de caracterização da política social no Haiti;
- Levantar elementos que limitam ou facilitam o acesso ao atendimento dos imigrantes nas políticas sociais;
- Discutir a migração haitiana como expressão da questão social;
- Contribuir para ampliar a produção acadêmica sobre a temática migração haitiana no Brasil

Os procedimentos metodológicos utilizados foram organizados em três momentos, sendo: a revisão bibliográfica, o levantamento documental e a pesquisa de campo. Na revisão bibliográfica, o fato de que não sou o primeiro pesquisador a investigar essa questão. Algumas pesquisas relacionadas às temáticas sobre migração e políticas sociais foram selecionadas, estudadas e consultadas por meio de artigos, monografias, teses, dissertações, relatórios de pesquisa, livros, periódicos, dentre outros, produzidos por autores brasileiros e por autores e intelectuais haitianos.

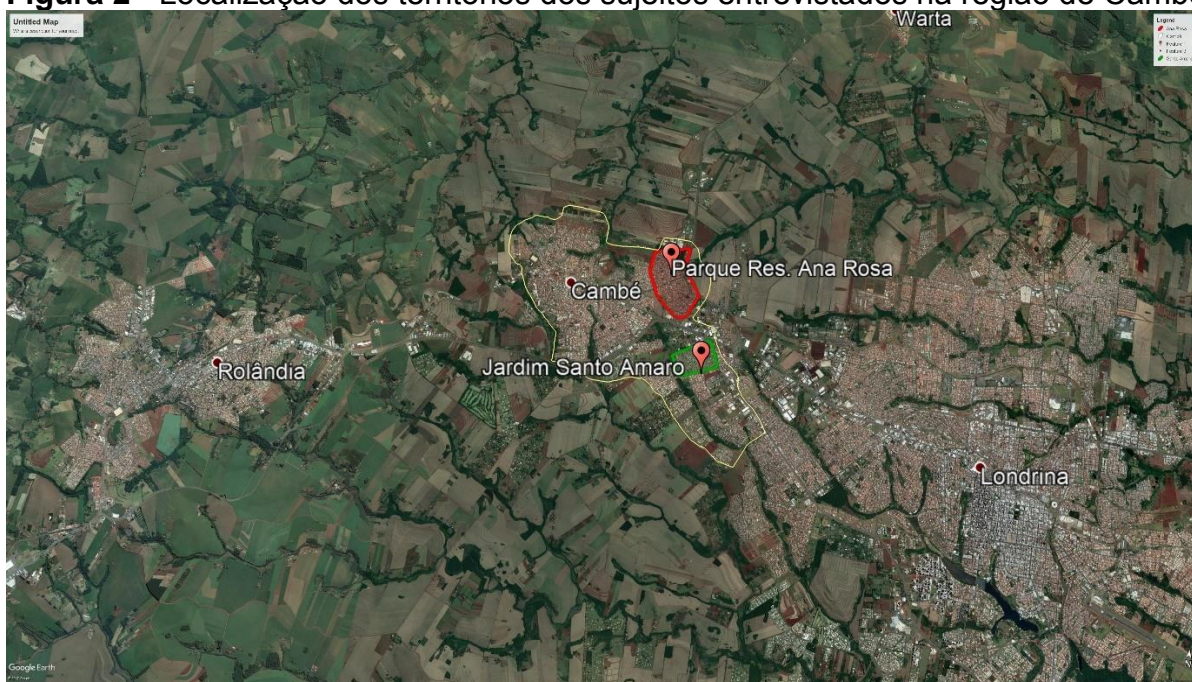
No levantamento documental os documentos oficiais e legislações brasileiras e haitianas, livres tratados sobre a migração haitiana no Brasil e outros documentos orientadores das agências multilaterais que atuam no Haiti foram consultados.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de duas técnicas, sendo a Observação participante e Entrevistas com roteiro semiestruturado, junto à

população de haitianos residente no município de Cambé/Paraná, mais particularmente no Parque Residencial Ana Rosa e no Jardim Santo Amaro que, segundo informações recolhidas informalmente pelo responsável da Pastoral dos Migrantes e a Caritas, ambas vinculadas à Arquidiocese Metropolitana de Londrina, são os bairros onde concentram muitos haitianos. Na observação participante realizada, percebi uma forma de organização interna para se socializar na igreja, nos espaços públicos dedicados a eles.

Segundo os dados do IBGE (2017), Cambé é um município que tem uma população de 96.733 pessoas em 2010, e estimadas para 105.347 em 2017. Com uma densidade geográfica de 195,47 hab/km<sup>2</sup> e sua área de 494,692 km<sup>2</sup>. É limitado com os seguintes municípios: ao Norte por Prado Ferreira e Bela Vista do Paraíso; ao Nordeste por Bela Vista do Paraíso; ao Leste por Sertanópolis; ao Sudeste por Londrina; ao Sul por Londrina; ao Sudoeste por Rolândia; ao Oeste por Jaguapitã; ao Noroeste por Prado Ferreira.

**Figura 2** - Localização dos territórios dos sujeitos entrevistados na região de Cambé



Fonte: Google Maps.

Dentro dessa população da cidade de Cambé foi difícil de encontrar os dados exatos sobre os números de haitianos que estão vivendo nos bairros da cidade. Numa visita à Prefeitura Municipal de Cambé para coletar esses dados, o

responsável da secretaria da assistência social da prefeitura me indicou a Caritas<sup>3</sup> e os CRAS da região para coletá-los. Finalmente, quando encontrei com Irmã Inês Facioli, responsável pela pastoral dos migrantes, está me informou que a Caritas e a pastoral dos migrantes têm dados apenas sobre os haitianos que são atendidos pela instituição nos municípios de Londrina, Cambé e Rolândia. Foi a mesma resposta das assistentes sociais dos CRAS do Parque Residencial da Ana Rosa e Jardim Santo Amaro que me indicaram a Caritas, porque segundo elas o CRAS tem dados dos haitianos atendidos. Observei que a Caritas não tem dados de todos os imigrantes haitianos, nem dados exatos sobre os que vivem no Cambé e o que mais me surpreendeu foi que nenhuma outra instituição (Policia Federal, Prefeitura de Cambé) tem esses dados exatos. Contudo, segundo a irmã religiosa, existe uma comunidade com cerca de 300 imigrantes haitianos agrupados nos bairros de Jardim Santo Amaro, Parque Residencial Ana Rosa e Jardim Tupi.

Essa pesquisa é de natureza qualitativa porque ela “tem objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito” (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Esse aspecto qualitativo da pesquisa, possibilita identificar e evidenciar as compreensões dos imigrantes por meio do contato direto com eles. Para Martinelli (1999), o contato físico na pesquisa qualitativa entre o pesquisador e seu sujeito entrevistado é muito importante:

Trata-se, portanto, de uma outra ambiência, onde vamos privilegiar instrumentos que superam o questionário, o formulário e que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas. Esse é o motivo pelo qual as pesquisas qualitativas privilegiam o uso de uma abordagem em que o contato do pesquisador com o sujeito é muito importante. (MARTINELLI, 1999, p. 22)

Os sujeitos da pesquisa, considerados como pessoas destacadas em

---

<sup>3</sup> Caritas é uma confederação de 162 organizações humanitárias que atua em mais de duzentos países, ligada à igreja católica que trabalha na defesa dos direitos das pessoas em situação de risco. Sua missão é de trabalhar para construir um mundo melhor, especialmente para os pobres e oprimidos. A Caritas realiza seu trabalho em rede com todas as ações sociais da arquidiocese de Londrina: entidades sociais, movimentos, pastorais sociais, organismos públicos. A Caritas realiza ação em rede especificamente na migração com o Instituto de Migrações e Direitos Humanos e o Serviço Pastoral do Migrante (SPM). A caritas londrina, situada na Rua Dom Bosco, 145 Jardim Dom Bosco, foi fundada em 1996; desde 2010, ela se torna uma referência nos atendimentos dos imigrantes haitianos. De conjunto com a Pastoral dos Migrantes, ela desenvolve muitas ações para facilitar a adaptação dos imigrantes. (CARITAS ARQUIDIOCESANA DE LONDRINAS, 2017).

referência às atividades que realizam nas comunidades das quais pertencem, foram intencionalmente escolhidos para a realização das entrevistas.

Desta forma, cinco dos seis entrevistados compõem uma comissão de sete membros eleitos pelas duas comunidades (Parque Residencial da Ana Rosa e Jardim Santo Amaro) onde concentram-se os imigrantes haitianos no município de Cambé. Tal comissão foi criada a fim de garantir a representação dos imigrantes haitianos em todas as atividades envolvidas pela Prefeitura de Cambé. Segundo contato informal com Irmã Inês Facioli, membro da Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese Metropolitana de Londrina, essa comissão foi constituída por meio de uma assembleia contando com a participação pelos imigrantes que vivem na região de Parque Residencial de Ana Rosa e no Jardim de Santo Amaro, tendo atuação direta em reuniões realizadas com representantes da Prefeitura de Cambé, representante do Conselho da Igualdade Racial deste município, a assistente social da CRAS de cada região, com o objetivo de facilitar a participação dos imigrantes na identificação e nas proposições de respostas contra as dificuldades encontradas por eles. O sexto entrevistado foi indicado pelos demais entrevistados.

Segundo meu entendimento, essas pessoas têm uma compreensão mais ampla dos atendimentos recebidos como usuários da política social. Corroborando obviamente com a perspectiva de sujeito coletivo avançado por Martinelli quando ela apontou:

No sentido de que aquela pessoa que está sendo convidada para participar da pesquisa tem uma referência grupal, expressando de forma típica o conjunto de vivências de seu grupo. O importante, nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa. A riqueza que isso traz para o pesquisador é muito importante, permitindo-lhe aprofundar efetivamente, na relação sujeito-sujeito, o seu objeto de análise (MARTINELLI, 1999, p. 24).

A amostra intencional da pesquisa foi constituída por um total de seis imigrantes haitianos escolhidos entre dez indicados. Dos seis entrevistados, cinco moram no Jardim Santo Amaro e um no Parque Residencial Ana Rosa, sendo, entre eles, cinco homens e uma mulher. As identificações das cinco pessoas destacadas, foram feitas por meio de contato informal com os responsáveis da Caritas e da Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese Metropolitana de Londrina; por meio da observação participante e segundo a referência dos próprios entrevistados.

As entrevistas com os imigrantes haitianos considerados como pessoas destacadas foram realizadas entre os meses de junho a setembro de 2016. Os referidos sujeitos foram escolhidos sob o total de dez indicados, considerando variáveis que contribuíram para a composição de uma amostra intencional, fundamental para garantir o pressuposto da singularidade do sujeito na pesquisa qualitativa (MARTINELLI, 1999). As variáveis indicadas para a composição da amostra foram as seguintes:

- vínculo com a comissão de representantes de imigrantes;
- reconhecimento por instituições que atuam com imigrantes haitianos;
- vínculo religioso;
- gênero;
- tempo de residência no bairro e no Brasil (três anos no mínimo);
- cidade de origem no Haiti.

É importante relatar que o Parque Residencial Ana Rosa foi o mais difícil para o pesquisador de se envolver. Em um primeiro momento o objetivo foi de entrevistar 3 sujeitos em cada bairro. Dois sujeitos escolhidos no Parque Residencial Ana Rosa recusaram de participar da pesquisa. O primeiro alegou que não sabia muito sobre a realidade haitiana, que ele não tinha nada para dizer; um outro pretextou a questão da língua. Quando esclareci para ele que as entrevistas seriam realizadas em crioulo, nós agendamos a entrevista; no dia da entrevista ele não atendeu o telefone. Para continuar a pesquisa, dois outros sujeitos foram escolhidos para substituir os sujeitos do Parque Residencial Ana Rosa.

Considerando os aspectos especiais da pesquisa eu, como haitiano, consegui desenvolver várias estratégias de integração nas comunidades que evidenciaram muito envolvimento do pesquisador nas comunidades haitianas na região de Cambé, município da região metropolitana de Londrina/Paraná, a fim de diminuir as possíveis barreiras entre pesquisador e a comunidade, o que representa uma forma de negociação com a comunidade para realizar a pesquisa. Por exemplo: na primeira entrevista que realizei no Jardim Santo Amaro encontrei com um líder religioso numa igreja da comunidade haitiana no momento em que estava tendo uma cerimônia religiosa. Entrei, sentei em um banco da igreja para esperar o entrevistado. Logo minha presença foi percebida na sala. No final do ritual fui

apresentado pelo pastor da igreja para os demais imigrantes. Depois que me apresentou o pastor me perguntou sobre minha religião; eu respondi eu era católico de nascimento. Ele deduziu que eu não tenho Jesus Cristo na minha vida, que eu era uma alma perdida. Logo ele pediu para que eu aceite a Deus para ter a vida eternal e também para que Deus me acompanhasse para realizar uma pesquisa interessante. Como nas práticas de conversão nas igrejas evangélicas no Haiti foi pedido que eu ajoelhasse na frente de tudo mundo e o pastor colocou a mão sobre minha cabeça e começou a fazer uma oração com voz alta no microfone com o único objetivo de tirar todos os demônios dentro de mim. Depois do ritual de conversão, ele colocou meu nome no caderno da igreja e falou: “hoje você nasceu de novo filho”. Essa demonstração foi muito importante para o bom desenvolvimento da pesquisa, foi a porta de entrada, a chave de entrada na comunidade. Cada vez que eu ia na comunidade, as pessoas da igreja paravam para me cumprimentar, colocando a palavra “irmão” na frente do meu nome que é o jeito deles de me chamarem entre camaradas dentro da igreja. Também participei nas várias reuniões feitas por eles.

**Figura 3** - Foto frente da igreja evangélica das comunidades haitianas do Jardim Santo Amaro depois de participar numa cerimônia.



**Fonte:** Credito do autor da dissertação, setembro 2017.

As entrevistas foram realizadas através de um roteiro semiestruturado que seguiu a mesma lógica do percurso dos imigrantes haitianos: de suas vivências no Haiti, passando ao descolamento até chegar às suas permanências no Brasil. Desta forma, o roteiro foi dividido em quatro partes, sendo a primeira a identificação dos entrevistados; a segunda parte buscando entender a relação dos imigrantes com o Estado Haitiano e as políticas sociais desenvolvidas; a terceira parte procurando refletir sobre os motivos de deslocamento e as dificuldades encontradas no percurso; e a quarta e última parte, visando entender a permanência dos sujeitos nos novos territórios, com objetivo de identificar os aspectos relevantes da compreensão deles sobre os atendimentos das políticas sociais recebidas em partes do território brasileiro onde viveram.

O roteiro foi elaborado em crioulo (língua nativa) e em língua portuguesa. Todas as entrevistas foram realizadas na língua nativa dos entrevistados. No momento da entrevista duas vias um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram assinados, sendo que uma via do termo ficou com o participante e a outra ficou com o pesquisador obtendo, dessa forma, a autorização dos sujeitos para a gravação das entrevistas. As entrevistas foram transcritas, sistematizadas e traduzidas por parte do pesquisador do crioulo ao português conforme a norma padrão, preservando-se sempre as informações, os sentidos e as expressões dos relatos. As gravações foram apagadas assim como as transcrições após o término da pesquisa.

A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para tratar as entrevistas realizadas com esses sujeitos nos seus territórios, segundo Setúbal (1999, p 73), se refere a:

Uma técnica de compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação (escrita, oral ou icônica) tem como objetivos: ultrapassar as evidências imediatas, à medida que busca a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas e a validade da sua generalidade; aprofundar, por meio de leituras sistemáticas e sistematizadas, a percepção, a pertinência e a estrutura das mensagens. (SETÚBAL, 1999, p. 73)

Para o autor a técnica “se apresenta como uma proposta metodológico-dinâmica que se faz permanentemente por meio de uma interação contínua com o analista” (SETÚBAL, 1999, p. 61).

Para preservar o anonimato dos entrevistados foram identificados como

sujeito de pesquisa da forma aleatória à realização das entrevistas, sendo: sujeito 1, sujeito 2, sujeito 3, sujeito 4, sujeito 5 e sujeito 6.

**Quadro 1** - Perfil dos sujeitos entrevistados

Sujeito	Sexo	Estado civil	Idade	Cidade de origem no Haiti/ Departamento (região)	Bairro de residência em Cambé	País de residência antes de chegar no Brasil	tempo no Brasil
1	Masculino	Casado	37 anos	Saint Marc/ Artibonite	Jardim Ana Rosa/ Cambé	República Dominicana	3 anos e 8 meses
2	Masculino	Casado	38 anos	Gonaives/ Artibonite	Jardim Santo Amaro/ Cambé	República Dominicana	5 anos
3	Feminino	Solteira	31 anos	Ferrier/ Nordeste	Jardim Santo Amaro/ Cambé	Haiti	3 anos
4	Masculino	Solteiro	41 anos	Hinche/ Centre	Jardim Santo Amaro/ Cambé	República Dominicana	4 anos
5	Masculino	Solteiro	28 anos	Forliberté/ Nordeste	Jardim Santo Amaro/ Cambé	Haiti	3 anos
6	Masculino	Casado	32 anos	Camperin/ Sud	Jardim Santo Amaro/ Cambé	República Dominicana	6 anos

Fonte: Do autor.

Com o objetivo de completar os perfis dos sujeitos:

**O sujeito 1** atua como líder religioso no seu território, dentro de uma igreja evangélica exclusivamente de imigrantes haitianos; é pai de 4 filhos nascidos no Haiti; ele não completou o ensino médio; ele é casado no Brasil com uma outra haitiana, sendo que seus filhos estavam no Haiti no momento da entrevista, porém eles estão no processo de vir para o Brasil segundo nosso interlocutor.

**O sujeito 2** atuou também como líder religioso para a comunidade haitiana; é casado, pai de dois filhos nascidos no Providencial (uma pequena ilha da região caribenha), depois 2 anos ele trouxe sua família (esposa e filhos) para morar com ele no Brasil. Ele é pedreiro de profissão trabalhando na construção civil. Ele não completou o ensino médio.

**O sujeito 3** é evangélica, solteira, sem filhos, formada em enfermagem no Haiti. Ela está estudando técnica de enfermagem no Brasil numa universidade

privada e ao mesmo tempo trabalha para poder pagar a escolaridade. No momento da entrevista ela estava em processo para arrumar seus documentos para prestar vestibular na UEL.

**O sujeito 4** é de religião católica, pai de dois filhos 2 filhos, sendo que um nasceu na República Dominicana e outro no Haiti. Ele é pedreiro desempregado há um ano. Ele completou o ensino médio.

**O sujeito 5** é de religião evangélica, pai solteiro de dois filhos nascidos no Haiti, mas atualmente ele os trouxe junto com a mãe deles para o Brasil. Ele não completou o ensino médio.

**O sujeito 6** foi católico, mudou para a religião evangélica quando chegou ao Brasil; é casado, pai de uma filha nascida no Brasil. Ele não terminou seu estudo em técnica contábil. No Brasil aprendeu a ser assentador de piso no SENAI e encontra-se trabalhando nessa profissão.

Outros elementos para completar esses perfis, nas trajetórias dos entrevistados, existe uma mobilidade deles antes de chegar no Brasil. Que seja, nos relatos do Sujeito 1, o Sujeito 2, o Sujeito 4, e o Sujeito 6, eles passaram em outros países antes de chegarem ao Brasil. O que corrobora com essa perspectiva uma vez que viajar é um elemento que evidencia aspectos do modo de ser haitiano. Por exemplo, o Sujeito 1 instalou-se no Brasil há três anos e oito meses. Antes de chegar ao Brasil, morou em Santo Domingo na República Dominicana durante cinco anos. Para responder sobre os motivos do seu deslocamento entre o Haiti e a República Dominicana, o entrevistado colocou:

*Eu morei quase minha vida inteira em Saint Marc. **Durante um bom tempo, 11 anos antes de vir para o Brasil, eu fiz ida e volta entre minha cidade e Santo Domingo para fazer comércio entre as duas cidades, passei tanto tempo no Haiti, quanto na República Dominicana.** O objetivo principal de minha saída era melhorar minhas condições econômicas pois havia casado e tive filho cedo (SUJEITO 1, grifo nosso).*

É essa mesma mobilidade constada nos relatos do Sujeito 2, do Sujeito 4 e do Sujeito 6, respetivamente, que fizeram a experiência de viver fora do Haiti antes vir para o Brasil. Também os percursos deles demostram que não foram vítimas diretas do terremoto, pois muitos anos antes da passagem da catástrofe esses sujeitos já estavam fora do Haiti.

*Eu vivi em Gonaives até meus 18 e 19 anos, deixei para ir na República Dominicana com vistas de estudar, mas quando cheguei lá, não deu certo. A gente foi obrigada de começar a trabalhar.[...] **morei 7 anos na República Dominicana, depois deixei para ir no Providencial, vivi lá durante 5 anos, depois voltei para Haiti, eu queria ir para o Canadá.** Eu e minha esposa fazem uma solicitação de visto, foi recusado, nós ficamos um tempo no Haiti, e depois decidimos de vir pelo Brasil (SUJEITO 2, grifo nosso).*

*Estudei em Hinche no Lycée Durmasais Estimé a única escola pública na cidade ... passei uma boa parte de minha vida lá...**A partir dos anos 2000, comecei a fazer ida e volta entre Haiti e a República Dominicana,** porque sou pedreiro, eu aprendi a profissão lá mesmo, tive mais oportunidade de trabalhar lá (SUJEITO 4, grifo nosso).*

*Terminei o Ensino médio numa escola privada da minha cidade, depois passei um tempo em Porto Príncipe, também para começar a faculdade de contabilidade numa universidade privada. Na época, não tinha paciência para estudar, **fui para República Dominicana para trabalhar numa loja com meu irmão, morei lá durante 6 anos, depois deixei o país para vir no Brasil...Tem 12 anos que eu moro fora do Haiti, 6 anos na República Dominicana e 6 anos no Brasil** (SUJEITO 6, grifo nosso).*

Essa mobilidade constatada no percurso dos entrevistados antes de migrar para o Brasil, trata-se de um elemento importante para o entendimento desses aspectos da cultura migratória do ser haitiano discutidos ao longo do trabalho, no sentido de que migrar não é uma novidade para a população haitiana, mas sim uma atividade cotidiana. O que é novo no contexto migratório haitiano no Brasil é a surpresa que criou essa migração preta na sociedade brasileira, tendo em vista o histórico de migração de europeus no final do século XIX e início do século XX.

A estrutura desse trabalho foi organizada em três momentos, seguindo a mesma lógica da trajetória dos imigrantes haitianos no Brasil, sendo: primeiro, a vivência dos imigrantes no Haiti; segundo, o processo de deslocamento antes de chegar ao Brasil; e terceiro, as questões que envolvem a sua permanência no Brasil. Procurei articular ao longo de toda a dissertação os relatos dos entrevistados, possibilitando maior coerência entre os conteúdos de suas manifestações com as análises históricas e conceituais realizadas.

Desta forma, com maior detalhamento, na primeira parte, foi abordada a vivência dos imigrantes no Haiti e sua relação com as políticas sociais naquele território, buscando esclarecer o conceito de política social, bem como a dimensão histórica e política dessa categoria. Procurei, ainda, elaborar uma apresentação geral do Haiti, discutindo a realidade do Estado contestado haitiano pela população de baixa renda, o que evidencia a presença de uma sociedade segregacionista; discutir a realidade das políticas sociais do Estado Haitiano, marcada pela

dominação das ONGs e uma desqualificação dos órgãos públicos de políticas sociais pelo próprio Estado para utilizar outros órgãos paralelos.

Na segunda parte sobre o deslocamento a partir do terremoto ocorrido no Haiti no ano de 2010, procurei introduzir uma discussão sobre a história da migração para a população desse país. Os determinantes históricos, econômicos, políticos e simbólicos foram debatidos como a base desse deslocamento dos imigrantes para o Brasil. As referências teóricas foram utilizadas para problematizar essa política migratória do Brasil aberta pelos imigrantes haitianos, passando pela base legal dessa emigração envolvida no visto humanitário e também os impactos sociais e econômicos da presença haitiana na sociedade brasileira.

Enfim, na terceira parte denominada como “ser imigrante haitiano no Brasil e sua relação com a política social brasileira” foi iniciada por uma breve discussão sobre as características históricas e conceituais das políticas sociais brasileiras. No final, procurei concentrar as análises das entrevistas para refletir sobre as preocupações que foram apresentadas e debater em quatro grandes eixos: o Brasil existe lá como o Haiti está aqui; os contrastes no reconhecimento das políticas sociais pelos imigrantes; ser haitiano é igual a ser desqualificado: o olhar preconceituoso do fenômeno migratório; o Brasil como o território de passagem dos imigrantes haitianos.

## 2 PONTO DE PARTIDA: A RELAÇÃO DOS HAITIANOS COM O ESTADO E A POLÍTICA SOCIAL

Essa primeira parte se apresenta como fundamental para debater os conceitos de política social e Estado, a fim de entender a compreensão da relação dos imigrantes no Haiti com o Estado, tendo como referência as políticas sociais desenvolvidas no país. Entendemos que esta reflexão e contextualização permitem um melhor entendimento acerca do Estado haitiano e das políticas sociais haitianas, bem como esses aspectos podem influenciar na compreensão dos imigrantes sobre as políticas sociais do Brasil, como também propiciam debater o conceito de política social

### 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA POLÍTICA SOCIAL

No mundo contemporâneo a política social resultante da relação contraditória entre o Estado, a sociedade e o Mercado. O Estado, nas sociedades capitalistas, se serve das políticas sociais para aliviar as desigualdades sociais e econômicas criadas pelo funcionamento do sistema capitalista. Segundo Pereira (2011, p. 163), “nas sociedades contemporâneas, a menção a esse tipo de política, associada aos conceitos de políticas públicas, necessidades sociais e direito da cidadania, tornou-se uma recorrente tendência intelectual e política”. Contudo, segundo a autora “conceituar e definir política social implica reconhecer que existem paradigmas ou estatutos epistemológicos competitivos e rivais colocados à disposição desse processo” (PEREIRA, 2011, p. 165). Baseando sobre essa colocação da autora, deixamos claro ao longo desse texto, que nós falamos da política social como uma categoria histórica ligada ao desenvolvimento do sistema capitalista nas suas contradições internas, também “é dialeticamente contraditória”. E é essa contradição que permite a classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor” (PEREIRA, 2011, p. 166),

Essa política como produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania. Sendo assim a política se apresenta como um conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo

Estado e aplicadas verticalmente na sociedade (como entendem as teorias funcionalistas) (PEREIRA, 2011, p. 166).

Ao final, na perspectiva adotada nesse trabalho, ela é identificada “como uma política de ação, que tem perfil, funções e objetivos próprios e produz impactos no contexto em que atua” (PEREIRA, 2011, p. 166) e também, como uma categoria histórica desenvolvida, com o modo de produção capitalista nos países europeus e espalhados no mundo de maneira diversificada. Desta forma, a partir de qual momento surgiu a política social nas sociedades capitalistas? Quais foram os motivos históricos desse surgimento? Quais são as grandes orientações políticas-econômicas que a atravessaram?

Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 43) todas as políticas sociais não tinham os mesmos motivos de existência. Na perspectiva dessas autoras a explicação do surgimento delas deveria ser múltipla,

O estudo das políticas sociais deve ser considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem os efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, relaciona as políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico -estrutural. De ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses de classe em que se situam (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 43).

Baseando-se nas reflexões das autoras pretendemos analisar nesse trabalho as trajetórias estruturais, econômicas e políticas da categoria histórica política social, a partir de quatro grandes períodos: as antecedências ou as “protoformas das políticas sociais” a partir do século XIV; a predominância do liberalismo nas políticas sociais a partir da última década do século XIX; o surgimento do Estado de Bem-Estar (o *Welfare State*) a partir da década de 1940 e o último período sendo as políticas sociais no neoliberalismo, a crise do Keynesianismo dos anos 1970.

O período na história das políticas sociais é o que Behring e Boschetti (2011)

identificaram como um período dominado por legislações pré-capitalistas punitivas e restritivas, que se cruzaram na interseção entre assistencial social e trabalho forçado. Também no dizer da Pereira (2011) essas legislações são consideradas como leis dos pobres pré-industriais, estabelecidas para lutar contra a presença ameaçadora da vagabundagem. “Elas constituíam um conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, a partir da constatação de que a caridade cristã não dava conta de conter possíveis desordens que poderiam advir da lenta substituição da ordem feudal pela capitalista, seguida de generalizada miséria, desabrigos e epidemias” (PEREIRA, 2011, p. 61-62).

Behring e Boschetti (2011, p. 48) fizeram um levantamento a partir da produção teórica de Castel e Polanyi para apresentar essas diferentes legislações que antecederam a política social.

Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais. As mais exaltadas e frequentemente citadas como legislações seminais são as leis inglesas que se desenvolveram no período que antecedeu a revolução industrial (Polanyi, 2000; Castel 1998): Estatuto dos trabalhadores, de 1349; Estatuto dos artesãos (Artífices), de 1563; Leis dos pobres elisabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601; Lei de domicílio (Settlement Act), de 1662; Speenhamland Act, de 1795; Lei Revisora das leis dos pobres, ou nova lei dos pobres (Poor Law Amendment Act), de 1834. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 48).

Segundo as análises de Behring e Boschetti (2011, p. 48) e Pereira (2011), essas ações não respondem aos critérios para apresentá-las como políticas sociais modernas. Elas apenas se reúnem em um dinâmico de “código coercitivo do trabalho” com caráter repressivo e não protetor. Behring e Boschetti (2011, p. 48) relevam alguns fundamentos comuns dessas leis que foram resumidos assim:

Estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver; obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido; regular a remuneração do trabalho, de modo que o trabalhador pobre não poderia negociar formas de remuneração; proibir a mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos “oferecidos”

Nesse período essas ações não foram consideradas como o dever do Estado e direitos dos cidadãos.

Pelo contrário, a história registra que as leis dos Pobres, nascidas e desenvolvidas na Grã-Breataanha sob o patrocínio de diferentes governos monárquicos, tiveram como motivação básica o medo da desordem social – em decorrência do aumento da pobreza – e como objetivo principal a repressão à “vagabundagem”. Mais tarde, mesmo reconhecendo a existência de pobres incapazes de trabalhar ao lado de desempregados e dos classificados como preguiçosos, as leis dos pobres não conceberam a política social como um dever do Estado (PEREIRA, 2011, p. 176).

Durante esse período pré-capitalista é importante de destacar uma dessas leis, que é a de 1834, que Pereira (2011) identificou já como um anúncio da dominação do pensamento liberal nas políticas sociais. Essa lei, denominada nova lei dos pobres (Poor Law Amendment Act), foi estabelecida no contexto pós-revolução industrial e é o ponto de partida da política social liberal segundo a autora.

Pressionada pelo liberalismo econômico, a reforma de 1834 foi a manifestação mais evidente de um processo que tinha determinação estrutural e convincentes postulações doutrinárias. Sua ascensão histórica deveu-se a mudanças radicais no âmbito da produção, mas também a ideologias, cujo defensores, como os reverendos Thomas Malthus e Joseph Townsend, possuíam notável prestígio intelectual e penetração fácil na opinião pública. Além destes, nomes como economista clássico David Ricardo e dos líderes do *laissez-faire* econômico, como Nassau Senior e Edwin Chadwick, construíram importantes argumentos e teses utilitaristas, que se tornaram peças-chaves do pensamento liberal, com vigorosas implicações até hoje (PEREIRA, 2011, p. 176).

De maneira geral as respostas trazidas por essas legislações aos acontecimentos na história da sociedade capitalista durante o século XIX, particularmente a emergência da questão social vão reveladas insuficientes. Esses limites não permitem nomear essas ações sociais como políticas sociais, pois elas são apenas identificadas como ato caritativo para combater a pobreza. E, dentro o processo iniciado pelo capital de dar outra forma de resposta apropriada e sistematizada, surgiu a predominância das políticas sociais liberais como produto das contradições históricas do sistema para garantir sua reprodução.

A sociedade capitalista, no seu desenvolvimento, exigiu de novas regulações na relação de trabalho para resolver seus próprios crises históricos e cíclicos. As políticas sociais, tornam-se respostas escolhidas pelo Capital para responder aos impactos da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no último quarto do século XVIII, que apareceu sobre uma forma dramática de pobreza (o pauperismo da classe trabalhadora) convivida com o aumento de riquezas sem precedentes do modo de produção capitalista. Os trabalhadores se organizaram e fortaleceram os

movimentos proletários para reivindicar a proteção trabalhista. Desta forma, a sistematização das políticas sociais como remédio social para aliviar as condições materiais dos trabalhadores foi resumida assim:

Sinteticamente, tal fato foi impulsionado por dois principais conjuntos de forças em expansão, desde a segunda metade do século XVIII, a saber: A revolução industrial, com a sua capacidade sem precedentes de produzir bens materiais e de poder livrar as classes laborais da pobreza herdada do processo de construção dos Estados nacionais, na Europa ocidental, desde o fim da Idade Média; e As mobilizações sociais pela conquista de direitos individuais – civis e políticos – sob o efeito das revoluções burguesas (em particular da francesa, de 1789) que transformaram a antiga ordem feudal na ordem capitalista dominada pela produção mercantil e pela ideologia liberal (PEREIRA, 2011, p. 59).

Para Pereira (2011), de maneira pontual, o surgimento das políticas sociais liberais representou uma alternativa encontrada para a construção de um novo tipo de resposta às manifestações da questão social. Esse debate sobre esse novo tipo de política social de inspiração liberal foi iniciado desde 1834 e é considerado como o ponto culminante segundo a autora,

*A Poow Law Amendment Act* representou um verdadeiro ato abolicionista para a emergente economia de mercado, pois a libertava das rédeas do protecionismo estatal. Nesse processo, a tradição paternalista de controle da pobreza, herdada da época medieval, foi execrada, não apenas pelas suas limitações, mas, principalmente, pela necessidade imperiosa do credo liberal se implementar sem restrições (PEREIRA, 2011, p. 70).

Esse modo de pensamento liberal para orientar as políticas sociais no período tinha seus próprios defensores. Os autores liberais lutaram para impor uma economia do mercado caracterizada pela presença de um Estado mínimo não interventivo. Segundo Pereira (2011), os chefes de filas dessas postulações doutrinárias foram Thomas Malthus, Joseph Townsend, David Ricardo, Nassau Senior e Edwin Chadwick. Eles são considerados como os líderes do *laissez-faire* econômico ou do liberalismo econômico que existiu entre os meados do século XIX até a terceira década do século XX.

O liberalismo, alimentando pelas teses de David Ricardo e sobretudo de Adam Smith (2003), que formula a justificativa econômica para a necessária e incessante busca do interesse individual, introduz a tese que vai se cristalizar como um fio condutor da ação do Estado liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem-estar. É

a “mão invisível” do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 56)

Essa reforma liberal é uma interpretação acerca do Estado que rompeu com o debate político iluminista moderno, de Maquiavel a Rousseau segundo Behring e Boschetti (2011) e um golpe dos tímidos avanços das últimas legislações sobre a pobreza segundo Pereira (2011). Por exemplo, as principais recomendações dentro da reforma no *Poor Law Amendment Act* 1834, que é o ponto de iceberg liberal, acabaram com a ideia do Estado planejador. A nova lei dos pobres recomendou: a abolição do abono salarial previsto pelo sistema *Speenhamland*; uma prestação de assistência externa apenas aos incapacitados para o trabalho: enfermos, idosos, inválidos e viúvas com filhos pequenos; a aplicação do princípio da menor elegibilidade, dentro eles.

Esses princípios orientaram o pensamento liberal na época. Numa síntese de Behring e Boschetti, (2011, p. 61-62), estas colocam alguns elementos essenciais do liberalismo para confirmar essa influência. O liberalismo segundo as autoras é regulado pelo predomínio de individualismo; o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo; o predomínio da liberdade e competitividade; a naturalização da miséria; o predomínio da lei da necessidade; a manutenção de um Estado mínimo; as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício; a política social como um paliativo. Sobre essa situação da política social executada como paliativo, Behring e Boschetti (2011) apontaram que:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento- em geral setorializadas e fragmentadas- às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações da exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

O que significa que essas reformas não acabam com a situação de pobreza resultando na questão social e as condições da classe trabalhadora continuam a piorar.

Ao final, sobre as pressões da classe trabalhadora nos vários países na Europa, o capitalismo europeu, na sua dinâmica de gerir o seu próprio crise cíclica adoptou uma nova configuração no campo das políticas sociais. Uma redefinição que basicamente propôs um novo papel do Estado no mercado, conforme dialogam

Behring e Boschetti (2011) com o pensamento de Baebalet (1989):

A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, com o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação. Tais conquistas, contudo, não conseguiram impor a ruptura com o capitalismo. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64).

Dentro desse período de dominação liberal, além da mobilização da classe trabalhadora para a orientação das políticas sociais dirigidas pelo Estado de Bem-Estar Social; podemos destacar também a crise da depressão de 1929-1932. Isso apareceu como uma necessidade pelo capital de garantir respostas à crise econômica e também as reivindicações da classe trabalhadora.

A primeira grande crise do capital, com a depressão de 1929-1932, seguida dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, consolidou a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento. Esta só foi possível pela conjugação de alguns fatores como a) estabelecimento de políticas keynesianas com vistas a gerar pleno emprego e crescimento econômico num mercado capitalista liberal; b) instituição de serviços e políticas sociais com vista a criar demanda e ampliar o mercado de consumo; e c) um amplo acordo entre esquerda e direita, entre capital e trabalho (Pierso, 1991; Mishra, 1995), nas condições já tratadas anteriormente. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 92).

Em resumo, são os fatos históricos citados, amarrados ao desejo do capital de garantir sua própria reprodução, que fundamentaram essa virada na economia capitalista liberal, marcada pelo surgimento do Estado da providência (tradição francesa) ou do *Welfare State* (tradição anglo-saxon) ou de *Sozialstaat* (tradição Alemanha). Um conjunto de denominações que traduz a mesma concepção do Estado social intervencionista nascido nos vários países da Europa capitalista.

Behring e Boschetti (2011) atraíram atenção pelo surgimento desse novo paradigma de Estado intervencionista, regulador na economia, marcado pela dominação do *Welfare State*, que não acabou com o sistema capitalista. Para elas, essa virada entrou numa continuidade do Estado de base capitalista e é uma estratégia desenvolvida pelo próprio capital com o objetivo de garantir sua reprodução. Nessa mesma linha, Behring e Boschetti (2011, p. 83) consideraram o keynesianismo – paradigma dominante do *Welfare State* - como um liberalismo

heterodoxo ao contrário do liberalismo ortodoxo do período anterior (liberal).

Na verdade, o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos de 1929-1932, o que se combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo que também se generaliza no pós-guerra, com novos produtos e processos de produção, e também por meio da indústria bélica, no contexto da guerra fria. Essa é a base material que vai propiciar a expansão dos direitos sociais. A base subjetiva para os anos de crescimento foi a força dos trabalhadores e o novo paradigma socialista que se expendia a leste da Europa, o que forjou um grande pacto social entre os segmentos do capital e do trabalho do setor monopolista, coordenado e sustentado pelo Estado, com governos sociais-democratas na Europa ocidental. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 83).

Gough (1982 apud PEREIRA, 2011, p. 87) reconhece que: “o *Welfare State* como um fenômeno também contraditório, porque, ao mesmo tempo em que tem que atender necessidades sociais, impondo limites às livres forças do mercado, o faz preservando a integridade do modo de produção capitalista”.

Desta forma é importante deixar claro que o *Welfare State* de que se fala neste trabalho faz referência a um momento preciso na história do desenvolvimento das políticas sociais nas sociedades capitalistas e, que também não existe um modelo único de *Welfare State*. Uma ideia que Pereira (2011) vai deixar bem claro:

Viu-se que uma das características dos Estados de Bem-Estar e de suas políticas sociais é que eles são uniformes e homogêneos. Viu-se também que, devido a esta característica, eles variam de um país para outro e são mais e menos generosos, embora tenham um denominador comum: o pressuposto de que o homem não é só uma unidade de produção e, portanto, não é totalmente responsável pelos seus problemas sócio-econômicos, cabendo ao Estado protegê-lo. (PEREIRA, 2011, p. 185).

Apesar dessa discussão sobre o caráter heterógeno do *Welfare State* no desenvolvimento do capitalismo europeu, vários autores concordam sobre as referências do seu surgimento no capitalismo. Citamos Draibe (1993), que reflete que o surgimento do *Welfare State* foi uma abertura da tendência da democracia de massas, e a institucionalização dos direitos sociais em seguida aos direitos civis e políticos.

[...] o *Welfare State* é... um estado no qual se usa deliberadamente o poder organizado (através da política e da administração) num esforço para modificar o jogo das forças do mercado em pelo menos três condições: primeiro, garantindo aos indivíduos e às famílias uma renda mínima independente do valor de mercado do seu trabalho ou de sua propriedade; segundo, restringindo o arco de insegurança, colocando os indivíduos e

famílias em condições de fazer frente a certas “contingências sociais” (por exemplo: a doença, a velhice e a desocupação) que, de outra maneira, conduziriam a crises individuais ou familiares; e terceiro, assegurando que a todos os cidadãos, sem distinção de status ou de classe, sejam oferecidos os padrões mais altos de uma gama reconhecida de serviços sociais (BRIGGS, 1961 apud DRAIBE, 1993, p. 5-6).

Nas reflexões das autoras como Pereira (2011) e Behring e Boschetti (2011), estas concordaram sobre os avanços sociais do *Welfare State* em benefício da classe trabalhadora na Europa.

Ao analisar as “origens e desenvolvimento do *Welfare State*”, esse autor (Pierson, 1991) aponta três elementos que marcam esse período como a “idade de ouro” das políticas sociais. O primeiro desses elementos é o crescimento do orçamento social em todos países da Europa que integravam a OCDE, cuja média de gasto, em relação ao produto interior bruto, passou de 3%, em 1914, para 5%, em 1940, em 10% e 20% em 1950 e 25% em 1970. Outro deles é o crescimento incremental de mudança demográfica, expresso pelo aumento da população idosa nos países capitalistas centrais, que ampliou os gastos com aposentadorias e saúde, e pelo aumento da taxa da população economicamente inativa que mudou a relação contribuinte (ativo) e usuário das pensões (inativo). O terceiro é o crescimento seqüencial de programas sociais no período. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 92).

Assim como os defensores do liberalismo no período interior, esse modelo de pensamento de Estado regulador, reconhecido como o keynesianismo, foi influenciado por alguns pensadores importantes como: John M. Keynes na sua teoria que defendeu o pleno emprego e que questionou, ao mesmo tempo, a efetividade das teorias clássicas da economia, particularmente a lei de Say (lei dos mercados), segundo a qual a oferta cria sua própria demanda; de William H. Beveridge que propôs a construção da seguridade social extensiva; e de Thomas H. Marshall que teorizou sobre a sistematização da cidadania.

Segundo Pereira (2011, p. 89- 90):

Para dar racionalidade as suas ações, o *Welfare State* guiou-se (apesar de não ser idêntico ou unívoco nos vários contextos nacionais em que se realizou e se processou) por três marcos orientadores que, combinados, formam o que venho chamado, inspirada em Roche (1992), de Paradigma dominante de Estado de Bem Estar, a saber: o receituário keynesiano de regulação econômica e social, inaugurado nos anos 1930; as postulações do relatório Beveridge sobre a Seguridade Social, publicadas em 1942; e a formulação da teoria trifacetada da cidadania, de T. H. Marshall, nos fins dos anos 1940. Cada um desses marcos gira em torno de um eixo particular que, conjuntamente, formam as colunas mestras (teóricas, políticas e ideológicas) modernas do *Welfare State* e de suas políticas.

Além desses fatos relatados anteriormente, Behring e Boschetti agregaram a influência do fordismo como nova forma de regulação da relação de trabalho baseada na produção em massa para o consumo em massa.

O que havia de novo em Ford era sua perspectiva de combinar produção em massa com consumo de massa, o que pressupunha um novo sistema de reprodução da força de trabalho, bem como “uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (Havey, 1993:121). Gramsci, em seu importante ensaio “Americano e fordismo” (2001) também percebe o fordismo, para além da dimensão econômica, com seu impulso ao processo de extração da mais valia relativa. Ele identifica sensivelmente a relação social fordista como um esforço de produção de um novo homem inserido em uma “nova” sociedade capitalista. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 87).

Sem entrar nos detalhes sobre as manifestações particulares do Estado social regulador de cada país europeu, há que se concordar com Behring e Boschetti (2011) que o *Welfare State* é o tema mais apropriado para caracterizar os conjuntos de intervenções do Estado para corrigir as expressões da questão social durante o século XX. Relata-se apenas os dois modelos clássicos de *Welfare State* servidos nas orientações de todos os outros desenvolvidos nos países capitalistas: o modelo beveridgiano da tradição anglo-saxônica e o modelo bismarckiano da tradição alemã.

Os clássicos modelos bismarckiano e beveridgiano como parâmetro para a caracterização do Estado Social dos sistemas de seguridade social predominantes nos países capitalistas da Europa ocidental. Embora não existam sistemas e “modelos puros”, quando ocorre predomínio da lógica do seguro, os autores tendem a identificar o sistema como sendo de seguros ou bismarckiano; quando predominam amplos serviços não contributivos, tendem a identifica-lo como sistema beveridgiano ou de seguridade social, com base no plano Beveridge (Dumont, 1995; Dufourcq, 1994), (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 99).

Essa reflexão das autoras evidenciou claramente na tentativa de classificação feita por Pereira (2011) de Estado de Bem-Estar que tinha existido. Em primeiro lugar, segundo a autora, tinham os Estados de Bem-Estar intervencionistas fortes encontrados nos países como Suécia, Noruega, Áustria e Finlândia, que combinam política social extensiva e comprometida institucionalmente com o pleno emprego; em segundo lugar, os Estados de Bem-Estar compensatórios brandos, encontrados nos países como a Bélgica, Dinamarca, Holanda, França, Itália, Alemanha e Irlanda, nos quais foram dominados pelas provisões sociais destinadas

a compensar as necessidades advindas do desemprego; em terceiro lugar, os Estados de Bem-Estar orientados para o pleno emprego, com escassa política de bem-estar, encontrados nos países como Japão e Suíça, dominados pela redução das prestações sociais públicas; e, enfim, os Estados orientados para o mercado com escassa política de bem-estar, encontrados nos países como a Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia que são considerados como países que abraçaram a ideologia liberal-conservadora com a garantia limitada de emprego pelo Estado.

Segundo as reflexões de Behring e Boschetti (2011), a ideologia neoliberal, tanto quanto a ideologia do Estado regulador (o keynesianismo), surgiram a partir das crises cíclicas do próprio modo de produção capitalista, sendo um jogo de crise-anti crise. Desta forma, a predominância do pensamento neoliberal na história das políticas sociais no sistema capitalista surgiu a partir dos anos 1970 considerado como o período da crise do keynesianismo, que implicitamente marcou o retrocesso em algumas conquistas da classe trabalhadora. É o que Pereira (2011) identificou como uma transformação do *Welfare State* (bem-estar incondicional) em *Workfare* (bem-estar em troca de trabalho). Mas a ideia foi elaborada pós-segunda guerra mundial, mas foi impedida para a potência dos movimentos da classe trabalhadora da época.

Ao fazer um balanço do neoliberalismo, Anderson (1995) afirma que este surgiu logo após a segunda guerra mundial, como uma reação teórica ao Estado intervencionista e bem-estar, e que suas premissas estavam elaboradas originalmente no texto de Friedrich Hayeck, o caminho da servidão, publicado em 1944, sendo que “seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (Anderson, 1995:10). Esse autor ressalta que o período de forte crescimento imposto pela economia regulada entre os anos 1945-1970 minou a possibilidade de expansão dos ideais neoliberais, (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 125).

Contudo, de maneira pontual, o neoliberalismo que re-promoveu as ideias liberais do Estado do século XVIII que se tornou hegemônico segundo Anderson (1995) e Navarro (1998 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 126), “quando seus princípios foram assumidos nos programas governamentais em diversos países da Europa e dos Estados Unidos. Os primeiros expoentes foram os governos Thatcher (Inglaterra, 1979), Reagan (EUA, 1980), Kohl (Alemanha, 1982), e Schluter (Dinamarca, 1983)”. Esse processo de implementação do neoliberalismo continuará

com os governos eleitos na Europa ocidental na década 1980.

A ideologia neoliberal foi adaptada basicamente para resolver as crises do sistema imperialista e combater o Estado intervencionista do keynesianismo para colocar as bases de uma nova forma de capitalismo.

A hegemonia neoliberal na década 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 127).

Destaca-se que esse período do neoliberalismo aumentou o desemprego e a miséria da classe trabalhadora sem, no entanto, mudar as suas condições materiais de vida. As políticas sociais no seu conjunto, desde a origem até hoje, continuam a ser dos meios para o capital de controlar a classe trabalhadora, aliviar as desigualdades socioeconômicas criadas pelas contradições do sistema e garantir sua própria manutenção frente das pressões dos trabalhadores.

Assim, cada país tem seu modo de desenvolvimento das políticas sociais, que dependem do desenvolvimento dos meios de produção e da mobilização dos grupos que fazem pressão social e política. Como apontou Behring e Boschetti (2011, p. 64):

[...] o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciada entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado.

Em outras palavras, isso significa que nem todos os países tinham essa trajetória da política social apresentada, sendo mais um caminho dos países capitalistas ocidentais. As políticas sociais desenvolvidas nos Estados Unidos são diferentes do que que são desenvolvidas no Brasil do ponto de vista histórico, institucional e político, sendo semelhante para as desenvolvidas no Haiti, etc. Todavia, todas elas têm em comum o fato de serem produtos contraditórios do sistema capitalista, dos resultados das conquistas das classes trabalhadores e recuperadas pelo capital, para tornarem-se um conjunto de ações sociais desenvolvidas pelo capital para melhorar as condições da classe trabalhadora e

garantir a reprodução do sistema. A referência de Yazbek (2008) , que concebeu a política social como conjunto de ações do Estado nas áreas sociais, conjugada com a da Pereira (2011) nos servirá para esclarecer a política social:

Modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos, respondendo a interesses diversos, ou seja, a Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem. (YAZBEK, 2008, p. 4).

Esse conjunto de ações sociais de caráter reformista se evidenciam nas várias áreas como a educação, a saúde, o emprego, a moradia, a assistência social, dentre outros. Nessa dinâmica, o papel do Estado na gestão e administração dessas políticas sociais é incontornável porque, teoricamente, é o primeiro responsável nas orientações das políticas públicas de cada país, mesmo que seja identificado como um Estado forte ou fraco ou qualquer outro qualificativo alocado.

O Haiti, como vários outros países da América Latina, não segue o modelo clássico europeu apresentado. As políticas sociais que existem naquele país são resultados das expressões de suas contradições históricas, de suas lutas de classes, e do desenvolvimento particular do capitalismo marcado particularmente para a dominação do capitalismo estrangeiro através de ONGs. Elas se fundamentam politicamente no Haiti contemporâneo, a partir da Constituição de 1987, nos capítulos sobre os direitos fundamentais da pessoa humana. O capítulo II, sobre os direitos fundamentais, é dividido em sete linhas de direitos reconhecidos como tais: Seção A: o direito à vida e à saúde; Seção B: direito à liberdade individual; Seção C: direito à liberdade de expressão; Seção D: direito à liberdade de consciência; Seção E: direito à liberdade de reunião e de associação; Seção F: direito à educação e ensino; Seção G: direito à liberdade de trabalho; Seção H: direito à propriedade; Seção I: direito à informação; Seção J: direito à segurança.

Contudo entre o que está escrito na Constituição Haitiana de 1987 sobre o fortalecimento dos direitos sociais (o que já pode ser considerado um aspecto de conquista) e a realidade, existe uma grande diferença que fica evidenciada ao longo das análises.

## 2.2 ESTADO HAITIANO OU ESTADO CONTESTADO

Estado contestado é um conceito desenvolvido ao longo do trabalho para caracterizar as relações entre o Estado haitiano e a população de baixa renda. Tal relação evidencia uma distância entre eles e uma discordância da parte civil do Estado contra a parte política. Isso tem como referência as diferentes ações da parte política do Estado nas orientações das políticas econômicas e sociais.

Essa relação de tensão, importante para entender o sentido de um Estado contestado, é o que Gilles (2013) caracterizou como relação de desprezo e do ódio entre duas partes. Nesse contexto as elites políticas não se preocupam com a população, como forma de desprezo. Assim, como vingança, a população desenvolve um ódio contra essas elites. Casimir (2009) caracterizou tal fato como um interminável diálogo de surdos entre as elites políticas e a população de baixa renda. Desse modo, entendemos que a permanência desse Estado e sua sobrevivência estão no processo histórico de reorganização da política educacional haitiana, que limita todas as expressões subversivas da população.

### 2.2.1 Conceito de Estado e a Constituição do Estado Haitiano

Refletir sobre o Estado como instituição histórica continua a ser um debate muito profundo e controverso no seio das ciências humanas e sociais. Explicações relativas à sua natureza, sua origem, sua evolução e seu papel na sociedade variam em função da ideologia e da postura teórica adotada pelo pesquisador nessa reflexão. Deste modo, faz-se importante tecer algumas considerações teóricas sobre Estado para contextualizar e situar nossa compreensão sobre o Estado Haitiano como um Estado contestado historicamente por parte significativa da população.

O Estado, como produto histórico, nem sempre existiu. As primeiras explicações para saber suas origens estão nas obras de autores clássicos, geralmente conhecidos como os autores da teoria do contratualismo do Estado.

Os autores representantes do contratualismo são: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Estes autores clássicos vinculam o Estado à vontade do povo no contrato que ele (povo) delegou a um representante supremo, o Estado. Este marcou um nível avançado da civilização e da transição de sua condição enquanto estado em sua etapa natureza para um estado em sua etapa

civil. Contudo, as razões pelas quais as pessoas querem passar o poder aos representantes supremos são diferentes segundo esses autores. Para Hobbes, no estado em sua etapa natureza "o homem é um lobo para o homem", caracterizando isso como um estado da guerra. Para evitar uma luta excessiva, os homens confiam o poder ao "Leviatã", que tem como objetivo proteger a sociedade.

Para Locke, ao contrário de Hobbes, o estado de natureza é um estado de igualdade. Neste estado, não há domínio de nenhum homem sobre o outro. Mas também o estado da natureza foi objeto de deficiência, ausência de leis estabelecidas e de autoridades imparciais. Para corrigir estas deficiências no estado da natureza, os homens, num contrato, chegaram a um acordo para passar esse poder a um representante legítimo. Eles criam o Estado sob a forma de um contrato para garantir a missão de proteger a sociedade. Este contrato com o Estado é condicional, podendo ser quebrado se a maioria considerar que o contrato tenha sido violado pelo Estado.

Para Rousseau, o Estado surgiu com a propriedade privada, que marcou um grau de perversão do estado natural. Esta competição leva à imoralidade no estado da natureza, onde há necessidade de criar uma entidade social, que é o Estado. Deve-se notar, na concepção de Rousseau, que é o povo que detém a soberania e que pode revogar o contrato a qualquer momento.

Em resumo, os autores da teoria do contratualismo mostram que a origem do Estado se fundamenta na vontade do povo para preservar sua liberdade na sociedade. Ao refletir sobre as posições teóricas dos autores citados, Teixeira reflete que:

Independente de pequenas variações na concepção de soberania que os três autores aqui estudados desenvolveram, conclui-se que a necessidade da criação de um Estado soberano, ou seja, com poderes indivisíveis, ilimitados e inalienáveis, é uma constante na história do pensamento político moderno. Atribuir um caráter absoluto para o poder político que governa a sociedade parece ser a principal alternativa que os seus membros, historicamente, têm escolhido tratando aquilo – e aqueles – que não é de seu meio como estranho, ou estrangeiro. (TEIXEIRA, 2007, p. 10)

Por outro lado, é extensa a literatura existente sobre a concepção moderna e pós-moderna do Estado. Maquiavel define o Estado como o nascimento de uma autoridade central e soberana que subtrai a ação política de considerações morais e religiosas. O sociólogo alemão Weber (2004) acredita que o Estado é uma entidade

que exerce a autoridade legítima em um território determinado, desempenhando o poder do monopólio da violência por meio de um conjunto de instituições reagrupadas na burocracia como uma forma de organização humana formal e impessoal baseada na racionalidade. Bourdieu (2014) concebeu o Estado como o resultado de um duplo processo da autonomização e formação por meio da acumulação de um conjunto de princípios e condições históricas específicas de cada país.

O pensamento marxista de Estado trilhou outro caminho para explicar o Estado através das contradições das classes sociais na sociedade capitalista, sendo sistematizado ao longo de todas as obras de Marx e Engels. Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, escrito por Engels (2006), o Estado é um produto histórico relacionado com o desenvolvimento econômico das sociedades capitalistas. A concepção fundamental no pensamento marxista de Estado se evidencia no seu caráter instrumental para o benefício da classe social dominante.

Assim, o Estado é compreendido como um instrumento de dominação da burguesia sobre o proletariado, sendo uma forma de organização política e econômica favorável aos interesses da burguesia, a fim de continuar explorando a classe trabalhadora. A presença do Estado mostra que as contradições entre as classes sociais são inconciliáveis, conforme a afirmação de Lenin (2007, p. 37),

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis.

Situar o Estado haitiano no conjunto das reflexões sociológicas e políticas acerca do conceito de Estado, demanda empreender e compreender um debate teórico amplo. A partir desse debate buscamos compreender o Estado Haitiano conceituando-o como Estado contestado, caracterizado pela ilegitimidade popular histórica pela população haitiana, mediante as estratégias com que realiza a gestão das expressões da questão social. Para tal, entendemos o Estado na perspectiva de Gramsci (1982), o que permite esclarecer as lutas pela hegemonia e o papel do Estado na sustentação de uma das expressões visíveis da questão social que é o sentido da emigração na história contemporânea do Haiti.

A diferença fundamental na concepção de Gramsci (1982) em comparação a outras concepções é a integração da sociedade civil como uma parte do Estado. Na concepção do autor, o Estado é a combinação entre a sociedade política e a sociedade civil numa perspectiva de hegemonia revestida de coerção. Para Gramsci (1982), a sociedade civil pertence à superestrutura e um dos elementos importantes evidenciado em sua análise é a luta pela hegemonia da cultura. Ao refletir sobre o pensamento gramsciano, Correia (2004) afirma que:

Para este teórico, a estrutura – esfera econômica ou mundo de produção – e a superestrutura se relacionam dialeticamente formando um bloco histórico. Na superestrutura se localiza a esfera da sociedade civil, que é o conjunto de organismos privados (escolas, igrejas, sindicatos, meios de comunicação) que exercem o consenso sobre a sociedade, dando a direção moral e política, e a esfera da sociedade política, que é o conjunto dos aparelhos repressivos (instituições jurídicas, penais, militares, policiais, etc.) que exercem a coerção e o domínio sobre a sociedade (CORREIA, 2004, p. 162).

Para Gramsci (1982), a sociedade civil é o espaço não estatal onde as classes subalternas podem participar nas decisões, lutar pela hegemonia, propor projeto político no âmbito do Estado. A sociedade política é o espaço da emancipação popular. Destacar essas grandes linhas da teoria de Gramsci pressupõe esclarecer a relação complexa entre o Estado haitiano e a sociedade civil haitiana e mostrar o processo histórico do Estado contestado ao longo dessa primeira parte da dissertação.

Refletir sobre o Estado haitiano é tratar de uma perspectiva recente, de quase dois séculos. O Estado haitiano é o resultado da guerra da independência em 1804 entre o exército francês de Napoleão Bonaparte e o haitiano, denominado exército indígena<sup>4</sup>.

Dessa forma, o Estado haitiano nasceu com traços do sistema escravagista que existiu durante a colonização francesa, onde a colônia, tão produtiva nas vantagens dos colonizadores, foi chamada de *Perle des Antilles* (Pérola das

---

<sup>4</sup> O sentido de indígena aqui se refere ao nativo do Haiti, elemento próprio do Haiti

Antilha<sup>5</sup>). Nesse sistema colonial, a sociedade foi dividida em três grupos raciais. Os registros históricos haitianos identificaram como classe social, perspectiva que Etienne (2007) identificou como um amálgama-classe, que gerou confusão para a compreensão do sistema.

Segundo esse autor, essa classificação foi feita em função da cor da pele e não dos interesses econômicos da colônia. No primeiro nível da hierarquia estavam os proprietários brancos donos dos escravos e da maioria dos meios de produção na colônia, reagrupando grandes fazendeiros, burocratas coloniais e profissionais liberais. Eles detinham exclusivamente todos os direitos políticos, civil e sociais. No meio da hierarquia, os *Affranchis*<sup>6</sup> ou novos livres, que foram também proprietários de escravos e dos meios da produção. Essa categoria reagrupou os mulatos (filhos de brancos com negras escravas) e os escravos nascidos na colônia que compraram esse estatuto social. Eles foram chamados de “novos livres”. Os *Affranchis* foram reconhecidos como privilegiados do sistema colonial junto aos brancos proprietários, mas, por causa da cor de sua pele, não puderam exercer os direitos políticos na colônia. Enfim, existiram também os escravos, estando no último patamar da hierarquia social, sem nenhum direito, considerados como as propriedades das duas primeiras categorias, brancos e mulatos, segundo o *Code Noir* (Código Negro) (1685- 1803), que define um conjunto de regras sobre o estatuto dos escravos. No artigo 44, os escravos são desumanizados e não são considerados como sujeito de nenhum direito e podem se dividir entre os brancos como móveis.

Os mulatos *Affranchis*, também lesados pelo *Code noir*, entram em uma disputa pelo reconhecimento da igualdade com os proprietários brancos. As principais lideranças históricas, Vincent Ogé e Jean Baptiste Chavanne, foram várias vezes à França para defender esse reconhecimento, porém, os brancos da metrópole sempre recusam as demandas por eles apresentadas. Depois de várias

---

<sup>5</sup> Aí se desenvolveu, durante a conturbada época dos filibusteiros, a mais rica das colônias francesas do Novo Mundo, *Saint-Domingue*, a pérola do Caribell, que prosperou, durante os séculos XVII e XVIII, com base na agromanufatura de açúcar, uma economia na qual cerca de 40 mil plantadores reinavam sobre 30 mil pessoas de cor, mulatos de variados matizes, e sobre meio milhão de escravos negros transplantados do Daomé e do Senegal. Em fins do século XVIII, entretanto, a conjuntura nacional e internacional, derivada da revolução francesa, lançou Saint-Domingue naquela que foi, talvez, a mais extraordinária e dramática transformação sofrida pela colônia ultramarina europeia (VALLER FILHO, 2007, p. 141 apud CONTIGUIBA, 2014, p. 73).

<sup>6</sup> *Affranchis* é um termo que significa literalmente, alguém que se libertou de uma condição de dependência qualquer.

tentativas sem sucesso, eles se juntaram com os escravos contra os brancos para conduzir a guerra da independência. Finalmente, a independência do Haiti foi o resultado da união dos negros e dos mulatos.

**Figura 4** - A bandeira haitiana



Fonte: Google Imagens.

O Haiti foi a segunda colônia independente depois dos Estados Unidos em 1776. A independência foi efetivada no dia primeiro de janeiro 1804, depois da Batalha<sup>7</sup> de Vertières, em 18 de novembro de 1803, na qual o exército indígena haitiano combateu e venceu o exército francês de Napoleão Bonaparte e de três outros grandes acontecimentos anteriores. O primeiro foi a revolta de um grupo de escravos em 1758, sobre a iniciativa de Mackandal, um escravo originário da Guiné que utiliza as crenças do Vodou em sentido profético e incita os negros a matar os brancos através de veneno. Capturado pelos brancos, ele foi queimado vivo em uma praça pública na cidade do *Cap-Haitien*, segundo Hurbon (1987). O segundo

---

<sup>7</sup> Essa conquista nunca foi mencionada por historiadores franceses, já que foi vista como algo vergonhoso para a história da França. No entanto, em 2014, o historiador francês Jean Pierre le Glaunec escreveu o livro *L'armée indigène: la défaite de Napoléon en Haïti. (O exército indígena: a defesa de Napoleão no Haiti)* / edição Lux, 2014, para resgatar essa parte da história escondida e que é tão significativa para a humanidade.

acontecimento foi a mobilização dos escravos em 1791, sob a liderança de um sacerdote de Vodou de origem jamaicana que se chamou Dutty Boukman. Na noite do 14 de agosto, houve uma cerimônia chamada de “Bois Caïman” (lugar localizado no Norte do Haiti), na qual os escravos *marrons* decidiram revoltar-se contra o sistema escravista, eliminando os colonos franceses. Boukman foi assassinado pelos colonos brancos no mesmo ano.

Depois da morte do Boukman, teve vários outros líderes escravos conduzindo a independência. Mas o que foi mais destacado é Toussaint Louverture (1743-1803), que Hobsbawwn (2008) considerou como o primeiro grande revolucionário negro dos tempos modernos pela sua estratégia de conduzir a revolução haitiana. Em 1803, Toussaint Louverture foi prendido pelos militares franceses, em 1802, deportado para França e morreu na prisão do *Fort de joux*, em 7 de abril 1803. Antes de sua deportação pela França, Toussaint pronunciou essas últimas frases: “Ao derrubar-me, significa que apenas o tronco da árvore da liberdade foi cortado no *Saint Domingue* (nome colonial do Haiti), mas vai crescer de volta porque suas raízes são profundas e numerosas”.

Efetivamente, como foi previsto por Toussaint, um dentre de seus companheiros, Jean Jacques Dessalines, conduziu o país à independência, em 1804, depois da Batalha de Vertières, em 18 de novembro de 1803, na qual o exército indígena haitiano combateu e venceu o exército francês de Napoleão Bonaparte. A independência do Haiti não foi bem vista e bem-vinda internacionalmente. Essa independência, segundo Hector e Hurbon (2009), foi antidiscriminação racial, anticolonial, antiescravidão, no sentido de que ela se opôs à ideologia racista existente naquela época, manifestada pela escravidão dos negros, entendendo-a como natural e enxergando o negro como um ser humano primitivo e bárbaro.

Para o autor, essa independência dos escravos de *Saint Domingue* - nome do Haiti durante a colonização francesa - constitui uma demonstração da capacidade da luta de todos os negros para a liberdade. Foi também anticolonial porque, simbolicamente, no dia da proclamação da independência, em 1804, os protagonismos da independência retomaram o nome indígena do país, Haiti, que se perdeu durante a colonização francesa. Sendo assim, o processo foi considerado como antiescravidão porque foi revolucionário e conduzido por escravos que recusaram sua situação social e reivindicaram o estatuto de livres. Essa

independência tem um senso simbólico para a emancipação humana do mundo e da raça negra em particular.

**Figura 5** - Localização geográfica do Haiti na região caribenha, no mar do Caribe e no Oceano Atlântico.



Fonte: Haiti (2017).

Com relação à posição geopolítica do Haiti, sua independência representou uma ameaça às potências coloniais da Europa. Elas tinham ainda outras colônias de escravos na região, decidindo então, por todos os meios, isolar<sup>8</sup> a jovem nação independente e colocar uma ameaça iminente de retorno à escravidão.

Diante dessa ameaça internacional, o Estado haitiano se constituiu e passou a ser legitimado por atender dois objetivos fundamentais: a defesa da liberdade contra o retorno dos colonos e a reconstrução da nação após uma batalha pela independência radical. O grande desafio do Estado foi fortalecer essa união entre mulatos e negros, o que garantiu a independência.

<sup>8</sup> Para materializar essa política de isolamento a Haiti, os países colonialistas (França, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos, com exceção da Alemanha) isolaram o Haiti em todos os sentidos, cortando relações de comércio, exportação e diplomacia, uma vez que o país representava para eles uma ameaça à independência de suas colônias. Finalmente, em 1825, a França propôs ao presidente Jean Pierre Boyer de reconhecer o Haiti como país independente. Para isso, deveria pagar-lhe 90 milhões de francos em 30 anos. O Haiti finalmente pagou a soma de 21 milhões de francos. Em 2004 (que simbolizava 200 anos de Independência) houve, no Haiti, um movimento político que pedia a restituição dessa soma pela França. Os presidentes franceses sempre negam essa demanda. Em 2015, em visita ao Haiti, François Hollande, presidente francês, declarou, depois de todos esses anos, “nossa dívida para o Haiti é moral e não econômica”. Finalmente, em 1862, os Estados Unidos estabelecem também relações com o Haiti.

O primeiro presidente do Estado do Haiti Jean Jacques Dessalines - negro, antigo escravo - foi assassinado em 1806, dois anos após a independência, porque queria uma redistribuição das terras pela massa camponesa (90% da população na época). Após a sua morte, outros chefes de Estado que o sucederam responderam aos caprichos dos mulatos minoritários. Nesse sentido, Doubout (1973) afirma que todas as terras abandonadas pelos colonos franceses foram sequestradas pelas elites do poder para manutenção da grande propriedade (em detrimento da massa desprovida de meios de produção).

O que sucede na sociedade haitiana até a ocupação dos Estados Unidos em 1915 foi um processo de produção semicolonial e semifeudal à base da produção de café e de algodão. Tal processo, afirma Doubout (1973), é caracterizado pela ausência dos donos das terras nas áreas rurais, que deixam suas terras exploradas pelos camponeses no sistema operacional chamado *meteyage de-moitié*<sup>9</sup>. Esse sistema semicolonial e semifeudal de grande plantação foi antinacional, no sentido que a grande massa rural se tornou sem-terra, dependente das vontades da grande burguesia que permaneceu na capital para fazer política (CASTOR, 1980).

Assim, a massa fica insatisfeita devido à sua aspiração de acesso à terra, apesar das inúmeras reformas agrárias. É nesse contexto que se inicia a controvérsia entre a população rural e o Estado, que vê suas medidas como uma forma de traição da motivação que promoveu a independência.

De acordo com Hurbon (1987), as primeiras decisões do Estado provocam um processo de contestação pelos negros,

O primeiro período da implantação do Estado no Haiti, entre 1804 a 1915, corresponde a uma longa busca dos governos haitianos pelo reconhecimento da independência internacional. Então, os dirigentes haitianos levam todos os esforços para fabricar o Estado haitiano no modelo ocidental, e, mesmo tempo reprimem as práticas culturais específicas do povo haitiano, como o culto do vodu (herança da África negra), o crioulo (língua criada na sociedade escravista) e os costumes familiares deixados pela África. Foi umas das exigências para esse reconhecimento internacional, pois essas práticas são consideradas, pela visão ocidental, como primitivismo e barbárie. O Estado haitiano se conformou com essas exigências para garantir uma participação na universalidade humana, representada pelo modelo cultural ocidental (HURBON, 1987, p. 125).

---

<sup>9</sup>*De-Moitié* significava, literalmente em português, meio a meio. *De-moitié* é o sistema operacional no qual o grande proprietário de terras concede uma porção de terra a um camponês do Haiti. Na colheita, o agricultor deve compartilhar com o proprietário a metade do produto da terra. Assim, meio a meio para cada um.

Nesse contexto, uma repressão conduzida pelas elites mulatas quer tomar o poder depois da morte do primeiro presidente negro, Jean Jacques Dessalines. Pelo fato de que a maioria dos mulatos foi formada pela França, quer se impor o sistema francês no país para manter uma dominação sobre a população negra.

As instabilidades sociais desse período conduziram à ocupação dos Estados Unidos de 1915 até 1934. Este período mudou a estrutura econômica e política do país, provocando o desaparecimento da soberania nacional subjacentes às forças americanas, que passaram a controlar todos os postos importantes da economia e da política. Em outras palavras, deu-se a transformação total do velho poder do Estado semifeudal e semicolonial para um poder administrativo eficaz, responsável pela defesa dos interesses do imperialismo norte-americano (DOUBOUT, 1973).

Durante a ocupação dos Estados Unidos, os eixos estratégicos do Estado, como o aduaneiro e o sistema financeiro, foram controlados pelo representante do governo americano; além de ocorrer, nesse período, a destruição do exército haitiano e a criação de um novo exército haitiano e a adoção de uma Constituição em 1918, elaborada nos Estados Unidos, (DOUBOUT, 1973).

Depois da ocupação dos Estados Unidos, o Estado haitiano continua a evoluir com falta de legitimidade popular porque a população rural se sente sempre excluído. Nesse contexto, os presidentes intensificam o lado repressivo do Estado para se manter no poder. Várias ditaduras marcam a história do país. O resultado disso pode ser ilustrado por Hurbon (1987, p. 32):

Os camponeses haitianos parecem ter fugido das autoridades por todos os meios de contato, porque nunca tiveram canais formais de expressão acessíveis. Somente os intelectuais, que falam francês, seriam capazes de produzir uma crítica aberta do regime político e, portanto, corriam o risco de perseguição.

A população rural vai reproduzir o *Marronnage*<sup>10</sup> como principal estratégia de resistência, afirma Hurbon (1987), que enxerga o *Marronnage* como uma forma de resistir iniciada pelos escravos naquela época da colonização francesa. Os sujeitos do *Marronnage* foram os escravos que vieram diretamente da África, chamados *Bossales* (bossais), ao contrário dos escravos que nasceram na colônia, chamados

---

<sup>10</sup> *Marronnage* significa fugir para viver livre, ou seja, reorganizar um lugar para morar e para se defender.

*Creole* (crioulos). Os *Bossales* recusam o sistema colonial, por isso, entram em uma rebelião permanente contra ele, preferindo viver em liberdade nas montanhas e não trabalhar no campo como escravos. Eles fugiam do trabalho forçado imposto pelos colonos franceses. Esses fugitivos *Bossales* eram denominados *Marron(s)*.

Segundo Handerson (2015), que mostra como esse conceito foi re-apropriado,

Até os dias atuais no Haiti se usa a palavra *marron* para os haitianos que estão fugindo em escala regional ou (trans)nacional por alguma situação associada à política, ao jurídico, à feitiçaria do vodu, às brigas entre familiares e amigos. As pessoas costumam dizer: *Entèl nan maron*, fulano está fugindo, ou *Entèl nan kache* (fulano está se escondendo). A palavra *marronnage* está articulada à mobilidade das pessoas, isto é, ao deslocamento de um lugar para outro e também à categoria prática de *diáspora*. (HANDERSON, 2015, p. 67).

Hurbon (1987) considera também a migração haitiana no período da ditadura como uma forma de *Marronnage*. Os haitianos que se consideram excluídos pelo sistema, fugiram. Essa prática, no entendimento de Dorvilier (2015), é um processo de despolitização do cidadão haitiano pelo Estado, ou seja, um enfraquecimento da cidadania política. Para nós, é um não funcionamento da parte civil que compõe o Estado, no sentido gramsciano, de seu papel na participação popular.

A ditadura de François Duvalier e Jean Claude Duvalier, entre 1957 a 1986, foi um dos regimes que mais fragilizou a participação civil no Estado. Em 1957, François Duvalier – médico, negro, filho de camponeses, beneficiou-se de um movimento negro chamado *Noirisme* (referência à cor da pele preta) para chegar à presidência. Desde a independência, a maioria dos presidentes do Haiti foram mulatos. Portanto, esse movimento reivindicou um negro (ou uma pessoa de cor de pele preta) como presidente para fazer justiça social para todos os negros do país (HURBON, 1987).

François Duvalier instaurou uma ditadura que perseguiu e assassinou muitos haitianos (negros e mulatos). Morreu em 1971, passando o poder ditatorial ao seu filho Jean Claude Duvalier, que tinha 18 anos na época. Este último manteve-se no poder até 1986, derrotado pelas pressões dos movimentos sociais haitianos. Nesse período, a economia foi dominada pelo capital estrangeiro através da cooperação internacional, ocorrendo, nesse contexto, segundo Bartelemy (2008), o

estabelecimento do plano neoliberal no Haiti, a partir dos anos de 1970.

O Estado, através do presidente Duvalier filho declarou: “meu pai vinha fazendo a revolução política, eu vou fazer a revolução econômica”<sup>11</sup>. Dessa forma, ajustou medidas favoráveis ao capitalismo internacional como baixar a taxa local para incentivar os investimentos estrangeiros no país.

Hurbon (1987) pontua que, no governo do Duvalier filho, a ajuda internacional, por meio do Banco Mundial e do FMI, provocou o aumento da pobreza no Haiti, que pode ser visto pelas condições de vida dos agricultores. O PIB agrícola que era, de 1964 a 1969, 50% do PIB nacional, baixou 40% em 1974 e continuou a diminuir ano a ano. Essa política econômica, prevista na cooperação com o internacional, é uma economia de exportação e abandono da produção de alimentos. Assim, o Estado é o principal responsável dessa situação da pobreza para os haitianos.

A época da pós-ditadura marcou o período da democracia no Haiti, garantida pela adoção da Constituição de 1987, votada por referendo por 87% da população do Haiti. Essa Constituição tentou criar uma atmosfera adequada entre a de relação entre a população e o Estado, retomando a adoção da língua Crioulo<sup>12</sup> e o reconhecimento oficial da prática religiosa do vodu. A Constituição de 29 março de 1987 garante os direitos fundamentais e a reativação dos canais (associação, grupo, parte política) de participação popular na democracia.

No final da ditadura de Duvalier, em 1986, aconteceu uma mobilização coletiva para a redefinição e reestruturação das relações políticas no país. De fato, depois de um século de despolitização, os atores da sociedade civil haitiana estão profundamente envolvidos em um movimento social para transformar a ordem social injusta e desigual (DORVILIER, 2015, p. 1).

No entanto, o caminho para a redefinição da relação entre a população não acontece de maneira integral.

---

<sup>11</sup> Bartelemy (2008) analisa que essa declaração tem natureza explicitamente demagógica. O que Jean Claude Duvalier considerou como “revolução política” realizada por seu pai, constituiu-se numa repressão sistemática dos oponentes do poder, por meio da proibição do funcionamento dos sindicatos e outras organizações políticas, gerando um contexto de terror pelo Estado. O que denominou como “revolução econômica” constituiu-se na colaboração total para a aplicação do plano neoliberal imposto pelo imperialismo norte-americano.

<sup>12</sup> Falado por todos os haitianos, (mas afastado desde a independência). Com essa Constituição o Haiti tem duas línguas oficiais crioulo e francês (falado por apenas 15% daqueles que fizeram escola secundária). Nota-se que o Estado torna laico a partir dessa Constituição e reconhecer a prática da religião popular do vodu.

Desde já duas décadas, os setores mais importantes da sociedade haitiana buscam estabelecer um novo sistema político capaz de assegurar gradualmente a plenitude do exercício político, econômico e social de todos os cidadãos. Cada vez mais, eles encontram dificuldades no próprio Estado, uma resistência aberta contra toda forma de mudança profunda do Estado que quer manter-se fiel a suas velhas práticas habituais. As perturbações ligadas a este Estado de fato aumentam cada vez mais, aparecendo de várias formas. E, como causa das capacidades dos principais dispositivos do poder do Estado e das raízes profundas de práticas abusivas, eles vêm se transformando em *habitus* no sentido de Bourdieu, no seio dos funcionários públicos (HECTOR; HURBON, 2009, p. 29).

Segundo Dorvilier (2015), ao compartilhar as reflexões apontadas por Hurbon (1987), a participação popular foi, ainda, dificultada pelas heranças do poder sob efeito da ditadura. Os autores relatam a permanência das práticas ditatorial sem poder ditatorial.

Com a proliferação de milhares de organizações sociais urbanas e o surgimento de dezenas de líderes, o país tornou-se um enorme laboratório social e político. No entanto, o estabelecimento real da democracia parece ser a questão fundamental, porque a perseguição política continua. Os trágicos acontecimentos que se desenrolam desde 7 de fevereiro de 1986 são contrários ao ideal da democracia tais como: o massacre de uma associação de 300 camponeses na região de Jean-Rabel, o assassinato de políticos em manifestações populares, a perseguição contra líderes religiosos, a proteção dos atos de banditismo dos *Tontons Macoutes*<sup>13</sup> pelo governo provisório, a disseminação de propagandas anticomunistas<sup>14</sup> oficiais que levaram ao linchamento de ativistas da democracia (HURBON, 1987, p. 14).

É esse tipo de Estado que continua a existir no Haiti. Um Estado hobbesiano, que criou a política do medo para se impor na sociedade. Gerou também as dificuldades internas da batalha exclusiva entre as elites mulatas e negros para o controle do poder. Dessa forma, a população de baixa renda continua a ser vítima das imposições na vida social, econômica e política.

---

<sup>13</sup> François Duvalier chegou ao poder em 1957 e uma estratégia criada por ele para limitar as prerrogativas do exército haitiano (que tinha sustentado todos os golpes no passado), foi a criação de um corpo especial estimado em cerca de 40 mil pessoas recrutadas e que se chamava Voluntários de Segurança Nacional (VSN), conhecido popularmente como o *Tonton Makout* - parceiro civil do regime. Este corpo paramilitar é apresentado à nação como um impedimento contra todos os adversários reais e imaginários da ditadura. Duvalier o define assim: “o *Tonton Makout* tem apenas uma alma, que é Duvalier; conhece apenas um líder, ainda Duvalier; iria lutar para um único destino: Duvalier no poder para sempre” (HURBON 1987, p. 20).

<sup>14</sup> Segundo Etienne (1997), no período da Guerra Fria, o Governo dos Estados Unidos, para combater o surgimento do comunismo na região, estabelece um acordo não oficial com o Estado haitiano com a intenção de impedir todas práticas ligadas às atividades reconhecidas como comunistas. A ditadura tinha aproveitado disso para combater muitos intelectuais haitianos de oposição ao governo, então classificados como comunistas, seja verdade ou não. Os intelectuais de oposição foram exilados para evitar que fossem mortos pela ditadura.

A sociedade haitiana é um lugar em que as desigualdades aumentam com o tempo, alcançaram a contemporaneidade e se manifestam até hoje sob diferentes aspectos, como na questão racial, de gênero, de escolaridade, de religião, de classe social ou de origem. O Haiti consubstancia-se como um lugar de contradições por excelência, onde se tem um dos maiores feitos da história moderna, como a primeira república negra da história e o primeiro lugar que acabou com a escravidão negra nas Américas, todavia, ao mesmo tempo, é o lugar onde uma elite buscou, com êxito, perpetuar algumas desigualdades com base no passado que aboliram (COTINGUIBA, 2014, p. 81).

Essa categoria da população, tratada de maneira desigual no sistema, contesta o Estado e resiste contra ele de várias formas ativas e passivas. Um dos mecanismos da resistência ao Estado geralmente é não participar nas atividades políticas, tais como eleições, associação política etc. As eleições com maior participação popular (51% de eleitores votantes) foram realizadas no ano de 1990. Constatamos uma decadência de menos de 50% na participação popular nas eleições seguintes. Na última eleição geral de 2016, a participação popular era de 27.44% segundo o Conselho eleitoral provisório (2016)<sup>15</sup>.

Destaca-se que o sistema de voto é não obrigatório segundo a Constituição de 1987. O sistema político é parlamentar, o presidente e os parlamentares (deputados e senadores) são eleitos por eleição direta. O poder executivo é composto pelo presidente eleito pela população e o um primeiro ministro eleito de maneira indireta pela população.

Essa dinâmica conduziu, desde 1986, de acordo com Hector e Hurbon (2009), evidencia que uma das principais características do Estado haitiano, é sua incapacidade para responder a algumas reivindicações feitas a ele pela população rural, como água potável, eletricidade para todos, oferta escolar pública, segurança pública e da propriedade etc. Citando Etienne (1997, p. 153), “O Estado do Haiti, desde 1804, revelou ser um instrumento a serviço de civis e militares privilegiados para manter e fortalecer um sistema desigual contra 90% da população. Essa população sempre lutou de maneira passiva ou ativa contra essa forma de Estado”.

A divisão geográfica e política do Haiti segundo a Constituição de 1987 é constituída por dez departamentos, sendo: Ouest, Nord, Nordeste, Nord-Ouest, Artibonite, Centre, Sud, Sudeste, Grand-Anse, Nippes. As cidades mais importantes : Porto- Principe (capital política e comercial), Cap- Haitien (cidade histórico), Jacmel

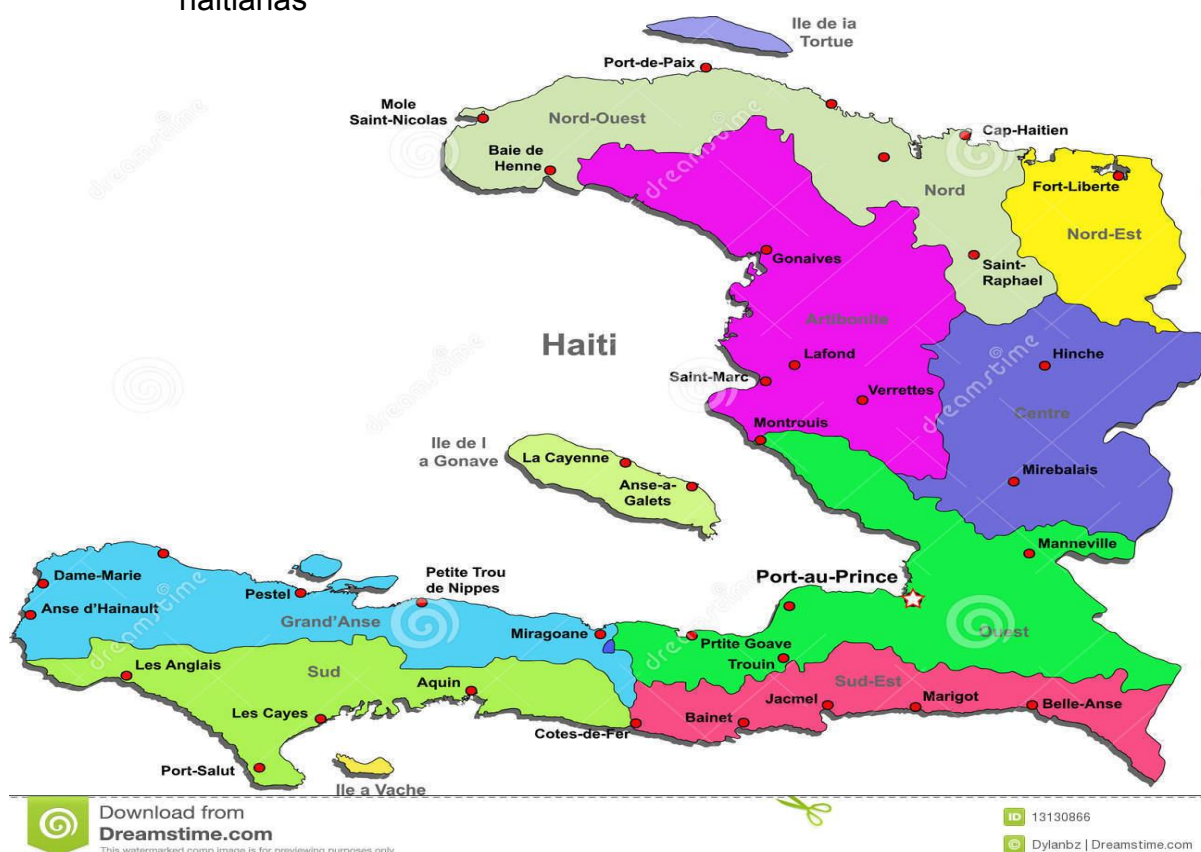
---

<sup>15</sup> Visitar o site do conselho: <https://www.cephaiti.ht/Information-electorale/240-COMMUNIQUE-DE-PRESSE-31.html>.

(cidade turística), Cayes, Gonaives, Saint- Marc, Ouanaminthe (cidade econômica), Jeremie etc.

A população total do Haiti representa dez milhões de pessoas segundo o Instituto Haitiano de Estatística e de Informática (IHSI). As mulheres representam 54% da população, enquanto a idade média da população é de vinte cinco anos. O país tem uma superfície de vinte sete mil sete centos e cinquenta 27 750 quilômetros quadrados. Tem seis ilhas adjacentes vinculadas ao território: ilha da Gonave, ilha da Tortue, a Ilha Vache, a ilha Cayimites, ilha a Navase e ilha a Grande Cayes.

**Figura 6** - Representação geopolítica dos departamentos e das grandes cidades haitianas



Fonte: MAPA... (2017).

Depois de analisar o Estado haitiano como um Estado contestado historicamente. Auxiliamos com a reflexão de Pereira (2011, p. 170) que considerou fundamental de entender a administração pública de um país a fim de entender as políticas sociais desse país, porque segundo a autora “a política social e administração se influenciarem mutuamente, se andam juntas, mas não significam a mesma coisa.”

## 2.2.2 Sobre a Organização da Gestão Pública pelo Estado Haitiano

Estado fraco (CORTEN, 1989), Estado *Duvalierien*<sup>16</sup> ou Estado contra a nação (TROUILLOT, 1987), Estado predatório (LUNDAHL, 1979) Estado contra os camponeses que vivem fora das cidades (BARTHELEMY, 1989), Estado neopatrimonial (ETIENNE, 2007) são alguns dos qualificativos relevantes na caracterização do Estado Haitiano na obra de alguns autores haitianos. Para nós, são indicadores na análise da organização da gestão pública do Estado Haitiano. Nessa análise, focamos particularmente na administração pública que é o braço do Estado na aplicação das políticas sociais.

Antes de tecer considerações sobre a administração pública haitiana, é importante fazer considerações gerais sobre o que é administração e como ela pode se tornar eficaz.

A administração pública é vinculada à questão do Estado moderno. De maneira superficial, é uma área de conhecimento que foi criada, em suas origens, pelas organizações capitalistas, cuja função principal é a de valorizar a redistribuição da riqueza.

Souza Filho (2011, p. 13) apontou que “a administração em geral é conceitualizada como utilização racional de recursos para realização de fins determinados”. Ele continua a dizer que administração é um conceito abstrato que permite desvelar a conexão existente entre os fins e os meios cuja a razão é elemento de mediação dessa conexão. A administração é construída sobre uma relação dialética entre meio-racionalidade-fim.

Souza Filho (2011) situa a administração em uma perspectiva emancipatória, e, ao mesmo tempo, mostra os limites e a importância dela em qualquer sociedade.

Para reafirmar a possibilidade e a necessidade de situar a administração em uma perspectiva democrática e emancipatória e, por conseguinte, voltada para a transformação da sociedade. [...] a administração é uma atividade exclusivamente humana, pois teleológica. Por outro lado, a administração é necessária porque, na medida em que o homem propõe-se a realizar objetivos, precisa utilizar racionalmente os meios de que dispõe para efetivá-lo (SOUZA FILHO, 2011, p. 14).

---

<sup>16</sup> Adjetivo que se refere a Duvalier, a ditadura.

O autor identificou a dimensão política da administração como uma finalidade, a dimensão técnica que seria a utilização racional dos recursos, e uma dimensão ética administrativa num sentido emancipatório. Ao final, ele concebe a administração como uma relação entre a dimensão ético-política e técnico-operativa.

Esta análise vai servir de orientação para o autor na sua caracterização do que sustenta a administração pública:

Em consequência, para avançarmos no debate sobre a fundamentação da administração pública, numa perspectiva democrática, a partir dessa concepção geral de administração, precisamos situá-la no contexto do Estado capitalista e explorar sua forma administrativa concreta de expressão fenomênica, qual seja, a burocracia. Só assim podemos pensar numa perspectiva de administração pública que supere a atual configuração administrativa da sociedade realizada através do Estado (SOUZA FILHO, 2011, p. 16).

Dessa forma, um dos elementos para caracterizar a administração pública é o Estado, através de sua dimensão interventiva, a burocracia. Ela é uma forma de mediação entre o Estado e as classes sociais. Sua existência é vinculada à possibilidade de dominação de classe.

A burocracia, sendo um dos componentes da materialidade do Estado, que, como vimos, é a instituição no capitalismo capaz de atender interesses de camadas não dominantes, expressa também as contradições presentes no Estado como estrutura de dominação política (SOUZA FILHO, 2011, p. 39).

Na perspectiva do autor, a administração pública é um produto da sociedade capitalista, sendo a expressão da luta de classe nesta sociedade. Ela tem uma dimensão instrumental que a classe dominante utiliza para continuar a dominar a classe subalterna.

É por isso que, na concepção de burocracia como mediação entre o Estado e as classes sociais nas sociedades capitalistas, a participação ativa dos cidadãos representantes da classe subalterna na gestão da esfera pública é de maior importância. Essa participação se materializa por meio de vários canais, dos quais um dos mais importantes é a sociedade civil. A missão da sociedade civil<sup>17</sup> seria de reivindicar uma redistribuição da riqueza socialmente produzida.

---

<sup>17</sup>A concepção utilizada da sociedade civil é de Gramsci, que a compreende como o conjunto dos organismos privados, tais como igreja, sindicatos, escolas, que exerce o poder de pressão na sociedade. Com o objetivo de levar a classe subalterna propor um projeto contra hegemônico na sociedade capitalista. A Sociedade Civil só é possível em um Estado ampliado, ela é o lugar onde as classes subalternas se organizam sob forma de associação para confrontar os projetos ético-políticos.

O Estado, para se estruturar com fim voltado para a universalização de direitos e, em consequência, possuir uma ordem administrativa burocrática que efetive essa finalidade, depende da existência na sociedade de uma hegemonia com essa direção. Em outras palavras, é necessária uma hegemonia na sociedade civil que produza uma ação estatal orientada para a perspectiva de universalização (SOUZA FILHO, 2011, p. 79).

Na gestão da esfera pública, isso vai facilitar o que Correia (2004, p. 172) chamou de controle social pelas classes subalternas sobre as ações do Estado.

O controle social na perspectiva das classes subalternas visa a atuação de setores da sociedade civil organizada que as representam na gestão das políticas públicas no sentido de controlá-las para que estas atendam, cada vez mais, às demandas sociais e aos interesses dessas. Nesse sentido, o controle social envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses desta classe, tendo em vista a construção de sua hegemonia.

Dessa forma, as classes subalternas têm que fortalecer a sociedade civil para alcançar o controle social na esfera pública, a fim de exigir que as políticas sociais no âmbito da administração pública sejam verdadeiras respostas às demandas sociais. Devem ainda politizar as expressões da Questão Social, que são os resultados das relações de desigualdades assumidas entre o capital e o trabalho na sociedade capitalista.

Tais considerações são fundamentais para discutir a administração pública haitiana na dimensão da gestão da oferta de serviço público. Para problematizar, optamos pelo caminho de apresentar a administração pública em quatro grandes momentos históricos e revelar as grandes influências durante esses momentos de sua concepção.

Entre 1804 a 1915, consideramos que a administração pública haitiana é a continuação da luta entre os grupos sociais pelo controle do Estado. Assim, constatamos que o resultado foi sempre a favor dos grupos minoritários mulatos. A administração pública haitiana nasceu sob a desigualdade, a exclusão da população rural, o patrimonialismo e a dinâmica de luta para a dominação de valores na sociedade. Esses indicadores têm sido caracterizados como as primeiras marcas da administração pública haitiana.

O segundo grande momento da administração pública haitiana foi na época da ocupação dos Estados Unidos, como um momento que atravessou toda a história do país, considerando as mudanças trazidas nos vários aspectos da vida nacional.

As primeiras grandes reformas da administração pública haitiana foram feitas nesse período. Os americanos vão fortalecer um sistema de administração pública centralizada para um melhor controle.

A administração pública haitiana da época pós-ocupação dos Estados Unidos que é para nós o terceiro momento, entre 1934 a 1986, carregou a marca de vários governadores ditatoriais da época. Para Cantave (2012), que retoma um estudo sobre a administração pública haitiana pela Comissão Nacional sobre a Reforma Administrativa (CNRA), promovida no ano 1997,

Desde o início da década de 1960, muitos especialistas nacionais e estrangeiros que estudaram a situação da Administração Pública haitiana chegaram às mesmas conclusões. A administração pública no Haiti não é uma administração de serviço de proximidade com a população. Ela é herança da dolorosa história do Haiti, e alimentada principalmente pelos poderes ditatoriais sucessivos. Assim, o sistema administrativo do Haiti é caracterizado pelas seguintes características: falta de coordenação na ação governamental; funcionamento contrário das tarefas básicas estabelecidas no quadro jurídico das instituições administrativas; serviços públicos inadequados, deficientes e de má qualidade. Além disso, os atendimentos não dão conta das necessidades da população nos meios rurais e nas favelas urbanas. A política da descentralização prevista na Constituição promovida nunca foi uma prioridade do governo durante os 25 anos passados; mesmo o processo de desconcentração dos serviços públicos não conheceu nenhum avanço porque se realizou em uma visão setorial sem vinculação pelas entidades públicas isoladas. (CANTAVE, 2012, p. 68)

Dessa situação, as principais vítimas são as pessoas das classes subalternas, porque as elites privilegiadas continuam a ser as principais beneficiárias dessas medidas administrativas impostas pelas organizações de cooperação internacional.

O período (1986-actual) marcado pela derrota da ditadura *Duvalier* filho é o momento mais importante da administração pública haitiana em termos de reforma. É o começo do período da democracia haitiana marcada por uma nova Constituição em 1987, que garante os direitos humanos e propõe nova reforma administrativa sobre a descentralização e a participação cidadã.

É verdade que a Constituição de 1987 foi importante na nova orientação da administração pública haitiana, mas temos que ressaltar que a maioria das medidas previstas não são aplicadas em termos de políticas sociais. Durante esses 30 anos da experiência democrática, o país tem conhecido a instabilidade política com 17 presidentes ao total, sendo que seis foram eleitos pelo voto direto e os outros onze como presidentes provisórios, eleitos na eleição indireta. Quanto aos seis

presidentes eleitos democraticamente, entre 1986 a 2015, apenas dois conseguem terminar o mandato de 5 anos. Os outros foram derrotados seja pelo movimento popular seja pelo golpe militar seja pela pressão das instituições internacionais.

Observamos que há uma continuidade nas práticas repressivas que Jean (2011) identificou como os *vieux démons* -velhos demônios- da administração pública haitiana, que são: o nepotismo, a corrupção, o clientelismo na oferta pública dos serviços para a população, o tráfico de influência, a crise da acessibilidade e da qualidade dos serviços públicos. Segundo Jean (2011), a questão da modernização da administração gerou uma expectativa na população haitiana que quer uma administração democrática. Aquela expectativa não foi feita em benefício da população, embora as organizações internacionais de Breton Woods (PNUD, Banco Mundial, FMI) imponham as reformas.

Destacamos que o processo da modernização da administração pública remonta no início da década de 1980 com a crise financeira capitalista no Haiti. Portanto, as instituições de Breton Woods exigem reformas de ajustamento estrutural [...]. Nesse período, muitos programas de reforma administrativa preparados com apoio técnico e financeiro dos agentes internacionais são apresentados para serem adotados pelos sucessivos governos haitianos. Como exemplos, podemos citar o "Programa de apoio pela reforma da Administração Pública haitiana, Verão de 2007", "O Plano de Ação Estratégico para a reforma administrativa global no Haiti, novembro de 1998", "O Programa-Quadro da reforma do Estado, 2007-2012 ", etc. (JEAN, 2011, p .9).

É claro que todas as reformas entram na dinâmica da dominação capitalista no Haiti no contexto da aplicação do plano neoliberal, para garantir os interesses da classe burguesa local e o capital internacional.

A integração na administração pública é baseada no favoritismo, tornando-se um instrumento de controle do Estado sobre a população, já que as consequências das reformas são as ameaças diretas à população trabalhadora. Uma das reformas relatadas por Jean (2011) foi articulada assim:

Em 1996, o Governo haitiano assinou com o FMI um acordo chama do Facilidade do Ajustamento Estrutural Reforçada (FASR). Sobre a base desse acordo, nove empresas públicas seriam privatizadas, com uma redução do funcionalismo público. Para dar conta do acordo, uma lei de 1998 sobre a demissão voluntária e aposentadoria antecipada no serviço público foi aprovada. Foram previstas, até ao final de setembro 1998, Cinco mil (5.000) saídas de funcionários públicos da função pública (ou seja, 10% dos funcionários públicos). Finalmente, em dezembro 1998, 5.400 funcionários públicos foram desempregados. (JEAN, 2011, p. 63).

Uma das alternativas para denunciar essa situação nas sociedades capitalistas é a presença da classe subalterna por meio da sociedade civil. O dilema do Haiti é que a sociedade civil fica em um espaço controlado pelo Estado, e as ONGs. As ONGs materializam esse controle sobre a sociedade civil por meio de financiamento dos projetos de desenvolvimento dessa sociedade civil fragmentada.

As primeiras tentativas de participação popular realizadas, sob a ditadura de François Duvalier, fragilizam ainda mais o Estado. Essa participação teve efeito contrário, fortaleceu a distância entre aparelho de Estado e uma parte da população civil. Assim, Duvalier materializou a participação popular no aparelho do Estado com objetivo pessoal de se manter no poder.

François Duvalier chegou ao poder em 1957. E, rapidamente, percebeu que, para permanecer no poder, deveria limitar as prerrogativas do exército haitiano que tinha feito todos os golpes no passado. Para isso, ele criou um corpo especial, que se chamavam Voluntários de Segurança Nacional (VSN), conhecido como o *Tonton Makout -parceiro civil do regime-*. Este corpo paramilitar é apresentado à nação como um impedimento contra todos os adversários reais e imaginários da ditadura. Duvalier o define assim: o *Tonton Makout* tem apenas uma alma, que é Duvalier, conhece apenas um líder, ainda Duvalier, iria lutar para um único destino: Duvalier no poder para sempre. Esses *Tonton Makout* são recrutados na classe média e na burguesia, mas especialmente nas classes populares, dos excluídos das favelas da capital e das províncias.... Estimados em cerca de 40.000, os *Tonton Makout* são colocados em todas as instituições do país (militar, universidade, igrejas, meios de comunicação, administração pública...) para montar uma guarda vigilante civil para a ditadura (HURBON, 1987, p. 20).

Como consequência, a existência dos *Tonton Makout* no imaginário popular chegou a destruir as relações de solidariedade entre as famílias haitianas. A população civil vivia com medo uns dos outros porque uma simples denúncia como oponente ao poder pelo *Tonton Makout* era suficiente para ser morto pelo poder. Esse sentimento de terror no meio da população é mantido pelos imigrantes fora do país no período da ditadura, segundo um estudo de Hurbon (1987, p. 33)

Raramente um haitiano emigrante vai afirmar razões políticas para justificar sua saída do Haiti, mesmo se fosse o caso. Sempre disseram: “estou indo para o exterior em busca de trabalho. No Haiti, eu não faço nada, eu não poderia alimentar a minha família ou enviar as crianças para a escola”. As alusões à política são bastante inexistentes, ou lacônicas, porque, para o imigrante haitiano - mesmo um intelectual - a política ainda é um tabu quando uma confiança não é estabelecida com o interlocutor. Mais de vinte anos da cruel ditadura não vão desaparecer durante a noite na imaginação dos imigrantes: este continua a acreditar na presença de espíões em todos os lugares do exterior que trabalham pelo Estado como política externa ou agentes da CIA. Isso os conduz, muitas vezes, a uma cautela justificada em

uma perspectiva de proteger os membros da família ainda no Haiti, ou seja, eles evitam uma possível retaliação do Estado.

Segundo Edmé (2017), a Sociedade Civil vai se redefinir a partir de 1987, que é um dos canais de participação social, dentro dos outros previstos pela Constituição haitiana de 1987, explicitada em seu capítulo que trata da descentralização. Segundo essa Constituição, os elementos da materialização da descentralização são as coletividades territoriais<sup>18</sup> que agrupam os Departamentos (representados por 3 senadores eleitos por 6 anos - 4 e 2 anos cada um); os *Commune* (representados por um deputado eleito por 4 anos e um prefeito por 4 anos), as Seções Comunais, representadas por duas estruturas locais-territoriais que são o Conselho da Administração da Seção Comunal (*CASEC*) e a Administração da Seção Comunal (*ASEC*), eleitos por 4 anos. Segundo essa Constituição, os membros da *CASEC* e da *ASEC* (representantes diretos da população) vão se constituir em assembleias locais-territoriais para discutir com a população e depois participar da grande decisão em escala nacional.

Essas duas estruturas locais territoriais são ainda fragilizadas pelo Estado central. É uma prática geralmente do poder central organizando as eleições<sup>19</sup> para todas as estruturas (Departamentos e *Communes*), à exceção das seções comunais cujo o governo nomeia os membros. Então, a participação da população por meio dessa estrutura direta é prejudicada porque os membros não têm legitimidade popular. Eles viram representantes do Estado central para o controle da população.

Nessa dinâmica de atuação, a sociedade civil não pode ser a vanguarda para denunciar essa relação de desigualdade, de discriminação presente na oferta de serviço público pela administração pública haitiana.

De acordo com Jean (2011), os atendimentos do serviço público no Haiti são caracterizados pela centralização urbana, pela não acessibilidade (por exemplo, o único centro para obter um passaporte é na capital do país, Porto-Príncipe). Outro exemplo é o fato de três milhões haitianos, geralmente do meio rural, sobre um total de 10 milhões de pessoas, não têm acesso a uma certidão de nascimento.

---

<sup>18</sup> A divisão administrativa territorial segundo a Constituição de 1987 do Haiti é assim constituída: 10 Departamentos, 140 *Communes* e 570 *Sections Communales* sobre um território total de 27.750 Km<sup>2</sup> para 10 milhões de pessoas. As seções comunais são as divisões territoriais mais próximas da população.

<sup>19</sup> Desde as eleições de 2006 para as seções comunais. Entre 2006 e 2015, não tinham novas eleições, os membros foram nomeados pelos diferentes governadores. É em novembro de 2016 que acontece enfim essas eleições locais.

Montaño (2004, p. 6) denominou essa atuação da sociedade civil como um instrumento para fortalecimento do projeto capitalista.

O capital luta por instrumentalizar a sociedade civil – torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável. O debate sobre o “terceiro setor”, como ideologia, transforma a sociedade civil em meio ao projeto neoliberal para desenvolver sua estratégia de reestruturação do capital, particularmente no que refere à reforma da Seguridade Social.

É difícil para sociedade civil cumprir seu papel de desenvolver uma consciência revolucionária no meio da população de baixa renda. E o Estado também orienta a gestão pública no objetivo de minimizar o lado subversivo da população. A orientação da política educacional é um dos mecanismos que vai nessa direção de desconscientização dos haitianos sobre os fundamentos das expressões da Questão Social.

### 2.2.3 Sobre a Intencionalidade da Política Educacional Haitiana

A necessidade de estabelecer um sistema escolar haitiano pelo Estado foi uma das missões prioritárias depois da independência. A partir das referências sobre a educação no Haiti, depois da independência, podemos concluir que a educação da população de baixa renda não foi uma prioridade dos diferentes governadores do Estado haitiano de 1804 até 1860. As várias tentativas de escola pública foram urbanas e dedicadas aos filhos das elites do poder. Foi uma educação com expressão de luta entre os grupos sociais para o controle de poder no objetivo de manter a população rural na ignorância.

Para demonstrar como o sistema escolar haitiano foi montado numa perspectiva de manter a população em uma passividade extrema, fizemos um resgate da história da educação. Resgate organizado em cinco momentos, tendo em vista as influências no pensamento da política educacional. Nos períodos de 1804-1860, 1860-1957, 1957-1980, 1980-2010 e 2010 até hoje, aquele resgate vai permitir responder às questões: educação para quem? Por quem? Como? Qual são os objetivos?

O primeiro momento para a educação no Haiti se situa entre 1804 a 1860, sendo o momento em que o Estado tentou estabelecer um modelo escolar haitiano. O modelo estabelecido não foi diferente das lutas entre os grupos sociais para o controle da nação. Joint (2008) aponta que os primeiros centros escolares foram

reservados para os filhos da elite econômica e dos funcionários públicos. Os filhos dos camponeses não tinham esse direito. Escola foi utilizada numa dimensão instrumental para garantir a dominação sobre a população de meio rural.

A partir do fim do século XIX, houve uma grande mudança na concepção da educação no Haiti, o que consideramos como o segundo momento (1860 a 1957). Esse período foi marcado por dois importantes eventos históricos: a assinatura do acordo *Concordat de Damien*, entre o Estado haitiano e a Igreja Católica em 1860 e a ocupação dos Estados Unidos, entre 1915 até 1934.

O “*Concordat de Damien*” marcou a dominação da Igreja Católica na orientação do sistema escolar haitiano. Segundo Joint (2008), várias escolas católicas serão criadas destinadas às elites da burguesia haitiana. Os filhos da burguesia haitiana deixam as escolas públicas que, pouco a pouco, tinham alguns alunos originários do meio rural e seguiram para as novas escolas católicas.

Na época da ocupação dos Estados Unidos, que teve 19 anos de controle interno, os americanos estavam tentados em reconciliar o Estado Haitiano e a população rural. Eles queriam uma transformação do Estado haitiano do clientelismo, nepotismo, hobbesianismo para um Estado social. Várias escolas profissionais agrícolas, primárias e secundárias foram criadas para legitimar as dominações do imperialismo americano.

Depois da ocupação americana, a demanda pelo acesso à escola continuava, assim como pela justiça social para os que foram vítimas do sistema escolar discriminatório urbano. Para atender a essas demandas, os governos pós ocupação utilizaram a estratégia da alfabetização de adultos. Em 1940, acontecerão as primeiras campanhas da alfabetização no país sobre a reponsabilidade da Igreja (JOINT, 2008), sendo que o Estado assumirá essas campanhas no ano de 1944.

O terceiro período, entre 1957 e 1980, foi marcado pela aparição de novos atores na esfera escolar para satisfazer as demandas públicas, sendo as iniciativas privadas incentivadas pelo Estado. Nesse período, a Igreja Protestante entrou no Haiti e trabalhou na implantação das novas escolas nas regiões rurais que o Estado não conseguia atender. A escola deixou, então, de estar a serviço do imperialismo americano, servindo para ajudar na legitimação social das ditaduras, particularmente dos negros. As lideranças negras emergem com o discurso de justiça social e históricos para os negros vítimas das elites mulatas durante o século passado no poder.

O governo de François Duvalier, presidente negro, beneficiário dessa visão para tomar o poder, aplicou várias medidas que garantiram a acessibilidade universal à escola. Os filhos dos camponeses começam a integrar as escolas católicas por meio de concurso e indicações políticas, o que vai constituir um choque para as elites que vão utilizar outras estratégias para manter o sistema de desigualdades sociais.

As crianças de classes privilegiadas abandonaram as escolas públicas para as escolas católicas. Porque as escolas públicas são frequentadas pouco a pouco pelas crianças das classes populares. Elas vão para as escolas católicas, cujo o objetivo primeiro é de oferecer uma formação de excelência aos jovens haitianos. Nessa dinâmica, a escola fortalece a diferença entre a burguesia e as classes populares que se tornava ainda maior. Um século mais tarde, na década de 1970, enfrentando a pressão da demanda escolar pelas classes populares, as escolas católicas tornaram-se espaços compartilhados entre as crianças das classes populares e as das classes privilegiadas. Para perpetuar o princípio da distinção e separação de classe social, as crianças de famílias privilegiadas abandonam de uma vez as escolas católicas para ingressar nas escolas internacionais (JOINT, 2008, p. 19).

No início dos anos 1980, vários eventos terão forte influência sobre o sistema escolar haitiano. Como a primeira tentativa de reforma do sistema escolar na perspectiva de integrar a língua materna (crioulo) na aprendizagem das crianças; a derrota do poder de Jean Claude Duvalier em 1986; a criação da nova Constituição de 1987. Considerando todos esses aspectos, é necessário destacar o quarto período da educação haitiana, entre 1980 e 2010.

No final do ano de 1979, o ministro da educação Joseph Bernard tentou fazer uma reforma na educação. Desde a independência, os alunos haitianos aprendiam o conteúdo escolar só em francês, entretanto, a língua materna é o crioulo. A reforma de Bernard foi a primeira tentativa de política linguística no sistema escolar haitiano. Na grande linha da reforma, é a necessidade dos alunos haitianos de aprender na língua materna que é o crioulo e, em segundo lugar, aumenta a acessibilidade de todos à escola.

Duas razões principais justificam esta reforma do ministro Bernard. Primeiro, o acesso limitado ao sistema de ensino. Morose (1970, p. 125) estimou que 80% das crianças não tinham acesso à escola naquela época. A taxa de escolarização (de crianças entre 6 a 12 anos) entre 1981-1982 foi da ordem de 0,81 em áreas urbanas, a 0,34 em áreas rurais, (SAINT-GERMAIN, 1988, p. 110-111). De um lado, o sistema era inacessível por várias razões, particularmente por razões econômicas e por causa das distâncias envolvidas para chegar na escola. De outro, o sistema tinha grandes

lacunas no funcionamento. Wiesler (1978, p. 49) estimou que, em áreas rurais, sobre 1.000 alunos ingressantes no primeiro ano, no final do ano, 360 abandonaram, 354 foram reprovados e 286 foram promovidos para o segundo ano. Há apenas 16 alunos sobre os 1.000 que vão obter o Certificado final do Ensino Primário (CPE) sem reprovar. Incluindo os que foram reprovados pelo menos 4 vezes durante o ciclo da escola primária, haviam 102 que obtiveram o certificado final do ensino primário (CEP). Segundo os dados, a taxa de sucesso total foi de 0,489 nas áreas urbanas, para um corte de crianças que iniciam seus estudos em 1976, para completar teoricamente o ciclo de seis anos de escola primária em 1982. A taxa era repartida assim: 0,336 para o setor público urbano e 0,704 e para o setor privado (SAINT. GERMAIN, 1988, p. 113-119). Foi o mesmo constatado ao nível da escola secundária: para 87.780 alunos matriculados no primeiro ano da escola primária em 1960, apenas 1.028 conseguem terminar a escola secundária em 1973 (MICHEL, 1997, p. 620).

Contudo, a aplicação dessa reforma foi recusada. Finalmente, até hoje o crioulo como língua oficial de ensino não conseguiu se impor no sistema escolar. Essa língua tem sido sempre marginalizada, ao contrário do francês, que é a língua dominante, e culturalmente se apresenta como superior na compreensão da população.

A Constituição de 1987 vai redefinir a educação como direito à população e dever para o Estado. A educação do nível primário se torna universal, obrigatória e gratuita. No Artigo constitucional n. 32.3, lê-se assim: “o ensino primário é obrigatório sob pena e sanções determinadas pela lei para todo que fizer o contrário. É uma obrigação para o Estado de fornecer gratuitamente as matérias escolares e didáticas aos alunos do ensino primário” (HAITI, 2011). O Artigo 32.1 também se lê assim: “A educação é uma responsabilidade do Estado e das autoridades locais. É dever deles favorecer escolaridade gratuita para todos e cuidar da formação ao nível dos ensinos públicos e privados” (HAITI, 2011). Apesar dessa obrigação constitucional, nenhum governo, durante o período democrático do país, conseguiu respeitar o aspecto gratuito da educação básica.

Todas as tentativas de reformas durante o período democrático ocorreram para aumentar a acessibilidade na escola, não para uma escola que conduz à conscientização. Tardieu (2016) destaca as diferentes reformas daquele período e as razões da ineficácia delas,

A Reforma Bernard, na década de 1980, o Plano Nacional de Educação (1996), o Plano da Educação Nacional e da Formação (1998), a Estratégia Nacional de Educação para Todos (SNA / EFA: 2008), o Simpósio para uma educação de qualidade (2014), o Pacto Nacional pela educação de qualidade, (outubro de 2015), todos eles falham por uma combinação de fatores, cujos principais identificados são: a força do *status quo* apoiada

pelas classes dominantes; a ausência do financiamento com recurso nacional, (essas reformas foram financiadas na sua maioria com recursos externos e foram dirigidas para os experts estrangeiros); ausência da motivação e mobilização popular (falta de participação local) (TARDIEU, 2016, p. 2).

Outro período que tem uma influência no sistema escolar no Haiti é o período pós-terremoto, que devastou o país em 12 janeiro de 2010 e que teve consequência prejudicial sobre todo aspecto da vida nacional, particularmente sobre o sistema escolar. Cerca de 3 mil professores foram mortos e aproximadamente 70% dos espaços escolares da capital (Porto-Príncipe) foram destruídos (HAITI, 2010a). Isso aumenta mais ainda as dificuldades do setor da educação.

Além do terremoto, 2010 foi o ano da eleição para presidente no Haiti. Um dos candidatos, Michel Martely<sup>20</sup>, um cantor popular, fez uma campanha eleitoral sobre a educação. Martely afirma não ter participado ou feito parte do sistema político durante os anos passados. Elegeu-se afirmando que chegou o momento para seu envolvimento na política, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais. Em seu discurso, retomou que, na Constituição de 1987, o ensino básico é obrigatório, universal e gratuito, e durante o período democrático nenhum presidente conseguiu efetivar uma educação gratuita. Dessa forma, seu mandato teve como plataforma a educação gratuita para todos.

O presidente ganhou a eleição com essa promessa. Ele criou o Programa da Escolarização Universal Gratuita e Obrigatória (PSUGO)<sup>21</sup>. Para financiar esse projeto de educação proposto, o presidente recorreu a uma taxa de 1,50 dólares sobre todas as transferências de dinheiro para o Haiti feito pela diáspora. O PSUGO funcionou sem nenhum respaldo legal durante o mandato do presidente. Para vários autores, foi uma catástrofe prevista, considerando que a oferta pública na escola não aumentou e a educação continuou a ser dominada pelo setor privado a uma percentagem do 80% das escolas primárias e secundárias (BANCO MUNDIAL, 2015). Além disso, as escolares reconhecidas socialmente como importantes nunca participaram do programa do presidente.

Pelo contrário, o modelo de escola existente é a expressão da dominação

---

<sup>20</sup> Michel Martely, ex-cantor, foi o 56º presidente do Haiti entre 2010 e 2015. Sua promessa de campanha foi reduzida ao trabalho para melhorar cinco eixos principais depois do terremoto, chamados por ele como os 5 E (Educação, Energia, Estado do direito, Economia, Emprego).

<sup>21</sup> PSUGO fez parte dos projetos de Assistência Social chamado *Ede- Pèp* (Ajuda- Povo) desenvolvido pelo presidente no objetivo de reduzir a pobreza durante seu mandato. *Ede Pèp* será apresentado e analisado na sequência.

das elites haitianas para manter o povo nas precárias condições sociais e econômicas. Uma escola que valoriza a memorização mecânica e não a reflexão sobre a realidade. Atualmente, um dos resultados dessas orientações na educação é que a taxa do analfabetismo total é de 57% do total da população, com a maioria no meio rural (HAITI- MENFP, 2010). Destaca-se que 38 % das crianças entre 7 a 18 anos nunca foram à escola e 72% das crianças escolarizadas no meio rural têm idade maior do que deveriam ter, (MENARD, 2013).

O sistema provoca um grande fracasso escolar. Segundo Aris (2015), citando o ex-ministro da Educação Nacional, Nesmy Manigat<sup>22</sup>, a taxa de fracasso escolar dos alunos foi sempre a mesma nos últimos 10 anos e cerca de 67%.

O que é importante destacar é que esse fracasso escolar é ligado a uma categoria de escola privada que culturalmente a população chama de escola *borlette*<sup>23</sup>, sendo que 75% delas funcionam sem controle do Ministério da Educação do Haiti (HAITI- MENFP, 2010). As outras categorias escolares estruturadas (escolas da congregação católica, e poucas escolas privadas das elites intelectuais) têm sempre a taxa de sucesso de 90 a 100% por ano. Então, o fenômeno do fracasso escolar é exclusivamente para uma categoria da escola estigmatizada, e mesmo os que conseguem sair do sistema são estigmatizados em referência ao seu passado escolar.

Geralmente, os alunos que frequentam as escolas *borlette*, são os que não têm dinheiro para pagar uma escola católica ou escola privada estruturada; ou seja, os que não passaram no concurso organizado para entrar nas escolas católicas. Em alguns casos, eles tinham integrado as escolas católicas, mas foram expulsos porque não podiam assegurar as exigências acadêmicas feitos.

Essas categorias de alunos aparecem no mercado de trabalho com um diploma desvalorizado simbolicamente. A desvalorização simbólica do diploma no sentido de Bourdieu e Champagne (1998, p. 221) é refletida pelos autores a partir da análise sobre os jovens na França que viveram situações similares:

[...] seu destino mais provável é voltado a uma exclusão, sem dúvida, mais estigmatizante e mais total do que era no passado: mais estigmatizante na medida em que, aparentemente, tiveram sua chance e na medida em que a definição da identidade social tende a ser feita, de cada vez mais completa, pela instituição escolar; e mais total, à medida que um parte cada vez maior

---

<sup>22</sup> Ex-ministro da educação nacional no Haiti no governo de Michel Martely.

<sup>23</sup> Borlette se refere a um jogo de loteria muito popular no Haiti.

de postos no mercado de trabalho está reservada, por direito, e ocupada, de fato, pelos detentores, cada vez mais numerosos, de um diploma (o que explica que o fracasso escolar seja vivido, cada vez mais acentuado, como uma catástrofe, até nos meios populares. Assim, a instituição escolar tende a ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias quanto pelos próprios alunos, como um engodo, fonte de uma imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção.

Num mercado de trabalho onde a taxa de desemprego é geralmente mais de 50%, os alunos das escolas “*borlette*” são prejudicados por causa do passado escolar. Essa situação é uma grande injustiça social para parafrasear DUBET,

Existe uma clara injustiça quando se constata que os filhos das famílias desfavorecidas têm toda chance de serem conduzidos a ocupações não qualificadas e que, no fundo, a escola não é totalmente responsável por essa situação. No entanto, existe uma injustiça ainda maior quando essa reprodução das desigualdades vem acompanhada de uma estigmatização e de uma desvalorização dos indivíduos. É ao mesmo tempo inútil e cruel, é uma injustiça feita aos alunos mais fracos, aos vencidos na competição escolar. É difícil fracassar e ser conduzido aos empregos pouco valorizados, mas úteis, é cruel ser desprezado durante esse percurso. (DUBET, 2004, p. 552).

Essa dinâmica, de fato, é ligada aos fenômenos sociais constatados (pobreza, delinquência, migração, etc.) durante os últimos anos no Haiti. A intencionalidade da política educacional propõe de responsabilizar o sujeito haitiano sobre sua situação de pobreza. As jovens vítimas dessa orientação da educação optam pela emigração para os outros países para trabalhar como mão de obra na indústria ao invés de ficar no Haiti para resistir contra o sistema.

#### 2.2.4 Sobre o Duplo Fracasso do Sistema da Saúde e da Política de Emprego

O primeiro plano nacional de saúde para os haitianos foi elaborado nos anos 1975, segundo um relatório do Ministério da Saúde Público e da População (HAITI-MSPP, 2009). Esse plano visou viabilizar atendimento para toda a população, bem como realizar atividades de educação e sensibilização na saúde. Em outras palavras, o plano foi elaborado com o objetivo de incentivar a população a se responsabilizar para manter o meio ambiente saudável a fim de garantir uma boa saúde.

A partir de 1987, com a adoção da primeira Constituição democrática no país, que promove o respeito e a aplicação dos direitos sociais, a questão de saúde

se tornou mais formal como dever do Estado e direito da população. Por enquanto, o artigo 19 dessa Constituição faz obrigação ao Estado de garantir a saúde da população “O Estado tem a obrigação de garantir o direito à vida, à saúde, ao respeito do ser humano para todos os cidadãos sem distinção, de acordo com a exigência da Declaração Universal dos Direitos Humanos”, o artigo 23 também dessa mesma Constituição possui “o Estado é obrigado de garantir a todos os cidadãos do território os meios apropriados para garantir a sua proteção, sua manutenção e sua restauração de sua saúde através a construção de hospital público” (HAITI, 1987). Para materializar a letra da Constituição, o Estado sobre o governo de René Préval, vai adotar pela primeira vez em 1996, um sistema de saúde com três valores centrais: equidade, solidariedade e justiça social para responder as exigências da Constituição.

A Política Nacional de Saúde publicada em 1996 e revisado em 1999 é baseado nos valores de equidade, solidariedade e justiça social. O objetivo desta política melhoria sustentável o estado de saúde da população através de uma abordagem abrangente e atendimentos básicos. Em geral, é destinado a morbidade e mortalidade, a proteção de e a promoção da saúde e gestão eficiente de recursos. Esta política prioriza dez eixos estratégicos três dos quais têm ligações diretas com a promoção de saúde. (HAITI-MSP, 2009, p. 23).

Muitas revisões e adaptações foram feitas no sistema durante os anos seguintes, porém continuou a enfrentar vários problemas relatados no relatório do HAITI (2009), o que diminui sua eficiência para atender corretamente a população. Problemas ligados “a falta de competência do pessoal de saúde em se comunicar com a população, a fragilidade da gestão e coordenação de atividades, a difícil situação socioeconômica; o analfabetismo, a existência da infraestrutura de saúde inadequada, a falta de recursos econômicos e o peso das tradições cultural<sup>24</sup>”(HAITI-MSP, 2009, p. 24) e também a fuga de cérebros por emigração dos médicos haitianos para o Canadá e os Estados Unidos.

Segundo St. Juste (2017), um dos maiores problemas do sistema é a gestão dos profissionais da saúde. Eles fugiam do sistema por várias razões, geralmente

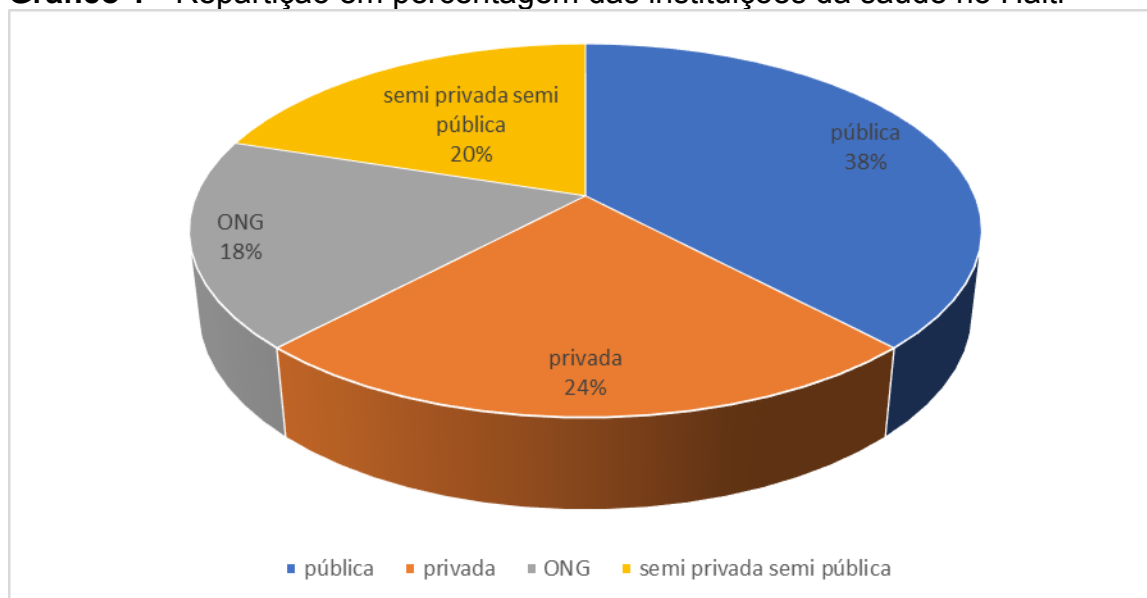
---

<sup>24</sup> Paralelamente à medicina moderna, existe uma medicina tradicional muito ativa, chamado "Medsinfèy" ou "MedsinGinen", que representa em 70% dos casos o primeiro recurso da população em caso de problema de saúde. O "MedsinFey" é baseado em plantas e o objeto de uma transmissão de conhecimento muitas vezes família; é imediatamente acessível ao a automedicação ou intervenção do círculo familiar (HAITI, 2012a, p. 15).

por causa de trabalhar em condições difíceis, com salário inadequado, ou seja, por causa das dificuldades no funcionamento interno do sistema que não dar espaços para eles. Eles emigram para outros países, situação que resulta, em 2000, com 22% de emigração, o Haiti faz parte dos 15 países no mundo com a taxa elevada de emigração dos médicos; em 2017 essa percentagem passa a 40% de médicos formados no Haiti emigram nos Estados Unidos, Canadá e demais países da América Latina. Contudo, existe um número insuficiente de médicos para o número de habitantes; em 2016, segundo o relatório da Organização Pan-americana da Saúde - OPS (2017) o Haiti tinha 23.344 profissionais de saúde, o que significa tem 1,4 médicos 1,8 enfermeiros por cada 10 000 habitantes no setor público e 1,0 médicos e 2,1 enfermeiros no setor privado, o que represente um número muito abaixo segundo a norma fixada por OMS.

O sistema da saúde haitiano está organizado em quatro setores: o setor público; o setor privado sem fins lucrativos (principalmente instituições de saúde administradas por ONGs); o setor privado com fins lucrativos; e o setor misto que consiste em instituições privadas sem fins lucrativos, mas cujo pessoal é pago parcialmente ou totalmente pelo Estado haitiano, (HAITI-MSPP, 2012).

**Gráfico 1** - Repartição em percentagem das instituições da saúde no Haiti



**Fonte:** autor da dissertação a partir dos dados do Banco Mundial (2017, p. 32)

É obvio de constatar que como todos os outros eixos das políticas sociais, o Estado haitiano tem uma presença tímida no setor da saúde. Segundo o relatório do Ministério da Saúde, em 2012, o Estado financiava apenas um 1/3 do sistema de

saúde e o resto é financiado pelas organizações internacionais.

O Banco mundial realizou um estudo em 2017, que mostrou que a saúde pública não é uma prioridade do Estado haitiano. O estudo mostrou no orçamento público da saúde uma baixa destinação de recursos.

A percentagem do orçamento atribuído ao sector da saúde diminuiu ao longo do tempo. No passado, A saúde recebeu entre 9 e 14 por cento do orçamento total do Governo. Entre 2000 e 2005, a participação de o orçamento geral atribuído ao setor da saúde foi de 14% em média, uma percentagem semelhante à média de países da região da ALC, que é relativamente estável, e 12 e 13 por cento... no entanto, entre 2006 e 2010, o mesmo indicador caiu para 9% no Haiti. Devido principalmente ao deslocamento de o auxílio de doadores durante o período pós-sismo, as alocações do orçamento nacional de saúde diminuíram ainda mais em 2012, atingindo apenas 3,4 por cento. Em 2014, os gastos do governo na saúde representaram apenas 6,1 por cento do total de gastos públicos no Haiti, bem abaixo dos 15% recomendado pela Declaração de Abuja. Além disso, essa percentagem continuou a ser em declínio, como por exemplo no orçamento público de 2016-2017, as despesas públicas totais na saúde é apenas 4,5 por cento (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 41).

É importante destacar que esses retrocessos no setor coincidem com a passagem do presidente René Preval (o único presidente que teve dois mandatos terminados; o primeiro 1996- 2001, e o segundo 2006-2010), o qual é considerado como o pai<sup>25</sup> do neoliberalismo no Haiti. Esse nome foi atribuído ao Preval frente a essa habilidade na aplicação dessa política no país sobre as recomendações das instituições internacionais. E hoje a situação da saúde da população não se melhora, no orçamento público do ano fiscal 2017-2018, o gasto público da saúde é de 4,4%. O que significa que o Haiti dispõe de 13 dólares anual para cuidar da saúde público de cada haitiano. O que para Duval (2017) é um escândalo público, quando no mesmo orçamento público 7,2 bilhões de *gourdes* estão previstas para 146 representantes eleitos (orçamento dos parlamentares) e 6,14 bilhões para a saúde de 12 milhões de haitianos.

Com essa dinâmica, o Haiti continua a ser qualificado na última posição 34º de 34, ocupa como o país com menor gasto em saúde nas Américas, segundo o relatório quinquenal da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) (2017).

No Haiti, o acesso dos serviços de saúde reflete a situação de desigualdade

---

<sup>25</sup> Sobre os mandatos de Préval, várias instituições nacionais públicas foram privatizadas como o caso da Instituição da Telecomunicação (TELECO), a instituição de fábrica de cimento, etc. e também as reformas neoliberais realizadas para ele na administração pública como foi demonstrado anteriormente.

econômica, política e social no país que piora cada vez mais. Em 2006, a serviços públicos de saúde foi disponível para somente 60% da população (os mais pobres) de acordo com os resultados da pesquisa (CAYEMITTES, 2007), o que é contrário ao prescrito da Constituição de 1987 no seu artigo 23: "O Estado haitiano é obrigado a assegurar a todos os cidadãos haitianos de qualquer origem os meios adequados para assegurar sua proteção, sua manutenção e sua saúde através da criação de hospitais, de centros médicos". E hoje a desigualdade econômica reflete ainda mais no acesso à saúde.

O acesso aos atendimentos de saúde no Haiti não está ao alcance de todos por causa da grande disparidade na renda e pior por causa da alta taxa de desemprego no país. Muitas vezes, nossos compatriotas, depois de terem um médico, são incapazes de fazer exames médicos e realizar as prescrições. O seguro de saúde protege apenas uma pequena parte da população (menos de 10%). O Estado apenas se encarrega de seus funcionários. Além disso, muitos segurados não estão conscientes dos seus direitos em relação ao seguro. (SANON, 2011, p. 1).

Num país com uma taxa média de 30% de desemprego, a desigualdade é ainda maior. Lalime (2016), que relatou um artigo do Instituto Haitiano de Estatística e Informática (IHSI), estima que 16,6% da população de 10 e mais anos que declaram explicitamente seu desânimo para conseguir um emprego no Haiti. Para essas pessoas, o emprego no Haiti torna-se uma questão de corrupção, de referência e não competência. Segundo Pierre esse dinâmica de desemprego é o resultado das orientações econômicas do Estado haitiano.

As consequências desta estruturação da economia haitiana e do mercado de trabalho são múltiplas. É o resultado de uma economia baseada sobre as importações, a baixa de produtividade e o desemprego. Como disse Scholink, "o problema dessa estrutura produtiva é a sua capacidade limitada de gerar crescimento sustentado, porque a baixa produtividade da economia informal não contribui para a criação de emprego no curto prazo" (p.149). Entre 2005 e 2010, a produção aumentou apenas 1,8%, enquanto as importações aumentaram 34%. (PIERRE, 2014, p. 16).

Desta forma, o cidadão haitiano, na classe de baixa renda, evolui numa fragilidade econômica que não permite a ele responder às exigências do sistema de saúde mercantilizado, apesar que é um direito previsto no artigo 19 da Constituição de 1987, escrito que: "O Estado tem a obrigação absoluta de garantir o direito à vida, à saúde, ao respeito da pessoa humana para todos os cidadãos, sem distinção, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos". Frente a esse dilema,

onde a cada ano muitos jovens entram num mercado de trabalho em crise de (desemprego e sob-emprego), o qual não pode absorver eles, a emigração se torna como o êxito seguro.

#### 2.2.5 Assistência Social, Assistência à Moradia: O Papel das ONGs e Órgãos Públicos

Como as outras áreas sociais, a assistência social e a assistência à moradia se encaixam principalmente no artigo 22 da seção A, da Constituição que trata dos direitos fundamentais. O artigo 22, prevê-se que O Estado reconhece o direito de cada cidadão à moradia digna, à educação, à alimentação e à seguridade social. No Haiti o campo da assistência social assim como a moradia se desenvolvem como um conjunto de ações caritativas pontuais feitas por três tipos de instituições, sendo: os órgãos públicos previstos pela Constituição e os governamentais; as instituições privadas com fins lucrativos; as privadas sem fins lucrativos ou organizações não governamentais.

O fato de que a assistência social se desenvolve como ações caritativas públicas e pontuais, existe dois fenômenos inerentes: a sobreposição dos órgãos públicos perante os órgãos governamentais, o que gerou um clientelismo na assistência social pública; também a dominação das Organizações não Governamentais na sua gestão e sua execução. O mesmo é constatado na assistência social à moradia, que conheceu um período de demanda importante no contexto do terremoto, com a destruição das casas das famílias e a implicação das ONGs na reconstrução física do país. Esses tipos de assistência, respondem a ideologia das ONGs de responder às demandas imediatas e desresponsabilizar ao Estado no seu papel interventivo. Em outras palavras, existe uma gestão maior e execução dessas organizações nessas áreas, que caracteriza o Haiti como a República das ONGs<sup>26</sup> construído historicamente.

Destacamos que o histórico das ONGs no Haiti remonta aos anos 1860, como destaca Etienne (1997), considerando o aspecto humanitário da questão.

---

<sup>26</sup> O dia 3-07-2017, o atual ministro da Planificação Social e da Cooperação Externa, Aviol Fleurant, foi convidado pela câmara dos Senadores haitianos no objetivo de apresentar um relatório sobre o funcionamento das ONGs no Haiti. O ministro confessou aos senadores que a maioria das ONGs funcionem sem o controle do ministério da Planificação e da Cooperação Externa desde 2004 que foi um período de crise político social no Haiti.

Naquela época, conforme já foi destacado anteriormente, o Estado haitiano assinou o “*Concordat de Damien*” com a Igreja Católica, viabilizando a atuação das congregações religiosas europeias para ajudar na educação e na saúde particularmente.

A partir dos anos 1950, houve a chegada de um novo grupo de ONGs, a *Cooperation for American Relief Everywhere* (CARE), o Catholic Relief Service (CRS), o *Service Chrétien d’Haiti* (SCH) e a *Cooperation haitiano-neerlandaise* (COHAN). Nos anos 1960 houve ainda uma outra categoria de ONG ligada com a Igreja Protestante que chegou no Haiti (ETIENNE, 1997).

Contudo, é a partir dos anos 1970 que o fenômeno das ONGs começou a ter mais relevância no Haiti por dois motivos: a influência da Igreja Católica, que criou vários projetos de desenvolvimento para atender às populações que o Estado não atendia; e a decisão do governo daquela época de estimular a cooperação internacional para combater a pobreza.

A partir dos anos 1980, com o aprofundamento dos níveis de pobreza do país, as ONGs continuam a aumentar e o desmonte da ditadura vai favorecer essa dinâmica.

Na década de 80, a pobreza atingiu um nível escandaloso, tornando-se um fenômeno de massa. Para resistir, milhares de haitianos emigram para os Estados Unidos, usando embarcações improvisadas para escapar do pesadelo de seu país e realizar o sonho de chegar aos Estados Unidos. Naquela época ocorrem muitas perdas das vidas humanas provocadas pelos naufrágios no mar, o que incentivam a opinião pública nacional e internacional para agir sobre essa situação. Muitas ONGs norte-americanas e europeias vinham para intensificar as suas atividades no Haiti e financiar as ONGs locais. A queda da ditadura de Jean Claude Duvalier em 07 de fevereiro de 1986, permitiu o retorno em massa de exilados haitianos. Dentre eles, estavam intelectuais e profissionais, que criaram organizações de defesa dos direitos humanos e centros de pesquisa e formação das instituições envolvidas no campo do desenvolvimento. Isso favoreceu um novo aumento das ONGs no país (ETIENNE, 1997, p. 162-163).

O fenômeno das ONGs responde a uma dinâmica internacional, lutar contra a pobreza no Haiti. Assim, quase todas as ONGs do país são de iniciativa estrangeira. As poucas ONGs haitianas se encontram em dependência total dos financiamentos estrangeiros, o que constitui uma falta de autonomia, executando projetos de desenvolvimento das ONGs internacionais (ETIENE, 1997). O autor continua a apontar a relação das ONGs locais e internacionais:

Muitas vezes, as ONGs haitianas somente executam os programas das ONGs internacionais e, quando elas desenvolvem seus programas ou qualquer projeto, elas são obrigadas a fazer acordos com as exigências dos doadores. As ONGs haitianas fornecem também às ONGs estrangeiras as informações do que elas necessitam para influenciar a opinião pública em seus respectivos países e, ao mesmo tempo, orientar a política de cooperação internacional conforme as suas opções ideológicas (ETIENNE, 1997, p. 181).

Ao analisar a relação das ONGs com o Estado haitiano, o autor destacou duas fases importantes; a primeira, caracterizada por uma indiferença da atuação das ONGs pelo Estado, pelo fato de que o Estado não garante o atendimento à população, considerando as ONGs como mecanismos eficazes para atender a população, principalmente a do meio rural. As ONGs, também consideradas como organismos apolíticos, evitaram relações com Estado.

A segunda fase se caracterizou pela atitude de desconfiança, de rivalidade e até mesmo de hostilidade entre o Estado Haitiano e as ONGs. Segundo Etienne, as mudanças nesta relação são o resultado da:

Aplicação das políticas neoliberais de Ronald Reagan, que consistia em passar a maior parte da ajuda bilateral e multilateral dos países do terceiro mundo pelo canal das ONGs. Essa política tinha o objetivo claro de enfraquecer o poder público de países subdesenvolvidos e promover o fortalecimento do setor privado. Esta linha política da cooperação internacional permitiu às ONGs que operam no país a ter meios financeiros consideráveis, transformando-as no centro político de influência e que pode substituir o Estado. Para destacar a importância deste fator no Haiti, deve-se notar um estudo realizado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) publicado em 1989. O estudo mostra que metade dos serviços de saúde no Haiti é assegurada pelas ONGs, e hoje, elas controlam 70% dos serviços nesta área. O mesmo estudo mostra que as ONGs têm uma preponderância de 60% na oferta do nível do ensino primário; as despesas incorridas por elas na agricultura e os projetos de desenvolvimento comunitário chegam a 66% do orçamento nacional. Tudo isso faz das ONGs um Estado paralelo do Estado. (ETIENNE, 1997, p. 184-185)

Com a intenção do Estado de controlar as ONGs foi publicada a primeira lei, em dezembro de 1982. Na realidade, a referida lei não tem uma efetivação real sobre o funcionamento das ONGs, uma vez que elas continuam a funcionar sem as determinações do Estado, porque têm legitimidade popular e internacional. Nas várias regiões do meio rural elas trabalham com a população ignorada pelo próprio Estado.

No cenário presente no Haiti, associado à efetivação das políticas de Assistência Social, as ONGs e as organizações multilaterais são dois atores de forte

influência. Depois do terremoto de 2010, o Haiti foi nomeado a República das ONGs<sup>27</sup>, tendo, aproximadamente, a presença de dez mil (10.000) ONGs, segundo Coulon (2010), contudo, segundo as autoridades haitianas, a metade dessas ONGs são reconhecidas legalmente, quer dizer, registadas publicamente para funcionar no território.

Essa presença importante das ONGs é relevante para sublinhar a ausência do Estado interventivo ou um enfraquecimento do Estado totalmente dominado. Um exemplo claro para demonstrar essa dominação total do internacional sobre o Estado haitiano. Depois do terremoto de 2010, uma estrutura paralela, denominada Comissão Internacional de Reconstrução do Haiti (CIRH), foi montada para orientar a reconstrução do país. Essa comissão foi formada por 24 membros, sendo 12 representantes haitianos e 12 representantes internacionais, com uma estrutura de dois co-presidentes, ocupada por Jean Marx Bellerive, do Haiti e Bill Clinton, ex-presidente dos Estados Unidos. O objetivo dessa comissão era a reconstrução do país durante um período de dois anos<sup>28</sup>.

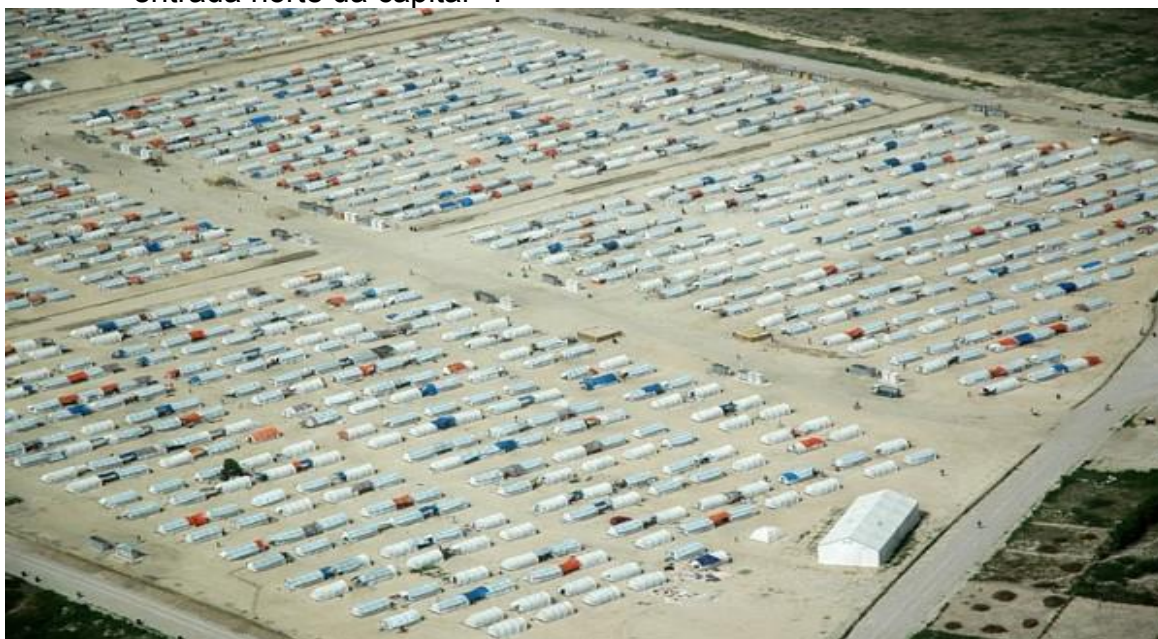
O contexto da reconstrução de maneira geral foi favorável para as ONGs, que foram mais presentes do que Estado. Quase todas as ações caritativas foram realizadas para elas, como muitas distribuições de cestas básicas, no financiamento e na formação de espaço provisório para alojar as pessoas sem casa. Esses projetos, 7 anos depois, se tornam permanentes e viram em favelas onde moram as pessoas sem os elementos básicos necessários (sem água, sem eletricidade, sem educação, sem saúde e com a insegurança).

---

<sup>27</sup> República das ONGs, tem a ver com o número de ONGs que atuam no país. É um termo amplamente utilizado no jornal local e internacional para descrever a situação das ONGs no Haiti.

<sup>28</sup> O mandato da CIRH não foi votado pelo parlamento. A continuidade da comissão foi recusada pelos parlamentares com um voto negativo.

**Figura 7** - Representação de um dos projetos de moradia (*campo Corail*) situado na entrada norte da capital<sup>29</sup>.



**Fonte:** Haiti libre (2017).

Essa forma de assistência desenvolvida pelas ONGs, que Peck (2012) vai chamar de assistência mortal, aumentou a miséria da população e criou uma dependência dela que fragiliza ainda mais a situação social. Apesar da presença de todas essas ONGs que trabalham na luta contra a pobreza, os indicadores de desigualdades sociais e econômicas continuam a aumentar.

Frente a potência das ONGs, as ações do Estado para garantir os direitos da população entram nessa mesma linha de resolver as demandas imediatas com forte propaganda política e clientelismo, e se tornam como uma continuidade das políticas caritativas implementadas pelas ONGs.

Por exemplo, as ações caritativas da assistência social pública estadual são executadas por dois tipos de órgãos públicos. Um, previsto pela Constituição de 1987, que entra na ação sistemática do Estado, e outro, que se refere aos órgãos governamentais, que entram nas ações pontuais. Existe concorrência entre os dois tipos de órgãos, e a prioridade rever aos órgãos governamentais (aspectos pontuais).

---

<sup>29</sup> Esse projeto foi financiado pelas ONGs internacionais como a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a World Vision et l'American Refugee Committee (ARC), hoje que se torno uma das maiores favelas na entrada da região metropolitana.

Segundo a Constituição de 1987, o Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho (MAST), fundado em agosto de 1967, é responsável na aplicação das políticas de proteção social do Estado Haitiano. O objetivo do MAST, em referência à sua lei orgânica de funcionamento, de novembro 1983, é de garantir a proteção social especial às famílias, às mulheres, às crianças, às pessoas idosas, e às pessoas com deficiência física MATHIEU, sendo suas principais funções:

- Assegurar o respeito à liberdade do trabalho e o respeito das obrigações vinculadas;
- Garantir a proteção dos trabalhadores tanto no setor formal como informal e buscar harmonia entre o Capital e o Trabalho;
- Estabelecer, com base na solidariedade nacional, um programa de seguridade social contra os riscos fisiológicos, econômicos, sociais e outros;
- Pesquisar e definir os caminhos científicos e práticos, a fim de intensificar a luta contra a fome, a desnutrição, o desemprego, a pobreza;
- Criar, autorizar, e supervisionar os programas de assistência social, sejam públicos ou privados;
- Conceder proteção especial à família, à mulher, à criança, à pessoa idosa e à pessoa com deficiência física;
- Controlar e supervisionar a capacidade técnica e administrativa de todas as instituições de defesa social (MATHIEU, 2000, p. 7).

O MAST é constituído por sete outros órgãos que estão na aplicação das políticas de proteção Social do Estado, o Escritório da Segurança, Acidente de Trabalho, Doença e Maternidade (OFATMA), a Caixa da Assistência Social (CAS), o Complexo Educacional Bel Air, o Escritório Nacional da Previdência (ONA), o Escritório do Artesanato Nacional (ONART), a Empresa Pública de Promoção de Moradia Social (EPPLS), o Instituto de Bem-Estar Social e de Pesquisa (IBERS), a Organização Nacional da Migração (ONM) e o Hospital da Universidade do Estado do Haiti (HUEH). Quatro dentre eles são especializados na execução da política da Assistência Social estabelecida pelo Estado, CAS, IBERS, ONA e OFATMA (MATHIEU, 2000).

**Quadro 2** - Repartição das instituições públicas vinculadas ao Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho (MAST) na aplicação da política de Assistência social no Haiti

<b>Instituições</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Serviços</b>
OFATMA	Fornecer os serviços de maternidade e assistência medical para os trabalhadores do setor formal e informal.	Enfermaria pediátrica Departamento de oftalmologia Serviço odontológico Serviço radiológico Serviço ginecológico
ONA	Garantir uma vida melhor para todos os trabalhadores na aposentadoria; permitir a trabalhadores assalariados de viver em condições descentes com remunerações de serviços durante os anos produtivos de suas vidas.	Fundo de previdência social Serviço de empréstimos bancários Serviço de empréstimo hipotecário
IBERS	Prestar assistência social para as famílias carentes e serviços maternais e infantis	Serviço de controle da prostituição Serviço de certificado pré-nupcial Serviço de obras sociais Serviço de controle de adoção das crianças Serviço de controle de proteção dos menores Assistência penitenciária
CAS	Acompanhar as pessoas com deficiência física, viúvas e crianças em situação de necessidade	Restaurante comunitário Programa de microcrédito para as mulheres Financiamento de obras sociais Assistência médico-social

Fonte: Do autor.

Outrossim, estas instituições de proteção social, na sua maioria, de acordo com Mathieu (2000, p. 29), são desconhecidas para a maioria da população e ineficientes no desempenho de tarefas relacionadas com a proteção social.

Este estudo sobre a realidade da Proteção Social no Haiti mostrou que há várias leis e instituições que estão afetadas na aplicação da proteção social. Mas o problema é na transição da teoria para a prática. Por quê? Baseado em meu conhecimento da sociedade haitiana e nos resultados deste estudo, eu diria que, historicamente, os cidadãos e o Estado haitiano sempre mantiveram uma relação de suspeita e de desconfiança um para com o outro. Isso é o resultado da sucessão de governos ditatoriais e repressivos, conhecidos no país. Atualmente, a liberdade de expressão está garantida na sociedade democrática, porém é difícil de construir a relação da confiança entre o Estado e os cidadãos. Para o momento, o cidadão haitiano não se considera como parte do Estado. Ele não se identifica com o Estado. Além disso, as autoridades estaduais não fazem nenhum esforço suficiente para informar os cidadãos sobre os seus direitos e os seus deveres (MATHIEU, 2000, p. 29).

As ações caritativas de proteção social são ineficazes, além disso, existe

uma desqualificação do próprio Estado de suas instituições previstas pela Constituição de 1987. O Estado haitiano, através do governo, estabeleceu a prática de negar suas próprias instituições. Passou por cima de órgãos constitucionais com o objetivo de fortalecer o clientelismo social.

Esta perspectiva foi visível na última iniciativa de assistência social do Governo de Martelly, entre 2010-2015. Essa iniciativa governamental foi chamada Estratégia Nacional da Assistência Social (SNAS), *Ede Pèp*<sup>30</sup> em Crioulo. Lançada em 2012, *Ede Pèp* entrou na linha da preparação do Plano da Ação para a Redução da Pobreza (PARP), iniciado pelo Presidente Martely depois do terremoto de 12 de janeiro de 2010.

Podemos ler no preâmbulo do *Ede Pèp*:

Seguindo a forte vontade da administração de Martelly-Lamothe para combater a pobreza extrema no Haiti, o Governo lançou um programa de assistência social em todo o país, com o nome *Ede-Pèp*. Este programa tem por objetivo apoiar os pobres e ajudá-los a sair de sua situação precária. Reconhecendo que 56% da população haitiana vive com menos de US \$ 1 por dia, o Governo tem mostrado, através do *Ede-Pèp*, que os mais desfavorecidos na sociedade são uma prioridade do governo. A iniciativa do governo *Ede-Pèp* reúne 15 projetos de assistência social nos vários campos. O objetivo visado no *Ede-Pèp* pelo governo de Haiti é de melhorar diretamente a qualidade de vida dos beneficiários (HAITI, 2012b, p. 6).

*Ede Pèp* foi financiado pelo fundo do acordo Petrocaribe<sup>31</sup>, assinado entre o Haiti e a Venezuela. Dez dos quinze projetos da assistência social foram executados ou co executados por um órgão governamental -Fundo de Assistência Econômica e Social- (FAES), à exceção do Programa de Escolarização Universal (PSUGO), o projeto de restaurante escolar, o projeto de alfabetização, executados pelo Ministério da Educação e Formação Profissional (MENF); o projeto do restaurante comunitário, administrado pelo Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho (MAST); o projeto

<sup>30</sup> Expressão crioulo, traduzido literalmente como ajuda ao povo

<sup>31</sup> O acordo Petrocaribe começou em outubro de 2007 entre o governo venezuelano de Hugo Chavez e o Haiti. Com o Petrocaribe, o Estado haitiano compra a gasolina, o diesel, a querosene, o óleo combustível e asfalto na Venezuela com muitas vantagens. Estes produtos petrolíferos são comprados ao preço de mercado internacional. As encomendas são colocadas através do Escritório de monetarização de Programas de Ajuda ao Desenvolvimento (BMPAD), que é o representante do Estado Haitiano com o representante do Estado venezuelano PDVSA Petroleo SA. Para mais informações visitar: [Http://www.bmpad.gouv.ht/petrocaribe/les-fonds-petrocaribe.html](http://www.bmpad.gouv.ht/petrocaribe/les-fonds-petrocaribe.html). Segundo os dados de Péan (2014), é previsto que o Haiti receba 25 a 30 milhões por empréstimos por mês, o que representa 300 a 360 milhões de dólares por ano com o PetroCaribe, durante um período de 23 anos, a uma taxa de juro anual de 1%.

de distribuição dos animais pelo Ministério da Agricultura dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR).

Isso demonstra a intenção do Estado, através do governo de Martelly, de minimizar as instituições previstas na Constituição em benefício do FAES, que é um órgão independente paralelo, criado pelo governo haitiano por decreto no dia 28 de maio de 1990. As origens do financiamento deste fundo de desenvolvimento, são prevenidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID- e pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Os objetivos e o campo das intervenções do FAES são definidos nos artigos 3, 22 e 24, respectivamente, no decreto de 1990. O artigo 3 do decreto, criou o FAES lê-se assim: "O objetivo do FAES é de financiar os projetos de curta duração destinados à mão de obra, na perspectiva de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e aumentar seu potencial produtivo".

No artigo 22, "o apoio do FAES será aplicado para promover, avaliar, e financiar a implementação dos projetos a curto prazo destinados à mão de obra, que tem retorno social, e aos benefícios pela população de baixa renda". No Artigo 24,

As intervenções do FAES serão particularmente feitas pelo financiamento dos projetos de grande retorno social, como os projetos para a Educação, dos serviços básicos, da saúde, da nutrição, nos projetos da infraestrutura social, como projetos de água potável, das estradas, dos postos de saúde; projetos na área de infraestrutura econômica, tais como projetos de construção e manutenção de estradas; projeto de apoio às atividades agrícolas e microempresas, tais como projetos de reflorestamento, conservação do solo, irrigação e de crédito.

Obviamente essa iniciativa governamental chamada de assistência social é longe de ser uma política de assistência social percebida como um direito da população. Ela represente mais um conjunto de ações caritativas (na educação, saúde, moradia etc.) e proteção social pautada no reflexo moral para combater a pobreza extrema da população haitiana. O que evidenciou uma forma de confusão entre a assistência social e as outras políticas sociais. Obviamente, como no caso das ações das ONGs, as do Estado são acompanhadas de efeitos perversos na sociedade, de acordo com Decime (2015). O autor toma uma análise de Chalmers (2015) sobre *Ede-Pèp* para mostrar os efeitos negativos da sua aplicação. Já o nome *Ede-Pèp* -Ajuda ao Povo- e os nomes dos projetos "*Ti manman cheri*, (querida mãe), *kore etidyan*, (apoio estudantil), *pansyon ti Granmoun*, (fundo de previdência

para os velhos), *kore andikape*, (apoio às pessoas com deficiências físicas), *bon solidarite*, (grana da solidariedade) ” são problemáticos. Esses nomes refletem a ideia clara de favoritismo, e caritativa. Além disso, o público alvo do *Ede-Pèp* são os moradores das favelas urbanas. Decime (2015) constatou uma negligência das pessoas em áreas rurais, onde a maioria da população se concentra. De acordo com Chalmers (2015), citado por Decime (2015), é uma decisão estratégica do Governo para garantir o controle política sobre os grupos urbanos potencialmente mais subversivos.

Os diferentes projetos no *Ede-Pèp* consistem em uma transferência de renda para as mães, os estudantes, os camponeses, as pessoas com deficiência física, dentre outros. Decime (2015) ainda questionou a efetividade dos valores recebidos na luta contra a pobreza. Para mostrar esses limites, ele analisou dois projetos no *Ede-Pèp*. *Ti Manman Cheri* (Querida Mãe), projetado para mães desempregadas, no qual uma mãe com, pelo menos, um filho matriculado na escola recebia o valor de 400 *Gourdes*<sup>32</sup> por mês (moeda local); com pelo menos dois filhos escolarizados, o valor recebido é de 600 *Gourdes*; 800 *Gourdes*, uma mãe com pelo menos três filhos escolarizados. Isto significa que com US \$ 1,00 (44.00 *Gourdes*) ou 1 euro (60,00 *Gourdes*), uma mãe desempregada com pelo menos duas crianças recebe um valor de 9, 09 dólares americanos por mês, ou seja, 6, 66 euros para atender às necessidades da sua família. E foi a mesma quantidade recebida no programa como *Pansyon ti Granmoun* (Apoio às pessoas idosas), *Kore andikape* (Apoio à pessoa com deficiência física). Como esse dinheiro, pode-se ajudar a combater a pobreza, questionou o autor.

---

<sup>32</sup> 1 real é equivalente a 15 *Gourdes*.

**Quadro 3** - Repartição dos projetos de Assistência Social no *Ede Pèp* com tradução em português

Assistência Social estruturada	Assistência Social de urgência	Apoio econômico	Investimento no Capital humano
Querida Mãe	Apoio na urgência	Distribuição animal	PSUGO Programa de Escolarização Universal Gratuito e Obrigatório
Apoio aos idosos	Cesta da solidariedade	Apoio à mulher na agricultura	Restaurante escolar
Apoio à pessoa com deficiência física	Cantina móvel	Apoio ao camponês	Apoio aos estudantes
Restaurante comunitário			Alfabetização

Fonte: Do autor.

Apesar dessas limitações, este programa foi objeto de longa propaganda pelo Governo, evidenciado primeiramente pela declaração do primeiro-ministro haitiano Laurent Lamothe, em 2012, que tinha declarado: "*Ede-Pèp* é uma revolução na Assistência Social no Haiti, nunca existiu um programa de assistência social tão amplo desde a independência em 1804". De acordo com Decime (2015), observamos muitas formas de propaganda na vulgarização do *Ede-Pèp*, como "*premye fwa pèp la jwenn, Fok Pèp la jwenn, Ayiti resi ap Vanse, etc.*"<sup>33</sup>. Isso leva a uma visão de gestão *Ede-Pèp* na perspectiva de *one man show*<sup>34</sup>, como apontou Péan (2014) e evidencia a presença de um Estado que busca fortalecer o mecanismo de dependência da população. Atualmente, *Ede Pèp* não existe, dois elementos explicam esse desaparecimento: o fim do mandato de Martelly em 2015 e o contexto das instabilidades sociais políticas econômicas da Venezuela, que era a fonte de financiamento por meio do acordo PetroCaribe.

O objetivo maior dessa primeira parte na dissertação foi apresentar a relação dos imigrantes no Haiti com o Estado, tendo como referência as políticas sociais desenvolvidas. Percebemos, que existe a construção histórica para um processo de distância entre o Estado e a população de baixa renda. Essa distância tem como origem as orientações colocadas pelo Estado depois da independência de 1804 na

<sup>33</sup> Tradução literal: primeira vez que a população se beneficia de serviço público, a população deve se beneficiar, o Haiti começou a se desenvolver pela primeira vez.

<sup>34</sup> Expressão inglês que traduz nesse caso uma gestão paternalista do assunto público.

organização da vida pública. A população insatisfeita se rebela contra o Estado de maneira passiva ou ativa. Ela não se reconhece como parte integrante do Estado. Então, o Estado é contestado no meio da população, mas de maneira passiva por meio do *Marronnage*. Essa passividade para nós se permanece por causa da orientação da política educacional do Haiti, que é um espaço montado para a reprodução do sistema desigual, e lidar contra todo o processo de conscientização da população.

Essa situação de insuficiência das políticas sociais no Haiti se torna um dos motivos da saída dos haitianos para os países estrangeiros. Os haitianos vão utilizar esse êxito, que é a emigração, para escapar esse sistema. Dessa forma, o deslocamento dos imigrantes haitianos para o Brasil, a partir do terremoto de 2010, será o objetivo da segunda parte da dissertação.

### 3 O DESLOCAMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEXTUAIS DA MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL A PARTIR DO TERREMOTO DE 2010

Nessa segunda parte, pretendemos discutir os fatores determinantes da saída haitiana para os países estrangeiros. Esse processo de descolamento é determinado, seja por questões econômicas, políticas, sociais, ambientais, simbólicas e culturais.

#### 3.1 A HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO NO HAITI

Os haitianos nascem no processo de resistência ao genocídio e ao etnocídio. São inventados no seio do Ocidente e jamais existem por si só. Seu vínculo com a metrópole francesa é constitutivo e as minorias significativas não conseguem se imaginar sem este *alter ego*. A identidade que os haitianos constroem diariamente se afasta do Ocidente sem jamais completar o corte do cordão umbilical, mas, no cruzamento de caminhos, tudo indica que se fabrica uma identidade e uma solidão em uma estrada sem saída (CASIMIR, 2012 apud COTINGUIBA, 2014, p. 69).

O Haiti se localiza no Caribe, fazendo parte das Grandes Antilhas, assim como Cuba, Jamaica e Porto-Rico. A região na qual os quatro países se localizam possui uma dinâmica migratória ampla entre eles (intra-Caribe) e com as demais regiões (extra-Caribe). Na dinâmica intra-Caribe, existem duas categorias de países: por um lado, países com tradição de saída migratória, como Haiti, Jamaica, República Dominicana, Barbados, Suriname, Santa Lúcia, Porto Rico, Trinidad e Tobago; por outro, um grupo de países com tradição de receptor de migrantes, principalmente os territórios franceses (Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa), Bahamas, e as Ilhas Virgens Britânicas (MANIGAT, 2007).

O Haiti se situa na primeira categoria de países fornecedores de migrantes. A dinâmica migratória (interna ou externa) faz parte da história do Haiti. Os habitantes, que substituem os indígenas desaparecidos no período genocida pré-colonial, são homens e mulheres da África exportados para uma migração forçada a trabalhar nos campos como escravos através do comércio transatlântico (HANDERSON, 2015). O que quer dizer que, a partir da colonização francesa, o Haiti nasceu em uma espécie de migração forçada (AUDEBERT, 2012).

Após a independência, em 1804, a migração continua a existir sobre outra forma e por outras razões. Em seguida, os camponeses haitianos começam a

praticar uma forma de mobilidade interna para escapar do sistema semifeudal estabelecido pelo Estado haitiano. Um sistema que exigia que eles ficassem no campo para trabalhar para os proprietários mulatos burgueses (AUDEBERT, 2012). Segundo o autor, esta migração ocorre pelo desejo de liberdade que o camponês haitiano buscava, uma vez que, para eles, ficar na terra os fazia lembrar das condições escravagistas.

Assim, eles adotavam essa forma de resistência contra a organização política, econômica e social do país depois da independência – deslocavam-se de um ponto para outro dentro do Haiti. Essa mobilidade interna e externa tornou-se prática sócio cultural para o cidadão haitiano, como forma de cultura migratória. Essa é uma das características que fundamentam o imaginário coletivo haitiano (AUDEBERT, 2012). Uma ideia compartilhada por Handerson (2015, p. 67) em sua tese de doutorado em Antropologia social na Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Algumas expressões marcam o mundo social haitiano: “Tenho de viajar um dia para um *peyi etranje*- país estrangeiro”, “Desde que nasci, meu sonho era partir um dia”, “Antes de morrer com certeza vou partir”. Durante a pesquisa de campo no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa, notadamente no Haiti, era comum ouvir estas declarações vindas dos interlocutores. “Tenho que ... um dia”, “Desde que nasci ...”, “Antes de morrer ...”, esses três verbos nascer, ter e morrer descrevem como a mobilidade se constitui numa “obrigação”, como “algo predestinado” e num “sonho” a ser realizado. Não seria um exagero dizer que o sonho da maioria da população é *pati* (partir) ou *vwayaje* (viajar) ou afirmar que seria quase impossível encontrar uma casa no Haiti da qual não há um membro dela no exterior, as casas e as redes familiares geralmente têm, no mínimo, alguém no *peyi etranje* (país estrangeiro) (HANDERSON, 2015, p. 67).

Por enquanto, nas obras de autores como Audebert (2012), Hurbon (1987) Etienne (2007), a migração externa vai ser determinada pelos elementos econômicos no início do século XX, durante a ocupação dos Estados Unidos no Haiti em uma dupla perspectiva dentro do contexto da evolução política e econômica do Haiti e do contexto da Divisão Internacional do trabalho criado pelos Estados Unidos no Caribe para estabelecer sua dominação (AUDEBERT, 2011).

Essa intenção dos Estados Unidos de controlar toda a América e o Caribe ocorrerá em perfeita harmonia com a Doutrina de Monroe (1823), reduzida a esta fórmula "América para os Americanos." Os Estados Unidos materializam a dominação através de uma política de expansão em todo o Caribe.

Os Estados Unidos tiveram desde o século anterior exibidas suas ambições hegemônicas na região, com a Doutrina de Monroe (1820), que proclamou, a "América para os americanos". A compra da Flórida (1819), a anexação do Texas (1845), o controle de Porto Rico (1898) e de Cuba (1898), dentre outros, estão entre os atos da materialização da hegemonia da potência americana. No início do século XX, o objetivo continuou a ser o de controlar todos os cruzamentos estratégicos na bacia do Caribe. Eles asseguram o livre acesso ao Canal do Panamá que tinham construído entre 1904 a 1914. Eles intervieram na Colômbia em 1903, para tomar o Panamá e garantir sua hegemonia sobre o novo Estado criado. Enquanto isso, os países que foram objetos das intervenções mais frequentes foram aqueles localizados perto desse ponto estratégico (canal de Panamá). Nessa época, os Estados Unidos realizavam cinco intervenções militares em Cuba, entre 1898 a 1933, três, entre 1905 a 1965 na República Dominicana, e uma no Haiti, em 1915. Em 1898, eles intervieram em Porto Rico e, em 1917, nas Ilhas Virgens. Antes da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos estavam preocupados com a ideia de expulsar a hegemonia alemã na região e tomar o poder do mercado na bacia do Caribe. A presença da Alemanha na região, especialmente no Haiti, representou uma ameaça no contexto da Primeira Guerra Mundial. Eles queriam obter o controle de alguns pontos estratégicos do Caribe, especialmente o Mole Saint-Nicolas, montanha no noroeste do Haiti, permitindo ter um controle sobre uma grande parte do Caribe, e Guantánamo (Cuba), que controlavam desde 1898 (AUDEBERT, 2012, p. 19).

A ocupação estadunidense no Haiti se efetivou com a intenção dos americanos de dominar e controlar o espaço caribenho no contexto da Primeira Guerra Mundial e expulsar a Alemanha da região, provocando a expropriação sistemática dos camponeses de suas terras, a fim de estabelecer as indústrias norte-americanas, o que irá provocar a degradação das condições de vida rural dos camponeses haitianos expulsos dos seus únicos recursos econômicos (AUDEBERT, 2011). Nessa mesma linha Louidor (apud COTINGUIBA, 2014) apontou:

Sob o pretexto de estabilizar o Haiti, os Estados Unidos ocuparam o país caribenho para estender seu imperialismo e o capital estadunidense através da implantação de suas corporações, que se dedicaram principalmente às indústrias açucareira e bananeira. A ocupação americana foi acompanhada por grandes expropriações de terras dos camponeses e pela apropriação dos recursos financeiros do Banco Nacional da República do Haiti (BNRH). LOUIDOR (2013, p. 19 apud COTINGUIBA, 2014, p. 70).

Esse período foi marcado por uma profunda desigualdade social. O sistema social estabelecido era incapaz de satisfazer as necessidades sociais da população tanto da zona urbana quanto da zona rural. Os políticos haitianos e os representantes do imperialismo americano organizam programas de migração oficial dos trabalhadores haitianos para ir trabalhar em outros países do Caribe e da

América (DOUBOUT, 1973). Eles foram identificados como *braceros*<sup>35</sup>, que são todos os camponeses haitianos enquadrados em políticas migratórias específicas e temporárias de mão de obra junto à República Dominicana e Cuba. Os *braceros* foram os que alimentaram o comércio do *Zafra* (é a época da colheita nos campos) desses países, particularmente da República Dominicana.

É nessa conjuntura que Audebert (2012) identificou a primeira onda da história da emigração haitiana, cujos principais destinos foram a República Dominicana e Cuba. Durante a ocupação dos Estados Unidos, aproximadamente 200 a 300 mil imigrantes trabalhadores haitianos emigram à República Dominicana, e o dobro foi levado a Cuba (AUDEBERT, 2012). Gradualmente, a emigração haitiana se realizou em outros países do Caribe, como Bahamas e os territórios franceses da região, como Guadalupe, Martinica e Guiana Francesa.

Durante este período, em termos de política migratória, o Estado haitiano assinou vários acordos<sup>36</sup> com a República Dominicana para o recrutamento da mão de obra haitiana. Essa política de migração foi transformada em uma fonte interna de receitas para o Estado Haitiano, na medida que este se beneficiou de algumas vantagens nessa dinâmica migratória com o Estado Dominicano (OIM, 2015).

Porém, na história entre os dois países, existiu sempre uma xenofobia governamental da República Dominicana pelos trabalhadores haitianos, por exemplo,

Em 1937, a xenofobia dominicana teve sua expressão mais violenta quando o ditador Rafael Leonidas Trujillo (1930-1961) ordenou aos militares matarem milhares de cidadãos haitianos, mas até hoje não se sabe, de fato, quantos foram assassinados, estimando-se entre 6.000 a 30.000. O

---

<sup>35</sup> Os acordos bilaterais entre o Haiti e a República Dominicana fazem parte da dinâmica política nacional estabelecida pelo Estado dos dois países. Eles são quase exclusivamente da área de migração laboral agrícola. Segundo OIM (2015), o Estado haitiano assinou vários acordos com a República Dominicana em 1952, 1959, 1966 e 1978 com o objetivo de favorecer o recrutamento de trabalhadores e as condições de repatriamento de cidadãos haitianos para a República Dominicana. Também entre 1943 a 1985, o Estado haitiano tinha assinado sete acordos e convenções com as Bahamas sobre a questão da migração (OIM, 2015). *Braceros* é nome popular de todos os camponeses enquadrados em políticas migratórias específicas e temporárias de mão de obra junto à República Dominicana e Cuba.

<sup>36</sup> Os acordos bilaterais entre o Haiti e a República Dominicana fazem parte da dinâmica política nacional estabelecida pelo Estado dos dois países. Eles são quase exclusivamente da área de migração laboral agrícola. Segundo OIM (2015), o Estado haitiano assinou vários acordos com a República Dominicana em 1952, 1959, 1966 e 1978 com o objetivo de favorecer o recrutamento de trabalhadores e as condições de repatriamento de cidadãos haitianos para a República Dominicana. Entre 1943 a 1985, o Estado haitiano tinha assinado sete acordos e convenções com as Bahamas sobre a questão da migração (OIM, 2015).

massacre era claramente racista e anti-haitiano (WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2009 apud HANDERSON, 2015, p. 69).

Outro ato de xenofobia contra os haitianos mais recente aconteceu em 2013. Em 25 de setembro de 2013 o Tribunal Constitucional da República Dominicana (a mais alta jurisdição do país) aprovou uma resolução que priva de cidadania dominicana os descendentes de migrantes haitianos nascidos desde 1929. Esta resolução tornara 250.000 dominicanos descendentes haitianos apátridas. Jean Francois (2013) identificou essa atitude com um neo-nacionalista dominicana baseada exclusivamente num anti-haitiano, que buscou a fazer uma limpeza étnica na mesma linha do pensamento do Hitler na Alemanha, do Juvénal Habyarimana com a guerra civil entre os tutsis e os hutus no Rwanda, etc. Segundo Rosas (2016) diretora do programa América de Amnesty Internacional, essa resolução afetou desproporcionalmente os dominicanos de origem haitiana e constitui uma privação retroativa, arbitrária e discriminatória da nacionalidade deles. Porque, segundo a autora, essas pessoas sem cidadania não podiam exercer seus direitos ou acesso a serviços básicos, como emprego, educação e cuidados de saúde. Elas estão continuamente ameaçadas pela deportação.

Pelo menos 68.000 pessoas retornaram "espontaneamente" ao Haiti, muitas vezes depois de terem sido ameaçados ou temerosos de perseguição e violência na República Dominicana. Destas pessoas, 85% disseram que nasceram no Haiti, mas 15% disseram que nasceram em solo dominicano. Eles são principalmente filhos de migrantes haitianos que retornaram "voluntariamente", mas que poderiam reivindicar a nacionalidade dominicana. Após o exame de sua situação pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (HCR) cerca de 1.600 pessoas estavam destinadas a receber a nacionalidade dominicana e foram expulsas ilegalmente do país (ROSAS, 2016, p. 1).

Apesar da mobilização internacional contra essa medida, o Estado dominicano conseguiu manter a resolução, mas criou o processo plano da regularização para obtenção da cidadania dominicana para todas pessoas de origem da migração; como destacou Jean François (2013), o ato do Tribunal Constitucional Dominicano não se refere exclusivamente aos cidadãos descendentes da migração haitiana. Visa também os cidadãos das Antilhas do Caribe Oeste, particularmente uma colônia de São Cristóvão e Nevis, de um grupo étnico chamado Cocolo.

Historicamente, a presença dos trabalhadores na República Dominicana serviu de mecanismo de pressão política do governo dominicano sobre o haitiano.

Progressivamente, o governo vizinho queria orientar uma decisão em seu benefício, ameaçando deportar os haitianos ilegais, mesmo os que tinham nacionalidade dominicana.

As relações entre os dois países pioraram a partir de 1986, quando o Governo de Joaquín Balaguer assumiu a presidência, autorizando a deportação de todos os haitianos sem documentos, menores de 16 anos e os que tinham mais de 60 anos de idade. Aproximadamente, 35.000 foram repatriados, além dos que saíram por conta própria pelo medo de serem deportados. O Governo dominicano foi denunciado várias vezes por organizações internacionais como *Americas Watch*, ACNUR, Organização Internacional do Trabalho (OIT); por instituições religiosas, associações de migrantes e pela própria Organização das Nações Unidas (ONU) por violações dos direitos humanos, particularmente pelas condições precárias de trabalho, de vida e pela problemática da nacionalidade dos descendentes de migrantes haitianos sem documentos nascidos no território dominicano, sem direito à nacionalidade reconhecida pelo Governo, mesmo sendo garantida pela Constituição do país. Sobre discriminação dos haitianos na República Dominicana, particularmente nos *bateys* (plantações de açúcar), ver os trabalhos de Samuel Martínez (2011). (HANDERSON, 2015, p. 69).

Handerson (2015) mostrou que essa situação difícil dos imigrantes haitianos na República Dominicana foi um dos motivos para os haitianos de achar de novos destinos, cujo o Brasil.

A República Dominicana é um dos primeiros países junto a Cuba onde se iniciou a emigração haitiana no início do século XIX. No entanto, há nesse país uma forte discriminação racial contra os haitianos residentes em território dominicano. Isso se evidencia nas crises diplomáticas desses dois países ao longo da história política de ambos. Somando a sucessão de atos de violação de direitos humanos dos haitianos nesse país, em 2013, o Tribunal Constitucional negou a nacionalidade e a documentação de identidade aos filhos de haitianos nascidos na República Dominicana. Esta pesquisa sugere que a quantidade expressiva de haitianos chegados à América Amazônica, que residiam na República Dominicana quando decidiram realizar a viagem, está associada a esses acontecimentos, pois muitos contribuíram para que os haitianos na República Dominicana seguissem a viagem para países como Equador, Chile, especialmente o Brasil (HANDERSON, 2015, p. 89-90).

**Figura 8** - Deslocamentos dos primeiros destinos da migração haitiana no período de 1915 a 1934.



La géographie régionale de la migration haitienne :  
un reflet des disparités économiques dans le bassin caribéen

- ★ Haïti, une source majeure de l'émigration intra-caribéenne
- République dominicaine : emploi informel massif dans l'agriculture, la construction et les services liés au tourisme
- ▲ Économies touristiques avec salaires supérieurs à la moyenne régionale dans le tourisme, la construction et les services à la personne
- ▲ Territoires d'outre-mer à économie de transferts dopant le niveau de vie et la demande en services peu qualifiés

Source : C. Audebert, enquêtes personnelles.

Fonte: Audebert (2012, p. 193).

O fenômeno da migração haitiana conheceu uma segunda grande saída após a ocupação dos Estados Unidos, determinada por elementos econômicos e políticos no contexto das muitas ditaduras e repressão armada. A primeira característica dessa migração pós-ocupação se revelou na mudança de direção pelos haitianos emigrantes e uma diversificação do fluxo migratório. Os países norte-americanos e europeus, especialmente os Estados Unidos, Canadá e França serão os novos destinos. A partir da ditadura militar dos Duvalier (pai e filho) no período de 1957 a 1986, a migração haitiana experimentou sua maior proporção.

No final dos anos 1950, a ditadura do Duvalier foi caracterizada por um controle total da vida social, econômica e cultural da população com um

sistema de para-militarização e personalização do poder político. Os oponentes do poder foram perseguidos pelo poder central. Como resultado dessa situação de terror, o país registrou suas primeiras ondas de migração da classe média e burguesa vistas como obstáculos ao exercício do poder pessoal de Duvalier. Durante essa ditadura, 50.000 haitianos de todas as camadas sociais migraram oficialmente para o nordeste dos Estados Unidos, e 3.600 para o Quebec (AUDEBERT, 2011, p. 4-5).

Os haitianos, independentemente de suas origens sociais, emigraram em busca da liberdade não encontrada no seu país, o que Audebert (2011) denomina de “cultura de fora” do cidadão haitiano, ou de cultura da *marronnage* (HURBON, 1987), conforme já explicitado no capítulo anterior deste trabalho, tendo como único objetivo o de resistir à repressão do Estado.

No período da ditadura dos Duvalier no século XX, as áreas de liberdade econômica e a vida política e cultural da maioria dos haitianos foram encolhendo. Partir para o exterior apareceu como uma das principais respostas dos indivíduos às restrições históricas, estruturais e econômicas sobre eles. Os haitianos têm gradualmente interiorizado a representação de “fora” como uma das últimas áreas de liberdade e realização disponíveis para eles (AUDEBERT, 2011, p. 3).

Nesse sentido, foi uma forma de emergência de novos sujeitos da emigração e novos circuitos no espaço migratório internacional marcado pela recomposição do fluxo migratório (HANDERSON, 2015), afetando todas as camadas sociais.

À exceção das 4.000 famílias que tiveram uma renda anual de 90.000 dólares, naquela época todas as camadas sociais no Haiti viveram na obsessão da partida. Os imigrantes haitianos continuaram a ir nas ilhas do Caribe e na Flórida, nos Estados Unidos, de maneira legal ou ilegal. Geralmente, nesse tipo de viagem ilegal, eram devolvidos ou deportados para o Haiti, mas, apesar de tudo, eles recomeçam os procedimentos para uma nova aventura ainda mais arriscada. Parece que essa vontade obstinada de partir para fora não suportava qualquer interrogatório e tentava ignorar todos os obstáculos. O ideal era partir de qualquer jeito. 400.000 imigrantes foram registados na República Dominicana, 25.000 nas Ilhas Bahamas; 70.000 *boat people*<sup>37</sup> (barcos de refugiados) chegaram em Miami, nos Estados Unidos. Frente a essa situação, cada país tenta proteger suas fronteiras contra essa invasão dos imigrantes haitianos (HURBON, 1987, p. 31).

---

<sup>37</sup> O fenômeno do *boat people* teve um aumento, nesse segundo fluxo migratório, de 1977 a 1981. 50.000 a 70.000 haitianos chegaram vivos nos litorais da Flórida, tendo morrido muitos nesse mesmo período em alto mar. As embarcações naufragaram por problemas técnicos e, em outros casos, os próprios agentes norte-americanos afundaram os barcos, matando milhares de haitianos que tentavam alcançar Miami (STEPICK, 1992). Nesse contexto, insere-se a mobilização de diversos militantes e instituições religiosas, políticas e associativas em prol dos direitos humanos desses sujeitos, como o *National Council of Churches* (organização religiosa nos Estados Unidos), o *Black Caucus* (organização representante dos negros americanos no Congresso) e o *Haitian Refugee Center* (Centro de Refugiados Haitianos) (HANDERSON, 2015, p. 72).

Naquele momento, o fenômeno *boat people* foi assinalado como uma referência própria haitiana marcada pela banalização da vida humana, o que surpreendeu o mundo frente a esse fenômeno, seja para se mobilizar e controlar suas fronteiras contra essa invasão haitiana, seja para denunciar esse fato de violação do direito à vida.

A maioria dos *boat people* saía do norte e noroeste do país em embarcações precárias, improvisadas e construídas pelos próprios navegadores. *Boat people* refere-se aos viajantes haitianos que embarcavam em direção à Miami ou às Ilhas caribenhas, como Bahamas, Grand Turck, incluindo Cuba, dentre outras, para alcançar Miami. Quando Bahamas se tornou independente, em julho de 1973, o Governo do país iniciou uma campanha de expulsão dos haitianos e as políticas migratórias se tornaram cada vez mais restritivas. Nesse período, alguns deixaram o local e aproveitaram para alcançar Miami em embarcações precárias, como *boat people* (HANDERSON, 2015, p. 72).

O Haiti enfrentou uma terceira onda na história da migração, a partir da década de 1990, no período da democracia. Além dos fatores tradicionais explicativos da migração haitiana, essa foi alimentada pela insegurança pública, ambiental e social existente no país.

Na cena política, destaca-se o aparecimento de grupos de gangues urbanas. Esses grupos criminosos se organizaram para se defender e, ao mesmo tempo, para atacar a população. Na mesma época, o país registou uma sucessão de desastres naturais que empobreceram ainda mais a população. Essa época confirmou, uma vez mais, a ausência do Estado na sua capacidade de responder às exigências de segurança para a população haitiana (AUDEBERT, 2011).

Foi um contexto geral de desordem política, social, econômica e ambiental. Nos anos de 1990, realizou-se a primeira eleição de um presidente eleito democraticamente. Jean Bertrand Aristide, um ano depois da eleição, foi vítima de um golpe militar. Os americanos, em seu desejo de fortalecer a democracia regional, posicionam-se contra esse golpe militar. Eles impuseram um embargo<sup>38</sup> econômico

---

<sup>38</sup> O embargo foi uma sanção econômica dos Estados Unidos sobre Haiti. “Em 1991, o presidente Jean-Bertrand Aristide foi derrubado. O golpe motivou sanções econômicas dos Estados Unidos, de países da OEA e, em 1994, um embargo da própria ONU. As exportações caíram 40% em 1994, para um terço do nível em 1991. De 1992 a 1994, a economia encolheu 30% (segundo dados da CEPAL, a queda foi de 22%). A receita do governo caiu pela metade. O país cresceu menos entre 1980 e 2000 do que entre 1960 e 1980, sob os Duvalier. O embargo acabou de arruinar o restante da economia”. Ler artigo: ‘Embargo econômico após golpe de 1991 arruinou país de vez’. (FREIRE, 2010)

contra o Haiti, com o objetivo de forçar o governo militar a devolver o poder (AUDEBERT, 2011). A motivação do governo americano da época com essa sanção se relacionou com a configuração política da região no contexto do pós-Guerra Fria. Eles queriam estabelecer a democracia no Haiti para melhorar a vida dos cidadãos no objetivo de segurá-los em seu país, sobretudo para combater o fenômeno de *boat people*.

Este embargo, no entanto, teve efeito contrário do pretendido. Com os impactos, os militares aproveitaram para enriquecer através do mecanismo do contrabando na fronteira dominicana. As principais vítimas foram as classes de baixa renda e médias haitianas, que têm sido duramente atingidas pelo desastre econômico causado pelo embargo. A produção interna do país caiu 40% entre 1991 a 1994, a inflação anual aumentou de 7% a 52%; 125.000 empregos foram destruídos (CATANESE, 1999 apud AUDEBERT 2012, p. 32- 33).

Finalmente, o presidente Aristide voltou ao poder em 1994; temendo por sua segurança, recorreu ao terror para eliminar os oponentes do seu poder. Ele encorajou as práticas paramilitares sob forma de organizações populares de apoio e de defesa a seu poder no objetivo de criar medo no seio da população (AUDEBERT, 2012). Ele procedeu à destruição oficial do exército haitiano para o substituí-lo pela Força Policial Nacional (PNH).

Frente aos excessos criminosos das organizações populares de apoio que giram ao redor do poder de Aristide, a impotência da nova polícia nacional e a impunidade que caracterizou o sistema judiciário. Assim, os haitianos das camadas de baixa renda continuam a viver com o sentimento de injustiça do Estado contra eles. Os sequestros e os assassinatos aumentaram sem precedentes na década de 2000. Então, a tentação de fazer-se justiça continua a ser permanente no seio da população, porque a força da polícia nacional e as forças das missões de segurança das Nações Unidas tiveram muita dificuldade de controlar os grupos armados que aterrorizavam a população. Assim, o sentimento de insegurança pública é hoje um dos principais fatores da migração haitiana. Se a migração antiga foi feita numa perspectiva de resposta temporária à violência institucional do Estado, a partir de 1986 ela é registada num contexto de perda de esperança pelo cidadão haitiano em um futuro melhor para seu país (AUDEBERT, 2012, p. 35).

Pelo fato do Haiti sempre se posicionar como o país mais pobre das Américas, os cidadãos haitianos veem suas chances reais de ascensão social localizadas fora do país (COTINGUIBA, 2014).

Quanto à questão ambiental, a população haitiana enfrentou uma sucessão de desastres naturais (furacões, terremotos, inundações) desde 2004. Isso destacou

a extrema vulnerabilidade social e a incapacidade do Estado haitiano na sua função interventiva.

Com uma situação de desmatamento das florestas, da precarização habitacional (aumento das favelas), da ausência de intervenção do Estado, da pobreza generalizada, o menor desastre natural causa estragos maiores, como perda de vida humana e destruição dos equipamentos existentes. Em 2004, o furacão Jeanne matou 2.000 pessoas e deixou para trás 250.000 desabrigados. Na época, não menos de 380 programas de emergência tinham sido criados pela comunidade internacional para a reconstrução das regiões afetadas. Em 2008, quatro tempestades sucessivas e furacões amplificaram os impactos da crise de alimentos do país. O resultado mais uma vez foi centenas de milhares de desabrigados, o que vai incentivar as instituições financeiras internacionais a aliviar a dívida internacional do país (AUDEBERT, 2012, p. 37).

Esse contexto de insegurança ambiental como um dos determinantes da saída haitiana se evidenciou com o terremoto de 2010. Segundo Audebert (2012, p. 37),

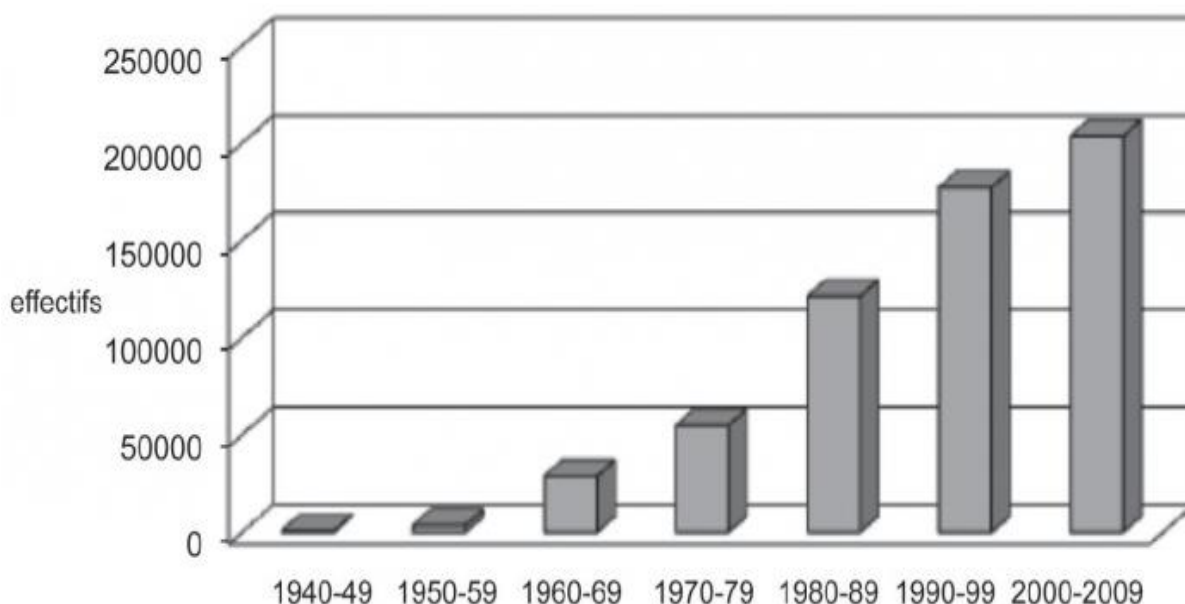
No entanto, nunca na história de desastres naturais passados no Haiti, nenhum se comparou à tragédia de 12 de janeiro de 2010. A situação do país piorou pela destruição, o desespero e o trauma psicológico causado pelo terremoto de 7,3 de magnitude na escala Richter. Oficialmente, mais de 230.000 pessoas morreram sob os escombros e muitos amputados - 15% da população não tinha lugar para morar após o terremoto. Um terço dessas pessoas desabrigadas tentava sobreviver em 415 campos de refugiados provisórios em condições sanitárias deploráveis. O sistema de saúde estava ultrapassado, dependendo ainda mais da ajuda internacional; na área metropolitana, onde há quase metade da oferta do ensino secundário público do país antes do terremoto, quatro em cada cinco escolas foram destruídas; houve ainda a fuga dos milhares de prisioneiros da prisão central, incluindo os criminosos notórios e líderes de gangues. Tantos elementos dessa situação geral mostram ainda a importância da insegurança pública na explicação do fenômeno migratório no Haiti.

Dados do relatório do Banco Mundial em 2016 mostram que, dentre todos os países do Caribe, o Haiti é o país que passou o maior número de desastres por quilômetro quadrado. Em 2008, as tempestades tropicais e furacões resultaram ao país perdas estimadas em 15% do PIB. O terremoto causou a destruição de um valor equivalente a 120% do PIB. Geralmente, estes desastres tendem a atingir às populações pobres e marginais que vivem em difíceis condições sociais e econômicas. Especialmente no caso das tempestades tropicais, 50% dos danos e prejuízos são registados nos setores produtivos da agricultura. (BANCO MUNDIAL, 2016).

A economia do país se sustenta basicamente por dois dínamos alimentadores: os recursos externos advindos dos emigrados e, no plano interno, pela produção agrícola e pelo trabalho informal, especialmente o que é realizado pelas *madanm sara* -senhoras Sara-. As *madanm sara* são as comerciantes que garantem a oferta de produtos de boa parte dos mercados de Porto Príncipe. Conectam a capital com as regiões rurais do país e são responsáveis até mesmo por circuitos existentes entre o Haiti e a República Dominicana, os Estados Unidos e o Panamá (THOMAZ, 2010 apud COTINGUIBA, 2014, p. 32).

Com isso, é importante adicionar os danos da cólera<sup>39</sup>, em 2010, que deixou cerca de 10.000 mortos e 800.000 infectados de acordo com números oficiais do governo haitiano. Nesse contexto, a cada dia, há um aumento no número de haitianos que vão para os Estados Unidos ou pegam outro caminho no objetivo de chegar um dia a esse país, como relatou Handerson (2015), ao constatar que o número de haitianos que vivem nos Estados Unidos está aumentando, como evidenciado no gráfico.

**Figura 9** - A emigração haitiana legal para os Estados Unidos em milhões, entre 1940 a 2009



Fonte: Audebert (2012, p. 60).

É importante destacar que o Estado haitiano começou a intervir na gestão pública da migração a partir do final dos anos 1990. O país vai registrar a criação de várias instituições especializadas, como o Escritório de Assuntos da Diáspora (OAD)

<sup>39</sup> Para saber mais, ler: "Onu reconhece participação no início da epidemia de cólera no Haiti". [www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/08/1804632-onu-reconhece-participacao-no-inicio-da-epidemia-decolera-no-haiti.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/08/1804632-onu-reconhece-participacao-no-inicio-da-epidemia-decolera-no-haiti.shtml).

em 1988, o Ministério de Haitianos vividos no exterior (MHVE) em 1994 e o Escritório Nacional de Migração (ONM) em 1995. Essas instituições se preocupam com os haitianos que vivem na diáspora no Canadá, na França e nos Estados Unidos e nas comunidades haitianas na bacia do Caribe (OIM, 2015).

No ano de 2010, a diáspora haitiana representou um milhão de pessoas vivendo fora do país, sendo cerca de 540.000 nos EUA, 280.000 na República Dominicana, 74.000 no Canadá e 42.000 na França (BANCO MUNDIAL, 2016). Mas hoje, nas fontes consultadas existe uma dificuldade de achar os números exatos de imigrantes haitianos formando a comunidade da diáspora. O International Crisis Group estima para um quarto da população total do Haiti, cerca de 2,5 milhões de pessoas que saíram do Haiti. Outras fontes apontaram 3, 5 milhões, considerando os seus descendentes.

Isso é o resultado de um longo processo migratório determinado pelas relações econômicas e uma luta do poder entre as elites de negros e mulatos. Porém, no trabalho de Audabert (2012), o autor nunca mencionou a migração haitiana como uma das expressões da Questão Social haitiana. Para nós, os determinantes fundamentais da saída haitiana são econômicos e políticos. Analisar a migração haitiana como uma das expressões da Questão Social haitiana é optar por entender as relações econômicas desiguais estabelecidas no país e compreender as manifestações do capitalismo no Haiti. Por conta da ausência da análise desse aspecto teórico fundamental é importante refletir a migração haitiana como expressão da Questão Social haitiana, que será debatida na sequência.

### 3.2 MIGRAÇÃO HAITIANA: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

O Haiti apresenta desde 1950, uma taxa migratória negativa o que indica que a emigração é superior à imigração (OIM, 2015). Na história migratória, o Estado haitiano se apresenta como um dos significativos motivadores da saída haitiana para outros países, seja por perseguir as pessoas por razões políticas – como aconteceu em determinados períodos de ditadura (particularmente a ditadura dos Duvalier), quando os intelectuais oponentes perseguidos fugiam do país para terem suas vidas salvas (HURBON, 1987) –, seja por outras decisões econômicas adotadas pelo Estado (como exemplo, o fenômeno do *braceros* como oferta nas indústrias na República Dominicana e de Cuba).

Mats Lundahl (1979) apontou que a emigração haitiana sempre esteve ligada às opções econômicas dos diferentes presidentes do Estado haitiano, evidenciando uma combinação da política e da economia que matou lentamente os camponeses do Haiti (LUNDHAL apud HURBON, 1987). Constata-se que as escolhas econômicas do Estado haitiano foram desfavoráveis para a oferta e contratação de mão de obra no país, principalmente no processo de criação das condições sociais de trabalho, não adequadas para a mão de obra qualificada e absolutamente precárias para a não qualificada.

Corroborando com Chery (2011), esta estratégia de desenvolvimento do Estado incentivou os trabalhadores, sem distinção, a se integrarem ao trabalho assalariado precário, resultando que os mais qualificados e os jovens fugissem dessas condições de trabalho estabelecidas. Enfim, o Estado haitiano, desde a independência, estabeleceu uma política de exclusão contra sua população, na qual o cidadão não se reconhece e não é reconhecido social e economicamente pelo Estado (IBREUS, 2014).

O fenômeno de saída massiva de trabalhadores do país pela emigração, produzido num longo processo histórico, passa a ser reconhecido em nossas reflexões como uma das expressões da questão social haitiana.

Refletir sobre a questão social, em geral, refere-se diretamente ao modo de produção capitalista, intimamente associado à relação capital-trabalho baseada na exploração (NETTO, 2004). Autores como Netto (2004), Pereira (2004) e Yamamoto (2004) são unânimes sobre a base histórica da chamada questão social. É o resultado das contradições do mundo capitalista no contexto europeu da Revolução Industrial, num momento em que o pauperismo da classe trabalhadora na Europa coincidia com o enriquecimento excessivo da classe burguesa. No entanto, os trabalhadores politicamente conscientes sobre essa situação inaceitável, decidem entrar na cena política para insurgir contra essa ordem social desigual. Parafraseando Netto (2004, p. 42):

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa ocidental que experimenta os impactos da primeira onda industrial, iniciada na Inglaterra no último quarto do século XVIII, trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (nesse caso absoluto) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação.

Outro aspecto a destacar é que a questão social não é universal, nasce das contradições históricas que existem na sociedade capitalista, bem como das necessidades históricas relacionadas com cada país. Isso quer dizer que é um equívoco tomar a formulação europeia e latino-americana da questão social para introduzi-la no Haiti, que tem sua própria história. Pereira (2004) assim o evidencia ao contextualizar e refletir sobre a questão social no Brasil:

Na sua base não estava um vazio factual, mas necessidades sociais associadas à pauperização crescente da classe trabalhadora, determinada pela tendência capitalista de aumentar a taxa de exploração de trabalho independentemente da produtividade deste. E foram essas necessidades que, uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração e com poder de pressão, propiciaram a passagem do problema da pobreza, antes considerado natural, em explosiva questão social. Por isso, a questão social é, de fato, particular e histórica. (PEREIRA, 2004, p. 59).

Abordar a migração como expressão da questão social do Haiti nos apresenta desafios, uma vez que essa perspectiva é pouco debatida pelos autores haitianos. Partimos de uma primeira premissa, de que para compreender as manifestações e expressões da questão social haitiana, faz-se necessário nos referirmos ao desenvolvimento do modo de produção econômica do país. Como segunda premissa, evidenciamos que a questão social é uma categoria histórica. Netto (2004) aprofunda e fundamenta essa reflexão afirmando que:

A análise marxista fundada no caráter explorador do regime do capital permite, muito especialmente, situar com radicalidade histórica a “Questão Social”, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa. A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa); o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. (NETTO, 2004, p. 46)

Nesta perspectiva, o autor continua refletindo que:

Mas é fato que a expressão “Questão Social” não é semanticamente unívoca, ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas. Qualquer esforço de precisão, neste domínio, deve ser saudado – muito particularmente – porque favorece o esclarecimento das referências maiores a partir das quais ela é utilizada (NETTO, 2004, p. 41).

As análises de Netto (2004) nos permitem teoricamente fundamentar esse conceito para esclarecer e contrastar os limites do ponto de vista de Louis Juste (2003), que se recusou a evidenciar a questão social haitiana e suas expressões em sua totalidade, mas, ao contrário, a nomeia nos marcos da questão agrária. Ao retomar as reflexões de La Paz (1997), Louis Juste (2003, p. 1), afirma sua compreensão de que “o problema agrário é o centro da dependência, das contradições nas sociedades subdesenvolvidas. Este é um componente essencial da formação de tais sociedades”. Sobre essa referência, Louis Juste (2003) se nega a caracterizar a questão social haitiana, pelo contrário, identifica a questão agrária como transversal na história do Haiti, compreendendo que a questão da terra atravessou todas as lutas sociais do país. Entendemos que a interpretação do autor se apresenta inconsistente uma vez que a problemática da terra no Haiti se apresenta como um dos aspectos constituintes da expressão da questão social haitiana, evidenciada por nós neste trabalho.

Em referência à reflexão de Netto (2004) de que a questão social se apresenta intimamente relacionada ao modo de produção capitalista, entendemos que é historicamente correto situar a questão social haitiana, a partir do século XX, tendo em vista os determinantes da ocupação norte-americana neste contexto, sendo a emigração haitiana para outros países estrangeiros uma de suas primeiras expressões.

O período da ocupação dos Estados Unidos marcou uma mudança na estrutura econômica e política do país como já mencionado. Essa ocupação se caracterizou como parte da ideologia de desenvolvimento tributada pelas organizações não governamentais americanas que tinham o objetivo de transformar o Estado haitiano em Estado liberal moderno adaptado à economia mundial (LEROY, 2015). Constata-se que essa foi uma transformação significativa da economia agrária em economia capitalista, havendo o domínio das relações de produção capitalista e permitindo a compreensão do que seriam as expressões da questão social no Haiti. Segundo Pereira (2004, p.56):

Sabemos que, no âmbito da estrutura econômica, o fato determinante das mudanças são as forças produtivas, identificadas com o desenvolvimento da máquina, com as descobertas das novas tecnologias, com o aperfeiçoamento da educação e com as modificações fundamentais no processo de trabalho. São essas inovações que vão criar contradições na ordem econômica prevalecente, forçando mudanças nas relações de

produção (econômicas, sociais e políticas) e gerando desafios ou problemas que vão requerer a substituição de paradigmas e alterações significativas na relação entre capital-trabalho e Estado e sociedade.

Tais reflexões nos possibilitam caracterizar o primeiro momento da expressão da questão social haitiana, caracterizada pela instalação das primeiras indústrias americanas no Haiti, absorvendo todas as pequenas indústrias no país. Nesse contexto, os agricultores foram expropriados de suas terras para satisfazer os interesses do capital, provocando o surgimento de uma demanda de mão de obra urbana acompanhada, ao mesmo tempo, da progressiva falência da agricultura haitiana. Os camponeses deixaram o campo para ir às cidades pedir emprego nas indústrias. Como efeito colateral, este processo provocou o declínio da produção agrícola, o aumento do desemprego urbano e rural e a multiplicação das favelas urbanas. Nesse sentido, a questão agrária emerge como uma das primeiras expressões da questão social haitiana, articulada a um conjunto de outros aspectos estruturais de transformação da realidade social e econômica no país.

Mesmo após a ocupação dos Estados Unidos, esse processo de injustiça social continua, por conta da introdução da perspectiva neoliberal. Nessa situação de pobreza, quase todos os haitianos vivem na obsessão da partida, não somente pelos aspectos culturais abordados anteriormente, mas principalmente para escapar do sistema político e econômico instalado desde a independência, baseado na exploração e na exclusão da maioria (HURBON, 1987).

Outrossim, o terremoto foi apenas uma das causas da emigração haitiana para o Brasil e para os demais países da América Latina e da América do Norte. A emigração se apresenta como o reflexo do processo histórico, social e econômico do país, marcado por relações econômicas desiguais e contra a população de baixa renda em favor do capitalismo internacional.

Combinado com o momento histórico de desenvolvimento da economia e da industrialização em países como o Brasil (a partir dos mandatos do presidente Lula) e do Chile (com as aberturas migratórias feitas por Michele Bachelet), os imigrantes haitianos, vítimas dos determinantes econômicos no país, mudam sua rota para satisfazer os interesses do capitalismo internacional na sua relação entre os países de centro e de periferia. Da mesma maneira que essa oferta de mão de obra haitiana ocorreu anteriormente para satisfazer as demandas de países como Estados Unidos, Canadá, República Dominicana, Cuba, etc., ela passa a se apresentar no

Brasil e nos demais países como o Chile. No período do governo Lula, o Brasil, dadas suas condições econômicas particulares, insere-se nesse jogo econômico e torna-se o novo eldorado no contexto pós-terremoto em 2010, onde 70 mil imigrantes foram registados entre os anos de 2010 a 2015 (GARR-HAITI), cerca de 90 mil no Chile e 121 mil nos Estados Unidos entre os anos de 2010 a 2017, segundo Duval (2017).

### 3.3 POR QUE O BRASIL?

Pelo nosso entendimento, o terremoto é um dos sintomas do fenômeno migratório haitiano. O Haiti se posicionou como um país de grande migração com o objetivo de satisfazer as demandas de mão de obra às indústrias capitalistas estrangeiras, na sua relação como país da periferia capitalista com os países industrializados de centro.

No contexto pós-terremoto, o Brasil era o beneficiário mais presente dessa relação capitalista internacional. Ao contrário do Haiti, considerado como potência migratória unilateral, considerando sua oferta de mão de obra na divisão internacional do trabalho. No caso do Brasil é diferente, por ser um país em uma quase equivalência, entre o número de estrangeiros na entrada e saída dos brasileiros trabalhadores para outros países (Japão, Estados Unidos e alguns países Europa) (SICILIANO, 2013).

De fato, desde os primeiros momentos da história do país como uma república, o Brasil recebeu a entrada de imigrantes europeus que contribuíram com o sistema de grande plantação ao sucesso extraordinário, segundo Prado Junior (1980). Para mostrar a influência da migração na história do Brasil, o autor apontou em sua análise que:

O povoamento brasileiro se realizara até então à mercê do fluxo espontâneo de colonos brancos (portugueses na sua grande maioria e quase totalidade), da importação de escravos africanos e, finalmente, pela incorporação de indígenas. A corrente demográfica que ora nos interessa será constituída de trabalhadores braçais de origem europeia, cujo afluxo e fixação no país serão provocados e estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão de obra (PRADO JUNIOR, 1980, p. 136).

Por isso, entendemos a migração haitiana, de ponto de vista histórico, como

uma resposta do jogo de uma "política de dupla face" do país emissor e receptor da mão de obra que é o Brasil, para corroborar com a expressão de Siciliano (2013), e que coincidiu ao contexto da crise do capitalismo após 2008, onde os destinos tradicionais da emigração haitiana (Estados Unidos, França, Canadá) estavam em recessão, e das dificuldades raciais encontradas pelos imigrantes haitianos na República Dominicana. Além disso, referimos de maneira pontual às condições sócias históricas internas e externas do Brasil durante os dois mandatos do presidente Lula, com a criação de 12 milhões de empregos ao longo de oito anos (MAGALHÃES, 2016).

Do ponto de vista internacional, esse Brasil da época do presidente Lula projetou uma imagem da superpotência nas Américas, o que Magalhães e Baeninger (2014, p. 14) identificam como uma posição de "subimperialismo" para dominar a zona americana do ponto de vista econômico, político e mesmo militar:

Nos últimos anos, a economia brasileira experimentou uma expansão e o Brasil redimensionou-se no rol dos principais países da geopolítica mundial. Como suporte da expansão econômica, necessita cada vez mais ocupar os postos da gerência capitalista internacional, como o Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. A participação nas missões militares de estabilização (MINUSTAH)<sup>40</sup> promovidas pela ONU, e particularmente a participação como coordenador no caso do Haiti. (MAGALHÃES; BAENINGER, 2014, p. 14).

A emigração haitiana é de fato o resultado das relações econômicas desiguais internas e externas entre o Haiti e os outros países. Para o Brasil, apresentou-se como uma forma de satisfazer as necessidades de mão de obra, particularmente para atender às necessidades do subimperialismo brasileiro, no momento histórico onde o sistema econômico enfrentou um conjunto de contradições.

O subimperialismo se traduz no impulso da economia brasileira em direção ao exterior, no afã de compensar sua incapacidade de ampliar o mercado interno através da conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina. Esta forma de imperialismo conduz, no entanto, a um subimperialismo. Efetivamente, não é possível para a burguesia brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios estadunidenses (MARINI, 2012, p. 156-157 apud MAGALHÃES; BAENINGER, 2014, p. 14).

---

<sup>40</sup> MINUSTAH é a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, sendo criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril de 2004, com o objetivo de restaurar a paz no Haiti, dado o contexto de grande insegurança social política neste país depois da saída forçada do presidente Jean-Bertrand Aristide ao deixar o poder em 2004, antes de terminar o mandato de 5 anos (2001-2006).

Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015), ao realizarem um estudo para a revista *Migrações Internacionais* sobre a integração dos imigrantes estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro, demonstram que, entre 2011 a 2013, os grupos ocupacionais de trabalho pelos haitianos estão na indústria capitalista brasileira.

**Tabela 1** - Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais no Brasil, no período de 2011, 2012 e 2013

<b>Grupos Ocupacionais</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Total	814	4.117	14.579
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	475	2.970	10.911
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	182	643	2.534
Trabalhadores de serviços administrativos	42	234	630
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	33	55	197
Técnicos de nível médio	68	136	166
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2	48	105
Diretores e Gerentes	4	25	29
Profissionais das Ciências e das Artes	6	6	6
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares.	2	0	1

Fonte: RAIS/TEM (2015, p. 110).

Essa tabela demonstra que 73,59% dos haitianos trabalham no setor da indústria na base da pirâmide da produção industrial. O que evidencia a ampliação da classe proletária do Brasil e a reprodução do capital. É a partir desse contexto que o governo de Dilma vai formalizar a política migratória favorável aos haitianos, o que nós chamamos de Brasil Aberto. Analisando, o número sobre a presença dos gerentes e diretores durante esses três anos, esses dados confirmam também o fenômeno da fuga de cérebros haitianos no contexto da reconstrução do país. Muitos intelectuais que representem a (mão de obra qualificada haitiana) deixaram o país para ir trabalhar fora.

### 3.4 O BRASIL ESTÁ ABERTO

O Brasil está aberto, literalmente traduzida de uma expressão popular em crioulo *Brezil louvri*, apareceu depois do terremoto de 2010 no Haiti. O imaginário coletivo evidenciou o Brasil como a terra de nova oportunidade para a mobilidade da população haitiana em busca de melhores condições de vida (HANDERSON, 2015).

A declaração, em fevereiro 2012, na ocasião da visita oficial da Presidente Dilma Rousseff à Porto Príncipe, no Haiti, confirmou essa intenção dos dirigentes brasileiros de abrir o país para os haitianos. “Como é da natureza dos brasileiros, estamos abertos a receber cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil”, declarou a presidente, segundo Handerson (2015). Nessa mesma linha, o embaixador brasileiro no Haiti, Fernando Vidal, em outubro de 2015, fez outra declaração no jornal local mais antigo do país, *Le Nouvelliste* (apud OLIVIER, 2015):

Todos os haitianos são bem-vindos no Brasil, seja quem vêm com seus vistos e quem vêm sem, de maneira ilegal, terão o mesmo tratamento, eles serão integrados, acharão um emprego, e todos os filhos deles nascidos em solo brasileiro serão automaticamente de nacionalidade brasileira.

Desta forma, as promessas relacionadas nas declarações criam um fluxo migratório significativo envolvendo cerca de 70.000 imigrantes haitianos entre 2010 a 2015 (GARR-HAITI). Muitos imigrantes, sem ter os requisitos mínimos, tais como recursos básicos para sobreviver no primeiro dia de chegada no Brasil, iniciam essa aventura. Uma prática que Cotinguiba (2014) denunciou e evidenciou como uma incitação da violação dos direitos humanos feita pelo Estado Brasileiro. O autor usa quatro expressões relevantes em crioulo ao falar dos imigrantes e caracterizar seu ponto de vista: *wout*, *Rakete*, *volè*, *anpil Mize*, literalmente: rota, coiole, roubo, muita privação. São palavras crioulas que fazem parte do imaginário haitiano no processo migratório para o Brasil, segundo o autor. No relato dos sujeitos imigrantes, a rota, quase em sua totalidade, foi determinada por um agente pago para isso, o coiole, com inúmeros de casos de roubo sofridos na Bolívia e, em sua maioria, no Peru, praticados por policiais desses países (COTINGUIBA, 2014).

A violação dos direitos humanos por razões humanitárias reside na prática do Estado brasileiro em alimentar indiretamente o tráfico humano praticado pelos *raketè*. Essa é uma situação que afeta não apenas o sujeito que entra na *wout* para chegar ao Brasil, mas toda uma rede de pessoas, como os parentes que estão em outros países ou os familiares na origem e que são, como registramos em muitos casos, os responsáveis pelo custeio da viagem (COTINGUIBA, 2014, p. 97).

O conceito, o Brasil está aberto, começou exatamente após o terremoto de doze de janeiro de 2010. Nesse contexto, muitos países abrem ou fortalecem a cooperação com o Haiti.

Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, no Haiti, alguns países desenvolveram políticas migratórias com fins humanitários em prol do país e dos haitianos, como Chile, França, Canadá e Estados Unidos, dentre outros. O primeiro país incentivou a política de reagrupamento familiar dos haitianos que já residiam no Chile antes da tragédia no Haiti. A França parou temporariamente com a política de deportação de haitianos, notadamente nos Departamentos Ultramarinos, como Guiana Francesa, Guadalupe e Martinica. O Canadá tomou algumas decisões de apadrinhamento humanitário em prol do Haiti, facilitando o reagrupamento familiar de alguns membros (filhos de mais de 22 anos acompanhados com cônjuges e seus filhos), uma vez que, geralmente, essas pessoas eram desconsideradas na política de reagrupamento familiar como categoria estatal. Essa medida humanitária foi beneficiada para 3.000 migrantes haitianos. No que tange os Estados Unidos, um estatuto de proteção temporária, *Temporary Protected Status* (TPS) foi concedido aos haitianos chegados antes do terremoto e que não tinham, até então, visto de residência permanente no país, incluindo os que iam ser deportados pela falta de regularização. Até o final de março de 2010, 30.000 fizeram a solicitação ao TPS (AUDEBERT, 2012 apud HANDERSON, 2015, p. 189).

O contexto de “o Brasil está aberto” entrou no desejo dos países internacionais em ajudar o Haiti. O governo Dilma, na época, abre as fronteiras para receber todos os haitianos que estão numa situação de precariedade.

Para materializar a concepção de um “Brasil aberto para os haitianos”, o Conselho Nacional de Imigração brasileiro (CNIg) criou um visto humanitário especial, que até então não existia na legislação brasileira (HANDERSON, 2015), a fim de regularizar a situação dos haitianos. No dia 12 de janeiro de 2012, a Resolução Normativa nº 97 foi adotada por este Conselho e seus principais artigos afirmam:

Art. 1º – Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único: Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º – O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único: Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º – Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o imigrante nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º – Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada.

Art. 5º – Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação (Resolução Normativa 97 de 10 de janeiro de 2012). (BRASIL, 2012).

A Embaixada do Brasil no Haiti fazia frente a uma solicitação excedente de vistos dos haitianos que querem deixar esse país para chegar ao Brasil. No primeiro momento, foram previstos 100 vistos de trabalho por mês para um período de 5 anos. Essa Resolução foi excedida em um curto espaço de tempo, sendo que, em abril de 2013, o Conselho Nacional de Imigração brasileiro rapidamente publicou a Resolução n. 102 para substituir o regulamento original que elimina as cotas estabelecidas.

O CNIg edita a Resolução Normativa nº 102/2013, que altera a RN nº 97/2012, eliminando o limite do número de vistos (100 por mês e 1.200 por ano) que podem ser concedidos pela Embaixada do Brasil no Haiti, bem como elimina a restrição de que o visto só pode ser concedido em Porto Príncipe. Neste sentido, a Resolução 102 abre a possibilidade de os cidadãos haitianos solicitarem o visto brasileiro em outros países (HANDERSON, 2015, p. 193).

A migração haitiana passou a ser fundamentada pela Resolução Normativa Nº102 do CNIg, que substitui a anterior,

Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.  
O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º. O caput do art. 2º da Resolução Normativa nº. 97, de 12 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores."

Art. 2º. Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Resolução Normativa nº. 97, de 2012.

Art. 3º. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2013).

Constatamos ainda que, além disso, existia uma forte emigração ilegal paralela a que será debatida na sequência.

### 3.5 COMO CHEGAR ATÉ O BRASIL ?

O primeiro motivo da migração haitiana para o Brasil foi o de procurar um

emprego e fugir do sistema econômico desigual estabelecido no Haiti. Sendo um dos principais motivos da desterritorialização dos imigrantes haitianos. Essa desterritorialização foi marcada por causa ocasional do terremoto de 12 de janeiro de 2010, das relações afetivas dos haitianos pelos brasileiros, situação complicada dos imigrantes haitianos nos outros países, e pelo desejo do subimperialismo do Brasil na região.

Além do crescimento econômico de 0,9% em 2012, o país ocupou o ranking da sexta economia mundial em 2013. A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul, que tem como objetivo a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, também joga um papel importante na visibilidade internacional do Brasil. Este país nunca foi desconhecido pela população haitiana. Há décadas, o país sempre foi familiar ao universo haitiano, particularmente pelo futebol, pela música, pelo samba, pelas suas novelas e carnavais cariocas transmitidos nas televisões haitianas. Frequentemente, as gerações mais velhas lembram a ida do Pelé ao Haiti em 1978. Há um ditado no país caribenho que diz: “Os haitianos são mais brasileiros do que os próprios brasileiros”, visto que mais de 60% da população torce pela seleção brasileira de futebol. Esse fato pôde ser observado em 18 de agosto de 2004, na ocasião do “Jogo da Paz”, partida amistosa de futebol realizada no Haiti com um dos objetivos do Governo brasileiro, dentre outros, de ganhar o cenário político internacional, mostrando a sua potência promissora para, conseqüentemente, realizar a Copa do Mundo em 2014 no país. Do ponto de vista empírico, nenhum dos meus interlocutores associavam a vinda deles ao Brasil devido à atuação brasileira no comando da MINUSTAH no Haiti, a qual atua, particularmente em Porto- Príncipe onde está concentrada a maioria das tropas, e ainda, não em toda a Capital, mas sim em algumas áreas específicas. Não há dúvida de que a atuação brasileira na missão tem tornado o Brasil mais familiar no universo haitiano, através dos diferentes projetos desenvolvidos, além da presença de outras organizações brasileiras, como o Viva Rio. Contudo, também não há evidências empíricas de o Brasil se tornar um dos circuitos da mobilidade haitiana pela presença das tropas brasileiras no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), criada em abril de 2004 (mesmo ano do Jogo da Paz). A MINUSTAH é composta de tropas de cerca de 21 países, incluindo Espanha, Guatemala e os vizinhos brasileiros: Paraguai, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina. Ademais, os dados desta pesquisa evidenciam que a maioria dos vindos para o Brasil não são originários e tampouco saíram de Porto-Príncipe quando realizaram a viagem, o local de atuação das tropas brasileiras. Boa parte dos haitianos chegados ao Brasil, entre 2010 e 2012, nem residiam no Haiti quando decidiram vir para esse país: eram de procedência da República Dominicana, Equador, Cuba e Chile (HANDERSON, 2015, p. 50).

Desta forma, o processo de desterritorialização vivenciado pela migração haitiana pode ser visto de maneira simbólica e prática, uma espécie de mito, conforme o que reflete Haesbaert,

Assim, a desterritorialização seria uma espécie de “mito” (Haesbaert, 1994, 2001b, 2004), incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Assim, afirmamos que, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”. (HAESBAERT, 1994, p. 214) Estes processos de (multi) territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam. (HAESBAERT, 2004, p. 1).

O processo da migração haitiana se constitui no tempo e no espaço. Os haitianos imigrantes deixam o Haiti para buscar uma vida melhor no Brasil, sendo esse processo marcado pela apropriação do novo espaço que se torna seu território, onde passa a acontecer a reprodução de sua vida, estabelecendo novas relações sociais num processo indissociável de reterritorialização e de desterritorialização.

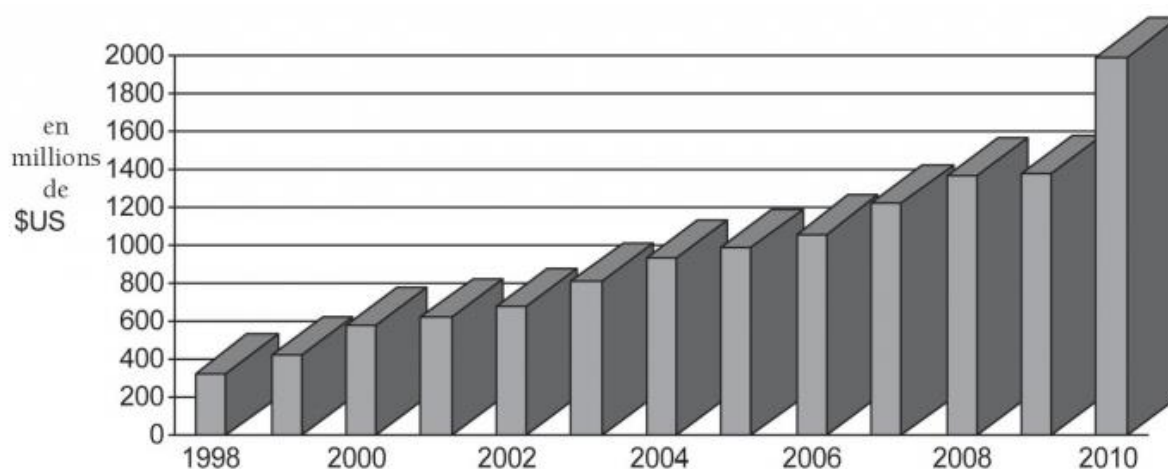
Uma dimensão simbólica no processo de desterritorialização, os imigrantes haitianos entraram na busca da construção de nova identidade como diáspora<sup>41</sup>. De maneira pontual, o imigrante haitiano buscará um emprego para construir uma identidade utilitária. Tal construção utilitária da identidade é percebida na participação tradicional da diáspora haitiana na sua responsabilidade de sustentar o resto da família no Haiti, vindo a se constituir como um grande apoio à economia do país.

De acordo com Pierre (2012), a diáspora haitiana contribuiu com até 31% do PIB nacional entre 1998 e 2011, sendo efetivada através de transferências de dinheiro. O percentual de domicílios que recebem transferências privados (nacionais e internacionais) no Haiti aumentou de 42% em 2001 para 69% em 2012. Historicamente, a contribuição da diáspora na economia é significativa, como demonstrado no gráfico a seguir.

---

<sup>41</sup> No imaginário coletivo, todos os haitianos que vivem fora do país não estão compreendidos como diáspora. A diáspora depende do lugar onde você está e da sua contribuição na sustentação de sua família. Segundo Handerson (2015, p. 40), no campo social haitiano, o termo *diáspora* é ligado às condições materiais. “*Diáspora* é uma categoria organizadora do mundo, pois designa pessoas, qualifica objetos, dinheiro, casas e ações. O termo *diáspora* é utilizado para se referir aos compatriotas residentes, *aletranje*, mas que voltam temporariamente ao Haiti e logo retornam para o exterior: *Diáspora ki jan ou ye? (Diáspora, como você vai?)*. O campo semântico e polissêmico do termo está articulado por três verbos associados à *diáspora*: “residir” no exterior, “voltar” ao Haiti e “retornar” ao exterior”. Ser diáspora tem uma dimensão territorial e material estritamente de retorno econômico ao seu país de origem.

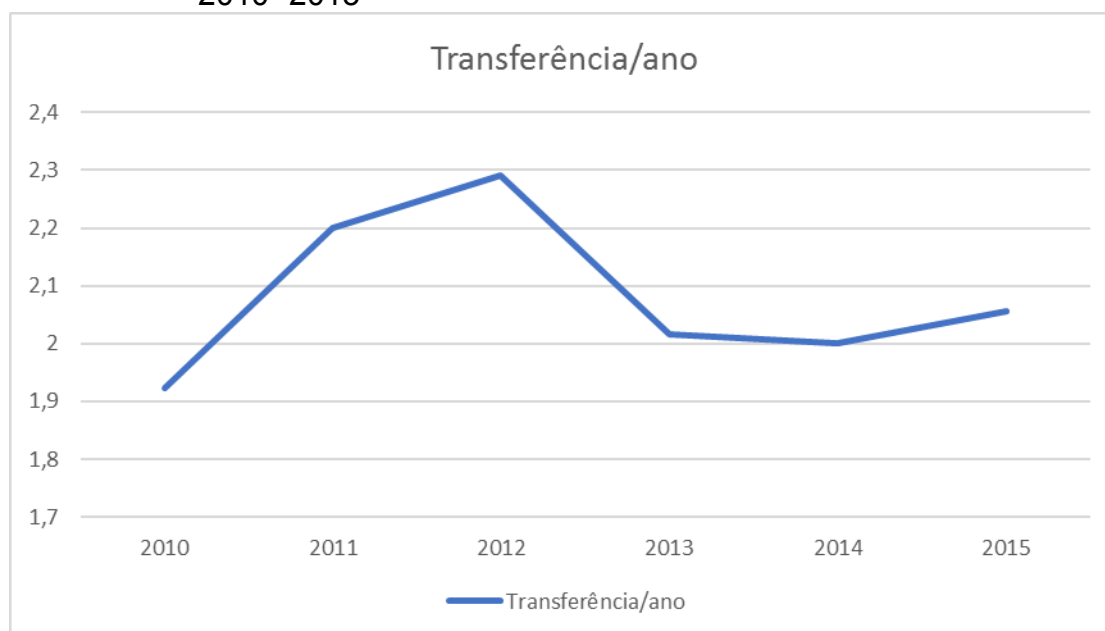
**Figura 10** - Transferência em milhões dólares da diáspora haitiana entre 1998 e 2010.



**Fonte:** World Bank (1998-2009); Inter-American Development Bank (2010 apud AUDEBERT, 2015, p. 151).

Depois do terremoto essa tendência de transferência de dinheiro da diáspora evolui positivamente, como demonstra esse gráfico realizado com fonte combinada. E segundo Joachim (2017) O Haiti ocupa o 8º lugar na lista dos maiores receptores de transferências, em termos de proporção de transferências para o PIB, atrás apenas do Tajiquistão, República do Quirguistão, Nepal, Tonga, Moldávia, Libéria e Bermudas.

**Gráfico 2** - Transferência de fundo em milhares dólares da diáspora haitiana entre 2010- 2015



**Fonte:** Do autor.

Isto demonstra que a diáspora haitiana é uma categoria importante, pois tem a ver com o retorno econômico ao país origem. Ser diáspora<sup>42</sup> lá envolve um reconhecimento social amplamente valorizado. Muitos haitianos sonham se tornar diáspora um dia na vida. Como apontou Handerson:

O termo *diaspora* é uma categoria organizadora do mundo, pois designa pessoas, qualifica objetos, dinheiro, casas e ações. O termo *diaspora* é utilizado para referir aos compatriotas residentes *aletranje*, mas que voltam temporariamente ao Haiti e logo retornam para o exterior: *Diaspora ki jan ou ye?* (*Diaspora*, como você vai?). O campo semântico e polissêmico do termo está articulado por três verbos associados a *diaspora*: “residir” no exterior, “voltar” ao Haiti e “retornar” ao exterior. (HANDERSON, 2015, p. 40).

É importante destacar o papel das mídias haitianas na valorização da categoria diáspora; a cada ano vários artigos são destinados a relatar apenas o aspecto da participação econômica da diáspora.

Como o Brasil estava aberto, os imigrantes haitianos passaram a aproveitar dessa situação. Chegar no Brasil tornou-se um sonho para muitos deles. Um sonho que os pode ajudar a chegar na terra prometida<sup>43</sup> que representou os Estados Unidos. Handerson (2015) dizia:.

[...] ademais, reafirma a ideia de alguns: quando decidiram realizar a viagem, não tinham por destino o Brasil, esse país representava um lugar de passagem, um corredor para alcançar outros países. Mas, atualmente, para alguns desses viajantes, transformou-se em um lugar de residência (HANDERSON, 2015, p. 134).

Segundo Handerson (2015) as razões pontuais que incentivam os haitianos são:

- 1) inicialmente, o Brasil representava (e continua representando para alguns) uma porta de entrada para chegar à Guiana Francesa, e também, um “corredor” ou uma etapa para conseguir vistos para outros países, como Estados Unidos, Canadá ou França;
- 2) o fato de o Brasil possuir um papel político e econômico importante no cenário mundial atual e, ao mesmo tempo, comandar as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH);

<sup>42</sup> Discutimos a construção da categoria “diáspora” no terceiro capítulo a partir dos relatos dos sujeitos da dissertação.

<sup>43</sup> Handerson, na sua tese de doutorado, fez referência aos Estados Unidos como a terra prometida, terra de Deus no imaginário coletivo haitiano. Recordei quando era criança no Haiti que os Estados Unidos foram considerados um país onde todo mundo pode colher dinheiro da árvore. Todas as crianças vivem com o sonho de ver um dia esse milagre.

- 3) a posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos;
- 4) a difusão entre os haitianos (no Haiti e *aletranje*) de o Governo brasileiro estar incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse na mão de obra haitiana nas construções das obras da Copa do Mundo (mesmo não sendo verídico);
- 5) a propaganda da imagem do Brasil ser um “paraíso racial”, sem discriminações, particularmente no imaginário daqueles que sofriam tal discriminação na República Dominicana e no Equador;
- 6) circular a informação de, no Brasil, o migrante ganhar moradia e alimentação gratuita (o que não é fato), além da remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre U\$ 2. 000 a U\$ 3. 000 mensais. Somando a tudo isso o acontecimento de 12 de janeiro de 2010, o terremoto foi mais um motivo, dentre outros, a impulsionar a mobilidade haitiana para mais um lugar que até então demonstrava, aos olhos internacionais, “estar comprometido” no cenário político, econômico, educacional, da “estabilização” e do “desenvolvimento do Haiti”, do ponto de vista dos representantes dos governos haitiano e brasileiro. (HANDERSON, 2015, p. 50)

Essa situação criou um fluxo migratório desordenado entre os que irão de maneira legal e mesmo ilegal em condições precárias. Muitos deles chegam ao Brasil com recursos mínimos.

Na nossa pesquisa, os motivos de deslocamento desses imigrantes do Haiti para o Brasil relatados sendo os mais relevantes:

- Fugir das desigualdades sociais do Haiti pioradas depois o terremoto de 2010;
- Fugir da insegurança pública e ambiental do Haiti;
- As orientações das políticas econômicas do Estado haitiano;
- Cumprir esse ato cultural e simbólico de “viajar” para o ser haitiano que passa pela construção de uma identidade de diáspora;
- Buscar a vida melhor que passa pela busca de uma mobilidade social fora do país;
- A esperança progressista que representou o presidente Lula na visão dos imigrantes;
- Os problemas de discriminação encontrados nos outros países, particularmente na República Dominicana;
- As propagandas das mídias que apresentavam o Brasil como o paraíso racial;
- A visão estereotipada do Brasil do que todos negros sabiam jogar futebol e que ter um filho nascido no Brasil representa

- a maior possibilidade de se tornar milionário no futuro;
- A paixão dos haitianos para o futebol e pela cultura do Brasil;
- Alcançar os Estados Unidos passando antes pelo Brasil

Normalmente, o custo médio da viagem está entre 1.500 e 2.000 dólares, se o imigrante segue a rota correta entre Porto Príncipe, passa pelo Panamá até chegar em qualquer grande cidade brasileira. Caso o imigrante haitiano venha de maneira ilegal, o custo aproximado é de 5.000 dólares (HANDERSON, 2015) “Enquanto os primeiros, sem o trabalho do *raketè* (*agenciador*), despendiam aproximadamente de U\$ 1.800 a U\$ 2.500, os últimos, com o agenciador, gastavam de U\$ 2.800 a U\$ 5.000. Esses valores podem variar dependendo do lugar de partida” (HANDERSON, 2015, p. 177). Segundo o relato do Sujeito 1

*Os haitianos tinham acesso de conseguir um visto na embaixada brasileiro na República Dominicana mesmo. Eu fui lá 5 ou 6 vezes, não achei porque estava muitas demandas. Eu estava com todos os documentos pedidos pela embaixada. A embaixada fechou o processo, porque muitos dominicanos queriam ser beneficiários de vistos humanitárias como os haitianos [...] Achar um visto no Haiti é ainda mais difícil porque tem muitas gentes que procuram. Então eu passei por Equador que não precisou visto para ir lá até chegar nas fronteiras do Brasil. Lá conseguir um visto para circular no Brasil, é mais fácil. Eu passei, 1 mês e 22 dias no Equador. Minha viagem custa cerca de 3 000 mil US\$ (SUJEITO 1, grifo nosso).*

O sujeito com desejo de migrar irá procurar um visto humanitário na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, ou em qualquer outro país previsto pela Resolução, depois de planificar a opção da viagem, ou seja, o circuito para chegar ao Brasil. Ao refletir sobre a pesquisa etnográfica realizada por Handerson (2015, p. 91), que analisa o percurso de três imigrantes haitianos, o autor evidencia que:

Assim, são diversos os circuitos da mobilidade, constituídos a partir de diversas lógicas pensadas e criadas, revelando um *saber-circular*. Como foi possível observar na introdução desta tese, do ponto de vista etnográfico, a trajetória de Henri, Yolette e Alexi, entre outros, mostra que os primeiros chegados à Tabatinga que saíam do Haiti, passavam na República Dominicana com escala no Panamá. Depois, foram ao Equador, a Lima, no Peru, de Lima a Iquitos, e de lá para Santa Rosa até a Tríplice Fronteira. Outros deixavam o Haiti, faziam escala no Panamá, iam direto para o Peru até a Tríplice Fronteira. Há também vários itinerários e circuitos diferentes: alguns saíam de Porto Príncipe diretamente a Lima, no Peru; de lá para Iquitos; depois, para Santa Rosa até a Tríplice Fronteira. Outros passavam por Peru, Bolívia até a fronteira com o estado do Acre. A rota que utilizavam parecia estar relacionada às condições econômicas, ao nível de instrução, às redes sociais e migratórias e ao local de procedência (HANDERSON, 2015, p. 91).

Assim, existiam três fases na chegada dos haitianos para o Brasil: uma que começava desde janeiro de 2010 até janeiro de 2012, e outra de janeiro de 2012 a abril de 2013 com a resolução número 97, que prevê visto limitado, e a última a partir da resolução número 102 que elimina os limites de visto. A primeira fase foi ilegal, porque os haitianos viajam sem visto. A viagem foi facilitada por agenciadores chamados de *raketè*<sup>44</sup>, no discurso dos emigrantes (HANDERSON, 2015). Segundo Cotinguiba (2014, p. 33):

Até 11 de janeiro de 2012, os haitianos que chegaram ao Brasil pela região amazônica, na tríplice fronteira, principalmente com Peru, Bolívia e Colômbia, sem o visto do Consulado Brasileiro no Haiti, solicitaram refúgio e foram inscritos no Cadastro de Pessoa Física – CPF – e Carteira de Trabalho e Previdência Social, a CTPS. Após essa inscrição, aguardaram pela emissão dos documentos por um período que variou entre uma semana e um mês e meio.

Os haitianos vão aproveitar esse caminho pelo fato de que podem atravessar vários países da América do Sul sem visto, até chegar na tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru) para pedirem o estatuto de refugiado ao governo brasileiro (HANDERSON, 2015). O governo brasileiro negou essa solicitação por não os considerar refugiados.

Segundo Cotinguiba (2014), o termo refugiado, na Convenção Internacional de Refúgio, são as categorias de pessoas ameaçadas por motivos políticos, religiosos e étnicos nos seus países de origens. Para esse autor, a negação do Governo do Brasil, nesse caso, foi uma estratégia do Estado de se desresponsabilizar pela crise do Haiti.

O primeiro motivo é de cunho internacional. Caso houvesse a concessão da condição de refúgio aos haitianos, o Brasil declararia a incompetência da MINUSTAH e, ao mesmo tempo, o seu papel de líder. O objetivo principal da missão era restabelecer a paz no Haiti. O segundo motivo é de ordem nacional. Uma vez concedido o refúgio a um estrangeiro, o Estado brasileiro se torna responsável pela sua pessoa, assegurando-lhe segurança, alimentação, abrigo e condições dignas de vida. Diante da iminência de uma imigração de milhares de haitianos, o Brasil não teria a possibilidade de arcar com as demandas dessas pessoas de acordo com a convenção da ONU para refúgio. A saída foi, na nossa interpretação, criar o Visto por Razões Humanitárias com base na Resolução 97, já descrito. Esse visto,

---

<sup>44</sup> “*Raketè* é uma categoria de acusação. O uso dela no Haiti não está restrito ao campo da migração e da mobilidade. Serve para denominar qualquer pessoa que cobra dinheiro de outra para efetuar vários tipos de transação. Geralmente, *raketè* é considerado um esperto que usa vários mecanismos e artimanhas para lucrar na informalidade ou até indevidamente. O *raketè* que agencia a viagem, por vezes, trata-se de um familiar, amigo ou desconhecido” (HANDERSON, 2015, p. 171).

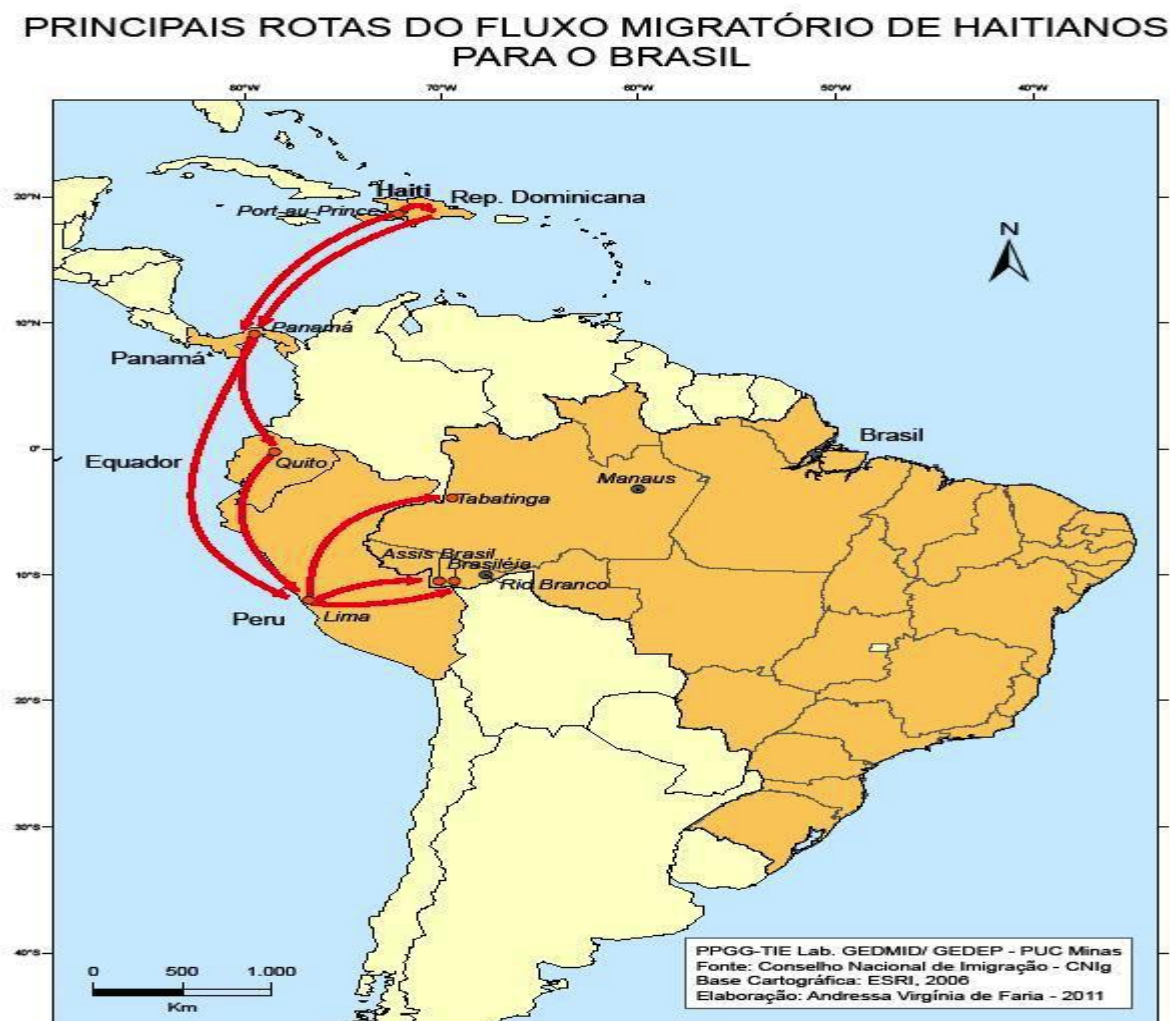
por sua vez, pode ser interpretado como uma mensagem aos haitianos de que o Brasil não é responsável de vocês. Vocês são responsáveis pelos seus próprios destinos. Dessa forma, o Estado brasileiro se livrou de ter de se responsabilizar ou explicar algumas coisas, tais como a manutenção de suas tropas em território haitiano ou a concessão de refúgio a um grande número de pessoas (COTINGUIBA, 2014, p. 96).

É importante destacar que a regularização da migração pelas resoluções não acabou com a migração ilegal. Os haitianos continuam a usar o caminho alternativo de agenciador *raketè* porque, segundo Cotinguiba (2014, p. 93),

A *mizè* (miséria) dos haitianos começa, assim, no próprio Haiti, pois muitos têm de se desfazer de bens, contrair empréstimos, mobilizar os familiares onde quer que estejam. Fosse uma viagem direta entre o Haiti e o Brasil, uma pessoa gastaria cerca de mil e quinhentos dólares estadunidenses (US\$), mas devido à limitação do número de vistos a um total de cem por mês – com a Resolução 9755 –, a alternativa de quem não consegue é buscar uma rota alternativa e esta é praticamente dominada pelo *raketè*, que cobra pelo percurso e, em muitos casos, é o agiota que empresta o dinheiro para quem parte. Assim, os custos duplicam ou triplicam.

Esse fenômeno de agenciador é uma forma de saber viajar para aproveitar dos desconhecimentos dos outros sobre o caminho. Nesse contexto um agenciador representou uma luz pelos outros.

**Figura 11** - Principais rotas do fluxo migratório de haitianos para o Brasil – ano de 2010- 2017.



Fonte: Cotinguiba (2014, p. 88).

Essa chegada haitiana provocou um debate que exige uma reconsideração e reconfiguração na atualidade da política migratória brasileira. Ao mesmo tempo, destacamos um desequilíbrio existente no aspecto do conhecimento recíproco dos cidadãos dos dois países sobre os outros. Como Handerson (2015), percebemos nos relatos dos sujeitos da pesquisa que o Brasil era um país conhecido no espaço haitiano, seja pelo futebol, cultura. Jean Baptiste e Amaral (2016) constataram outro elemento que evidencia o desconhecimento dos brasileiros sobre os imigrantes haitianos que chegaram numa sociedade despreparada para os receber. Essa situação provocou os primeiros lutos dos haitianos para o reconhecimento social, segundo Handerson (2015, p. 117), que relatou:

Os próprios haitianos organizavam-se por meio da constituição de um comitê, em dezembro de 2011, chamado “Comitê dos Haitianos”, com apoio da Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga, bem como de diversos agentes e agências militantes em prol dos direitos humanos dos migrantes, mobilizando-se em escalas locais e nacionais, realizando vários debates, particularmente na Igreja Matriz de Tabatinga e na Universidade Estadual do Amazonas, com a presença dos jornalistas de imprensa e das televisões brasileiras e colombianas, mostrando as condições sociais precárias nas quais moravam os haitianos. Na época, quase semanalmente saía uma matéria sobre o evento em *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Em Tempo*, *Acrítica*, *Diário da Amazônia*, do Norte e do Sudeste do Brasil, fora as reportagens jornalísticas nos principais canais da TV brasileira (Globo, SBT, Record, etc.).

Essas manifestações públicas foram importantes para que o Governo Federal Brasileiro, por meio do Conselho Nacional de Imigração - CNIG, tomasse a decisão em 12 de janeiro de 2012, promulgando a Resolução Normativa nº 97/2012 que permitia aos haitianos chegados ao Brasil, até essa data, receber um visto permanente por razões humanitárias, condicionado ao prazo de cinco anos, uma solução intermediária e inédita na história das políticas migratórias brasileiras. Além disso, a partir da data da publicação, a Resolução menciona que as solicitações de vistos deveriam ser encaminhadas na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, para migrar de forma regular ao país. Então, em Tabatinga, agilizou-se o processo de pedido de visto permanente. Os solicitantes entregavam seus passaportes e recebiam o protocolo no mesmo dia.

Constata-se que houve uma pressão dos próprios imigrantes para com o Estado brasileiro e uma mobilização de uma parte da sociedade civil brasileira para regularizar essa situação. Como resultado,

No dia 10 de janeiro de 2012, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, depois de uma reunião com a presidenta Dilma Rousseff e os Ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e da Casa Civil, Gleisi Hoffman, no Palácio do Planalto, anunciou que o Governo ia regularizar a situação dos haitianos que chegaram ao Brasil até 13 de janeiro de 2012, por meio do Conselho Nacional de Imigração – CNIG, que promulgou a Resolução Normativa nº 97/2012. A Resolução instituiu um visto humanitário, *sui generis*, justificado, tomando como base o terremoto acontecido no Haiti. Nesse sentido, “uma linguagem do humanitário correspondeu, pode ser dito, a uma maneira para expressar sentimentos que o contato com uma alteridade ingressada no Brasil motivou, induzindo a ações para ajudá-las (emergenciais e excepcionais)” (VIEIRA, 2014, p. 87). Deste modo, “é na busca de atenção que se opera um vocabulário de afetos, da pena e da compaixão” (idem, p. 88) (HANDERSON, 2015, p. 190).

O que aconteceu no Brasil foi o que Jean Baptiste e Amaral (2016) chamaram de surpresa migratória para toda a sociedade brasileira, partindo da premissa de que a intensidade da migração haitiana trouxe muitos desafios para os haitianos e para a sociedade acolhedora no seu conjunto. Essa surpresa migratória é recíproca, tendo como referência os conflitos sociais e culturais da atuação dos

imigrantes e dos brasileiros nos territórios do Brasil. Os autores refletem que a presença haitiana aumentou a luta pelos direitos sociais entre os cidadãos brasileiros e os estrangeiros, discutindo os espaços públicos.

Para Jean Baptiste e Amaral (2016, p. 35-36), que realizaram uma reflexão sobre os desafios da permanência dos haitianos no Brasil, os imigrantes trazem elementos históricos que podem ser prejudiciais a sua permanência mesma.

[...] se refere à ausência de conhecimentos da maioria dos cidadãos brasileiros acerca da realidade do Haiti, e imigrantes haitianos sobre a realidade do Brasil, tais como: sua história, geografia, idiomas, organização política, social, econômica, dentre outros aspectos. Constata-se que a população brasileira observa que, em pouco tempo, uma nova categoria se mistura na vida social com uma presença significativa. Como consequência da presença haitiana, constata-se maior concorrência para conseguir um trabalho, bem como para acessar os serviços e benefícios públicos nas áreas da assistência social, da saúde, da educação, dentre outros. A presença haitiana no Brasil se constitui num desafio para as organizações de intervenção social junto a esses sujeitos. Faz-se necessário compreender e atender suas necessidades de maneira totalizante, fundamentalmente envolvendo-os enquanto sujeitos políticos nesse processo. Nesse sentido, é essencial a criação de canais de diálogo entre as organizações da sociedade civil, os gestores dos órgãos públicos das várias políticas sociais afetas a esses sujeitos, e os líderes dos imigrantes, com vistas a desenvolver processos de aprendizagem para a construção da cidadania dessa população.

A presença haitiana no Brasil atua numa dinâmica da sociedade despreparada para gerir esses conflitos particularmente para o acesso dos serviços públicos. Os imigrantes haitianos aumentam o número de cidadãos nas necessidades de serviços públicos no Brasil. Uma disputa de todos os espaços públicos no objetivo de se buscar um reconhecimento como ser imigrante nos territórios. De fato, é essa permanência nos territórios, a vivência com as políticas sociais que serão o objeto da terceira parte da dissertação.

#### **4 A PERMANÊNCIA: SER IMIGRANTE HAITIANO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA SOCIAL**

Este capítulo se dedica a analisar as entrevistas realizadas com os imigrantes haitianos na região do Cambé, particularmente com os que moram no Jardim Ana Rosa e no Jardim Santo Amaro, com o objetivo de apresentar os elementos relevantes da compreensão deles sobre os atendimentos nas áreas das políticas sociais e outros elementos influenciam sua permanência. É importante destacar o objeto do estudo: as compreensões dos haitianos imigrantes residentes no município de Cambé-PR possuem acerca das políticas sociais brasileiras delimitadas aos atendimentos de suas demandas. Desta forma, o problema de estudo que trata esse trabalho se refere a: quais compreensões possuem os imigrantes haitianos acerca das políticas sociais brasileiras delimitadas aos atendimentos de suas demandas.

Outras indagações complementam, problematizam e fundamentam essa pesquisa de natureza qualitativa, tais como: quais são as demandas mais procuradas pelos imigrantes haitianos? Como os atendimentos dessas demandas pelo Estado podem influenciar ou não no seu processo de saída do Brasil? Como os elementos socioculturais trazidos por esses imigrantes poderiam ter um papel importante na constituição de suas compreensões sobre as políticas sociais na sociedade brasileira? quais são suas influências nos novos territórios ocupados no Brasil? Quais são os seus mecanismos de resistência, de lutas cotidianas para a reprodução de suas vidas e de suas famílias?

Como foi afirmado desde no início da dissertação, as entrevistas foram realizadas com um roteiro semiestruturado, que seguiu a mesma lógica do percurso dos imigrantes haitianos, partindo de sua vivência no Haiti, passando ao deslocamento até chegar à sua permanência no Brasil. A técnica de análise de conteúdo foi privilegiada para tratar essas entrevistas.

Os relatos de cada entrevistado foram tratados com maior detalhe. O que deu um conteúdo significativo dividido em quatro eixos principais de análise: o Brasil está lá como o Haiti está aqui; o contraste no reconhecimento das políticas sociais pelos imigrantes; ser haitiano é igual a ser desqualificado: o olhar preconceituoso do fenômeno migratório; o Brasil ou o território de passagem dos imigrantes.

Afirmam-se neste trabalho as referências e reflexões acerca da política

social brasileira que é constituída como um conjunto de ações do Estado para atender os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no país, previstos nas obrigações constitucionais do Estado brasileiro de garantir a integridade dos direitos sociais a todos eles, em referência ao artigo 5 da Constituição da República Federativa. Desta forma, é importante ver a constituição histórica da política social brasileira, começando a partir dos primeiros momentos da independência do país, passando para esse momento de fortalecimento de direitos a partir da Constituição de 1988 e as mudanças pós-constitucionais impostas pelo neoliberal até analisar os elementos contextuais (favoráveis a chegada dos imigrantes) de pós-neoliberal construídos pelos governos de Lula e Dilma, enfim, para chegar a esse momento da “crise” do Estado (elemento desfavorável a saída dos imigrantes) desde a chegada do Michel Temer no poder em 2016. Os relatos dos entrevistados se situam nos contextos políticos mais recentes (pós-2010) sendo também por eles determinados e influenciados.

#### 4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA

Para falar sobre as políticas sociais no contexto brasileira auxiliamos com o processo metodológico da Behring e Boschetti apontando que é primordial de dar conta à formação social brasileira para caracterizar de maneira objetiva o percurso da política social na sociedade.

Para pensar o surgimento e o desenvolvimento da política social nas condições brasileiras no longo período temporal tratado [...], cabe uma breve caracterização da formação do capitalismo entre nós. Afinal, não fomos o berço da Revolução Industrial e as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se aqui de forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda que mantendo suas características essenciais. Daí decorre que a política social no Brasil, país da periferia do mundo capitalista, se constitui com as marcas dessa particularidade histórica. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 71).

As autoras usavam as reflexões de Prado Junior (1991), Fernandez (1987), Ianni (1992) e Lapa (1999), para tecer algumas características do sistema social econômico brasileiro, que vão influenciar o surgimento e a trajetória das políticas sociais. O período colonial do Brasil terminou em 1808, o país torna-se independente de maneira oficial em 1822, momento em que adquiriu a sua autoridade econômica, financeira e política, contudo o peso do escravismo

acompanhou o período nacional da sociedade brasileira “de forma deletéria a cultura, os valores, as ideias, a ética, a estética e os ritmos de mudança” (LAPA, 1999, p. 267 apud BEHRING; BOSCHETTI 2011, p. 72). Desta forma, essa transição de sociedade escravagista à república independente foi marcada

[...] pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico- políticas, o que é uma marca indelével da nossa formação, fato que é fundamental para pensar a configuração da política social no Brasil (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 73).

Para Prado Junior (1991) e (IANNI, 1989 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011), a relação econômica do Brasil, seja no período colonial ou no período da república foi caracterizada pela dependência e da subordinação do mercado mundial.

Assim, a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo são momentos de um sentido geral da formação social brasileira: uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos (BEHRING; BOSCHETTI 2011, p. 72).

As autoras que continuam a citar Ianni (1992) apontam:

Por fim, um conceito orientador da análise do Brasil é o de desenvolvimento desigual e combinado, segundo o qual este se configura como “uma formação social na qual sobressam ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios”, numa espécie de caleidoscópio de muitas épocas (Ianni, 1992: 60). O Brasil capitalista moderno seria, então, “um presente que se acha impregnado de vários passados” (Ianni, 1992: 63), em função da nossa via não clássica desse processo de transição para o capitalismo (IANNI, 1992, apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 72).

Behring e Boschetti (2011) destacaram nesse processo de transição para a construção da nova sociedade dois outros que foram decisivos: a ruptura com a homogeneidade da aristocracia agrária e o surgimento de novos agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho. As autoras apontaram que, “se o liberalismo trouxe, nos primórdios da formação do Estado nacional brasileiro, dividendos positivos, tais como uma mudança no horizonte das elites ou a organização moderna dos poderes não conseguiu dinamizar em toda a profundidade a construção de uma ordem nacional autônoma” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 73).

Porque como os outros autores citados anteriormente, uma das marcas da formação social brasileira é a dependência e a heteronomia.

A heteronomia, portanto, é uma marca estrutural do capitalismo brasileiro, e o processo de modernização (conservadora), consolidando o capitalismo entre nós, tenderá a mantê-la. Até porque, se há uma metamorfose das elites, no sentido de seu aburguesamento, esta foi acompanhada de uma aceitação dos controles estrangeiros na vida econômica do país, a qual “processava-se sob forte identidade de interesses e, até, sob laços profundos de lealdade e de simpatia” (Fernandes, 1987: 98) (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 76)

Outro aspecto destacado dessa transição, que terá a influência na formação social brasileira, “é a incongruência entre as normas legais e as normas práticas. Naquela época, havia uma coexistência exótica entre a escravidão e os privilégios da aristocracia agrária e o status de cidadão, preconizado pela ordem social competitiva.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 76). Em resumo a transição da sociedade escravagista para uma sociedade capitalista no caso brasileiro foi não clássica e,

É marcada por uma visão estreita do dinamismo do mercado interno e destina-se a impedir qualquer crescimento a partir do dentro. Prevaleceram os interesses do setor agroexportador e o ímpeto modernizador não teve forças suficientes para engendrar um rumo diferente, já que promovia mudanças com a aristocracia agrária e não contra ela. Qualquer semelhança com os desdobramentos ulteriores do capitalismo brasileiro não é, portanto, mera coincidência.

A persistente presença do trabalho escravo teve impactos importantes no nascimento do trabalho livre e nas possibilidades políticas de um processo mais rápido e radicalizado de transição, com participação mais contundente do movimento operário: “em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo (Fernandes, 1987: 193). Trata-se de uma situação que estrutural, que retardou a consciência e a ação política operárias no Brasil, cujas primeiras manifestações como tal datam do início do século XX, (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 77)

Todos os elementos relatados anteriormente são “os ingredientes da entrada brasileira no capitalismo”. Esse processo de transição foi condicionado pelos dinamismos do mercado mundial e marcado pela adaptação do sistema colonial aos novos tempos segundo Behring e Boschetti (2011).

O Estado que foi o elemento fundamental para legitimar o processo, “nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o

patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes”, (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 75). Fernandes (1987 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011) identificou o papel de Estado orientado numa consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil, sobre a classe operária de maneira repressiva ou pela corruptiva ou por cooptação. É uma constatação feita também por Yazbek (2008, p. 2):

Nesta abordagem, não podemos deixar de observar em primeiro lugar, que o Estado brasileiro, como outros na América Latina, se construiu como um importante aliado da burguesia, atendendo à lógica de expansão do capitalismo e nesse sentido, as emergentes Políticas Sociais no país, devem ser apreendidas no movimento geral e nas configurações particulares desse Estado. Nesta perspectiva, o que pode ser constatado é que a Política Social estatal surge a partir de relações sociais, que peculiarizaram a sociedade brasileira nos anos 30 do século passado, representando uma estratégia de gestão social da força de trabalho. (YAZBEK, 2008, p. 2)

Nessa dinâmica conclui Behring e Boschetti (2011), o desenvolvimento da política social brasileira, obviamente, vai acompanhar essas fricções e dissonâncias e a dinâmica própria da conformação do Estado brasileiro.

Historicamente, como demais países na América Latina, o Brasil faz parte desses países que não conheciam a trajetória clássica da política social dos países europeus desenvolvida no capítulo anterior. Behring e Boschetti (2011) e Yazbek (2008) concordavam que os primeiros traços da política social existem, no país, a partir dos anos 1923, com a Lei Eloi Chaves, que é, segundo Yazbek (2008) uma legislação social precursora de um sistema público de proteção social que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Embora para Behring e Boschetti (2011, p. 80) existia já a presença de um movimento sindical desde o início do século XX,

[...] a partir de 1903, dos demais trabalhadores urbanos a partir de 1907, quando é reconhecido o direito de organização sindical. Esse processo se dá sob uma forte influência dos imigrantes que traziam os ares dos movimentos anarquista e socialista europeus para o país. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 80).

Contudo, esses elementos são insuficientes para falar de sistematização da política social no contexto brasileiro, auxilia-se com as referências tratadas no primeiro capítulo em relação ao surgimento da politização da classe operário e das expressões da questão social. É a partir de 1930, que as duas autoras vão

reconhecer a existência da política social brasileira, no sentido moderno do termo, ligada a uma resposta do sistema capitalista para enfrentar as expressões da questão social.

Mas, é na primeira metade dos anos de 1930, que a questão social se inscreve no pensamento dominante como legítima, expressando o processo de “formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto, 1995; 77 – 10 ed.) Neste período, são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) na lógica do seguro social e nesta década situamos a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho social, embora com caráter controlador e paternalista. Progressivamente, o Estado amplia sua abordagem pública da questão, criando novos mecanismos de intervenção nas relações sociais como legislações laborais, e outros esquemas de proteção social como atividades educacionais e serviços sanitários, entre outros, (YAZBEK, 2008, p. 10).

Também para Behring e Boschetti (2011, p. 108), o período de 1930 e 1943 representa os anos do surgimento da política social no contexto brasileiro e é o “momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil”, que acabou com a dominação da monocultura do café na economia brasileira para impor uma outra agenda diversificada.

Esse período de introdução da política social brasileira teve seu desfecho com a Constituição de 1937 – a qual ratificava a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado – e finalmente com a consolidação das leis Trabalhistas, a CLT, promulgada em 1943, que sela o modelo corporativista e fragmentado do reconhecimento dos direitos no Brasil, o que Santos (1987) caracterizou como “cidadania regulada”.

Outros acontecimentos históricos nos anos seguintes serão considerados como atos de fortalecimento da política social brasileira. Destacamos “a Constituição de 1946, que foi uma das mais democráticas do país, chegando a retirar o Partido Comunista da ilegalidade. O período 1946- 1964 foi marcado por uma forte disputa de projetos e pela intensificação da luta de classes”, (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 109). Além disso, tinha no Brasil, no contexto da ditadura pós- 64, o que Sabóia (apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011) chamou da expansão do “fordismo à brasileira”, por meio do chamado milagre brasileiro, em relação a introdução da produção em massa de automóveis e eletrodomésticos para o consumo em massa, restrito. O que corresponde a um dos elementos desenvolvidos nos capítulos interiores (o Fordismo) como participante no surgimento do *Welfare State* no

contexto europeu.

Particularmente, no período pós-ditadura 64, Behring e Boschetti (2011, p. 137) chamam a atenção sobre a forte institucionalização das áreas sociais, que entraram em uma estratégia da ditadura militar para buscar legitimidade abre os espaços para o privado de mexer nos atendimentos da educação e da previdência.

Além dessa intensa institucionalização da previdência, da saúde e, com muito menor importância, da assistência social, que era basicamente implementada pela rede conveniada e de serviços prestados pela LBA, a ditadura impulsionou uma política nacional de habitação com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Aqui, tratava-se de uma estratégia tipicamente keynesiana de impulsionar a economia por meio do incremento da construção civil na construção de moradia populares. Esse foi um período de forte crescimento das empreiteiras, num contexto de nenhuma transparência e controle dos gastos públicos, dada a opacidade do Estado ditatorial (Cignolli, 1985). Combinava-se a essa política a criação de fundos de indenização aos trabalhadores e que constituíram mecanismos de poupança forçada para o financiamento da política habitacional [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 137).

O que faz com que o sistema da política social brasileira trouxesse duas marcas dessa ditadura até hoje, segundo Behring e Boschetti (2011) seria: o primeiro é a existência de “um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar”; e outra marca é a de que, mesmo com uma ampliação dos acessos públicos e privados, milhões de pessoas permaneciam fora do complexo assistencial- industrial- tecnocrática- militar (FALEIROS, 2000 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 137).

O período da transição democrática nos anos 1980 foi marcada por muitos problemas políticos econômicos e sociais. Segundo Behring e Boschetti (2011) foi um momento de crise da dívida externa do Estado Brasileiro resultado das escolhas econômicas passadas e também da maior desigualdade do país entre as classes burguesas e as classes pobres. Yazbek (2008) na mesma linha apontou:

Nos anos 80 (a década perdida para a CEPAL) com a ampliação da desigualdade na distribuição de renda a pobreza vai se converter em tema central na agenda social, quer por sua crescente visibilidade, pois a década deixou um aumento considerável do número absoluto de pobres, quer pelas pressões de democratização que caracterizaram a transição. Tratava-se de uma conjuntura econômica dramática, dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis. Permanecem as antinomias entre pobreza e cidadania. (YAZBEK, 2008, p. 12).

Para Behring e Boschetti (2011), essa situação vai:

Condicionar em muito a adesão brasileira às orientações conservadoras neoliberais, já em curso no nível mundial, implicando o caráter tardio da adesão brasileira ao neoliberalismo. Desta forma, colocou-se em marcha uma transição democrática fortemente controlada pelas elites para evitar a constituição de uma vontade popular radicalizada (Sader, 1990: 1), o que era possível diante do volume de demandas represadas oriundas do aprofundamento da questão social em face do projeto da ditadura e das mudanças estruturais no país, que sai desse processo mais urbanizado e industrializado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 138).

A adoção da Constituição de 1988 vai trazer um outro redirecionamento para as políticas sociais brasileiras, que foram o resultado das conquistas das classes trabalhadores do país.

Em seu percurso histórico a Política Social brasileira vai encontrar na Constituição de 1988 uma inovação: a definição de um sistema Seguridade Social para o país, colocando-se como desafio a construção de uma Seguridade Social universal, solidária, democrática e sob a primazia da responsabilidade do Estado. A Seguridade Social brasileira por definição constitucional é integrada pelas políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social e supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas as seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais, (YAZBEK, 2008, p. 3).

Como os demais países na América Latina, a política social brasileira evolui no pleno reforma neoliberal. As recomendações do neoliberalismo em potência na região vão ao inverso das conquistas da Constituição de 1988. No caso brasileiro, Yazbek (2008, p. 12) destacou a situação de precariedade do trabalho e um ataque contra o sistema do sistema público de proteção social, “caracterizado por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento, e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora”. É o que Behring e Boschetti (2011) identificou como uma espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital, durante a era Fernando Henrique Cardoso entre 1995-2003. Esse período segundo as duas autoras foi predominado pela:

Tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a

privatização, a focalização e a descentralização (BEHRING; BOSCHETTI 2011, p. 156).

Como remédio a essa crise fiscal, o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) iniciou uma política fiscal recomendada nos acordos firmados entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que foi mantida durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). E certamente essas

Orientações na (re) configuração dos direitos da seguridade social a partir da década 1990, que enfatizam o mercado via planos privados de saúde e previdência, ou transferem as responsabilidades para a sociedade, sob a justificativa do voluntariado, da solidariedade e da cooperação, parecem estar fundadas na perspectiva do *Welfare Pluralism ou Welfare Mix* (Abrahamson, 1995 e 2004; Pereira, 2001 e 2004; Behring, 2004) em detrimento do *Welfare State* keynesiano, (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 162).

Para analisar a política social no período dos mandatos de Lula e de Dilma, temos que considerar dois momentos na análise: o primeiro a partir do primeiro mandato de Lula, que é considerado como a continuidade da política neoliberal iniciada desde Fernando Henrique Cardoso e outro a partir do segundo mandato até o mandato da presidente Dilma Rousseff em 2016, que é considerado como um período da construção do pós-neoliberal na história política do Brasil,

Os governos do Lula e da Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal – de Collor, Itamar e FHC – e pelos elementos que tem em comum com outros governos da região, como os Kirchners na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai, de Hugo Chavez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador...

Esses governos representam uma reação anti-neoliberal no marco das grandes recessões que abalaram o continente, nas últimas décadas do século passado, mencionadas anteriormente. Os traços que esses governos têm em comum, que permite agrupa-los na mesma categoria, são: a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado. (SADER, 2013, p. 138)

Freitas (2007) considerou a passagem de Lula no poder como um novo círculo na política social do Brasil.

[...] o conjunto de programas e ações do Estado, tais como os de garantia de renda (seguridade social e Bolsa Família, por exemplo), de garantia de bens e serviços (saúde, água, luz, entre outros) e de regulação (como o salário-mínimo), [...], conformou uma maior mobilização de recursos fiscais e uma nova política social, capazes de enfrentar a pobreza e a desigualdade endêmicas [...] (MATTOSO, 2013, p. 115).

Nesse período, a taxa de pobreza (percentual de membros da classe E no total da população) despencou de 26,7% em 2002 para cerca de 12,8% em 2012. A porcentagem de brasileiros pertencentes a mal denominada *classe média*<sup>2</sup> saltou de 38% para mais de 52% da população total no mesmo intervalo, e o medidor da desigualdade (índice de Gini) caiu de 0,589 em 2002 para 0,527 em 2011 (dados recentes do Ipea indicam 0,522 para até setembro de 2012). (MATTOSO, 2013, p. 115).

Além da reversão da queda da participação dos salários no PIB, observou-se o crescimento intenso e sistemático do número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, relativamente ao total dos trabalhadores, que passou de 54% em 2002 para 63,6% em 2011, segundo a PNAD, sendo que projeções para 2012 apontam para a continuidade de sua elevação, podendo alcançar mais de 64%. Em contrapartida, a participação dos trabalhadores sem carteira despencou no mesmo período, passando de 34,2% para 24,6%. Jorge Mattoso, 2013, p 116 Depois de anos de neoliberalismo, de subordinação aos interesses rentistas e de ausência de políticas econômicas pro-desenvolvimento, fortaleceu-se o uso de políticas desenvolvimentistas<sup>3</sup> e de combate à pobreza, mais intensamente após 2006, com a mais efetiva articulação do econômico e do social e com o enfrentamento das crises internacionais com políticas inovadoras e anticíclicas. (MATTOSO, 2013, p. 116- 117)

Durante esse período, pós-neoliberalismo brasileiro, construído por Lula e Dilma, uma forte relação foi desenvolvida com o Haiti e demais países da América Central, Caribe e África. “Na América Central e Caribe, o Brasil aceitou o comando da “missão de paz” das Nações Unidas no Haiti, tomou uma posição decidida a favor da reintegração de Cuba na comunidade americana e defendeu em todos os foros internacionais o fim do bloqueio norte-americano a Cuba” (FIORI, 2013, p. 36). Segundo o autor, entre 2003 e 2010, o presidente Lula visitou 29 países africanos, o que

[...] totalizando mais visitas ao continente do que a somatória das visitas de todos os presidentes anteriores. Nessas visitas, foram firmados inúmeros acordos econômicos e foram criadas diversas organizações empresariais, como no caso do lançamento da Câmara de Comércio Brasil-Gana, em 2005 (FIORI, 2013, p. 45).

No caso do Haiti, Lula e Dilma visitaram o Haiti quatro vezes; a primeira

visita de Lula foi em 2004, no período onde o país conheceu a estabilidade política<sup>45</sup> depois da derrota do presidente Jean Bertrand Aristide sobre os movimentos populares; o segundo foi em 2008 e o terceiro em fevereiro 2010, depois do terremoto. Lula foi um dos primeiros presidentes a levar sua solidariedade com a população haitiana.

**Figura 12** - Lula com o presidente Haitiano René Préval num avião visitando a capital Porto Príncipe destruído após a passagem do terremoto em 2010



**Fonte:** Google Imagens.

Nessas visitas vários acordos<sup>46</sup> são assinados entre os dois países na área da educação e cultura, combate à pobreza e fortalecimento da segurança alimentar para o Haiti, combate à violência contra as mulheres e aumento da produção agrícola. Na visita de Dilma, em fevereiro 2012, segue a mesma lógica de cooperação entre os dois países. Ao longo dessa visita a migração haitiana e uma cooperação na saúde entre os dois países foram feitos o objeto da visita “o Brasil financia a maior parte da reestruturação da área no país e levou médicos brasileiros para trabalhar com os cubanos nas medidas de implantação de um sistema comunitário de atendimento” relatou o jornal o Globo em 2012.

Todos elementos vão contribuir para a construção de uma imagem positiva

---

<sup>45</sup> Foi o motivo social e político da intervenção do ONU por intermediário de uma missão armada.

<sup>46</sup> Por mais informações sobre os acordos, ler o artigo: Lula em visita no Haiti assinou 6 acordos de cooperação em: [http://www.haiticulture.ch/haiti\\_Lula\\_visite\\_accord.html](http://www.haiticulture.ch/haiti_Lula_visite_accord.html).

de Dilma e particularmente de Lula. Historicamente essa figura emblemática que representa Lula no Haiti, pode ser entendida a partir da sua influência e presença nas situações difíceis atravessadas pela população haitiana. Na primeira visita, em 2004, Lula acompanhou a seleção brasileira de futebol para um jogo amistoso entre Haiti e Brasil, o jogo que foi denominado “Jogo da Paz”. Foi um momento de grande emoção pela população haitiana ao ver pela primeira vez todos os grandes jogadores brasileiros (Ronaldo, Ronaldinho, Kaká...); e, também, um momento de esperança e simbolicamente importante frente à insegurança<sup>47</sup> pública daquela época; a segunda visita foi em 2008, momento em que houve um grande período de movimento popular contra uma situação de fome, de inflação no país. Esse movimento popular chamado *Kont granjou Kloròks* “contra a fome de água sanitária” reclamou a demissão dos governos da época. É importante de destacar que o primeiro ministro do governo Jacques Edouard Alexis foi revogado pela câmara dos senadores e deputados para acalmar a população. Lula visitou o Haiti durante essa situação de protesto generalizado e assinou um acordo com o presidente René Préval sobre a seguridade alimentar para aliviar essa situação de fome da população. E em 2010, um mês depois do terremoto, ele foi ao Haiti ainda para iniciar essa política de migração favorável para os haitianos virem ao Brasil. As visitas de Lula coincidem cada vez com momentos de fragilidade econômica, social, política atravessados pela população, e ele apareceu com uma segunda opção frente aos dirigentes haitianos vistos como dos corruptores pela população.

Lula torna-se uma figura emblemática no Haiti e isso vai se relatar como um dos motivos da emigração dos haitianos no Brasil, como apontou o Sujeito 1:

***Duas razões para migrar ao Brasil: a chamada de Deus mesmo para vir agradecer o presidente Lula, que deu oportunidade à população haitiana nas condições difíceis de migrar ao Brasil depois do terremoto em 2010, apesar de que não foi ele que estava no poder na época.***

*Segunda razão, em 2010, eu queria voltar a viver no Haiti, pois não gostava da República Dominicana. Quando voltei ao Haiti para morar, minha esposa faleceu. Então não tenho nenhuma vontade de ficar lá e de permanecer na República Dominicana (SUJEITO 1, grifo nosso).*

---

<sup>47</sup> Em 2004, depois a derrota do Jean Bertrand Aristide e partiu no exílio na África do Sul, dos bandidos que se reclamam “Lavalas” nome do partido do presidente começam a teorizar a população para exigir a volta do Aristide no poder. Eles lançam o movimento “operação Bagdad” que consiste a fazer a terror na população civil por meio de assassinato, sequestro e outros. “Operação Bagdad”, esse nome faz referência a capital de Irak no período da guerra entre os Estados Unidos, onde teve muitos atos de terrorismo nesse país.

Contudo é importante de relativizar a “boa fé” do presidente Lula, e contextualizar suas intervenções como uma política de controlar tudo que pode comprometer o objetivo da Missão das Nações Unidas para a Estabilidade no Haiti (MINUSTAH) dirigida pela liderança dos soldados brasileiros. A presença da MINUSTAH desde 2004, terminou no mês do outubro de 2017. Essa missão de paz e estabilidade política foi substituída pela Missão das Nações Unidas pelo Apoio da Justiça no Haiti (MINUJUSTH). Essa nova missão foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU por uma resolução; é composta de polícia civil e militar, tem como objetivo acompanhar o Estado haitiano a fortalecer as instituições de justiça no país, apoiar e desenvolver a força de Polícia Nacional do Haiti (PNH).

A partir do 2016, o Brasil vai atravessar uma situação de crise com a saída do poder da presidente Dilma através do *impeachment* promovido pela Câmara dos Deputados e Senado Federal para colocar sem seu lugar Michel Temer. Esse início de crise resultou de várias reformas iniciadas pelo governo Temer, o qual considerado um governo de retrocesso dos direitos sociais. Segundo Vazquez (2016, p. 1). “Ao congelar o gasto federal, a PEC 241 desestrutura o financiamento da política social brasileira ao eliminar a vinculação de receitas destinadas à educação e ao orçamento da seguridade social, que compreende as políticas de saúde, previdência e assistência social”

As perdas totais de recursos federais para as áreas sociais são bastante expressivas, com a aplicação da PEC 241. Na simulação referente ao período 2003 a 2015, as perdas de recursos para as áreas sociais com o Plano Temer/ Meirelles seriam, em valores reais de dezembro de 2015, da ordem de:

- R\$ 437,7 bilhões na Assistência Social, o que significa uma redução de 68,5% do gasto federal aplicado nesta área;
- R\$ 453,9 bilhões em Educação e Cultura, implicando em uma queda de 39% nos recursos federais;
- R\$ 253,4 bilhões na Saúde, correspondente à perda de 26,5%;
- R\$ 1,7 trilhão na Previdência, ou seja, uma perda de 32,6% dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários do setor privado e público federal.
- Ao todo, a PEC 241 teria retirado R\$ 3,2 trilhões de recursos federais aplicados na política social. Caso ela estivesse em vigor desde 2003, o GSF seria 37% menor que os recursos destinados à política social nos governos Lula e Dilma, (VAZQUEZ, 2016, p. 6).

Esses dados mostram uma redução significativa dos gastos sociais, o que impacta a presença dos imigrantes haitianos nos seus objetivos de encontrar melhores condições de vida e servem como elementos que provocam a saída deles

para outros países. Na análise dos conteúdos, percebemos que todos os sujeitos tinham consciência sobre os impactos negativos dessa crise sobre a permanência deles. Citamos os relatos do Sujeito 2, do Sujeito 4.

*Hoje, o Brasil está em crise de emprego geral que afeta tudo mundo, brasileiro e estrangeiro. **A diferença é que para nós como imigrante haitiano sofre mais porque nossa presença aqui é ligada ao trabalho.** O nativo pode ter outro suporte, mas nós imigrante não porque somos fora de nosso país. Trabalhar para nós virar uma obrigação, e as vezes a gente fez qualquer trabalho apenas para sobreviver (SUJEITO 2, grifo nosso). No início tudo foi de boa quando eu cheguei, teve muitos empregos, hoje é muito difícil, parece que pouco a pouco as portas abertas para os haitianos estão fechadas (SUJEITO 4).*

Essa situação mostra que temos que entender o papel do Estado na permanência dos imigrantes no Brasil a partir de dois momentos: o primeiro durante o mandato da presidenta Dilma sendo muito positivo e o segundo momento a partir do governo Temer, desfavorável a eles.

#### 4.2 O BRASIL EXISTE LÁ COMO O HAITI ESTÁ AQUI

A definição desse eixo de análise tem por objetivo acompanhar os motivos de ocupação de territórios pelos imigrantes haitianos no Brasil, numa perspectiva de relacionar o território de origem com o território acolhedor, analisando as construções das relações sociais dentro dos territórios ocupados por eles no Brasil. De um lado, percebemos que o Brasil acompanhou a trajetória dos imigrantes antes deles chegarem e, de outro lado, os imigrantes buscam serem reconhecidos no Brasil, tendo trazido algumas marcas do seu país para os territórios ocupados no Brasil.

O conceito de território do qual estamos tratando está sendo discutido em referência aos autores cujos pensamentos se vinculam à matriz materialista histórica dialética, a partir de uma perspectiva da geografia crítica, que começou a partir dos anos 1970 com Henri Lefebvre, que abordou a questão do espaço social. Destacam-se Milton Santos, refletindo sobre o território usado e Rogério Haesbaert, que trouxe uma compreensão sobre a multiterritorialidade. Optou-se neste trabalho pela utilização do conceito de território usado de Milton Santos.

Santos (2006), em seu livro *Natureza do Espaço*, reflete sobre o que é território, lugar e espaço e quais são as relações que existem entre eles. O autor

definiu vários critérios para identificar a idade de um lugar. Ele deu o exemplo de sua cidade natal, Salvador, fundada em 1549 por Tomé de Sousa, por ordem do rei de Portugal, o que define o dia do aniversário da cidade, trazendo outro critério propriamente geográfico:

Os lugares, já vimos, redefinem as técnicas. Cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes. Os respectivos "tempos" das técnicas "industriais" e sociais presentes se cruzam, se intrometem e acomodam. Mais uma vez, todos os objetos e ações veem modificada sua significação absoluta (ou tendência) e ganham uma significação relativa, provisoriamente verdadeira, diferente daquela do momento anterior e impossível em outro lugar. É dessa maneira que se constitui uma espécie de tempo do lugar, esse tempo espacial (SANTOS, 1971) que é o outro do espaço (SANTOS, 2006, p. 35).

Assim, para entender um lugar, seria importante fazer uma observação no momento presente, observando também a sua evolução.

O espaço não é idêntico ao território, sendo anterior a ele. "O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN, 1993, p. 2). Para Santos (2006, p.39),

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo, era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que, ao longo da história, vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídas de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.

O território, então, se constitui por relações de poder, de conflito e está ligado a uma dimensão material de espaço. Sobre isso, ao tratar do conceito de território usado, Milton Santos (2000, p. 22) aponta "o território em si, para mim, não é um conceito. Ele se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles atores que dele utilizam". O território é onde os sujeitos sofrem, trabalham e vivem, segundo o autor. No relato do sujeito 4, aparecem dois

aspectos relatados na concepção do território usado de Milton Santos, sendo a questão de materialidade e o sentimento de reconhecimento.

*Eu cheguei aqui em Santo Amaro, porque tinha um amigo que morava lá, seu nome é Blanc, ele me falou que tem uma comunidade grande de haitianos na região de Cambé, quando cheguei aqui, de verdade, achei vários conhecidos que já conheci na República Dominicana ou no Haiti[...] fiquei morando um tempo com Blanc e outras pessoas juntos, a gente alugou uma casa junto, depois morei sozinho porque não puder conviver bem com eles (SUJEITO 4, grifo nosso).*

*Quando estava em São Paulo, comprei uma passagem de ônibus para vir para Londrina, e depois fui diretamente no Santo Amaro porque tinha um primo que morava lá e me orienta. **Naquela época, ele trabalhava numa empresa que precisava uma pessoa, peguei a vaga e fiquei até agora em Santo Amaro (SUJEITO 5, grifo nosso).***

Desta forma, com a concepção de território de Milton Santos, associada à articulação da materialidade dos sujeitos, da dinâmica de trabalho de conflito político-cultural, de relação de poder entre os atores, de reconhecimento cultural, pretende-se entender a atuação dos sujeitos imigrantes no território deles no Brasil, os mecanismos de luta pela reprodução de suas vidas, sobretudo, a suas compreensões sobre os atendimentos na política social brasileira.

A partir das análises dos relatos, identifica-se que as primeiras necessidades dos imigrantes haitianos são as mesmas no primeiro momento na chegada ao Brasil, sendo:

- Procurar os documentos oficiais;
- Aprender a língua portuguesa;
- Conseguir um emprego;
- Encontrar um lugar para morar;
- Saber as informações para poder circular pela cidade;

A maior dificuldade se evidencia com a comunicação entre os imigrantes e os brasileiros, desde o aeroporto até a chegada no território de destino

Iniciando a análise dos relatos sobre as razões de ocupar um território, observamos que todos os sujeitos tinham vários pontos comuns, dentre eles, a chegada no Brasil sem visto de entrada; demonstraram também haver um conhecimento genérico sobre o Brasil que passa pelo futebol ou devido a ocupação militar da ONU no Haiti. Os sujeitos de pesquisa abordados passaram por um dois pontos de entrada mais frequentadas pelos imigrantes haitianos segundo Cotinguiba (2014), que são os municípios de Tabatinga, no estado de Amazonas e a cidade

Assis do Acre na tríplice fronteira, no objetivo de aproveitar as fronteiras entre Brasil e outros países da América do Sul como Peru, Colômbia e a Bolívia. Ao analisar os relatos, aparecem esse aspecto de entrada comum pela cidade de Assis na tríplice fronteira, e depois esperam um a dois meses até conseguir os protocolos legais do país e depois se espalhar pelo território brasileiro.

*Quando eu vim pelo Brasil, passei pelo “Refijye” (refugiado) no Acre...: Eu peguei avião na República Dominicana para Equador, do equador cheguei no refijye no Acre no ônibus (SUJEITO 4)*

*Deixei minha cidade Forliberte, vou para Santiago, depois peguei avião para Equador, do Equador cheguei no “Refijye” refugiado no Acre (SUJEITO 5).*

*Eu passei na república Dominicana até Peru, depois fiz uma viagem de ônibus para chegar no “refijye” refugiado em Acre, passei um mês e meio lá esperando os documentos (SUJEITO 6).*

Nesses relatos, percebemos que essa tendência de viajar sem visto pelo Brasil é ligada às dificuldades institucionais, particularmente dos consulados do Brasil no Haiti para atender todas as demandas; pela facilidade desses imigrantes em atravessar os demais países de América do Sul sem precisar de visto de passagem; pelo acolhimento recebido nas fronteiras e, enfim, uma atitude racional deles de escolher o mesmo serviço no Haiti ou no Brasil; é mais seguro de esperar perto do destino deles como relatou o Sujeito 3 e o Sujeito 6.

*Eu não esperei o visto no Haiti, é difícil, também achei melhor de estar mais perto do Brasil para esperar de entrar (SUJEITO 3).*

*Tinha dificuldade de conseguir visto no Haiti, então passei pelo “refijye” do Acre. Porque lá também você pode conseguir seu visto brasileiro. Minha rota foi assim: República Dominicana, peru e cheguei no Acre Brasil... Eu não esperei o visto no Haiti, também achei que é mais racional de estar perto do meu destino final (SUJEITO 6).*

Outro aspecto importante para destacar é a criação de código próprio desenvolvido entre os imigrantes durante essa passagem. Por exemplo, durante a explicação das trajetórias deles, eles fazem referência a “refijye” que é uma construção deles para falar da cidade Assis ou da Tabatinga. O “Refijye” que é uma palavra crioula tem como tradução refugiado em português, aparece como um lugar, segundo os entrevistados foi um espaço provisório para esperar o protocolo e os documentos oficiais. No primeiro momento foi um hotel, depois foi transferida numa casa construída. No “refijye” segundo eles, foram atendidos pela polícia militar brasileira e também a solidariedade da população brasileira. Mas nas falas deles o

“refijye” como espaço saiu como uma generalização, um lugar para designar a Assis ou a Tabatinga.

Como foi relatado nos trechos anteriores o futebol brasileiro é um dos aspectos simbólicos mais presentes no cotidiano da população haitiana fora do Brasil. Isso fundamenta a primeira marca de presença brasileira no Haiti. É um fato que Brasil é conhecido no Haiti como um país de futebol com com título em 5 copas do mundo. Podemos dizer, nesse sentido, que o Haiti é um dos países que tem muitos torcedores da seleção brasileira. No meio haitiano, a seleção brasileira é chamada afetivamente “gwo manman” big mother, literalmente que reflete, segundo a população haitiana, a potência dessa seleção, também pelo prazer que ela proporciona a essa população. Geralmente um jogo da seleção Brasileira contra a da Argentina é tido como um evento nacional mais popular no Haiti depois do carnaval e uma festa tradicional chamado Rara. A administração pública, escola, universidade funcionam com menor horário na hora do jogo, como uma forma de paralisação e, depois do jogo, no caso de vitória da seleção brasileira muitas bandas de músicas saem nas ruas para festejar o sucesso. Paradoxalmente, os torcedores haitianos têm a mesma atitude quando o Brasil jogou contra o Haiti. A última vez que Brasil jogou contra o Haiti, em 2004, na Porto Príncipe, no Estádio Silvio Cator, no jogo chamado “jogo da paz”, jogo terminado 6 a 0 em favor da seleção brasileira, teve desfile popular depois para acompanhar e cumprimentar os jogadores brasileiros; cada gol marcado pelos brasileiros os torcedores haitianos vibravam como se fosse o Haiti que tivesse marcado. O mesmo foi constatado quando Brasil encontrou o Haiti na Copa Centenário em 2016; muitos comentários de felicidade na internet dos torcedores haitianos pelo Brasil, apesar que o Haiti perdeu o jogo por 7 a 1. O futebol brasileiro no Haiti é um mito positivo e isso vai servir como um dos elementos de atração para os imigrantes antes de chegarem ao Brasil, como relataram nos conteúdos dos Sujeitos 1 e o Sujeito 2.

*Eu sempre gosto da população brasileira. No Haiti, eu posso dizer que 70% da população torcem para a seleção brasileira. Eu tinha desejo de familiarizar, visitar a população brasileira, mais não morar no Brasil (SUJEITO 1).*

*Quando a gente vê o concurso da miss internacional, as brasileiras são sempre bonitas. **Além disso, o ditado falava, se você casar e ter filho com uma brasileira, ou tem um filho nascido no Brasil tem possibilidade de ter um pelezinho porque é uma terra abençoada por Deus, é quase um investimento garantido, então tudo isso serve uma***

**motivação. Então tudo quer ter um pelezinho, ou um Ronaldinho, um grande jogador no futuro (SUJEITO 2, grifo nosso)**

*[...] desde que fui criança, gosto de Brasil para causa de futebol. Lembrei quando era criança, a gente joga futebol, e criar meu apelido Pelé (SUJEITO 2)*

É importante destacar que o relato do Sujeito 2 corrobora com duas propagandas das mídias tradicionais haitianas, que sempre fizeram a história dos jogadores brasileiros com pobres/ negros das favelas que tornam ricos graça ao futebol, e a segunda um olhar estereotipado de que todos meninos brasileiros são bons jogadores porque Brasil é a terra abençoada. Então ter um filho no Brasil é uma possibilidade maior dos pais de se tornarem ricos no futuro. De maneira geral isso faz parte das impressões genéricas, que passam a compor o imaginário coletivo haitiano sobre o Brasil.

A configuração racial da equipe de futebol, com a presença dos negros, brancos é um dos elementos importantes desse processo de atração dos imigrantes pelo Brasil. Pensar Brasil ao primeiro grau através do futebol evidencia o ponto de vista da harmonia racial. É o que Chauí (2001) desenvolveu no seu escrito como a predominância do mito fundador do Brasil como um país abençoado por Deus, com sua natureza maravilhosa, sem discriminação racial. O sujeito 5 foi motivado pelo esse aspecto:

*Eu sempre ouvi que Brasil é um país que não é racista, que gosta de estrangeiro. Eu nunca fui no outro Estado, mas aqui eu percebi que é verdade, o povo brasileiro é acolhedor. O brasileiro não precisou te conhecer para ajudar, acho isso é muito interessante (SUJEITO, 5).*

Além de futebol, que evidenciou o Brasil numa forma de harmonia racial, na possibilidade, do ponto de vista do imaginário simbólico haitiano, para qualquer negro de se tornar rico nos pensamentos dos imigrantes, existe um outro elemento recente que apareceu nesse quadro de perspectiva de pensar o Brasil no Haiti. É a figura emblemática progressista que Lula construí no mundo internacional, particularmente nos países da África, da América Latina, do Caribenho, o Haiti. Para Lula, isso representa um elemento do contraste da passagem dele como presidente no Brasil “este país está dando certo, mas não se vê isso na imprensa brasileira. É inacreditável” (SILVA, 2013, p. 16). O ex-presidente declarou isso em relação a parte das mídias burguesas brasileiras que minimizam suas ações, ao mesmo tempo ele é percebido como um modelo progressista por suas ações de combate às

desigualdades sociais e econômicas durante a passagem dele como presidente. Para sustentar seu ponto de vista ele participou de uma entrevista com o Mario Soares do jornal o *Le Monde*, e com *Der Spiegel*, do jornal o *Financial Times* e mais outras revistas e jornais internacionais onde ele colocou: “Lula, eu estou enlouquecido. Eu venho de um continente em que todas as matérias só falam bem do Brasil, enaltecem o Brasil. Quando eu chego ao Brasil, eu leio a imprensa brasileira e ela diz que o Brasil acabou, nada dá certo neste país.” (SILVA, 2013, p. 16).

Nessa mesma linha, no Haiti, existe uma dupla presença do Brasil nesse contexto: a figura Lula representa a esperança para a população haitiana que acreditou nele pelo seu carisma e a presença na controvertida missão da paz da ONU (MINUSTAH) sobre a liderança dos soldados brasileiros. O Brasil, a partir da figura Lula, representa um país que está numa situação social política estável, que pode oferecer tudo que se falta a ele no seu país. O segundo aspecto da presença da MINUSTAH vai aparecer no Relato do Sujeito 1, e mostra o caráter controverso da missão.

*O Brasil é mais conhecido no Haiti através o Futebol. A população conheceu o Brasil também através a MINUSTAH com muitos soldados brasileiros em 2004, porque a missão estava sobre a responsabilidade do Brasil. Paradoxalmente, apesar que a população não gosta dessa ocupação militar, mas os soldados brasileiros tiveram muito respeito (SUJEITO 1, grifo nosso).*

Todos esses elementos são as marcas da presença do Brasil lá, que é a demonstração da primeira parte dessa relação contraditória entre os dois países. A segunda parte: Haiti está aqui, não busca a demonstrar quais são os elementos que servem de referência para os brasileiros para caracterizar o Haiti, mas de preferência busca acompanhar as marcas haitianos nos territórios ocupados, o processo de formação das relações sociais dentro desses territórios ocupados pelos imigrantes.

Os primeiros elementos que participam na ocupação de um território pelos imigrantes no Brasil, passaram pelas recomendações das famílias e amigos que estão já instalados e desejam trazer os outros:

*Escolhe Cambé sobre um convite de um amigo desde Equador (SUJEITO 1).*

*[...] fiquei muito tempo sem trabalhar, decidi de vir para o Brasil para melhorar minha vida, tinha um irmão que estava no Brasil que me motivou para vir. (SUJEITO, 3)*

Também sobre as recomendações dos pais no Haiti, que querem uma mobilidade social para os seus filhos fora do país. Esse elemento foi percebido no relato do Sujeito 5,

*Minha chegada para o Brasil, foi motivada por várias razões, o Haiti não tem muitas oportunidades... um dia tinha uma conversa com meu pai, ele me diz: “filho, olha faz tempo que cada eleição eu voto e continuar a votar para esperar uma transformação social que nunca vai acontecer. Então se você fica no Haiti, você vai passar as mesmas realidades que eu, eu vi muitas gentes vão para o Brasil ou Chile, já começam a ajudar as famílias 3 meses depois, acho seria melhor para você e para nós se você puder ir também”. Fico um tempo, finalmente quando vi o Haiti é parado na “luz vermelho”, tentei de vir pelo Brasil, escuto os conselhos do meu pai (SUJEITO 5).*

Outras razões na ocupação dos territórios pelos imigrantes haitianos dependem também das condições de trabalhos exigidos pelas empresas capitalistas, que participam na construção de múltiplos territórios e territórios-rede, no objetivo de favorecer a acumulação do capital, como relatou Haesbaert (2005, p. 6779) “Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital”.

Poderíamos mesmo, generalizando ao extremo, afirmar que o capitalismo se funda, geograficamente, sob estes dois grandes “paradigmas” territoriais – um mais voltado para a lógica estatal, controladora de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente delimitadas; outro mais relacionado à lógica empresarial, também controladora de fluxos, porém prioritariamente pela sua “canalização” através de determinados dutos e nódulos de conexão (as redes). Arrighi (1996), de forma geograficamente questionável, distinguiu dois “modos opostos de governo ou de lógica do poder” em relação à dinâmica entre capital (ou espaço econômico) e a “organização relativamente estável do espaço político”, duas estratégias geopolíticas (e geoeconômicas) que ele denomina de “capitalismo” e “territorialismo” (HAESBAERT, 2005, p. 6779).

Os relatos do Sujeito 2 e do Sujeito 6 permitem constatar que os imigrantes se deslocam, formam também os novos territórios segundo essa lógica do Capital.

***Aí teve um sindicato que vai para São Paulo para buscar pessoas para trabalhar no Ibiporã na logística. Eu dou meu nome, foi 21 haitianos, finalmente eu vim aqui para trabalhar durante 4 meses. Depois deixei Ibiporã porque tive uma oportunidade de trabalhar sobre minha profissão em Curitiba. Mas não aguento com o frio e as pessoas de Curitiba não estão muito acolhedores, (SUJEITO 2, grifo nosso).***

*Eu passei três meses em São Paulo sem trabalhar. Meu dinheiro começou a acabar, alguns amigos me dão suporte lá, até um dia o Muffato foi buscar trabalhadores haitianos em São Paulo, dou meu nome. Depois alguns dias, o responsável do Muffato nós trouxe aqui em Cambé para trabalhar na empresa. Deu para nós alojamento, e tudo (SUJEITO 2).*

Nos relatos de todos os sujeitos da entrevista o aspecto mais forte percebido é que eles se reagrupam nos bairros da periferia das cidades para se manter e reproduzir sua cultura, e com o desejo de reconhecimento entre eles. Um dos elementos que caracterizaram o Haiti no lugar da pesquisa de campo se evidenciou através desse aspecto de reconhecimento entre eles.

Como pesquisador haitiano posso<sup>48</sup> relatar dois fatos, que me envolvem nessa perspectiva de reconhecimento. A primeira vez que eu sinto a sensação realmente de ser no Haiti desde minha chegada no Brasil é quando um dia acompanhei as irmãs religiosas da Caritas num domingo de manhã, nas visitas para os haitianos na região de Santo Amaro. A configuração das casas, os corredores para chegar nas portas, os quintais das casas, realmente me fizeram viajar ao meu país em pensamento. Um outro dia, um sábado da noite, acabei de fazer uma entrevista com um dos sujeitos da pesquisa no Jardim Santo Amaro, depois meu interlocutor me acompanhou, fomos no ponto de ônibus para pegar o ônibus para voltar na minha casa em Londrina. Durante o tempo que eu fiquei esperando, cada haitiano que passava nós cumprimentava em crioulo. Eu perguntei para meu interlocutor: mas porque todo haitiano que passou aqui nos cumprimentou em crioulo? Ele sabia que nós somos haitianos? Ele me respondia com uma forma de ironia: *depi w rive sou ayisyen na monchè ou deja wè se li* (a cara do haitiano já diz tudo sobre ele). O interlocutor continuou a fazer uma generalização, colocando: “cara não vou te mentir, quase todos os negros que você encontrou aqui nessa rua são haitianos”. Depois disso, ele enumerou para mim algumas rotinas para poder identificar os haitianos facilmente nessa região, “sabe os haitianos têm o jeito de te olhar, de sempre cumprimentar”; nos dias da semana a noite, entre 19 às 20h mais o

---

<sup>48</sup> Peço licença de usar a primeira pessoa, porque eu estou contando uma história pessoal. Uma atitude que eu vou adotar ao longo das análises cada vez vou fazer a referência com uma história pessoal.

menos, eles voltam de trabalho juntos; sábado e domingo à noite tem culto na igreja, eles passam aqui para ir; domingo de manhã eles vão para missa na mesma igreja.

O relato do Sujeito 2 descreve uma situação semelhante, da perspectiva da busca de reconhecimento e de viver segundo as referências culturais haitianos.

*Eu não sabia que tem haitiano em Santo Amaro, eu sei tem só em Rolândia, cada final de semana eu vou na Rolândia para passar o final de semana com eles. Um dia eu estava na rua de Londrina eu vi dois negros, eu lancei “sa k’ap fèt mesye” (como está parceiro?), eles viram a cabeça, eu falei: aaaa vocês são haitianos, depois a gente começou a conversar, trocar de número (SUJEITO 2).*

Percebemos, também, que além do aspecto de reconhecimento, os imigrantes se agrupam assim numa perspectiva de proteção social entre eles e por eles. Por exemplo, quando o Sujeito 2 continua a narração sobre seu encontro com os outros e falou:

*Eles estavam desempregados naquela época, oriento eles na Caritas que ajuda eles a achar emprego (SUJEITO 2).*

Isso, para nós, é uma estratégia de proteção social, de enfrentar juntos as dificuldades de permanência no Brasil, e também criar uma relação forte entre eles. Também no relato do Sujeito 2, podemos concluir que os haitianos buscam criar as referências do seu país nos territórios de Brasil.

*Depois um tempo, eu fui convidado para eles a fim de conhecer a casa deles, eles moravam no Santo Amaro. Quando cheguei, eu vi muitos haitianos moram num mesmo prédio, me sinto automaticamente na minha cultura, eu me reconheço com eles. Como minha família deveria entrar também no Brasil, procurar uma casa no bairro eu fiquei aqui até hoje (SUJEITO 2).*

Desta forma, constatamos no Jardim Santo Amaro e Jardim Ana Rosa, que os haitianos moram lá em grupo de família e de amigos, como afirmou o Sujeito 3 com uma veemência,

*Claro, você buscar mora onde você tem família e amigos. Às vezes você mora numa região e não achou ninguém para falar crioulo. Desse jeito, a gente ficou quase mudo. (SUJEITO 3).*

Outro elemento que entra como uma marca forte da presença haitiana nos

territórios e nas estratégias de proteção social entre eles se refere ao relato do Sujeito 6.

*No qualquer ponto de ônibus tem aviso falava que ter vaga disponível. Tinha trabalho no tudo lugar. **Por exemplo, esse edifício a gente foi chamado ele de embaixada haitiana, foi uma referência no Jardim Santo Amaro, cada dia Brasileiro vem bater à porta para pedir haitiano disponível para trabalhar.** Eu lembrei tinha um amigo que ia fazer uma agencia de trabalho para dar os trabalhadores haitianos nas empresas, porque existiam muitas demandas naquela época (SUJEITO 6, grifo nosso).*

Porém, é importante de destacar algumas situações de conflito entre eles; percebemos que alguns deles são destacados e se são impostos como lideranças imigrantes haitianos pelas instituições que trabalham com eles. Isso cria uma situação de confusão entre eles, passando pela luta de poder a fim de controlar os territórios. Nos territórios ocupados pelos imigrantes existem a coabitação da solidariedade como estratégia de proteção social, de conflito e de luta pelo controle dos territórios. Esses elementos fazem parte do território deles e evoluem contraditoriamente, influenciando as orientações, as decisões tomadas dentro do território.

**Figura 13** - Foto do prédio no Santo Amaro na rua Tietê, onde moram muitos haitianos que represente um ponto de referência para os brasileiros e outros haitianos que vem nesse bairro



Fonte: Do autor.

#### 4.3 OS CONTRASTES NO RECONHECIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PELOS IMIGRANTES

Analisando os relatos dos sujeitos da entrevista pode-se destacar a

presença de elemento de surpresa positivo deles com o papel do Estado através as políticas sociais brasileiras. E essa surpresa positiva, que acompanha a trajetória dos imigrantes, se evidencia um contraste, resultado entre o que eles tinham lá como referência do Estado contestado no Haiti e da política social como conjuntos de ações isoladas e o que eles estão vivendo aqui como realidade nos atendimentos das políticas sociais.

A política social como foi debatida nos capítulos anteriores se refere ao conjunto de ações contraditórias de Estado, de um país nas áreas sociais. Cada país tem sua própria orientação, seu próprio contexto histórico de desenvolvimento das políticas sociais ligado a presença dos grupos de pressão do país. No contexto haitiano, historicamente viu-se um fracasso nos atendimentos das políticas sociais, como relatou o Sujeito 1.

*Na minha comunidade no Haiti, teve acesso limitado ao serviço público. Tinha um hospital público onde a população vai e não pagar para consultar. Tem medicamento, que você pagar pouco para ter acesso. Duas escolas secundário públicas, e várias escolas primárias pública. Mas a oferta foi menor em relatório as demandas da população. Por exemplo, para entrar numa escola publicar, você tem que disputar a vaga com muitas pessoas (SUJEITO 1).*

O Estado haitiano mínimo está na incapacidade de se responsabilizar frente as demandas feitas a ele pela população. Historicamente ele desenvolveu uma relação de tensão com seus cidadãos. No Haiti o Estado provoca medo e é identificado mais por sua brutalidade<sup>49</sup> e violência contra a sociedade. Através de seus aparelhos ideológicos, o Estado haitiano chegou a construir uma opinião favorável que legitima sua ausência nas intervenções sociais. É comum de ouvir falar no Haiti “ *se pa chita plenyen toutan, mande sa leta ka fè pou ou non, men se di saw ka fè pou leta pou ede peyi a avanse*” (Não adianta reclamar do Estado o tempo todo, mas pergunta-se qual é sua participação no Estado para o desenvolvimento do país. *yon sèl ti leta pa ka ede milyon moun* (impossível que o único Estado possa ajudar um milhão de pessoas). Essas formas de discurso expandido buscaram a

---

<sup>49</sup> Algumas expressões populares se referem a essa tendência de caracterizar o Estado Haitiano, por exemplo: *Gwo nèg se leta* (a potência do ser selvagem é a do Estado) uma expressão usada quando alguém faz um abuso a um outro e não precisa de justificar. É usado, nas várias situações, por exemplo dois crianças estão brincando, e um adulto sem razão deu uma tapa nas crianças que não podem reagir por incoerência de força. Uma outra pessoa pode falar para justificar o abuso do adulto sobre as crianças: *Gwo nèg se leta*. Nessa mesma linha, pedra é chamada também *biswit leta* (biscoito do Estado) quando você usa para lançar atrás de alguém.

desresponsabilizar o Estado haitiano e responsabilizar a população sobre sua situação de miséria, e se auto-culpabilizar de ser o incapaz de sair do círculo da pobreza. Com isso o cidadão não reconhece a necessidade de reivindicar seus direitos ao Estado. Esse cidadão haitiano foi construído politicamente para desenvolver entre eles relações de solidariedade. Quando isso não pode resolver seus problemas, a emigração torna-se como uma opção certa para melhorar as condições sociais materiais, e fugir do sistema da repressão política e fiscal contra os mais pobres.

**Figura 14** - Ilustração do atual presidente da república, Jovenel Moise demonstrado essas características de um Estado central cego, surdo, mudo acerca as reivindicações populares<sup>50</sup>.



Fonte: Le Nouvellist (2017).

O Estado torna-se o primeiro que não garante os direitos da população. No relato de Sujeito 6 percebemos que o Estado participa de maneira direta na saída da população pelo fato de não fazer as intervenções sociais.

<sup>50</sup> Essa ilustração foi feita por um jornalista no seu artigo, no contexto da publicação do orçamento público de 2017- 2018 no qual foi previsto de aumentar os impostos e taxas, sobre os serviços públicos dedicados a população mais pobre. Teve muitas manifestações populares dirigidas pelos oponentes contra esse orçamento. Apesar de tudo, o presidente publicou o orçamento público chamado que foi aprovado pela câmara dos deputados e senadores sem escutar as reivindicações populares. Um aspecto a relatar nesse orçamento, é a introdução de um imposto sobre a renda de 10.000 *Gourdes* por qualquer pessoa – haitianos residentes no Haiti, estrangeiros, e todos os haitianos que têm domicílio fiscal nos países estrangeiros, para realizar certas formalidades administrativas no Haiti deveria pagar um imposto de renda de 10.000 *Gourdes* (equivalente de US 160 ou 530 reais) em uma base de montante fixo. Esse imposto foi visto na opinião pública como ato desse governo para continuar a reprimir a diáspora haitiana. As traduções das falas nos balões: manifestação nas ruas! Quebrar os carros dos outros! (Primeira fala); nos não concordamos com esse orçamento! A vida está já muito difícil! (Segunda fala); presidente diz algo para nós (terceira fala)

*Estado no Haiti é ausente nos todos aspetos da vida do cidadão haitiano. Somos sem cuidador [...] No Haiti não tem governo de verdade, tem governo no papel, sempre tem crise político e social lá. Por isso que muitos haitianos deixem o país para viver em paz num outro país na esperança de ter uma melhor vida do que eles estão vivendo no país (SUJEITO 6).*

O Estado haitiano, além de incentivar o processo de saída, cria vários órgãos para acompanhar o processo de saída, como demonstramos anteriormente. Outro aspecto relatado nas entrevistas pelos sujeitos que pode ser considerado como um motivo de saída para eles é o caráter nepotista e clientelista do Estado. As ações desse Estado são seletivas e partidárias. Desse fato, o Estado é aquele que prejudicou o sonho de seus cidadãos de ter uma vida melhor no Haiti, como foi percebido no relato do Sujeito 6.

*No Haiti uma das maiores dificuldades é o trabalho, você pode terminar seus estudos e não pode trabalhar, tudo é uma questão de “moun pa”, irmão. (moun pa uma tradução do clientelismo em crioulo). O Estado no Haiti não trabalha em favor da população. As ações estão destinadas ao grupo de pessoas bem escolhidas. Você que tem a qualificação não pode trabalhar (SUJEITO 6).*

Esses elementos fazem parte da percepção do Estado pelos imigrantes. Ao chegar no Brasil eles vão ser surpreendidos, de maneira positiva, pelo Estado Brasileiro e isso seria o ponto da partida desse contraste apontado o qual busca-se demonstrar. No relato do Sujeito 5 esse aspecto apareceu. O sujeito é consciente na sua fala de que os atendimentos das políticas sociais no Brasil são melhores do que eles tinham costume de receber no Haiti.

*Eu descobri que não tem um bom sistema de saúde no Haiti quando eu estou aqui no Brasil, eu vi como as pessoas são atendidas, tudo é de graça, se você está adoentado na qualquer hora, vai no qualquer posto e você vai atendido sem dinheiro... no Haiti é o contrário, em Forliberté por exemplo tem um hospital, que não funcione toda hora, se você tem uma urgência no meio da noite você pode ir num hospital é fechado, (SUJEITO 5).*

O contexto migratório entre os dois países mostrou o Estado brasileiro como o contrário do Estado haitiano que rejeitou seu próprio cidadão, no sentido que os imigrantes vieram para Brasil através de convite do Estado brasileiro como um “grupo desejável”<sup>51</sup>, que foi oficializar pela Comissão Nacional da Imigração (CNIg),

---

<sup>51</sup> Grupo desejável se refere ao fato que a política migratória brasileira quer os trabalhadores haitianos.

por duas resoluções com razão humanitária desde janeiro do ano 2012. Essas resoluções como foram analisadas anteriormente, sustentam uma ideia de melhorar as condições materiais da população migrante em situação difícil após o terremoto de 2010, o que quer dizer oferecer a ela, o que faz falta para ela no seu país de origem. Um dos relatos do Sujeito 1 mostrou essa parte essa conquista.

*Chegou um momento, eu decidi, vou fazer uma experiência com Brasil, se eu constatei que tem respeito pelo direito humano, acesso à educação, ao trabalho, bom sistema de saúde, eu fico lá (SUJEITO 1).*

O Estado brasileiro, desde no início da migração, através da representatividade de Lula como um político progressista, inspirou uma confiança para os imigrantes. Esse relato do Sujeito 5 mostrou um aspecto dessa relação de confiança desenvolvida com o Estado brasileiro. Considerou o Estado brasileiro como um Estado de eficácia nas intervenções sociais e levou um susto quando um brasileiro criticou o Estado. Pois para esse sujeito o Estado responde o seu papel que é de proteger a população.

*Cara para mim, o Estado Brasileiro é muito eficácia na responsabilidade dele, mas quando comecei a conversar com brasileiros, para eles Estado brasileiro não trabalha muito, o povo brasileiro é muito exigente nesse sentido. Eu, às vezes eu acho isso muito estranho. (SUJEITO 5).*

Outro aspecto dessa relação de confiança está no sentimento de segurança pública vivida, relatada na fala do Sujeito 1. Como foi colocado no capítulo anterior, dentro dos motivos de saída dos imigrantes haitianos, a insegurança pública foi um deles. Os imigrantes, segundo esse relato, se sintam confortável com a clima de segurança no Brasil.

*No Brasil, eu me sinto em segurança. Eu não tenho medo de caminhar nas ruas. Nunca pensei a morte pelas causas de insegurança. Apesar que há vezes que você não percebe a presença da polícia na rua, mas você se sentiu numa ambiência segura. Mentalmente você está bem. Nunca vítima de nenhum caso de insegurança. Eu cumprimento a polícia por isso... (SUJEITO 1)*

Um elemento que podemos revelar como uma contradição do que Santos (2001) chamou de racista armada contra a população negra ligada a questão racial. Para o autor “o Brasil oficial tem nas policiais (civil e militar) o seu braço armado. A sociedade, como atestam inúmeros de estudos, discriminam os pretos e pardos.

Assim é compreensível reservem para estes a sua maior atenção” (SANTOS, 2001, p. 100). Essa população negra, que representa mais de 54% da população, hoje, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), foi construída historicamente como ser pobre, ser miserável e responsável pelos atos de insegurança segundo Deus (2001). Para nós isso evidenciou um aspecto generalizante e discriminatório contra a população negra.

De maneira geral, a compreensão dos entrevistados acerca das políticas sociais públicas voltadas aos atendimentos de suas demandas é composta com dois aspetos, (um que afirma e outro que relativiza) que constituem o contraste que a gente revelou. Por exemplo, na educação o sujeito 1 e o sujeito 2 apontam os avanços na educação infantil dos filhos dos imigrantes haitianos de um lado e, de outro lado, lamentou sobre as dificuldades encontradas na educação dos adultos; e o Sujeito 6 relatou a acessibilidade da educação para qualquer haitiano, na medida em que ele tem seus documentos pedidos.

*Os filhos dos imigrantes têm mais facilidade para entrar nas creches. As autoridades facilitam o processo, uma criança não precisa ter documentos para se inscrever (SUJEITO 1).*

*Logo vai ter vagas reservadas para as crianças haitianas. Fizemos uma reunião com o Prefeito, isso foi uma das pautas dessa reunião, ele concordou para reservar algumas vagas para a comunidade imigrante (SUJEITO 2).*

*Segundo as informações que eu tinha, ao momento que um haitiano tem todos os documentos revalidados, ele pode concursar na qualquer universidade, ou inscrever na qualquer escola (SUJEITO, 6).*

Mas, num segundo relato, o mesmo Sujeito 1 vai aparecer com outro elemento para que demonstra o contraste nas demandas da educação dos haitianos.

***A principal reivindicação de um imigrante haitiano aqui no Brasil é o acesso à educação. Quando eu deixei o Haiti, pensei que o Brasil terá me oferecido uma possibilidade de estudar. Mas a realidade é diferente, seja porque não tem acesso mesmo, seja o processo seletivo é muito difícil. Em alguns casos, os haitianos chegam aqui sem documento adequado. Tem documento perdido no terremoto, ou perdido no caminho. Isso complicou ainda o acesso à educação para um imigrante haitiano. Mas, os imigrantes haitianos no Chile estavam com o mesmo problema, atualmente o governo de Chile consciente dessa situação abre possibilidade para que um imigrante pode ter acesso à educação. Estado chileno encorajar o imigrante para ir na escola. Minha esperança foi que o Brasil faz a mesma coisa, ainda não chegou nesse ponto. O povo haitiano é uma nação que gosta da educação (SUJEITO 1, grifo nosso).***

*Quando um haitiano deixa o país e quer continuar o estudo é difícil de achar acesso no Brasil, tem muitos requerimentos que dificultam o processo... para crianças é mais rápido sem problema, aqui no Jardim Santo Amaro, não sei para as outras cidades, mas no Jardim Santo Amaro, no Cambé, a prefeitura facilita a entrada das crianças na escola. Isso eu agradeço os responsáveis por isso (SUJEITO 2).*

Nos relatos desses Sujeitos percebemos que a educação infantil é uma prioridade<sup>52</sup> para as autoridades brasileiras. Para o Sujeito 1 e o Sujeito 6, o acesso à educação pelos adultos é difícil, porém o sujeito 6 reconheceu que todos os imigrantes têm esse direito na medida em que seus documentos exigidos são adequados. Podemos antecipar para dizer que o acesso à educação será um dos fatores explicativos da saída dos imigrantes do Brasil.

O mesmo contraste existe nos atendimentos da saúde no Brasil; o Sujeito 3 ressaltou o caráter público dos serviços de saúde, que para ele é muito bom em comparação ao Haiti onde tem a predominância do privado, como mostramos anteriormente.

*No Haiti tudo é dinheiro, para qualquer serviço tem que pagar caro. Mas aqui tem serviços públicos que a gente não paga para receber, ou a gente paga pouco (SUJEITO 3).*

Esse aspecto de gratuidade vai ser presente nos relatos do sujeito 6, que tentou fazer uma comparação com o seu país. No período da entrevista ele tinha sua mãe adoentada, que precisava fazer uma operação num hospital privado porque o serviço público não existia. O custo desse exame da sua mãe pegou um bom valor no seu orçamento; para ele se a mãe estivesse aqui no Brasil, não seria tão pesado no seu orçamento.

*Se fosse aqui, a dialise da minha mãe seria de graça, e cada vez o hospital ia te deu medicamento a menor preço, alimento para sustentar a fim de ter boas condições para fazer o próximo dialise (SUJEITO 6).  
Por exemplo, aqui se você está doente, você pode chamar ambulância, nos 15 minutos, ela vai chegar, te levar para hospital, Haiti você pode chamar uma ambulância demorou uma a cinco horas para chegar, ou na certa ocasião ela nunca vem, (SUJEITO 6).*

---

<sup>52</sup> Encontramos com o responsável da Educação Infantil, na região de Cambé, para ver a veracidade dessa informação. A responsável informou que não tem prioridade pelos estrangeiros de maneira geral. Tem igualdade no tratamento para entrar nas creches com as mesmas condições (renda familiar, vulnerabilidade das crianças etc.). Segundo a responsável, as demandas são maiores que as ofertas públicas, existem apenas 17 centros de 40 horas semanais. Não tem perspectiva de favorecer um grupo de cidadão sobre outro. Nós não temos os dados sobre os números de crianças que foram atendidas.

O caso do Sujeito 5, que nunca foi atendido pelos serviços de saúde no Brasil, testemunha da facilidade de acesso desses serviços pelos seus vizinhos haitianos.

*Nunca tive um grande problema para necessitar os serviços públicos da saúde, mas já tinha minha família que foi atendida com a maior facilidade (SUJEITO 5).*

*Bem, eu tinha um primo que morava comigo, eu sempre falei para ele, o primeiro número que um haitiano deveria saber é o da ambulância [...] Um dia ele tinha uma doença na noite, chamo a ambulância, ela demorou apenas 15 minutos só para chegar, pegou meu primo e foi atender no hospital de graça. Haiti é difícil de ver uma coisa assim, se você está doente a noite, se você não tem meio de transporte pessoal, você vai sofrer muito (SUJEITO 5).*

O sujeito 2 vai relatar uma outra forma de elemento de contraste. Ele começou por reconhecer que o serviço de saúde do Haiti é privado, mas ele falou que o Haiti é um país pobre. Brasil para ele é um país desenvolvido, seu serviço de saúde deve ser de mais eficácia.

*O serviço de saúde aqui demora muito, você pode morrer e não chegar te atender. Eu lembrei tinha um ulcere no estômago, eu demorei três meses antes de ser atendido nos SUS. Eu fiz o exame duas vezes num hospital privado antes que o público me chama, apesar de que o Brasil é um país desenvolvido tem algumas negligências dos médicos. Por exemplo, tem haitiano que está morrendo de dor na cabeça na barriga ou qualquer lugar do corpo, quando ele vai para o médico, pede uma consulta. As pessoas colocaram ele numa fila de espera o que é grave para mim. Eu acho mesmo que ele não pode atender na hora, deveria pelo menos passar um medicamento para aliviar a dor... também, as vezes eu vi os haitianos reclamando, por exemplo se um haitiano chama uma ambulância, parece se a ambulância percebe que fosse um haitiano ele vai demorar mais tempo para chegar. Certo que ela vai vir, mas vai demorar mais (SUJEITO 2).*

Aproveitando o último relato do Sujeito 2 sublinha-se que existe dois elementos que geram uma incompreensão entre os haitianos no sistema de saúde brasileira. O primeiro é o elemento cultural da automedicação muito praticada no Haiti. O Estado não tem controle sobre as farmácias, qualquer pessoa pode comprar qualquer medicamento sem autorização médica. Quando um haitiano está adoentado o primeiro reflexo é de buscar um alívio pessoalmente antes de ir ao médico; os haitianos trouxeram esse reflexo do território de origem aqui do Brasil. Porém aqui existe um maior controle sobre esse aspecto. O segundo elemento é um desconhecimento do sistema de saúde mesmo, no sentido onde são prestados os serviços segunda a natureza do problema do paciente, entre uma urgência ou não

(Unidade Básica de Saúde - UBS, Unidade Pronto Atendimento - UPA). Essas informações são desconhecidas para muitos deles. Essa constatação foi feita após nós participarmos de uma reunião no Jardim Ana Rosa com a Caritas, os representantes do município de Cambé, os representantes do conselho da igualdade racial no Cambé e os imigrantes haitianos sobre as dificuldades, que eles encontraram os meios propostos para eles a fim de resolver essa situação. Nesse dia, várias situações reclamadas pelos imigrantes podem ser resolvidas pela informação sobre o funcionamento do sistema da saúde muito complexo.

Enfim, analisando os relatos do Sujeito 3 em comparação do sujeito 2, percebemos os elementos que caracterizaram a re- descoberta sobre fundo de contraste nas compreensões deles com o serviço da saúde: A gratuidade dos serviços, o caráter público, a acessibilidade são elementos novos para eles, mas também a lentidão do sistema para atender os pacientes haitianos é uma outra novidade.

Na área de emprego apareceu ainda o contraste; de maneira geral, nos relatos, os sujeitos destacam o caráter da esperança que eles têm quando eles estão aqui (relação de confiança) ao contrário do país dele onde achar um emprego é mais difícil; a disponibilidade do emprego no período do mandato da presidenta Dilma; mas denunciar também a discriminação salarial, a exploração pelo capital.

Nos relatos do Sujeito 4 apareceram dois momentos que se deve considerar para entender a questão de emprego para os imigrantes. Como foi discutido anteriormente nessa crise recente do Brasil, a falta de emprego é um dos aspectos que provocam a saída dos imigrantes no Brasil. Esses impactos são ligados às condições de trabalho; para o Sujeito 4, por exemplo, que diz que o trabalho forçado e desqualificado, o salário insuficiente, a exploração pelos patrões e a política preferencial iniciada por certas empresas prejudica os imigrantes.

Segundo o sujeito 1 as empresas exploram muito os haitianos contratados, porém para o sujeito 4 é claro para ele que existe crise de emprego no Brasil, também os haitianos sofrem porque as empresas não querem contratar eles.

*Eu constatei, as empresas exploram os imigrantes haitianos porque eles não podem comunicar. Às vezes, as empresas tratam os com falta de respeito, ou abaixar o salário, não darem a eles os benefícios sociais (SUJEITO 1).*

*Aqui tem problema de crise de emprego, mas além disso parece que as empresas têm problemas com os imigrantes haitianos, as vezes a vaga é disponível, mas quando um haitiano vai procurar, a dona da empresa fala para ele que não tem (SUJEITO 4).*

O sujeito 2 e o sujeito 6 sublinham outros elementos que fazem parte da caracterização deles sobre os empregos disponíveis. Para eles, os empregos destinados aos imigrantes são os mais difíceis. Existe uma forma de restrição para eles de acessar a qualquer trabalho, mesmo que seja para quem tem formação acadêmica e profissional adequada para isso.

***Os haitianos não são integrados na vaga pública. Mesmo que o haitiano tem uma competência, seria difícil de conseguir uma vaga para trabalhar no serviço público. No privado sim, mas no público não. (SUJEITO 2, grifo nosso).***

*Cara emprego tem, mas é trabalho do imigrante, quer dizer trabalho forçado (SUJEITO 6).*

Na mesma linha, o Sujeito 3 e o Sujeito 4 vai fazer uma classificação do trabalho destinado a eles; são os que os brasileiros não precisam (como nas empresas de frigoríficas). E nesses trabalhos, existe muitas explorações.

*Não existe igualdade nos trabalhos, existe uma discriminação nos salários. Ao fato que você é estrangeiro, você pode estar fazendo o mesmo trabalho com outro brasileiro, seu salário vai ser menor. Às vezes, a gente tem medo de reclamar, para não ser demitido do trabalho (SUJEITO 3).*

*Tem trabalho que você nunca vai fazer no seu país, mas quando você chegar aqui você é obrigado de fazer, tudo é uma questão de sobrevivência amigo (SUJEITO 4).*

Destacamos que a questão do emprego é um elemento transversal na trajetória dos imigrantes. O estatuto de imigrante está fortemente ligado ao trabalho no sentido que sua disponibilidade, seu acesso, suas condições no país de origem, como no país de acolhedor são os elementos que vão incentivar ou não o imigrante a permanecer ou ir embora para outro lugar. O acesso e as condições difíceis de trabalho serão um dos elementos fundamentais para fundamentar essa questão.

Acerca da compreensão dos imigrantes sobre a política pública da assistência social, o relato do Sujeito 1 evidencia uma relação estreita entre o que eles vivenciaram no Haiti como o atendimento e o que eles recebem no Brasil, o que

ele diz ter sido surpreendido positivamente. No Brasil ele descobriu dos serviços territorializados e visíveis, porém sua referência do sujeito da assistência social no Haiti é algo pontual e urbano.

*Eu sei que existem as instituições de assistência social pública. Mas nunca fui atendido por elas, e elas não existem também na minha comunidade. Por exemplo, no Haiti tem o Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho (MAST), cujo o objetivo é cuidar da vida dos trabalhadores, melhorar as condições de vida social da população, criar condições de trabalho adequadas. Mas, durante o tempo passado lá, ouvi falar dessa instituição só no jornal, nas notícias<sup>53</sup>, nada com efeito direto em minha realidade (SUJEITO 1).*

Desta forma os elementos relevantes, que caracterizam sua compreensão referem-se à questão da permanência e visibilidade dos serviços e da perspectiva de territorialização e descentralização dos serviços públicos.

*Na verdade, acho que o acesso aos serviços sociais para o imigrante não é suficiente, mas ele está em permanência no Jardim Ana Rosa. O serviço de Assistência é efetivo pelo CRAS, que é disponível no bairro mesmo. Pode ser que um haitiano não queira ser atendido porque tem meios de viver, mas todo mundo percebe que o serviço existe. No Brasil, o serviço é permanente no bairro onde as pessoas moram. Porém, no Haiti, tem uma ausência dos serviços públicos na maioria das comunidades do meio rural e, como já falei a você, geralmente para ver a presença de uma instituição de Assistência Social no Haiti deve acontecer uma catástrofe natural, (SUJEITO 1).*

Outro elemento para destacar durante a pesquisa de campo é que os imigrantes têm uma visão restrita do que é o CRAS que eles entendem como o lugar das cestas básicas. Por isso, percebemos uma discriminação particularmente dos homens imigrantes haitianos para fazer referência aos atendimentos na assistência social. Nas entrevistas os homens se referem sempre a sua mulher ou esposa quando eles estão falando da assistência social do CRAS, como apontou nos relatos do Sujeito 6.

*Minha esposa recebe uma cesta cada mês que ajuda muito, na verdade a cesta não vai ficar até um mês, mas ajuda. Ela recebe arroz, óleo, esse dinheiro que deveria comprar essas coisas, a gente usar para fazer outra coisa (SUJEITO 6).*

---

<sup>53</sup> Vi algo no jornal, na notícia, é uma expressão para demonstrar seu conhecimento da existência de algo, mas que nunca viu ou encontrou. Ela pode ser utilizada nas várias situações, por exemplo: você tem um amigo que não vê há um mês, uma outra pessoa te pergunta sobre seu amigo, cadê fulano? Nesse caso, responde-se que, desde um mês, eu soube dele só na folha, na notícia.

Isto faz objeto de um caráter de dominação desses homens imigrantes sobre as mulheres. Percebemos que essa atitude é machista, é estritamente ligada as condições objetivas da migração haitiana no Brasil e a tendência histórica dessa migração. Como demonstrado anteriormente os trabalhos dos imigrantes são trabalhos forçados que exigem muita força; a tendência histórica dessa migração é o esposo que vem trabalhar no primeiro momento e trazer sua família depois como se evidenciou na história de três de nossos seis sujeitos. As mulheres quando chegaram tiveram mais dificuldade para se adaptar a essas condições de trabalho, além do que a língua representa uma barreira para a maioria dos imigrantes, seja homem ou mulher. As condições objetivas da migração no Brasil não permitem à essas mulheres de ter uma autonomia econômica, que é fundamental para sua emancipação. Pelo que se constatou elas ficam desempregadas e se apresentam mais no CRAS atendidas do que os homens, com a intenção de participar no sustento da família. Isso é uma reação onde que mais que a mulher imigrante haitiana não chega a se adaptar, a ter uma autonomia econômica mais ela fica sobre a dominação do homem.

Percebemos que essa atitude é também uma forma de resistência dos imigrantes frente a natureza dos atendimentos destinados às pessoas exclusivamente pobres, quer dizer seletivos. O que corrobora com a crítica da Yazbek (2008, p. 13) do que “as políticas sociais acabam sendo o lugar dos não direitos e da não cidadania, lugar a que o indivíduo tem acesso, não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído”. Os imigrantes (mulheres e homens) têm essa atitude de resistência para não justificar a percepção da sociedade, que os coloca no lugar de extrema pobreza. Isso faz parte das estratégias dessa categoria para mudar a percepção da sociedade sobre elas.

Esses elementos na saúde, no emprego, na educação e na assistência social foram tratados como as demandas feitas pelos imigrantes ao Estado brasileiro. É uma outra perspectiva diferente quando eles falam da moradia. Em todos os relatos eles se referem à moradia com uma carga das suas próprias contas, quer dizer abordando as suas possíveis dificuldades apenas no âmbito individual, sem abarcar aspectos relacionados ao próprio acesso da política habitacional do Estado.

Percebe-se que nos relatos de todos eles, “achar um lugar para morar” é a primeira necessidade quando chegaram no Brasil.

**A primeira necessidade quando uma pessoa chega aqui é um lugar para morar, no meu caso, tinha um amigo e eu morei na casa dele um tempinho.** A segunda necessidade é de procurar um emprego, porque você deixou família e eles têm esperança do seu retorno econômico. Naquela época, tive muitos empregos, mas o processo burocrático para ter acesso aos documentos oficiais dificultava o acesso rápido ao emprego (SUJEITO 1, grifo nosso).

Hoje o Brasil está numa situação de crise, o emprego é mais difícil. **Achar um lugar para morar é a primeira necessidade, mas não é um grande problema,** porque as vezes os haitianos são solidários entre eles, mesmo que o haitiano não te conhece, ele pode te deixar ficar na casa dele por um tempinho até que você arruma um emprego (SUJEITO 2, grifo nosso).

**O primeiro problema quando a gente chega aqui, é achar um lugar para morar, desde que o haitiano ache um lugar para morar, é a maior satisfação.** Depois vai ter problema de emprego, e outros, mas o primeiro é morar (SUJEITO 4, grifo nosso)

**A primeira necessidade para qualquer imigrante no primeiro momento no Brasil é de achar um lugar para morar e depois conseguir um emprego.** Se você não tem essas duas coisas, com certeza você vai morrer de fome na rua. Mas as vezes, tem conterrâneos que vão te ajudar, chegue no momento você tem vergonha de ficar o tempo tudo sobre a responsabilidade deles. Melhor é de achar seu próprio emprego (SUJEITO 5, grifo nosso).

Um lugar para morar, nesse caso apontado por eles, só de maneira individual ou através da assistência de outros haitianos. Isso significa que a solidariedade na questão de moradia entre os imigrantes tem uma grande influência na ocupação dos territórios.

#### 4.4 SER HAITIANO IGUAL A SER DESQUALIFICADO: O OLHAR PRECONCEITUOSO DO FENÔMENO MIGRATÓRIO

Nesta parte, serão analisados aspectos relacionados às marcas de preconceitos sofridos pelos sujeitos entrevistados. Entendemos o preconceito como “um modo de ver certas pessoas ou grupos raciais [...] -de qualquer tipo-, ele é sempre uma atitude negativa em relação a alguém, [...] é uma atitude antecipada e desfavorável contra algo. Essa atitude pode ser tomada em relação a um indivíduo, a um grupo ou mesmo a uma ideia” (SANTOS, 2001, p. 82).

Desse fato, os preconceitos constatados nos relatos dos sujeitos entrevistados se manifestem sob a forma étnico-racial (haitiano/preto) e do estatuto social (ser imigrante). Entendemos que esses tipos de preconceito sobre essa categoria se manifestam como o resultado do contexto global da problemática racial do Brasil; do contexto pontual da migração haitiana pelo Brasil sobre resolução por razão humanitária; e da construção estereotipada do ser haitiano como ser sem

educação, associado como pertencente a uma população que vive na extrema pobreza no seu país. Essa última construção faz parte da tendência estereotipada veiculada pelos Organizações Internacionais e as ONGs para as campanhas de sensibilização internacional, no objetivo de justificar as intervenções sociais, militares, econômicas e políticas nesse país, ao longo da história.

Destacamos que o Brasil e Haiti têm alguns pontos semelhantes e discordantes no seu passado histórico colonial, particularmente em relação aos negros africanos deslocados pelas potências coloniais europeias a fim de alimentar o tráfico da escravidão. No caso do Brasil colonial, é importante destacar a resistência da população indígena que coexistia com essa nova população negra africana, e os brancos colonos europeus. O que se deu durante o período colonial até no Brasil pós-colonial e contemporâneo foi uma configuração racial entre a população branca, negra e indígena. Porém, a população indígena e os brancos, no Haiti, vivenciaram um outro processo histórico, a historiografia menciona o desaparecimento total da população indígena pelo genocídio dos colonos espanhóis no período colonial. Também teve a expulsão de todos os colonos franceses a partir da independência em 1804, que conheceu algumas dificuldades administrativas e sociais para permanecerem na antiga colônia.

Dessa forma, no Haiti pós-colonial existe uma configuração racial, a maioria de negros e, dentro desta, tem a distinção racial entre os negros com pele mais clara, descendentes da mistura entre os brancos, negros que são identificados como mulatos, e negro com pele mais escura, descendente diretamente dos escravos da África.

Podemos relatar também, a partir da última década do século XIX, a migração de árabes (Líbano e Síria) no Haiti, mas também da Alemanha e da Itália. A história<sup>54</sup>, particularmente dos árabes, mostra que, a partir de 1890, as famílias pobres chegaram no Haiti e se tornaram vendedores nas ruas para sobreviver. Foi uma situação de choque social de ver dos brancos pobres vendendo nas ruas. Essas comunidades árabes receberam a assistência de certos governos do Haiti para concorrer com a burguesia mulata e para diminuir os impactos sociais que gerou essa presença racial na sociedade.

Pouco a pouco, essa comunidade dos sírios e libaneses permaneceram no

---

<sup>54</sup> Para mais informação, ver o documentário: *Migration arabe no Haiti: un certain bord de mer* (migração árabe no Haiti: o literal) em: <https://www.youtube.com/watch?v=BeI9LJdQ5zg>.

país e conseguiram dominar o comércio, desenvolvendo, especialmente, na importação-exportação, e hoje faz parte da burguesia haitiana. Para repetir Hurbon (1987), não tem uma presença importante de branco no Haiti como é no caso de um país como a África do Sul para falar de uma verdadeira problemática racial, o problema é mais uma questão de classe social com determinantes econômicos.

No final, a questão racial no Haiti parece ser um problema bastante circular, que, sem dúvida, refere-se a uma condição esquizofrênica. Não há uma população "branca" no Haiti, como na África do Sul, nos Estados Unidos, na América Latina ou mesmo na Jamaica ou em Porto Rico. O debate sobre a raça no Haiti se desenvolve essencialmente, como vimos, na luta pela dominação entre a pequena burguesia e a burguesia. A oposição mulato e preto está sobredeterminada por um *bovarysm* intelectual que persiste mesmo nas denúncias mais violentas e se alimenta de um imaginário da cultura ocidental experiente com relações a língua nativo(crioulo) e a língua (francês), ao alfabetização( fetichismo da escrita como meio de distinção)[...] A permanência da oposição negra/mulata, na redação da história do Haiti, parece ter sua origem no desejo da pequena burguesia intelectual de exercer e manter o poder de dominação sobre a população fora de todas perspectivas de uma verdadeira democracia. (HURBON, 1987, p. 104- 105).

Porém, no Brasil, a questão racial se impõe e é real. Existe uma predominância racial de uma sobre outra nesse país que começou desde o período colonial, através dos processos migratórios iniciados pelo Estado colonial. A partir do século XIX, começou uma política migratória diferenciada em relação ao que aconteceu durante o período colonial. Deus (2001) chamou de uma política de miscigenação para “embranquecer”, jamais para “empretecer”. O Brasil priorizou a mão de obra europeia-branca para substituir a mão de obra escrava, porque os negros foram vistos como atrasados, e também havia a necessidade de uma mão de obra livre, barata e disponível para ser consumidora dos bens de consumo que apareciam no mercado industrial. Segundo Deus (2001), essa política, de maneira objetiva, visou a discriminar os negros, colocaram eles na incapacidade de desenvolver o Brasil, havendo a necessidade de injetar “sangue branco” na sociedade (DEUS, 2001).

Do ponto de vista político, sabe-se que o governo brasileiro do período estava preocupado em solucionar dois problemas imediatos, substituir a força de trabalho escrava por trabalhadores assalariados, devido à nova ordem econômica internacional e promover o processo de branqueamento da população brasileira, motivado pelas teorias deterministas tão em voga no período (COTINGUIBA, 2014, p. 56).

Dessa forma, a população negra do Brasil, desde a formação da República,

foi menosprezada com essa ideologia de branqueamento da sociedade.

Baseava-se na suposta superioridade branca, às vezes substituída pelo eufemismo de “raças mais adiantadas” em oposição às “raças menos adiantadas” e ainda pelo fato de deixar em aberto a questão de ser inferioridade inata [...] Com esses princípios, com essas crenças, convive a sociedade brasileira até hoje (DEUS, 2001, p. 183).

A sociedade brasileira evolui, de fato, com uma presença tímida da população negra em todos os aspectos positivos (políticos, sociais, econômicos) dominados por elites brancas que criaram a ilusão da democracia racial. Segundo Deus (2001, p. 179), essa democracia racial é:

Criada por elites brancas e laboriosamente inscrito e arraigado no imaginário social, inclusive com a colaboração de eminentes cientistas sociais, o mito da democracia racial que se supõe existir no Brasil foi, provavelmente, um dos mais poderosos mecanismos de dominação ideológica já produzida no mundo...Por meio dele ressalta-se o caráter miscigenador da sociedade brasileira: um povo mestiço, misturado, tolerante, aberto aos contatos inter-raciais.

Nessa dinâmica, historicamente, a população negra no Brasil evolui no que Santos (2001) identificou como uma forma de invisibilidade racial, na qual os negros não se aparecem de maneira qualitativa na sociedade (cidadãos da margem da cidadania), fazendo referência a eles para identificar a pobreza, falta de moradia, desemprego, violência.

Muitas conquistas resultam das resistências dessa população negra, desde “a formação dos quilombos e a participação dos negros em todas as insurreições ocorridas no país no século XIX” (DEUS, 2001, p. 183), e com os movimentos sociais negros no Brasil contemporâneo. Mas, de maneira objetiva, a problemática da raça se manifesta em uma desigualdade evidente em desfavor aos negros brasileiros na sociedade.

Desse fato, a migração haitiana no Brasil (negra e caribenha), a partir do 2010, representa um dos momentos de ruptura na tradição migratória branca/europeu desse país. Essa migração está, nesse sentido, envolvida com a percepção do país acolhedor sob os marcos e estereótipos associados aos negros construídos historicamente. E, de maneira particular, no caso haitianos, um deles para ser imigrante haitiano denota inevitavelmente um ser desqualificado, como apareceu nos relatos do Sujeito 1 e o Sujeito 6 nas entrevistas.

*Outra questão que existe no mercado de trabalho para os imigrantes, é que as empresas concebem nós como um povo de falta de inteligência, as empresas não valorizam nossa potencialidade (SUJEITO 6).*

*Cara, o contexto do trabalho aqui para um haitiano é muito difícil. As empresas não deram valor aos haitianos competentes. Eu conheço grande profissional que está trabalhando apenas nos serviços gerais... por isso tem muitos haitianos ansiosos no Brasil com essas condições, porque a gente vale mais (SUJEITO 1).*

Consideramos esse contexto global da problemática racial demonstrado sendo o primeiro elemento que tem sua influência sobre todas as outras formas de preconceitos sofridos pelos imigrantes haitianos no Brasil.

O segundo elemento que alimenta esses preconceitos percebidos é também ligado ao contexto do surgimento dessa política migratória a partir do terremoto de 2010, discutida no segundo capítulo deste trabalho. O terremoto se apresenta como a grande referência da sociedade brasileira sobre o Haiti; é como se o país nasceu a partir dessa catástrofe natural, e este torna-se o motivo exclusivo da saída dos haitianos.

Cotidianamente, é quase sistemática, nas conversas com os interlocutores, de fazer referência ao terremoto que nós falamos de imigração ou não. Essa curiosidade, de maneira consciente ou inconsciente, faz referência a um país destruído em inteiro e o seu povo foge para sobreviver da miséria insuportável. Porém, o terremoto ocorreu apenas na região metropolitana da capital do país, Porto- Príncipe, no departamento do Oeste. Ou seja, nove departamentos não foram vítimas de maneira direta, e o perfil histórico dos imigrantes no Brasil mostrou que muitos deles estavam nos outros países no momento do terremoto.

O terceiro elemento resulta das políticas de caricaturas das realidades haitianas pelas organizações internacionais e das ONGs<sup>55</sup>, para se perpetuar no Haiti. Algumas ONGs para achar dinheiro para intervir no país acostumaram a

---

<sup>55</sup> Um exemplo concreto para evidenciar foi a última polêmica sobre os números de mortos entre o Estado Haitiano e as ONGs, depois da passagem do furacão Mathew, em 2016. O Estado, através do ministério da defesa nacional, relatou menos de 500 mortos. E, para as ONG internacionais, veiculadas às mídias internacionais, tinham mais de 1000 pessoas mortas durante a passagem do furacão. Essa situação criou uma grande confusão, que nós entendemos como a tradição do Estado fraco sem meio de controlar sua população e também na mentalidade de caricaturar e dramatizar as realidades desenvolvidas pelas ONGs nos últimos anos para recuperar fundo internacional. Com essa forma de caricatura, uma foto de uma criança, por exemplo brincando ao lado de um lixo, é suficiente para montar uma ONG no Haiti e começar a mobilizar fundo a fim de intervir na proteção da infância porque todas as crianças estão brincando nos lixos. Porém, é importante destacar a existência de algumas ONGs, que são progressistas. Não todas que conduzem a mesma política contra o Haiti.

mostrar o lado ruim do país para sensibilizar mais o mundo internacional. É o que Peck (2012) vai identificar como uma “assistência mortal”<sup>56</sup> das organizações internacionais e das ONGs.

**Figura 15** - Ilustração feita durante a passagem do furacão *Isaac*, em 2017, no Haiti, resumindo o comportamento das ONGs internacionais de caricaturar e dramatizar a realidade haitiana no período de catástrofe natural.<sup>57</sup>



Fonte: Google Imagens:

Esse tipo do comportamento dos organismos internacionais (bem ajudado pelas mídias que fazem a veiculação pelo consumo mundial), foi construído historicamente desde a independência do país, em 1804, (primeiro país negro independente no mundo), vista como mau exemplo pelas potências coloniais da época.

Essa marca haitiana como país atrasado atravessou a história do país e, retomando pelos invasores, cada vez tem uma tentativa de luta, de resistência popular contra o sistema. Por exemplo, durante o período da ocupação dos Estados Unidos, entre 1915- 1934, segundo Cotinguiba (2014, p. 71), devido às resistências dos camponeses haitianos contra essa ocupação, os americanos, para justificar as intervenções militares e alguns massacres, construíram internacionalmente o ser haitiano como um ser bárbaro resultado das suas crenças, seus modos de vida, sua cultura, sua visão do mundo, diferentes dos padrões ocidentais. Isso vai servir como a maior referência do Haiti no mundo, e se reflete como uma das marcas para

<sup>56</sup> O documentário *Assistance Mortel* (assistência mortal) é uma análise sobre a realidade da assistência das organizações internacionais e as ONGs no Haiti depois do terremoto. (ASSISTANCE..., 2016).

<sup>57</sup> As traduções das falas da figura: desta vez, eu vou chegar em primeiro lugar! Primeira fala. Segunda fala: “Isaac” faz referência ao nome de furacão.

caracterizar a migração haitiana no mundo e no Brasil. Segundo Handerson (2015, p. 149),

As caracterizações pejorativas exacerbaram a imagem predominante do Haiti como país pobre e miserável, trazendo à tona a importância de se relacionar essas imagens com processos de incorporação e exclusão de migrantes haitianos na sociedade brasileira. A chegada de milhares de haitianos ao país evidenciava um forte sentimento de rejeição à migração haitiana por boa parte das matérias veiculadas na mídia brasileira, por ser considerada indesejada.

É fato que o Haiti está em uma situação difícil, como mostramos anteriormente com as situações de desigualdades econômicas, sociais etc. Porém, é importante contextualizar essa situação no contexto histórico do país que foi sempre punido pelo imperialismo internacional.

O Haiti, por exemplo, mostrou o que era necessário para acabar com o sistema escravagista, mostrando o caminho às outras colônias com a sua independência, em 1804. De acordo com Cotinguiba (2014), o Haiti, antes de ser pobre, é um país empobrecido ao longo dos últimos dois séculos, dada a cumplicidade das elites locais e o capital internacional e, apesar de tudo, continua a participar no enriquecimento dos países capitalistas.

Resgatamos que, no período entre 1804 a 2017, representa 213 anos da independência do Haiti, esse país conheceu uma dominação internacional real durante 32 anos – sendo 19 anos de ocupação dos Estados Unidos, entre 1915-1934, e 13 anos da ocupação militar das Nações Unidas (MINUSTHA), entre 2004-2017 (ocupação existe ainda que se transforme na Missão das Nações Unidas pela Estabilização no Haiti - MINUSTHA para Missão das Nações Unidas pelo Apoio da Justiça no Haiti - MINUJUSTH) , o que representa quinze por cento (15%) no tempo da existência do país, sobre a ocupação militar internacional. Mesmo que não tem esse tipo da ocupação militar e policial, os países internacionais como a França, os Estados Unidos e o Canadá nunca saíram desse país, eles criaram uma outra forma de dominação da camuflagem com a presença das instituições multilaterais como a FMI, a Banca Mundial, a UNICEF, que representam um poder paralelo ao Estado haitiano. Dessa forma, a implicação desses países na implantação dessa situação de desigualdades é tão importante que a das elites nacionais.

Um outro aspecto que merece ser analisado refere-se à homogeneização dessa migração haitiana no Brasil, colocando todos no mesmo patamar em uma

forma de crença do mito que fundamenta o racismo brasileiro contra a população negra.

A crença nos “mitos” faz com que tenhamos uma leitura de naturalização de fenômenos que foram construídos histórica e socialmente. Pierre Bourdieu quando examinou os mecanismos pelos quais a ideologia toma conta da vida cotidiana, desenvolve o conceito de *habitus* – a internalização de um conjunto de disposições duráveis que geram práticas particulares... isso é o que acontece com o racismo brasileiro. Ele foi tão bem construído e encontra-se arraigado na cultura brasileira que se pode até afirmar que somos racistas inconscientemente, e mais, existe uma espécie de acordo tácito em aceitar a pobreza e a miséria da população negra como algo naturalizado (DEUS, 2001, p.186).

É importante destacar que, durante nossa permanência no Brasil, encontramos várias situações que tendem a reduzir o conceito de imigrante<sup>58</sup> aos haitianos, seja no meio acadêmico ou no campo das intervenções públicas. Dessa tendência, podemos revelar um aspecto pejorativo ligado a questão do imigrante haitiano por ter sido escolarizado. Nos relatos do sujeito 6, apareceu uma das formas de preconceitos em relação a educação:

*Por exemplo, se você está procurando um emprego, você coloca no seu CV que você tem uma profissão, a empresa nunca vai te chamar não. Mas se você coloca só o ensino médio, ela vai te chamar rapidinho para trabalhar no serviço mais desqualificado. Se você colocar suas experiências no tal domínio, não vão chamar você não, você pode esquecer isso (SUJEITO 6).*

*Lembrei teve um amigo haitiano que foi chamado para fazer uma entrevista numa empresa, ele não conseguiu a vaga porque ele se apresenta como um profissional, a empresa fala que ele não precisa de profissional técnico, e até hoje ele nunca trabalhar sobre o que ele aprendeu no Haiti, ele está fazendo apenas serviço geral. Isso gerir muitas frustrações (SUJEITO, 6).*

*Eu posso dizer, é difícil mesmo para um imigrante de trabalhar sobre o que você estudar no seu país (SUJEITO 4).*

Se é óbvio que a tendência da migração é uma mão de obra

---

<sup>58</sup> No meu cotidiano, dentro ou fora da universidade, as pessoas me perguntam sempre: “tem outros imigrantes que estudam com você na UEL ou só você”? Nesse caso, a pessoa quer saber se tem outro haitiano que está estudando na universidade. Isso significa que imigrante é igual e exclusivamente aos haitianos. Os outros imigrantes no sentido largo são identificados como estrangeiros. Depende do que as pessoas querem saber, elas me colocam como estrangeiro se eles vão me perguntar sobre as outras categorias (venezuelano, colombiano, peruano etc), como imigrante se eles querem saber sobre os haitianos.

desqualificada<sup>59</sup>, a existência dos imigrantes qualificados dentro da tendência geral reflete uma situação controversa, ao sentido que a educação, que deveria ser um meio de mobilidade social para essa categoria qualificada, torna-se uma barreira. É uma atitude preconceituosa que, segundo Santos (2001, p. 83), refere-se entre uma pessoa a uma outra quando a pessoa “no fundo, está fazendo uma comparação a partir de um padrão que lhe é próprio”.

Essa tendência de homogeneização para baixo da migração haitiana é contrário à realidade da migração na qual existe uma diversidade de perfil dos imigrantes. Um estudo realizado pela Organização Internacional da Migração OIM (2014) revelou que as motivações dos imigrantes haitianos para o Brasil variam entre grupos mais jovens das áreas urbanas que procuram oportunidades de estudar e entre um outro grupo do meio rural, com objetivo de emprego no contexto da crescente demanda por mão de obra no Brasil, especialmente no setor de construção.

Como foi relatado na história dos negros para combater essas situações de desigualdades, nos relatos do sujeito 6, percebemos uma vontade dos imigrantes de lutar para mudar essa percepção da sociedade sobre o Haiti.

***Os haitianos deveriam se unir a fim de fazer algo coletivamente, com a ideia de um investimento coletivo. Nós temos que cultivar o espírito do sucesso como os outros grupos de imigrantes aqui no Brasil para deixar uma marca positiva de nossa passagem. Por exemplo, as comunidades dos japoneses aqui estão muito unidas, tem outra comunidade estrangeira também que se juntar, mas porque nós haitianos não podem, é que tem uma desconfiança entre nós. Então a gente tem que achar um jeito para unir e fazer as reivindicações juntos. Se a gente chega a fazer isso, eu acho no 5 a 10 anos, teremos algo positivo na sociedade que trouxe uma marca haitiana, isso vai ajudar a mudar a percepção da sociedade sobre nós como pessoa miserável (SUJEITO 6, grifo nosso).***

---

<sup>59</sup> Outra parte de mão de obra qualificada haitiana emigre tradicionalmente pelo Canadá e França. Esses países, particularmente o Canadá, tem programa de “emigração qualificada” para os haitianos. Segundo Audebert (2011), a legislação canadense dá prioridade a três categorias de imigrantes: parentes próximos, (altamente qualificados, investidores, trabalhadores que atendem às necessidades específicas da economia canadense) e refugiados. Além disso, o Acordo Canadá-Quebec permite que a província estabeleça suas próprias prioridades de imigração. Haiti, por causa da sua proximidade cultural e geográfica percebida a Quebec, torna-se um prioritário para alimentar esse processo migratório. Desse processo, O Quebec recebe o fluxo com cerca de 70.000 profissionais haitianos, entre 1970 e 2004, continua o autor. Haiti é um dos países vítimas do que Pierre (2014) chamou de *fuite de cerveau, brain drain*, em inglês, e a tradução seria “de fuga de cérebros”, em português, o fenômeno que consiste com a emigração dos profissionais dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos. Uma tendência que foi confirmada pelo Banco Mundial (2015) que relatou que, em 2010, que a taxa de emigração de haitianos qualificados no mundo representa 83,6%. É uma das taxas mais alta no mundo.

Essa dinâmica de luta dos imigrantes, hoje, é mais visível em certas comunidades haitianas. Constatamos vários grupos e associações de imigrantes que defendem seus interesses fazendo campanhas nas redes sociais<sup>60</sup> para mostrar um outro lado do Haiti, passando pela divulgação dos aspectos positivos da cultura haitiana desconhecida. Os relatos do Sujeito 6 fazem também essa referência de organização da comunidade haitiana.

*Devido a estrutura do mercado, onde cada grupo se solidariza entre eles, acho a solução do problema haitiano deveria partir com iniciativa haitiana. A gente deve ter consciente disso, é só com a união da comunidade haitiana que a gente pode conseguir algo... Aqui no Santo Amaro, a gente começar já a buscar essa união. Mas as outras regiões têm que começar também. **Temos uma comissão de 6 membros, a gente vai reunir com todos os imigrantes, para saber os problemas de cada um, e depois a gente vai sentar com o prefeito para trazer para ele as demandas dos imigrantes haitianos (SUJEITO 6, grifo nosso).***

No entanto, temos que ressaltar que os imigrantes continuam a reconhecer o lado simpático e acolhedor dos brasileiros. No relato do sujeito 1, percebemos que as primeiras necessidades dos imigrantes são atendidas pela solidariedade dos cidadãos brasileiros e dos haitianos presentes no novo território. Segundo o entrevistado, os vizinhos brasileiros são os primeiros que vêm ao socorro deles, sendo uma manifestação de solidariedade, segundo ele:

*Quando cheguei, não teve nem ONG para cuidar da gente nem Estado brasileiro. Eu recebi ajuda da população brasileira, que foi amável e acolhedora. Os brasileiros foram muito solidários com a gente. Como não começamos a trabalhar, tínhamos dificuldade para comprar os itens básicos (comida, roupas) para sobreviver. Os brasileiros trouxeram para nós. Depois fui informado que existe a Caritas que ajuda os imigrantes e o posto médico porque estava doente. Você sabe como nós haitianos somos com nosso jeitinho. Por causa do orgulho haitiano, não pedimos nada a ninguém, mesmo sentindo necessidade no momento. Os vizinhos brasileiros vinham várias vezes perguntar se a gente precisava de algo e respondíamos que não. Com a insistência deles, aceitamos receber o que eles trazem para nós, como cama, blusa para o frio, coberta, comida [...] (SUJEITO 1).*

São elementos que caracterizam uma outra forma de contraste nos olhares da sociedade brasileira pelos imigrantes. Um aspecto que Handerson (2015, p. 151) relatou também no seu trabalho sobre o contexto da migração haitiana no Brasil.

---

<sup>60</sup>Uma dessas associações mais populares que faz a promoção da cultura haitiana na internet é a “Associação Brahaitianos unidos” ABHU, para mais informações, visite a página do facebook em: [https://www.facebook.com/ABHUBlumenau/?hc\\_ref=ARTOkPqXujk1740PM4tq07ipUdL45TYR1LxpDoXqQSmNARACgz-sDIb3DULLFoSbg08&fref=nf](https://www.facebook.com/ABHUBlumenau/?hc_ref=ARTOkPqXujk1740PM4tq07ipUdL45TYR1LxpDoXqQSmNARACgz-sDIb3DULLFoSbg08&fref=nf).

No entanto, há de se reconhecer também, que a situação vivenciada pelos haitianos até agora no Brasil, do ponto de vista das políticas migratórias, particularmente a resolução 97/2012 que dá acesso aos haitianos a um visto permanente no país, não se compara com as experiências deles na República Dominicana, em Guadalupe, nas Bahamas, entre outros lugares. Nesses últimos países, os haitianos vivenciam uma discriminação racial generalizada, a eles são negados direitos básicos, incluindo o acesso ao estatuto de cidadania, a documentos como certidão de nascimento e carteira de identidade. Às vezes, são negados, também, aos filhos de haitianos nascidos nesses lugares. Ademais, todos os anos, nesses países, bem como em outros, centenas de haitianos recebem notificações para serem deportados por falta de documentos de residência. Nas Bahamas e na República Dominicana, em muitos casos, eles são considerados, como responsáveis pelos problemas sociais e econômicos como a criminalidade e o desemprego.

O autor ressaltou algumas ações para mostrar o avanço da sociedade brasileira e do Estado na recepção dos imigrantes.

Atualmente, comparando com esses lugares, os haitianos vivem situações bem diferentes no Brasil, visto o Governo do estado de São Paulo ter tomado uma decisão inédita, ao incluir em 2014, os haitianos e outros migrantes no programa federal Bolsa Família. Além disso, várias universidades públicas brasileiras criaram Programas Pró-Haiti, oferecendo vagas em regimes especiais (e gratuitos) para selecionar estudantes haitianos residentes no Brasil, que queiram realizar cursos de nível de graduação no país, tal como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) etc. Essas iniciativas devem ser entendidas no quadro do Programa Emergencial Pró-Haiti em Educação Superior instituído pelo Governo brasileiro através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Portaria nº 92, de 27 de abril de 2010. Há mais de dois anos, algumas universidades públicas brasileiras já haviam aderido a esse programa como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (HANDERSON, 2015, p. 152).

Obviamente, existe um tratamento diferenciado entre as políticas de gestão das migrações pelos poderes do Estado local. Existem municípios mais avançados<sup>61</sup> que outros na dinâmica de acompanhar os imigrantes. E isso vai gerar dois fenômenos: por um lado, os imigrantes movem muito de um estado para outro dentro do Brasil na perspectiva de buscar oportunidades e, de outro lado, sair do

---

<sup>61</sup> Na questão da educação, os municípios de Foz Iguaçu e Chapecó têm um tratamento diferenciado para os imigrantes haitianos. Por exemplo, em um edital especial publicado em 21 de dezembro de 2017, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) oferta vagas em cursos de graduação para haitianos residentes no Brasil. Para mais informação, o site da universidade em: <https://www.unila.edu.br/noticias/selecao-especial>. Também a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) oferece vagas na graduação para os imigrantes haitianos em um programa que se chama PROHAITI. Para mais informações, o site da universidade em: [https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria\\_de\\_comunicacao/noticias/uffs-abre-novo-processo-seletivo-especial-para-estudantes-haitianos-converted](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/uffs-abre-novo-processo-seletivo-especial-para-estudantes-haitianos-converted).

Brasil para ir a outros países, como Chile ou Estados Unidos.

#### 4.5 O BRASIL OU O TERRITÓRIO DE PASSAGEM DOS IMIGRANTES HAITIANOS

Segundo Cotinguiba (2014), o primeiro destino dos imigrantes não foi o Brasil, mas a Guiana Francesa. Um ponto de vista, corroborando com o de Handerson (2015, p. 32), que relatou que “os agentes estatais não esperavam um número tão expressivo, pois a vinda dos primeiros era considerada um caso isolado. Como os haitianos diziam para os agentes da Pastoral que a sua intenção era ir à Guiana Francesa”.

Com base em nossa pesquisa, o primeiro grupo de haitiano que entrou no Brasil no contexto pós-terremoto foi no dia 17 de março de 2010 e o segundo, no dia seguinte. Segundo os noticiários, o primeiro grupo era composto por oito pessoas e o segundo por sete, ambos tendo como destino a Guiana Francesa. De táxi, seguiram da cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, com destino à capital do estado, Campo Grande. O primeiro grupo foi detido pela PF e o segundo pela Polícia Militar Ambiental. Desse modo, o início da entrada dos primeiros haitianos coincide com o momento pós-terremoto e o destino não era o Brasil, mas a Guiana Francesa (COTINGUIBA, 2014, p. 89).

Nesse caso, como obviamente demonstrado no segundo capítulo, os destinos tradicionais da saída dos imigrantes haitianos, iniciada desde a ocupação dos Estados Unidos, entre 1915- 1934, são os países do Caribe (República Dominicana, Cuba, os três Guianas - francesa, holandês, inglesa -; Canadá, Estados Unidos e França). Brasil e Chile aparecem com os novos eldorados a partir do ano de 2010.

Dentro desse processo migratório haitiano, destacamos quatro categorias de imigrantes: a primeira, com objetivo claro antes de migrar, de converter o Brasil como o território de passagem, em outras palavras como ponto para chegar no Canadá e Estados Unidos; uma segunda categoria de pessoas influenciadas pelo mito de viajar, a terceira categoria que se desloca pelas causas das dificuldades encontradas no Brasil, o que passou por uma decepção do que ele esperava e ouvir falar do país como a terra de novas oportunidades, e a última categoria são os imigrantes que decidem permanecer no Brasil.

O relato do Sujeito 2 e o do Sujeito 4 representam a primeira categoria do sujeito com objetivo claramente definido sobre o Brasil.

*Brasil na minha cabeça fica sempre uma transição (SUJEITO 2).*

*Os haitianos que vão pelos USA é para questão do mito de dólar. O haitiano pensou quando ele vai para os USA ele vai receber seu salário em dólar (SUJEITO 4).*

A segunda categoria vai se evidenciar nos relatos do Sujeito 5 e do Sujeito 6. Isso é uma confirmação do que debatemos nos capítulos anteriores sobre o mito de viajar no imaginário cultural haitiano. A hipótese será que, além dos determinantes econômicos, políticos e sociais que explicaram as saídas haitianas, há também os culturais. Viajar é um elemento incontornável na representação cultural haitiana. É difícil encontrar uma família haitiana que não tem um ou dois membros nos países estrangeiros.

*O haitiano gosta de viajar, e a família dele se sente orgulhoso também quando tem um membro que vai num país branco (país estrangeiro). Muitos haitianos vão pelo Chile ou Brasil só para isso, satisfazer essa vontade. Depois vai falar que eles conhecem muitos países (SUJEITO 5).*

*Eu conheço muitos haitianos que trabalhavam aqui com um bom salário, mas você sabe como é o jeitinho do haitiano, desde que ele ouviu viajar, tudo mundo fica com loucura, tudo mundo quer. Têm haitianos que eu conheço que vai pelos USA, só para isso: viajar. Mas tem outros também é porque a vida no Brasil é difícil, ele vai na busca de uma vida melhor (SUJEITO 6).*

E os relatos do Sujeito 1 e do Sujeito 4 fundamentam a existência da terceira categoria de imigrantes que fazem do Brasil um território de passagem, devido às dificuldades encontradas que estão diversificadas. É como o reverso de uma medalha, no sentido de que o mesmo elemento que incentivou eles na entrada, os alimentam no caminho contrário, para a saída.

***Hoje, devido as grandes dificuldades encontradas aqui, ser haitiano no Brasil, para muitos haitianos é um fracasso. Quando um haitiano deixou seu país para buscar uma vida melhor, encontra-se o contrário do que ele esperava ou ouvi sobre o Brasil, isso para ele é um tempo gasto por nada... Por exemplo, passa um ano sem trabalhar, para eles é um fracasso na vida deles. Vários retornam no Haiti, vão para o Chile, Estados Unidos. No nosso país tem falta de emprego, então a gente vem aqui para buscar um emprego. Quando chegou, viver a mesma situação de desempregada que tinha vivido lá, o imigrante é decepcionado, é uma forma de retrocesso na vida dele (SUJEITO 1, grifo nosso).***

**Quando um haitiano deixou o Haiti ou Republica Dominicana, porque ele ouviu todos os dias as pessoas falam quando alguém vem ao Brasil, sua vida vai melhorar, tem emprego para todo.** Como a gente sempre na busca de oportunidade, eu aproveitei de vir também. Mas, quando cheguei aqui no Brasil, é totalmente diferente, “tande ak wè se 2,” ouvir e ver são duas coisas diferentes. **Na verdade, no momento que eu cheguei tinha emprego, mas hoje emprego tornou um ouro (muito raro)** (SUJEITO 4, grifo nosso).

O relato do sujeito 4 evidenciou a última categoria, que permanecem no Brasil porque o país de origem não tem oportunidades para eles.

*Não vou voltar no Haiti. Porque o país não está pronto para me receber, cada dia as coisas pioram. É melhor de viver aqui no Brasil, juntar dinheiro e mandar para a família (SUJEITO 4).*

Percebemos, ao longo da análise neste trabalho, que o emprego evidenciou um caráter transversal na trajetória, na permanência e no deslocamento dos imigrantes haitianos. A questão de emprego, especificamente no caso da maioria dos imigrantes haitianos, constitui o elemento fundamental na construção do estatuto de imigrante como um ser de passagem, como relatados pelos Sujeito 2 e 6:

*De maneira geral, não tem a nenhum imigrante no mundo que tem uma segurança total que ele vai ficar no país de acolhedor. Porque eu digo isso? [...] Na República Dominicana eu tinha minha casa própria, apesar de tudo eu deixei, no Providencial eu fiquei lá durante 7 anos, bem integrado, ter filhos nascidos lá, casado lá, finalmente eu deixei... **hoje estou aqui falando com você, mas eu sempre falei que eu ia nunca, nunca deixar Providencial, então o estatuto de ser imigrante mesmo é marcado pela instabilidade, porque é ligado ao trabalho, no momento que tem crise de emprego, não tem condições adequadas para ficar, como imigrante você é obrigado de sair, porque você seria os primeiras vítimas da crise** (SUJEITO 2, grifo nosso).*

*[...] Como imigrante você não tem autonomia de decidir se você vai ficar num país ou não. Isso não depende da sua vontade (SUJEITO 2).*

*Hoje, o Brasil está em crise de emprego geral que afeta tudo mundo, brasileiro e estrangeiro. **A diferença é que para nós como imigrante haitiano sofre mais porque nossa presença aqui é ligada ao trabalho.** O nativo pode ter outro suporte, mas nós imigrante não porque somos fora de nosso país. Trabalhar para nós virar uma obrigação, e as vezes a gente fez qualquer trabalho apenas para sobreviver (SUJEITO 6, grifo nosso).*

O papel do emprego se evidenciou como uma condição fundamental para os imigrantes de permanecerem no país acolhedor. Nos relatos do Sujeito 1 e do

Sujeito 2, deduzimos que essa concepção aparece como uma exigência para os imigrantes de cumprir os engajamentos ligados ao contexto da migração haitiana no Brasil, passando por forte conexão familiar, seja de forma financeira ou de forma relacional, e também por desejo de devolver as dívidas emprestadas para financiar as suas viagens. Isso representa um aspecto das dificuldades encontradas, que se torna um elemento provocando a saída dos imigrantes do Brasil.

*Um haitiano no Brasil se considera como uma pessoa num “peyi pèdi” pais longe da casa. Você é desconectado de sua família. O salário não permite comprar uma passagem para ver sua família mesmo que você trabalhar muito. Uma passagem de ida só custa 2.000,00 reais se você tem visto americano. Sem visto custa cerca de 4.000,00 reais. Como um imigrante que trabalhar por um salário mínimo entre 1.000,00 reais a 1.500,00 reais vai chegar a juntar dinheiro para poder comprar uma passagem (ida e volta) para visitar sua família depois de pagar aluguel, telefone, água luz, etc. **Muitos deles vão pelo Chile, porque comprar uma passagem no Chile para ver suas famílias no Haiti é mais fácil** (SUJEITO, 1, grifo nosso).*

***Não esquece, tem muitos haitianos que vem aqui sobre o sacrifício das famílias, que tinha vendidos os bens, os animais para financiar a viagem. Tem outros que emprestam dinheiro para financiar a viagem e tem compromisso para devolver esse dinheiro depois um de tempo. Se esse haitiano, que vem com essa dívida, percebe depois de um ano ou dois anos que não pode economizar para devolver o dinheiro emprestado, ele não vai ficar. É melhor de tentar uma outra experiência...se você está trabalhando só para comer, então o haitiano não vai ficar** (SUJEITO 2, grifo nosso).*

***O haitiano que vive nessa situação não vê o progresso, o futuro melhor. Como a gente é muito sensível pelas famílias, se não tem condição para satisfazer pessoalmente e a família, a melhor solução é de deixar Brasil para achar o melhor nos outros país como Chile ou Estados Unidos** (SUJEITO 2, grifo nosso).*

É importante ver que os dois destinos relatados pelos imigrantes são os Estados Unidos e o Chile. Cada um desses países não têm os mesmos motivos. No caso dos Estados Unidos, segundo Lauvergnier (2016), que realizou uma investigação intitulada “Do Caribe para os Estados Unidos, através da América Latina: a jornada sem fim dos migrantes haitianos e cubanos”, os imigrantes que saíram do Brasil passaram por nove países (Peru, Equador, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Guatemala, México) antes de chegar aos Estados Unidos durante uma viagem de, no mínimo, dois a seis meses, com custo de seis mil dólares americanos por pessoa. O sonho desses migrantes é chegar nos Estados

Unidos para receber o documento (I-94)<sup>62</sup> que permite ter um estatuto temporário nesse país.

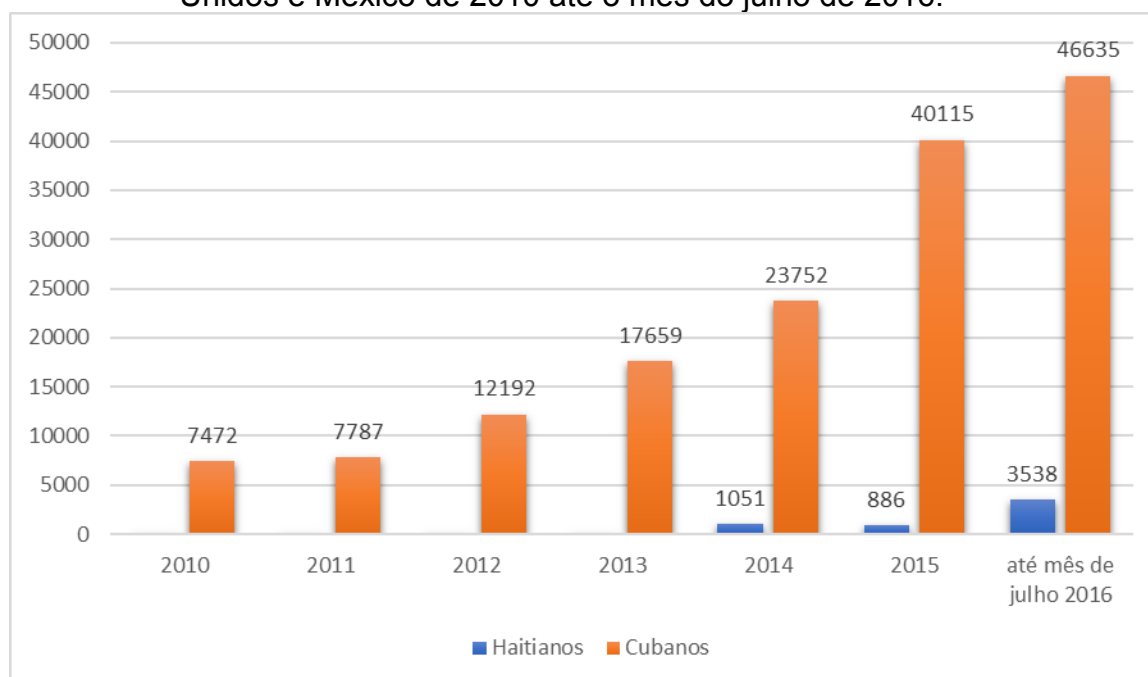
**Figura 16** - Trajetória dos migrantes haitianos e cubanos do Brasil para os Estados Unidos.



Fonte: Germain (2016).

<sup>62</sup>Existe uma nova realidade desde a chegada do Donald Trump, o poder nos Estados Unidos. Muitos imigrantes haitianos que se beneficiaram com o estatuto temporário: *Temporary Protected Status* (TPS) sobre o governo de Barack Obama, começaram a achar outra saída por medo de ser deportado de volta ao Haiti. O que faz, durante o ano de 2017 (data marcada a fim do TPS), cerca de 10.000 imigrantes haitianos irem pelo Canadá de maneira ilegal na fronteira entre os dois países em condições difíceis para pedir o visto de refugiado no Canadá. Muitas reportagens da rádio e da televisão mostram que muitos desses imigrantes tinham passado no Brasil. Para mais informação, ler o artigo: Eles fugiram do Haiti ... e agora os Estados Unidos (RÁDIO CANADA, 2017). Segundo o jornal de Montreal, 10% das demandas foram aceitas, o que significa que o resto dos haitianos serão deportados ao Haiti ao qualquer momento. Ler mais em: <http://www.journaldequebec.com/2017/11/23/la-plupart-des-demandes-dasile-dhaitiens-rejetees-1>. É importante resgatar que, finalmente, as autoridades americanas prorrogam o TPS até 22 julho de 2019 para os imigrantes de vários países como Haiti, Nicarágua, Honduras.

**Gráfico 3** - Números de haitianos e cubanos chegados na fronteira entre os Estados Unidos e México de 2010 até o mês do julho de 2016.



Fonte: Adaptado de Lauvergnier (2016)

Constatamos, no gráfico, que os haitianos começaram a fazer essa trajetória a partir dos anos 2014, e os cubanos desde 2010.

Os Estados Unidos, para os haitianos, têm um peso mais cultural e simbólico, como demonstramos anteriormente. É um país onde todos os haitianos sonham visitar um dia. Ser diáspora vivendo nos Estados Unidos tem uma maior representatividade social do que ser diáspora vivendo nas Antilhas ou no Brasil, por exemplo. Em outras palavras, no Haiti tem uma categorização das diásporas “verdadeira e falsa”. Pejorativamente, a pessoa que está vivendo fora considerada como diáspora falsa é chamada de maneira popular diáspora *pèpè* (roupa usada). É aquela pessoa que voltou ao Haiti depois de um tempo que não tem nenhuma mudança no corpo, não conseguiu ajudar as famílias, os amigos, não tem uma postura (simbólica e física) diferente do que tinha antes. Apareceu esse aspecto no relato do Sujeito 1, quando ele apontou:

*Para viajar no Haiti, preciso cerca de 6 mil reais para comprar passagem ida e volta. Vai precisar grana, no caminho, precise grana para se manter no Haiti, vai precisar para ajudar as famílias e amigos quando você chegou. Porque quando você está fora tudo mundo tem esperança sobre você. Não pode decepcionar não [...] então, um haitiano no Brasil fez esse cálculo: em quando tempo ele vai poder juntar esse dinheiro para ver um dia suas famílias lá. Apesar de que está bem, a população é muito acolhedora,*

*mas nenhuma coisa não pode matar a saudade das famílias (SUJEITO 1, grifo nosso).*

A importância do poder hegemônico da moeda dólar é considerável nesse processo do reconhecimento simbólico da diáspora. No Haiti, as diásporas se fazem também em relação à moeda do país onde eles estão trabalhando: diáspora em US (Estados Unidos)<sup>63</sup>, diáspora em Euro (França), diáspora em Real (Brasil). Isso apareceu de maneira implícita no relato do Sujeito 6, quando ele nos explicou alguns motivos dos imigrantes de preferirem os Estados Unidos.

*A valorização dos dólares em relação ao real é muito importante [...] um haitiano que trabalha pelo salário mínimo nos Estados Unidos é mais vantajoso que um que trabalha pelo salário mínimo no Brasil. No sentido quando a gente mandou dinheiro para a família em dólares, certo! Então, alguém que está trabalhando por real perde muito, na troca do real em dólares para transferir para as famílias [...] (SUJEITO 6).*

No caso do Chile, essa atração dos imigrantes por esse país responde a alguns avanços<sup>64</sup> da política migratória adotada pelo governo de Michel Bachelet em favor dos imigrantes haitianos na área da educação particularmente.

***Muitos haitianos deixam o Brasil porque eles não têm acesso à educação. Eles vão pelo Chile porque tem mais possibilidade de estudar. Com essa crise de emprego do Brasil, ele não pode nem trabalhar, nem estudar. Na minha igreja, teve muitos haitianos que vão pelo Chile e Estados Unidos, antes de partir, eles me explicam que eles vão por falta de emprego e falta de acesso à educação. Eu não posso segurar eles, porque eu vi que o problema existe realmente (SUJEITO 1, grifo nosso).***

Dessa forma, o processo de reterritorialização dos imigrantes haitianos no Brasil é complexo, pela questão de tempo insuficiente da imigração, apenas 7 anos. Na perspectiva de Haesbaert (2011), os imigrantes haitianos representam uma

<sup>63</sup> A diáspora US pode ser uma pessoa que vive em qualquer país do mundo. Por exemplo, um haitiano na condição de diáspora no Brasil pode ser identificado como uma diáspora em US, se essa pessoa cumpre todas essas exigências sociais e simbólicas. Inversamente, uma outra que está na condição de diáspora nos Estados Unidos pode ser identificada como “diáspora em Gourde” (moeda local), depende de sua participação nessa função tradicional e simbólica.

<sup>64</sup> Em março do 2017, o presidente Michel Bachelet e o presidente haitiano Jovenel Moise assinaram o acordo do reconhecimento e da validação dos diplomas emitidos por instituição haitiana para atuar em terra chilena. Esse acordo, baseado sobre a equivalência e reconhecimento do ensino básico e ensino médio, foi um esforço para facilitar a integração de cerca de 60 mil migrantes haitianos no Chile, segundo o espírito do acordo. Foi assinado pelo ministro dos Assuntos Estrangeiros do Haiti, Antonio Rodrigue e do Chile, Heraldo Muñoz, em presença dos presidentes dos dois países. Para mais informações ler: <http://lenouvelliste.com/article/175772/le-chili-homologue-les-diplomes-du-menfp>.

categoria que está vivendo um processo de desterritorialização. Referimos a análise do autor, de que a reterritorialização e a desterritorialização são dois elementos indissociáveis, podemos, então, concluir que as marcas haitianas de maneiras simbólicas e físicas são ainda insuficientes para falar de vivência de reterritorialização dos imigrantes haitianos no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco acompanhar o processo migratório haitiano no Brasil iniciado a partir de 2010, definindo como o objeto do estudo a compreensão que possuem os haitianos imigrantes residentes no município de Cambé-PR acerca das políticas sociais públicas voltadas ao atendimento de suas demandas.

Esse processo de pesquisa foi iniciado por um conjunto de indagações que buscaram entender: quais são as demandas mais relevantes feitas pelos imigrantes haitianos ao Estado brasileiro? Como os atendimentos dessas demandas pelo Estado podem influenciar no processo de saída deles? Como os elementos socioculturais trazidos por esses imigrantes poderiam ter um papel importante na constituição das suas compreensões sobre as políticas sociais na sociedade brasileira? Quais são suas influências nos novos territórios ocupados no Brasil? Quais são seus mecanismos de resistência, de lutas cotidianas para a reprodução de suas vidas e de suas famílias?

Para materializar o processo de pesquisa, a dissertação foi estruturada em três momentos, seguindo a lógica do percurso dos imigrantes: a vivência dos imigrantes no Haiti e sua relação com as políticas sociais, o deslocamento a partir do terremoto no Haiti no ano de 2010, e ser imigrante haitiano no Brasil e sua relação com as políticas sociais brasileiras.

O estudo sobre a vivência dos imigrantes no Haiti e sua relação com as políticas sociais naquele país revelou uma relação de tensão entre o Estado haitiano e a população de baixa renda. O Estado, que deveria ser intervencionista, promotor do desenvolvimento, tornou-se elemento de bloqueio para o avanço do país. Ele está dentro de um círculo da dominação internacional e, globalmente, suas ações nas políticas sociais se revelaram ineficazes.

No segundo momento, constatamos que existe uma relação de causa e efeito entre as intervenções estratégicas do Estado e o processo de deslocamento dos imigrantes haitianos para os países estrangeiros. O fenômeno migratório haitiano começou a produzir, desde o início do século XX, sob efeito cultural, político, social e econômico, com implicação direta do Estado. Nessa dinâmica, a migração haitiana foi apresentada como uma das expressões da Questão Social Haitiana.

Além desses elementos citados, é o fruto da relação capitalista do centro

com a periferia. Nesse caso, o Haiti, como país da periferia capitalista, oferece mão de obra para satisfazer as demandas das indústrias capitalistas. Esse debate sobre a migração haitiana, no segundo momento da dissertação, demarca a perspectiva reducionista, colocando o fenômeno migratório haitiano para o Brasil como resultado dos efeitos diretos do terremoto de 2010.

O terceiro momento é dedicado a entender o significado do ser imigrante haitiano no Brasil e sua relação com as políticas sociais. Percebemos que as primeiras motivações na tentativa de ocupar os territórios no Brasil respondem a uma estratégia de solidariedade e de reconhecimento cultural; também da exigência das empresas capitalistas brasileiras, na perspectiva da sua reprodução.

Analisando a compreensão dos imigrantes sobre os atendimentos das políticas sociais voltadas nas suas demandas no Brasil, evidenciou-se uma estreita relação com a realidade dos atendimentos recebidos no país de origem, que passou pela re- descoberta de um outro modelo de Estado interventivo contrário ao Estado contestado no país de origem deles. Dessa forma, sob todas as demandas (emprego, educação, saúde, assistência social) mais relevantes feitas durante a permanência deles, as compressões passaram por vários contrastes identificados como limitações ou contradições, sendo alguns deles:

- Disponibilidade de emprego condicionada;
- Maior disponibilidade na educação das crianças imigrantes e falta de acesso na educação dos adultos;
- A gratuidade dos serviços de saúde pública, mas algumas restrições nos atendimentos dos imigrantes;
- Falta de reconhecimento dos diplomas da formação profissional dos imigrantes.

Esses contrastes se evidenciaram como o resultado de um tipo de pensamento dos imigrantes, resumidos, nas palavras do Sujeito 4:

*De qualquer jeito, Brasil é melhor que Haiti. Aqui a gente viver com a esperança. Você pode ser desempregado hoje, mas você vive com a esperança que amanhã você pode conseguir um emprego. O que não acontece no Haiti. No Haiti as coisas são "mangonmen" (terríveis) cada dia que passa (SUJEITO 4).*

Na análise dos dados, apareceu o aspecto da percepção preconceituosa da sociedade brasileira sobre essa migração baseada nas condições étnico-raciais

(haitianos/pretos) e do estatuto social (ser imigrante) deles. Um esforço para entender essa atitude ocorreu no contexto global da problemática da questão racial no Brasil; do contexto legal dessa emigração realizada sob orientação de duas resoluções por motivos humanitários, sendo a n° 97 e n° 102 da Comissão Nacional da Imigração Brasileira, nos anos de 2012 e 2013; e da construção estereotipada do ser haitiano como uma população que vive na extrema pobreza, veiculada pelas Organizações Internacionais e as ONGs para sensibilizar e justificar as suas intervenções.

Os relatos permitiram revelar que o Brasil, desde a partir de 2014, tornou-se um território de passagem para esses imigrantes que visam os Estados Unidos, representada como a terra ideal no imaginário coletivo haitiano. Os motivos dessa saída do Brasil para ir aos Estados Unidos e no Chile, fundamentam-se nos aspectos culturais (reconhecimento social do ser diáspora no Haiti), na crise do Brasil voltada a falta de emprego e nas aberturas migratórias mais adequadas para eles no Chile.

Ao final, se inicialmente o destino da saída dos imigrantes que deixaram Brasil era os Estados Unidos e Chile, os estudos mais recentes demonstram que o percurso desses sujeitos continua até Canadá, frente das dificuldades encontradas por eles para permanecerem desde a chegada do Presidente Donald Trump no poder.

Dessa forma, concluímos que os imigrantes haitianos manifestam uma identidade da diáspora permanente, manifestada pelas entrevistas realizadas e pela revisão da literatura utilizada, sendo que esses sujeitos evidenciam vivenciar um processo de afirmação e negação intensamente nos territórios brasileiros. Em outras palavras, o Haiti está aqui, eles estão vivendo essa relação dialeticamente na sua permanência. As manifestações de muitos elementos culturais haitianos foram identificadas neste estudo, contudo, merecem aprofundamento por outras pesquisas, sendo fundamental a participação de pesquisadores haitianos nesse processo.

## REFERÊNCIAS

- ARIS, Reynold. **Le MENFP s'engage à rénover le secondaire**. 2015. Disponível em: <<http://www.lenational.org/le-menfp-sengage-a-renover-le-secondaire/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- ASSISTANCE mortelle. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L0r35dNk7Fg>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- AUDEBERT, Cédric. **La diaspora haïtienn**: territoires migratoires et réseaux. Rennes: Ed. Presses Universitaires, 2012. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pur/26973?lang=fr>>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- AUDEBERT, Cédric. La diaspora haïtienne : vers l'émergence d'un territoire de la dispersion ? In: CELIUS, Carlo A. (Dir.). **Le défi haïtien**: économie, dynamique sociopolitique et migration, Paris: L'Harmattan, 2011. p. 193-212. Disponível em: <[https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/817514/filename/AUDEBERT\\_2011\\_la\\_diaspora\\_haitienne\\_vers\\_l\\_emergence\\_d\\_un\\_territoire\\_de\\_la\\_dispersion.pdf](https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/817514/filename/AUDEBERT_2011_la_diaspora_haitienne_vers_l_emergence_d_un_territoire_de_la_dispersion.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- BANQUE MONDIALE. **Haïti, des opportunités pour tous**: diagnostic pays systématique. Washington, 2016. Disponível em: <[http://omrh.gouv.ht/Media/Publications/Autres/banquemondiale\\_haiti\\_opportunit%C3%A9s\\_pour\\_tous.pdf](http://omrh.gouv.ht/Media/Publications/Autres/banquemondiale_haiti_opportunit%C3%A9s_pour_tous.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BANQUE MONDIALE. **Haïti**: un rapport du Groupe Banque mondiale appelle à un nouveau contrat social pour promouvoir des opportunités pour tous. 2015. Disponível em: <<http://www.banquemondiale.org/fr/news/press-release/2015/09/22/haiti-wbg-report-calls-for-new-social-contract-to-promote-opportunities-for-all>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- BANQUE MONDIALE. **Mieux dépenser pour mieux soigner**: un regard sur le financement de la santé en haïti. 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/835491498247003048/pdf/116682-WP-v2-wb-Haiti-french-PUBLIC-fullreport.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- BANQUE MONDIALE. **Recueil de statistiques 2011 sur les migrations et les envois de fonds**. 2011. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/Factbook2011French.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.
- BARTHELEMY, Yves. **Haïti et la Mondialisation néolibérale**: une nouvelle dépendance coloniale (1970-2008). Port-au-Prince: Kaye Pwogresis no 1 Asosyasyon Invesite ak Invesitez Desalinyen (ASID), 2009.
- BARTHÉLMY, Gérard. **Le pays en dehors**: essai sur l'univers rural haïtien. Port-au-Prince: Deschamps; CIDIHCA, 1989.
- BAZILE, Steve. **Et si la diaspora développait Haïti**. 2016. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/159863/Et-si-la-diaspora-developpait-Haiti>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre el estado**. *Cursos en el Collège de France*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2014.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos em educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 216-227.

BRASIL. **Resolução Normativa CNlg Nº 102** de 26/04/2013. Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Brasília: Conselho Nacional Da Imigração, 2013.

BRASIL. **Resolução Normativa CNlg nº 97** de 12/01/2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília: Conselho Nacional Da Imigração, 2012.

CANTAVE, Tony. **Haïti aujourd'hui: réforme administrative ou réforme de l'état et décentralisation des pouvoirs de décision**. Port-au-Prince, 2012. Disponível em: <<http://www.haiti-perspectives.com/pdf/1.2-haiti.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

CARITÁS ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.caritaslondrina.com.br/quemsomos>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

CASIMIR, Jean. **Haïti et ses élites: interminable dialogue des sourds**. Port-au-Prince: Editions de l'Université d'Etat d'Haïti, 2009.

CASIMIR, Jean. **La culture opprimée**. Port-au-Prince: Imprimerie Media-Texte, 2006.

CASTOR, Suzy. **L'occupation américaine en Haïti**. Port-au-Prince: Editions Henry Deschamps, 1988.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Org.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Cadernos Obmigra**, Brasília, v. 1, n. 2, ed. esp., 2015. Disponível em: <<https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2014/11/relatorio-parcial-a-inserc3a7ao-dos-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

CAYEMITTES, Michel et al. **Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services en Haïti**. Calverton, Maryland, USA : MSPP, IHE et ICF International, 2012. Disponível em: <<https://mspp.gouv.ht/site/downloads/EMMUS%20V%20document%20final.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CAYEMITTES, Michel et al. **Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services, Haïti, 2005-2006**. Calverton, Maryland, USA :Ministère de la Santé Publique et de la Population, Institut Haïtien de l'Enfance et Macro International Inc., 2007. Disponível em: <<https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR192/FR192.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CHERY, Frédéric-Gérald. L'absorption de la force de travail dans l'économie

Haïtienne. **Cahiers du CEPODE**, Port-au-Prince, n. 2, p. 137-156, 2011.

CORREIA, Maria Valeria Costa. A relação estado/sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, 2004.

CORTEN, André. **L'Etat faible**: Haïti et la République Dominicaine. Québec: Mémoire D'Encrier, coll., Essai, 2011.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios. 2014. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Universidade Federal de Rondônia, Unir/Porto Velho.

COULON, Jocelyn. **Haïti la république des ONG. Port-au-Prince**. 2010. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/84437/haiti-la-republique-des-ong>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

DECIME, Edner. **Haïti- Ede Pèp**: Assistance sociale de spectacle à effet pervers. 2013. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article14545#WpQTIGrwblU>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

DEUS, Zelia Amador de. A questão racial no Brasil. In: SABOIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). SEMINÁRIOS REGIONAIS PREPARATÓRIOS PARA CONFERENCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATADA, 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Justiça, Secretária do Estado dos Direitos humanos, 2001. p. 179-190.

DORVILIER, Fritz. Le défi de l'institutionnalisation par le bas dans l'Haïti post-1986. **In Haïti Perspectives**, Port-au-Prince, v. 4, n. 3, Automne 2015.

DOUBOUT Jean-Jacques. **Haïti**: féodalisme ou capitalisme: essai sur l'évolution de la formation sociale haïtienne depuis l'indépendance. Port-au-Prince, 1973.

DRAIBE, Sonia M. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, n. 8, 1993.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

DUBOIS, Jean Badin. **Discours du Gouverneur Jean Baden Dubois à l'occasion de la conférence débat sur les transferts de fonds vers Haïti et leurs impacts sur l'économie nationale**. 2017. Disponível em: <[http://www.brh.net/discours\\_gouv\\_012.html](http://www.brh.net/discours_gouv_012.html)>. Acesso em: 5 dez. 2017.

DUMAS, Pierre-Raymond. **Dumarsais Estimé**: un sujet de fierté, une source d'inspiration e un modèle à vénérer. 2013. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/116597/Dumarsais-Estime-Un-sujet-de-fierte-une-source-dinspiration-et-un-modele-venere>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

DUVAL, Frantz. **Passeport pour tous, première grande réalisation de Jovenel Moïse**. 2017. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/174585/passeport-pour-tous-premiere-grande-realisation-de-jovenel-moise>>. Acesso em: 30 out. 2017.

EDME, Roody. **Haïti: quelle société civile ?** 2017. Disponível em: <<http://www.lenational.org/haiti-societe-civile/>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

EMILE, Etzer. **Situation des transferts de la diaspora dans la zone caraïbes: le cas d'Haïti.** 2014. Disponível em: <<http://radiotelevision2000.com/home/?p=43709>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ruth M. Klaus: 3. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

ETIENNE, Sauveur P. **Haïti: l'invasion des ONG.** Québec: Editions du CIDIHCA, 1997.

ETIENNE, Sauveur P. **L'énigme haïtienne. L'échec de l'Etat moderne en Haïti.** Québec: Les Presses de l'Université de Montréal/ Mémoire d'Encrier, 2007.

FIORI, Jose Luis. O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas.** Florianópolis: Insular, 2011.

FREIRE, Vinicius Torres. Haiti em ruínas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jan. 2010. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1701201006.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1701201006.htm)>. Acesso em: 5 jun. 2017.

FREITAS, Rosana C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 65-74, jan./jun. 2007.

GERMAIN, Franciyou. Société des Haïtiens Tentent un Trajet Mortel de Brésil Vers Etats-Unis. 2016. Disponível em: <<http://www.maghaiti.net/des-haitiens-tentent-un-trajet-de-3-mois-de-bresil-vers-etats-unis/>>. Acesso em:

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GILLES, Alain. Bien commun et reconstruction. l'apprentissage de la vertu. **l'observatoire de la reconstruction**, Port-au-Prince, n. 7, 2013.

GLOBO. **Dilma chega ao Haiti em sua primeira visita oficial ao país.** 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/02/dilma-chega-ao-haiti-em-sua-primeira-visita-oficial-ao-pais.html>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda; MONKEN, Maurício. Territorialização em Saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil (Coord.). **Dicionário da educação profissional em saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 392-399. Disponível em: <[http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/territorializacao\\_dicionario.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/territorializacao_dicionario.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. Disponível em: <[http://planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert\\_multi.pdf](http://planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004. Disponível em: <[http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/74>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

HAITI LIBRE. **Situation post-séisme, les camps en Haïti vue du ciel**. Disponível em: <<http://www.haitilibre.com/galleries-photos-haiti/album.php?page=5&cat=1>>. Acesso: 5 dez. 2017.

HAITI. **Constituição 1987 da república do Haiti**. Porto-Príncipe, 2011.

HAITI. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP). **Vers la Refondation du Système Éducatif Haïtien Plan Opérationnel 2010-2015 Des Recommandations De la Commission Présidentielle Éducation et Formation**. Porto-Príncipe, 2010a. Disponível em: <[http://www.clubmadrid.org/img/secciones/commission\\_prsidentielle\\_ducation.pdf](http://www.clubmadrid.org/img/secciones/commission_prsidentielle_ducation.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2017.

HAITI. Ministère de La Santé Publique et de La Population. **Politique Nationale de Promotion de la Santé**. 2009. Disponível em: <<https://www.mspp.gouv.ht/site/downloads/Politique%20Nationale%20de%20PS.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

HAITI. Ministère de La Santé Publique et de La Population. **Politique nationale de sante**. 2012a. Disponível em: <<https://mspp.gouv.ht/site/downloads/PNS%2021juillet%20version%20finale.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

HAITI. Présentation de la République Haiti. Disponível em: <<http://espas-ayisyen-toulouse.blogspot.com.br/p/normal-0-21-false-false-false-fr-x-none.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

HAITI. Primature-Gouvernement Haïti. **Programme nationale d'Assistance Sociale- (SNAS)- Ede Pèp**. Port-au-Prince, 2012b.

HAITI. Rapport du Groupe de Travail sur l'Éducation et la Formation (GTEF). **Pour un Pacte National pour l'Éducation en Haïti**. 2010b. Disponível em : <<http://uniq.edu/ressources/20170222070812.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora**: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HECTOR, Michel ; HURBON, Laennec. **Genèse de l'Etat haïtien (1804-1859)**. Port-au-Prince: Editions Presses Nationales d'Haïti. Collection mémoire vivante, 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviathan, sive**: de Matéria, Forma, et Potestate Civitatis Ecclesiasticae et Civilis. London : opera Latina, 1966. v. III.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HURBON, Laennec. **Comprendre Haïti. Essai sur l'État, la nation, la culture**. Paris: Karthala, 1987.

IAMAMOTO, Villela M. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano II, n. 3, p 9-32, jan./jun. 2004.

IBGE. **Cidades- Cambé**. 2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410370&search=parana|cambe>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

IBREUS, Petit Frant. Éléments d'intelligibilité de la relation État-citoyen en Haïti. Archéologie du tragique haïtien, la reconnaissance sur la pierre tumulaire du bonapartisme. **Revue de Continuum**, Port-au-Prince, n. 1, juin 2014.

INSTITUT HAÏTIEN DE STATISTIQUES E D'INFORMATIONS - IHSI. **Estimations et projections de la population totale, urbaine, rurale et économiquement active**. Porto- Príncipe, 2008. Disponível em: <[http://www.ihsi.ht/pdf/projection/ProjectionsPopulation\\_Haiti\\_2007.pdf](http://www.ihsi.ht/pdf/projection/ProjectionsPopulation_Haiti_2007.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

INSTITUT HAÏTIEN DE STATISTIQUES E D'INFORMATIONS - IHSI. **Pauvreté et inclusion sociale en Haïti**: gains sociaux à petits pas. 2013. Disponível em: <[http://www.ihsi.ht/pdf/ecvmas/ecvmas\\_seuil/pauvrete%20et%20inclusion%20social%20en%20haiti%20francais.pdf](http://www.ihsi.ht/pdf/ecvmas/ecvmas_seuil/pauvrete%20et%20inclusion%20social%20en%20haiti%20francais.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2016.

JEAN BAPTISTE, Marc Donald; AMARAL, Wagner R. A imigração haitiana no Brasil e seu processo de reterritorialização: dilemas e perspectivas. In: CONSERVA, Marinalva S.; ALVES, Jolinda M.; SILVA, Emanuel L. P. **Territórios em diálogo**: os chãos como ponto de partida para as políticas sociais brasileiras. João Pessoa: Ed. CCTA. 2016. p. 25-39.

JEAN, Destin. **Une administration publique performante**: un défi pour l'état haïtien à la croisée d'une exigence des citoyens et d'une incitation des acteurs internationaux. Le cas de la modernisation de la fonction publique. Dissertation (Maitrise en Administration publique, Droit et Développement territorial) - Université Pierre Mendès, France. 2011. Disponível em: <<http://www.memoireonline.com/10/11/4904/Uneadministration-publique-performante-un-defi-pour-letat-hatien-la-croisee-duneexigenc.html>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

JEAN-FRANÇOIS, Hérold. **Haïti/République Dominicaine**: Nettoyage ethnique

virtuel, génocide civil. 2013. Disponível em: <<http://www.recim.org/prov/HT-herold.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

JOACHIM, Dieudonné. **Impact des transferts de fond sur l'économie haïtienne**. 2017. Disponível em: <<http://www.lenouvelliste.com/article/169625/impacts-des-transferts-de-fonds-sur-leconomie-haitienne>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

JOACHIM, Dieudonné. **Que peut faire l'argent de la diaspora dans l'économie?** 2015. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/151850/Que-peut-largent-de-la-diaspora-dans-leconomie>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

JOINT Louis-Auguste. **Système éducatif et inégalités sociales en Haïti**. Paris: L'Harmattan, 2008.

LAUVERGNIER, Chloé. **Des Caraïbes aux États-Unis, via l'Amérique latine: l'interminable périple des migrants haïtiens et cubains**. 2016. Disponível em: <<http://observers.france24.com/fr/20160825-caraibes-etats-unis-amerique-latine-interminable-periple-migrants-haitiens-cuba-1-2>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

LE NOUVELLISTE. **Je vais continuer à prendre des décisions extrêmement difficiles», affirme Jovenel Moïse**. 2017. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/176847/je-vais-continuer-a-prendre-des-decisions-extremement-difficiles-affirme-jovenel-moise>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEROY, Handy. **Genèse et reproduction du travail social en Haïti**. 2015. Mémoire (Maître ès en Sciences en Service social) - Université de Montréal, Montréal, Canada.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1978. (Coleção Pensadores).

LOPES, André Luiz. **Noções de teoria geral do estado**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/uploads/pdf/1627aa4f30ef0e7c1b149fccd97700c2.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

LOUIS-JUSTE, Jn Anil. **Crise sociale et Internationale Communautaire en Haïti**. 2003. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article643#.WLB-koHhDIV>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

LOUIS-JUSTE, Jn Anil. **Haïti: Jeunesse, Université et Société**. 2004. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article1554#.WMBXu4HhDIU>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

LOUIS-JUSTE, Jn Anil. **Service Social et Sciences Humaines, rapport épistémologique ou relations ontologiques ?** Port-au-Prince: ASID, 2008.

LUNDBAL, M. **Peasants and Poverty**. A Study of Haiti. London: Croom Helm,

1979.

MAGALHÃES, Luís Felipe A. A imigração haitiana em Santa Catarina: fases e contradições da inserção laboral. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH, 9., 2016, Londrina. **Anais...** Londrina, 2016. p. 1-18.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. **Imigração haitiana no estado de Santa Catarina**: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. 2014. Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/imigracao-haitiana-no-estado-de-santa-catarina-fases-do-fluxo-e-contradies-da-insero-laboral-22451>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

MANIGAT, Sabine. **L'immigration haïtienne**: Mythes et réalités des migrations haïtiennes dans la Caraïbe. 2007. Disponível em: <<https://atlas-caraibe.certic.unicaen.fr/fr/page-250.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MAPA de Haiti. Disponível em: <<https://pt.dreamstime.com/imagem-de-stock-royalty-free-mapa-de-haiti-image13130866>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de. Antonio Caruccio-Caporale. São Paulo: L&PM, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras. 1999.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'anna. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. v. 1.

MATHIEU, Suze. **Rapport sur l'état de lieux de la protection sociale en Haïti**. Port-au-Prince: BIT doc, 2000. Disponível em: <<http://www.social-protection.org/gimi/gess/RessourceDownload.action?ressource.ressourceld=17618>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

MATTOSO, Jorge. Dez anos depois. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 111-122.

MENARD, Évelyne Trouillot. **L'éducation en Haïti**: inégalités économiques et sociales et question de genre. La femme dans l'enseignement supérieur. Disponível em: <<http://www.haiti-perspectives.com/pdf/2.3-education.pdf>>. Acesso em : 13 mar. 2017.

MICHEL, Saint-Germain. Problématique linguistique en Haïti et réforme éducative : quelques constats. **Revista des Sciences de L'éducation**, v. 23, n. 3, 1997. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/031954ar>>. Acesso em: 13 marc. 2017.

MICHEL, Saint-Germain. Problématique linguistique en Haïti et réforme éducative: quelques constats. **Revue des sciences de l'éducation**, v. 23, n. 3, 1997. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/031954ar>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

MONTAÑO, Carlos E. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a**

**funcionalidade do “terceiro setor”**. 2004. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_carlos\\_montano.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2015.

NETTO, José Paulo. Cincos notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, ano II, n. 3, p 41-49, jan./jun. 2004.

OLIVIER, Louis-Joseph. **Le Brésil bras-ouverts attend tous les Haïtiens**. 2015. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/150801/Le-Bresil-bras-ouverts-attend-tous-les-Haitiens>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ORGANISATION INTERNATIONALE POUR LES MIGRATIONS -OIM. **La migration haïtienne vers le Brésil**: Caractéristiques, opportunités et enjeux. 2014. Disponível em: <[http://publications.iom.int/system/files/pdf/cuaderno\\_migratorio\\_no6\\_fr.pdf](http://publications.iom.int/system/files/pdf/cuaderno_migratorio_no6_fr.pdf)>. Acesso em: 3 dez. 2017.

ORGANISATION INTERNATIONALE POUR LES MIGRATIONS -OIM. **Migration en Haïti**: profile migratoire nationale 2015. Port-au-Prince: OIM, 2015. Disponível em: <[https://publications.iom.int/system/files/mp\\_haiti.pdf](https://publications.iom.int/system/files/mp_haiti.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE- OPS. **La santé dans les Amériques**: résumé du panorama régional et profils de Haïti et des départements français d’Amérique: Guadeloupe, Guyane et Martinique. 2017. Disponível em: <[http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/34328/9789275219683\\_fre.pdf?sequence=3&isAllowed=y](http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/34328/9789275219683_fre.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 20 out. 2017.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 300-307.

PEAN, Lesly. **Haïti**: La corruption rose et les fonds PetroCaribe. Port-au-Prince, 2014. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article17318#.WPjqUtThDIU>>. Acesso em: 20 mar. 2017

PECK, Raoul. **Assistance mortel**. Port-au-Prince, 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=L0r35dNk7Fg>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: temas e questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, serviço social e direito à cidadania. **Temporalis**, Brasília, ano II, n. 3, p. 51-56, jan./ jun. 2004.

PIERRE, Alfred. **Migration haïtienne état des lieux sur une problématique**. 2014. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-san\\_jose/documents/publication/wcms\\_250212.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-san_jose/documents/publication/wcms_250212.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2017.

PIERRE, Joseph Harold. **La diaspora**: Moteur de l’économie haïtienne. 2012. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article13615#.V6IGI1ThDIU>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

PNUD. **A propos d’Haiti**. 2013. Disponível em:

<<http://www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/countryinfo.html>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RADIO CANADÁ. **Ils ont fui Haïti...** et maintenant les États-Unis. Disponível em: <<http://ici.radio-canada.ca/nouvelle/1048842/haiti-etats-unis-demandes-asile-portraits-montreal-stade-olympique>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo. 1993. Disponível em: <[http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao\\_strictu\\_sensu/mestrado\\_em\\_gestao\\_integrada\\_do\\_territorio/\\_downloads/por\\_uma\\_geografia\\_do\\_poder-claude\\_raffestin.pdf](http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2016.

RICARDO, Placide Pierre. **Les envois de fonds des migrants haïtiens devraient augmenter de plus de 2 % en 2015**. 2015. Disponível em: <<http://www.lenational.org/les-envois-de-fonds-des-migrants-haitiens-devraient-augmenter-de-plus-de-2-en-2015/>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

ROSAS, Erika Guevara, **Haïti/République dominicaine**. Des milliers de personnes dans une situation incertaine à la suite d'expulsions inconsidérées. 2016. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/fr/latest/news/2016/06/haiti-dominican-republic-reckless-deportations-leaving-thousands-in-limbo/>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 2000. (Coleção Pensadores).

SADER, Emir. A construção da hegemonia pos-neoliberal. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANON, John Smith. **L'assurance santé face à la réalité haïtienne**. 2011. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/97443/Lassurance-sante-face-a-la-realite-haitienne>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SANTOS, Hélio. A discriminação racial no Brasil. In: SABOIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). SEMINÁRIOS REGIONAIS PREPARATÓRIOS PARA CONFERENCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, XENOFobia E INTOLERÂNCIA CORRELATADA, 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Justiça, Secretária do Estado dos Direitos humanos, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por outra globalização: do pensamento à consciência global**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio-técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SETÚBAL, Aglair, A. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras. 1999.

SICILIANO, André, L. **A política migratória brasileira**: limites e desafios. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili. p. 9-30.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana. **Território e segregação urbana**: o lugar da população negra na cidade. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

SOUZA FILHO, Rodrigo. **Gestão pública e democracia**: a burocracia em questão. Rio de Janeiro : Lumen Juris. 2011.

ST JUSTE, Edrid. **Dépenses en santé**: Haïti le pire élève en Amérique. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/177083/D%C3%A9penses%20en%20sant%C3%A9:%20Ha%C3%AFti%20le%20pire%20%C3%A9l%C3%A8ve%20en%20Am%C3%A9rique>>. Acesso em: 20 out. 2017.

TARDIEU, Charles. Haïti : **Le PSUGO, une catastrophe programmée (1/4) Scolarisation universelle dans le contexte haïtien**. 2016. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article20469#.WMrtu4HhDIU>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

TEIXEIRA, Anderson V. **Comparativo entre os pensamentos de Thomas Hobbes (1588-1679), J.J. Rousseau (1712-1778) e John Locke (1632-1704)**. Porto Alegre. 2007. Disponível em: <<http://andersonteixeira.com/data/documents/AVT-Comparativo-entre-Hobbes-Locke-e-Rousseau.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

TROUILLOT, Lyonel. **Haïti, (Re)penser la citoyenneté**. Port-au-Prince: Editions HSI, 2001.

TROUILLOT, Michel Rolph. **Les racines historiques de l'État duvaliérien**. Port-au-Prince : Éd. Deschamps, 1987.

VAZQUEZ, Daniel Arias. **O Plano Temer/ Meireles contra o povo**: o Desmonte Social proposto pela PEC 241. 2016. Disponível em: <<http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/07/DesmonteSocialPlanoTemer.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: companhia das letras, 2004

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e políticas sociais**. Brasília: MDS, 2008.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

### Roteiro para entrevista

#### IDENTIFICAÇÃO

Data: ...../...../.....  
 Nome completo: .....  
 Endereço: .....  
 Telefone: .....  
 E-mail: .....  
 Data de nascimento: ...../...../...../  
 Cidade de origem no Haiti: .....  
 Cidade estava antes de chegar no Brasil.....  
 Religião: .....  
 Escolarização: .....  
 Ocupação .....  
 Estado Civil: .....  
 Sexo: .....  
 Número de filhos: ..... Filho nascido em Brasil: .....  
 Tempo no Brasil: .....

#### QUESTÕES

##### Sobre a vivencia no Haiti

- 1- Tempo de permanência sua cidade natal no Haiti?
- 2- Profissão ou atividades de trabalho realizadas em Haiti?
- 3- Sua compreensão do Estado haitiano?
- 4- A realidade dos serviços públicos na sua comunidade?

##### Sobre o processo de deslocamento

- 5- Motivos de migrar para o Brasil?
- 6- A experiência da viagem?
- 7- Conhecimento sobre o Brasil antes de migrar?
- 8- Motivos para escolher Cambé?

##### Sobre a permanência no Brasil

- 9- A experiência dos primeiros momentos?
  - 10- Ser haitiano no Brasil?
  - 11- As demandas das imigrantes, as dificuldades?
  - 12- As compreensões dos atendimentos desenvolvidos para os imigrantes?
  - 13- Perspectivas no Brasil?
-

## APÊNDICE B

## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**“O HAITI ESTÁ AQUI: UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL”**

Prezado (a) Senhor (a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa **“O HAITI ESTÁ AQUI: UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL”**, a ser realizada em local e horário mais adequado para você, a definir previamente. O objetivo da pesquisa é de analisar a compreensão que possui os imigrantes haitianos sobre a política pública de Assistência Social desenvolvida pelo estado Brasileiro. Sua participação é muito importante e ela se daria por meio de uma entrevista gravada após seu consentimento com roteiro semiestruturado, a realizar-se em local e horário mais adequado para você.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o (a) senhor (a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As entrevistas gravadas serão devidamente arquivadas junto ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

Esclarecemos ainda, que o (a) senhor (a) não pagará e nem será remunerado (a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são publicizar a análise dos limites e das potencialidades da formação acadêmica desenvolvida pelas Universidades Estaduais do Paraná no tocante aos profissionais indígenas que nelas se formaram, bem como contribuir para a avaliação desse processo formativo. Não identificamos riscos para a

viabilização desse processo de pesquisa.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar (Wagner Roberto do Amaral, R. Jerusalém, 300, Londrina/ Pr, telefone (43) 9644.0024, ou wramaral2011@hotmail.com), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: [cep268@uel.br](mailto:cep268@uel.br).

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual termo, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor (a).

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_

### **Pesquisador Responsável**

RNE: G243940-U

\_\_\_\_\_ (NOME POR EXTENSO DO SUJEITO DE PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.


Assinatura (ou impressão dactiloscópica): \_\_\_\_\_


Data: \_\_\_\_\_

**Obs.:** Caso o participante da pesquisa seja menor de idade, o texto deve estar voltado para os pais e deve ser incluído ainda, campo para assinatura do menor e do responsável.

## APÊNDICE C

Repartição dos projetos de assistência social no *Ede Pèp* no documento original


 DU GOUVERNEMENT MARTELLY-LAMOTHE  
 2 À PROPOS DE «EDE PÈP»



STRUCTURES DES PROGRAMMES EDE PÈP

ASSISTANCE SOCIALE		CAPITAL HUMAIN	BOURAD EKONOMIK
URGENCE	STRUCTURANT	PSUGO	KORE FANM NAN AGRIKULTI
PANYE SOLIDARITE	KORE MOUN ANDIKAPE	KANTIN ESKOLÈ	KORE PEYZAN
KANTIN MOBIL	KORE TI GRANMOUN	KORE ETIDYAN	DISTRIBISYON BETAY
BON DIJANS-SOLIDARITE	TI MANMAN CHERI	ALPHABÉTISATION	
	RESTORAN KOMINOTE		